



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI  
PGHIS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DECIS – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, POLÍTICAS E JURÍDICAS**

**ALEXANDRE MARCIANO DE PAULA**

**O REGRESSO EM MINAS GERAIS: “*DÉSPOTAS E REPUBLICANOS*”  
NA IMPRENSA MINEIRA (1837-1840)**

**SÃO JOÃO DEL REI  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI**  
**PGHIS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**DECIS – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, POLÍTICAS E JURÍDICAS**

**ALEXANDRE MARCIANO DE PAULA**

**O REGRESSO EM MINAS GERAIS: “*DÉSPOTAS E REPUBLICANOS*”  
NA IMPRENSA MINEIRA (1837-1840)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João Del Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

**Orientador: Prof. Dr. Wlamir Silva**

**SÃO JOÃO DEL REI**  
**2013**

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UFSJ

Paula, Alexandre Marciano de  
P324r O regresso em Minas Gerais : “Déspotas e republicanos” na imprensa mineira (1837-1840)  
[manuscrito] / Alexandre Marciano de Paula .– 2013.  
162f.; il.

Orientador: Wlamir Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas.

Referências: f. 163-169.

1. Cultura política – Teses 4. Conceitos – Teses I. Brasil - História - Império, 1822-1889 - Teses II. Brasil - História - Regências, 1831-1840 - Teses III. Minas Gerais – História – Teses IV. Silva, Wlamir (orientador) V. Universidade Federal de São João del – Rei . Departamento de Ciências Sociais Política e Jurídicas VI. Título

CDU: 981.51”1837/1840”

**O REGRESSO EM MINAS GERAIS: “DÉSPOTAS E REPUBLICANOS”  
NA IMPRENSA MINEIRA (1837-1840)**

**ALEXANDRE MARCIANO DE PAULA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, da Universidade Federal de São João Del Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Wlamir Silva (orientador)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca

---

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade

**São João Del Rei  
2013**

À minha mamãe, Dona Serli  
Ao irmãos, Anderson, Alberto, Alexandre, André e Arthur  
À minha namorada, Jaqueline  
Ao *massacote*, Tom!!!

## **SOBRE A DISSERTAÇÃO**

Essa dissertação fora construída a partir da minha participação como bolsista num projeto de pesquisa amplo do professor Wlamir Silva que visou estudar a Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais por meio da imprensa partidária mineira desde a conjuntura da cisão moderada, passando pelo Regresso até adentrar nos debates próprios da Revolução. A escrita dessa dissertação teve, portanto, um duplo objetivo: dar um contributo para a pesquisa citada no instante em que eu tencionava aproveitar a extensa carga de leituras de periódicos acumuladas na iniciação científica e, entretantes, recortar um aspecto do tema para aprofundar em análise e, com isso, dar alguma originalidade para essa dissertação. O temor de me apropriar adequadamente de um objeto que não fora escolhido por mim acompanhou toda a trajetória de escrita desse trabalho e somente senti ter logrado êxito com os objetivos dessa dissertação quando, nos tempos das preparações finais do texto, o orientador confidenciou que apesar da sua proximidade com o tema, não podia deixar de discordar da perspectiva estabelecida, o que tornou dificultosa a leitura dessa dissertação tão próxima e, ao mesmo tempo, estranha ao seu gosto.

Agradeço ao Wlamir Silva pela escolha e confiança em dividir seus trabalhos comigo ainda na graduação e, posteriormente, pela orientação para a construção dessa dissertação. Por compartilhar suas perspectivas e por aceitar as minhas vicissitudes e discordâncias, pueris em forma e argumento. Lembro ainda que os erros e defeitos dessa dissertação são méritos unicamente meus. Não os divido com ninguém!

Essa dissertação fora construída também com as contribuições dos professores Marcos Ferreira de Andrade e Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. Ao Marcos devo agradecer a sua leitura atenta e sistematizada da dissertação na qualificação e defesa e as indicações de livros e textos para esta dissertação, desde as suas disciplinas da graduação de que já havia me utilizado para construir o projeto de pesquisa. Aliás a revisão do projeto, aproveitada na introdução dessa dissertação na sua forma e conteúdo, teve a orientação do professor Marcos na disciplina oferecida para isso. Agradeço a professora Silvia Carla pelo pronto aceite em participar da qualificação e defesa, pelo interesse e paixão demonstrados no trabalho e por estabelecer discordâncias em perspectivas e apontar caminhos outros, sem, contudo, desmontar os relativos méritos da dissertação.

Aos demais professores da graduação (essa dissertação fora consequência e complemento da graduação) pelos quais assisti aulas, devo a minha fraca formação intelectual e, menos importante, acadêmica. Agradeço ao Aílton Assis da PGHIS que sabe conjugar eficiência, presteza e grande espírito de amizade. Agradeço aos meus familiares e amigos, em especial aqueles que saíram das suas corridas rotinas e presenciaram a defesa, momento tenso que os amigos fazem amenizar. Fundamentalmente também foram aqueles que em algum instante deram uma sincera palavra de incentivo, confiança e apoio. Mal sabem esses que são os amigos de trajetória de trabalho e, mais ainda, de vida. Não os cito nominalmente pois, mais importante, assim o sabem. Na realidade, a esses devo agradecer mais que essa dissertação, mas à minha constante formação humana e cidadã que, penso somente eu, é algo maior que este trabalho.

*A melhor forma de um estado é aquela onde a divisão das riquezas não é muito desigual. Não há então pobres para defender, nem ricos para conter. As leis são semelhantes a teias de aranha, que se prendem as moscas. É sobre a mediocridade, diz um autor moderno, que se exercita toda a sua força: elas são igualmente fracas contra os tesouros do rico e contra a miséria do pobre. O primeiro as ilude; o segundo escapa delas; um quebra a teia; outro passa através dela. (O Universal de 07/12/1839).*

## RESUMO

Com a renovação da história política, a construção do Estado e da nação no Brasil dos oitocentos emerge sob um novo prisma. Nele ganham importância as ações e formulações das elites políticas, o espaço público de sua atuação, as sociabilidades por elas estabelecidas, a difusão da cultura política e a construção da hegemonia. Nessa nova perspectiva, destacam-se, principalmente, as conjunturas regionais como a de Minas Gerais, importante região para o estabelecimento de um consenso em torno de projetos políticos nacionais. Destacamos na conjuntura do Regresso em Minas Gerais, o intenso debate entre liberais e regressistas e, por meio da imprensa periódica dividida, observamos as discussões em torno dos conceitos fundamentais, e não menos contestados, de república e despotismo dentre os termos discutidos junto à incipiente sociedade civil mineira. Nesse debate, ambos os partidos, o Liberal e o Regresso, atacaram aos seus opositores desvelando as possíveis intenções e, por isso, construindo representações do partido contrário por meio de leituras diversas do campo conceitual discutidos naqueles tempos.

**Palavras-chave:** Brasil Imperial; Província de Minas Gerais; Regências; Regresso; História Política; Culturas Políticas; História dos Conceitos.

## ABSTRACT

With the renewal of political history, state-building and nation in Brazil of eight emerges in a new light. Him gain importance formulations and actions of political elites, the public space of its performance, the sociability they lay down, the diffusion of political culture and the construction of hegemony. In this new perspective, we highlight mainly the regional junctures such as Minas Gerais, an important region for the establishment of a consensus on national political projects. Highlight the situation of Regression in Minas Gerais, the intense debate between liberals and regressives and through periodic press divided observe the discussions around the key concepts, and not less contentious, and republic of despotism from the terms discussed by the incipient civil society mining. In this debate, both parties, the Liberal and Regression, attacked their opponents unveiling the possible intentions and, therefore, constructing representations of the opposite party by reading several of the conceptual field discussed in those times.

**Keywords:** Imperial Brazil, Minas Gerais Province; Regencies; Regress, Political History, Political Cultures, History of Concepts.

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Relação de fontes: periódicos mineiros conhecidos para o período estudado.	<b>25</b>
Tabela 2 Relação de periódicos mineiros e seus redatores .....	<b>65</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
A construção do Estado nacional nos oitocentos: a renovação da história política.....	11
 <b>CAPÍTULO I .....</b>	 <b>26</b>
A construção do Estado nacional nos oitocentos: política e imprensa .....	26
O Regresso em Minas Gerais: partidos políticos e imprensa .....	39
O Regresso em Minas Gerais: a imprensa .....	47
 <b>CAPÍTULO II .....</b>	 <b>66</b>
O Regresso em Minas Gerais: os partidos políticos .....	66
 <b>CAPÍTULO III .....</b>	 <b>82</b>
O Regresso em Minas Gerais: os liberais e o despotismo regressista .....	82
O Regresso em Minas Gerais: os liberais contra os déspotas regressistas .....	105
 <b>CAPÍTULO IV .....</b>	 <b>122</b>
O Regresso em Minas Gerais: os regressistas contra o republicanismo liberal .....	122
O Regresso em Minas Gerais: os regressistas e a república liberal .....	139
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>159</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	 <b>163</b>

## INTRODUÇÃO

### **A construção do Estado nacional nos oitocentos: a renovação da história política.**

Por certa desconsideração da autonomia da atmosfera do político, o período Regencial tem sido descuidado pela historiografia brasileira. Foi tradicionalmente tido como um período de desordem; caótico numa fase conturbada da história do Brasil e empecilho à estabilização do Império brasileiro, visão difundida já no Segundo Reinado<sup>1</sup>. A regência ou experiência republicana<sup>2</sup> foi dividida em dois momentos: o de uma euforia liberal<sup>3</sup>, num avanço concretizado no Ato Adicional em 1834, seguido de uma reação conservadora imposta aos liberais<sup>4</sup> no Regresso e no alvorecer do Segundo Reinado. De acordo com essa tendência, inaugurada principalmente por José Justiniano da Rocha<sup>5</sup>, a reação conservadora atingiu a vitória do seu projeto político centralizador pautado num discurso de ordem e de união das províncias evidentemente em perigo nas regências.

O viés de análise normalmente utilizado pela historiografia tem diminuído a importância dos discursos e debates dos atores políticos atuantes à época. Ou seja, os espaços políticos para as ações das elites políticas imperiais e, sobretudo, as provinciais, nas formulações dos projetos políticos nacionais e a sua difusão na sociedade encontram-se subsumidos em algumas interpretações de análise histórica.

No clássico trabalho de José Murilo de Carvalho<sup>6</sup>, a construção da ordem, ou seja, a formulação ideológica homogênea em torno das questões de organização do Estado e conseqüentemente da nação brasileira, sob bases consideradas estáveis, se verificam estabelecidas somente no decorrer do Segundo Reinado. A unificação ideológica das elites imperiais foram conseguidas na formação universitária e nas ocupações, nas carreiras, todas homogêneas, dos ocupantes dos altos cargos na administração e na burocracia imperial.

---

<sup>1</sup> ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). Três Panfletários do Segundo Reinado. São Paulo, Nacional, 1956. (a 1ª edição é de 1855).

<sup>2</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) História Geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002.

<sup>3</sup> MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado, 2006. Pág. 16.

<sup>4</sup> A vitória conservadora sobre a revolta liberal em 1842, inaugura o tempo da hegemonia saquarema. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

<sup>5</sup> ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”...

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem – a elite política imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

Pelos caminhos de uma educação superior homogênea e restritiva, José Murilo de Carvalho percebe nas salas da Universidade conservadora de Coimbra e depois, em 1828, nas Academias de Direito de São Paulo e Olinda (após 1854 transferida para Recife), os núcleos homogeneizadores ideológicos formados com base na socialização, coesão e treinamento da elite imperial<sup>7</sup>.

No que se refere a homogeneização da elite imperial visualizada a partir das ocupações e das carreiras dos altos funcionários do governo imperial, José Murilo de Carvalho aponta também para a coerência interna e coesão administrativa e, principalmente, no caminho da carreira do profissional de cargos públicos, nota-se a hierarquização estabelecida a partir do centro do Império, com os altos cargos relacionados diretamente aos ministros, o que é acentuado apenas após as reformas centralizadoras de 1841. A conclusão é que

“Apesar das divergências, os vários setores da burocracia possuíam em comum o compromisso com o fortalecimento do Estado, a visão nacional, a oposição ao localismo, ao predomínio excessivo de grupos ou setores de classe. (...) Daí que, embora permitissem mudança, as variações de orientação constituíam antes matizes da ordem”<sup>8</sup>.

A construção da ordem, em José Murilo de Carvalho, leia-se a estabilidade política conseguida apenas nos idos do Segundo Reinado em torno de um projeto político para o Estado nacional, fora fruto de uma coalizão de burocratas a partir do centro do Império, como mostra a organização burocrática, concentrada nos cargos centrais; uma macrocefalia longe das províncias e localidades, o que para ele, forçava uma relação litúrgica do Estado que exerceria seu poder nas questões locais em compromisso com os poderes privados<sup>9</sup>. Tal conclusão não elimina a consideração de divergências quanto ao modelo de organização do Estado liberal em perspectiva no Brasil Imperial<sup>10</sup>, no entanto, reduz a importância da verificação da participação das elites provinciais na formulação e construção de projetos políticos para o Brasil, a qual defendemos.

Assim, as divergências dos partidos políticos sobre a consolidação do poder imperial, são minimizados por um consenso em torno de questões importantes, mas que não encerram as possibilidades da organização do Estado, “quando várias alternativas se colocavam como viáveis politicamente”.

---

<sup>7</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem... Capítulo 03.

<sup>8</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem... Pág. 178. Ver também capítulos 04, 05 e 06.

<sup>9</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem... Capítulo 06.

<sup>10</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem... Pág. 108.

“Houve divergências, e algumas importantes, mas em geral referentes a concepções distintas sobre que modelo de organização do Estado liberal deveria ser adotado no Brasil. (...) Essas divergências não eram acadêmicas, pois continham elementos concretos de interesses econômicos divergentes, assim como, sem dúvida, parte do consenso da elite como um todo se devia a condicionamentos de classe”<sup>11</sup>.

Repare que, sobre as discordâncias entre os partidos políticos, José Murilo de Carvalho as limita como “condicionamentos de classe” não sendo divergências “acadêmicas”, linha de explicação que se segue quando são verificados os “partidos políticos imperiais” em sua “composição e ideologia”. O autor aqui começa a falar das clivagens internas da elite e a perceber os espaços e as “fraturas” no interior dessa elite, mas as divergências aparecem condicionadas aos grupos de pressões sociais relacionados às suas respectivas atividades econômicas, ou seja, a ascensão desta ou daquela proposta política é vista como um subproduto das relações econômicas e sociais. Enfatizando a unidade ideológica da elite imperial<sup>12</sup>, os conflitos intra-elites são relegados a proporções regionais ou locais, que o autor não destaca no processo de “construção da ordem” imperial.

A título de conclusão, José Murilo de Carvalho nos revela a “dialética da ambiguidade”, pois a “unidade ideológica da elite” fazia o Estado reproduzir a si mesmo face uma sociedade desorganizada, expressas nas relações litúrgicas do governo quando objetivava atingir as localidades. Por outro lado, a unidade ideológica não refletia uma unidade social e as discussões e diferenças partidárias são subsumidos pelos interesses econômicos dessa mesma sociedade na qual as elites políticas tinham que manter relações, embora se mantivessem à distância, como o autor ilustra nas figuras do magistrado nas suas relações com o proprietário de terras. Por fim, a política nacional elitizada mantinha-se distante das realidades locais e se aproximava dela apenas pelos setores da classe dominante, negando a esta uma participação na política nacional, relegando as divergências interclasse aos âmbitos menores, o regional ou o local. Refere-se a isso ao distanciamento dos negócios do Estado pela sociedade, retirando a importância dos debates proferidos nos espaços públicos, acerca das questões do Estado.

“(…) A dinâmica política nacional do sistema passou por sucessivas coalizões efetuadas entre setores da elite e setores de classe. No entanto, pelo próprio fato de parte da elite estar vinculada ao Estado e pelo fato de que em sua maioria provinha

---

<sup>11</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem... Pág. 124. Ver também Capítulo 05.

<sup>12</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem... Capítulo 08.

de setores da classe dominante, os conflitos a que davam margem as divergências eram de natureza limitada. Os conflitos que apontavam na direção de um confronto aberto interclasse passavam à margem da elite nacional e circunscreviam-se a lideranças regionais ou locais”<sup>13</sup>.

Num trabalho de síntese sobre o Brasil Imperial, Lúcia Neves e Humberto Machado, seguindo a linha de análise de José Murilo de Carvalho da união ideológica da elite imperial, explicam a tomada do governo imperial pelo partido Regressista, como sendo o fruto das relações econômicas em conflito, ou seja, o avanço regressista aparece como o efeito da ascensão do café na região do centro-sul, nas proximidades da Corte e províncias vizinhas como Minas Gerais<sup>14</sup>. Apontamos nisso os marcos cuja exacerbação restringem os embates políticos, em especial nas províncias, apontando para a homogeneidade da elite política e um dado projeto civilizador no Brasil.

Noutra perspectiva de síntese, no mesmo sentido, Thomas Skidmore se refere à *Recentralização*, que ocorre com as forças centrípetas da Corte baseados no papel de D. Pedro II e na ascensão do café, impondo-se às forças centrífugas de fragmentação das províncias, como sendo o eixo da dinâmica política numa oposição monolítica e mecânica entre os interesses da Corte e das províncias<sup>15</sup>.

A construção da ordem, anunciada por José Murilo de Carvalho, teve um grande adversário no período das regências: as revoltas nas províncias. A ordem preconizada como discurso político enfrentou esse grande entrave. Os embates políticos Regenciais, concomitantes às crescentes revoltas, nos mostram a especificidade do período, assim como a pluralização dos caminhos propostos às exigências da sociedade. Ainda assim, Maria de Lourdes Lyra, noutro trabalho de síntese, também simplifica os embates políticos sobre o período revoltoso Regencial. Para Maria de Lourdes Lyra, a reação conservadora retomada pelo movimento regressista não merece grandes estudos, sob a ótica política dos partidos antagonísticos criados pela conjuntura do Regresso, pois se tratava de dois grupos, do regresso e do progresso, sem diferenças de ideias políticas marcantes entre si; tratava-se da cisão de um mesmo grupo: os moderados<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem... Págs. 211-212. Ver também Conclusão.

<sup>14</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto F. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Pág. 221.

<sup>15</sup> Ver SKIDMORE, Thomas E. Uma história do Brasil. Trad. De Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 3ª edição. 2000.

<sup>16</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências. São Paulo: Atual, 2000. Págs. 107-119, em especial pág. 113. Ver também Capítulo 05.

As revoltas Regenciais não aparecem como o confronto no interior das elites políticas mas polarizadas também entre centro contra as províncias, ou entre as classes mais pobres contra a ingerência política das classes dominantes<sup>17</sup>. Não há, pois, importância para as explicações sobre a causa das revoltas, a partir da sensibilidade dos agentes políticos, e os diferentes direcionamentos encaminhados para, mesmo, enfrentar tais conflitos armados.

Mais recentemente, Miriam Dolhnikoff<sup>18</sup> também minimiza as diferenças dos projetos políticos, reduzindo as esferas de debate e diminuindo a importância das reformas regressistas. Embora concordemos com Dolhnikoff quando credita importância para as conjunturas provinciais no processo de formação do Estado nacional, discordamos da separação que ela faz sobre as ações políticas como sendo distantes dos discursos e das acusações proferidas pelos agentes partidários, destituindo a relevância das esferas de debate político e das propostas partidárias divergentes.

Miriam Dolhnikoff aponta também para uma maneira de reduzir as diferenças dos partidos políticos em debate. Para ela, mesmo com as reformas regressistas dos tempos finais da regência e no início do Segundo Reinado, o pacto federativo prevaleceu até a proclamação da república. Afastamo-nos da perspectiva de Dolhnikoff que distancia excessivamente os discursos das ações políticas: para ela foi

“(...) da retórica do debate parlamentar, das acusações recíprocas ditadas pelo empenho em tentar negar legitimidade ao oponente, nasceu e cristalizou-se a imagem com que ambos os grupos [regressista e liberal] têm sido desde então apresentados pela historiografia (...) imagem construída por inimigos políticos e que não correspondia ao conteúdo de seus projetos materializados na legislação aprovada nas décadas de 1830 e 1840”<sup>19</sup>.

Em nossa perspectiva, ao contrário, o político é a dimensão no qual os homens percebem suas relações e conflitos, e assim articulam determinadas ações<sup>20</sup>. Nessa perspectiva, a construção do Estado nacional deve incluir direcionamentos de análises que deixem os atores políticos 'falarem' sobre as suas angústias, apreensões, expectativas, soluções e desilusões quanto ao rumo dos acontecimentos. Os discursos políticos e os debates dos atores políticos presentes à época e a sua repercussão na sociedade têm relevância enquanto

---

<sup>17</sup> Ver LYRA, Maria de Lourdes Viana. O Império em construção...

<sup>18</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>19</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial... Pág. 142.

<sup>20</sup> Ver ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). In. História. UNESP, São Paulo, vol.15, 1996.

objeto de estudo e a análise do período histórico, ainda que considere instâncias outras, deve preservar uma relativa autonomia dos embates políticos.

O tema da construção do Estado nacional, sob novas abordagens, vêm sendo revisitado pela historiografia brasileira<sup>21</sup>. A pluralização de projetos políticos propiciada pela diversidade de propostas contrastantes para o Estado Nacional bem como a efervescência das discussões políticas, refletem as fraturas ideológicas abertas no interior mesmo das próprias elites políticas. O período Regencial (1831-1840) é rico nos debates públicos e propostas políticas antagônicas, revelando-se num verdadeiro “laboratório da nação”<sup>22</sup>.

A renovação da história política conflui com a revisitação da historiografia acerca da construção do Estado e da nação nos oitocentos. Isto porque a dimensão do político “não é mais uma instância ou um domínio entre outros da realidade: ele é o local onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”<sup>23</sup>. Da afirmação da relativa autonomia da atmosfera política, supusemos trazer o agente político para o centro da pesquisa histórica, este com as suas possibilidades e incertezas, com a “reabilitação da parte explícita e reflexiva da ação”<sup>24</sup>, libertando-o em certa medida dos sufocamentos das estruturas e do aprisionamento das circunstâncias.

Os atores políticos são vistos numa análise situacional e as ações com um objetivo, impregnados de indeterminações, ou seja, com várias possibilidades. A racionalidade individual da intencionalidade é vista nesse espaço dos possíveis. Para ver a ação é preciso saber da situação, das regras e normas e depois ver a escolha racional ou intenção, da motivação própria dos atores<sup>25</sup>.

Com relação à construção do Estado e da nação brasileira nos oitocentos, em especial no período das regências, a via política não está destacada da sociedade. Os partidários em disputa discursavam num debate público para difundir seus princípios na sociedade civil. Isso requer uma percepção da esfera pública em seus espaços de formação de consensos, na qual os discursos emanados dos partidos políticos experimentavam a sua efetividade numa relação dialética com a sociedade. Para isso deve-se considerar a esfera pública como “a esfera das

---

<sup>21</sup> Ver JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo: HUCITEC: Fapesp, 2003.

<sup>22</sup> Ver BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

<sup>23</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político... Pág. 30.

<sup>24</sup> DOSSE, François. A História à prova do tempo. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. Págs.41-43.

<sup>25</sup> DOSSE, François. A História à prova do tempo... Pág. 59.

pessoas privadas reunidas em um público”<sup>26</sup> que, por seu turno, adquiriam um importante acesso civil de discussão pública, não menos política, em torno das questões partidárias contrastantes.

A imprensa da época era político partidária<sup>27</sup> e estava inserida nos espaços públicos e fez a mediação dos projetos políticos com a sociedade civil. Os partidos buscavam a hegemonia<sup>28</sup> dos seus projetos para formar consensos na sociedade num processo de direcionamento da opinião pública, ou seja, “a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado”<sup>29</sup>.

Os espaços de sociabilidade<sup>30</sup> também foram engendrados fora do âmbito institucional. Tiveram grande destaque político e desempenharam um importante papel na articulação e na formação dos partidos. Na esfera pública, sociedades políticas e mesmo na imprensa, forjavam-se as relações entre os partidários, dando certa coerência e direcionamento para os partidos políticos. Ou seja, sabemos da importância desses espaços de sociabilidade para a formulação dos projetos, mas este é apenas o ponto de partida para lidar com os discursos que ganhavam amplitude na sociedade em sua forma e a imprensa, com uma posição privilegiada nessa mediação, assume papel preponderante na análise dos discursos políticos.

Defendemos, portanto, que as articulações político-partidárias não aconteceram de modo simplificado como uma mera substituição ou imposição de um grupo dominante. Para isso, evidenciamos que a conjuntura do Regresso, no período Regencial, demandou um enfrentamento na esfera pública da época com um grande debate em torno de princípios e direções antagônicas protagonizadas por liberais e regressistas, ou seja, no interior da elite política e na conjuntura provincial de Minas Gerais, com a apresentação de alternativas viáveis politicamente para a construção do Estado e da nação e para a difusão dos seus projetos políticos na sociedade. Sob essa perspectiva, tentaremos elucidar os termos desse

---

<sup>26</sup> HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Pág. 42.

<sup>27</sup> Sobre a imprensa como fonte de pesquisa histórica ver LUCA, Tânia R. de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 2006.

<sup>28</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999. Págs. 93-114.

<sup>29</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, HUCITEC, 2005. Pág. 201.

<sup>30</sup> Sobre sociabilidades ver QUIRÓS, Pilar G. B de. *La Sociabilidad y la Historia política*. In: E. Pani, A. Salmerón (coord.), *Conceptuar lo que se ve*. François-Xavier Guerra, historiador. Homenaje. México, Instituto Mora, 2004. Págs. 419-460.

debate por meio da imprensa partidária dividida junto à sociedade civil mineira naquela conturbada conjuntura.

Nessa perspectiva, novos trabalhos sobre o início da regência propiciam o reconhecimento das disputas políticas na esfera pública, através da imprensa. Na conjuntura da abdicação do Imperador D. Pedro I (7 de Abril de 1831), o embate dividiu a Corte entre caramurus, exaltados e moderados, estes últimos ascendidos ao governo nacional<sup>31</sup> e, em Minas Gerais, Wlamir Silva<sup>32</sup> explicita a construção da hegemonia liberal moderada na província, redimensionando os embates políticos e trazendo os atores políticos para o centro da pesquisa.

Porém, a conjuntura Regencial mudou substancialmente após a promulgação do Ato Adicional (1834). Foi um momento de desconstrução daqueles partidos, ensejado pela cisão dos moderados<sup>33</sup>, hegemônico em Minas e governante no âmbito nacional. O que se seguiu à cisão moderada foi a desestruturação dos partidos políticos, o que diluiu os seus atores nos dois partidos que se formavam: o Regressista e o Liberal. Em Minas Gerais, a cisão moderada, fruto da conjuntura nacional, inviabilizou o “protótipo de estado” e, num processo paulatino e crescente desde 1835, a nova configuração política apontava para o horizonte do Regresso<sup>34</sup>.

Com a queda do regente Feijó, em setembro de 1837, explicitaram-se as posições e os embates políticos se modificaram: nesse marco, estava contido o avanço liberal. Assim, a ascensão do partido do Regresso ao poder trouxe um novo reagrupamento para uma posterior consolidação dos partidos e projetos políticos da época. Esses novos partidos se esforçaram para estabelecerem suas novas identidades políticas, em um momento de rearticulações que, ademais, foram a base para os futuros partidos do Segundo Reinado. O contexto do Regresso revelou ainda a continuação do enfrentamento público, no qual houve a reconstrução dos

---

<sup>31</sup> Ver BASILE, Marcelo. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, tese de doutorado, 2004 e MOREL, Marco. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

<sup>32</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009.

<sup>33</sup> Sobre a cisão moderada ver SILVA, Wlamir. UFSJ. Ser ou não ser liberal, eis a questão: a cisão da moderação mineira no contexto do Regresso (1834-1837). Anais eletrônicos XVI encontro regional de história ANPUH-MG, Belo Horizonte, 2008.

<sup>34</sup> Ver SILVA, Wlamir. UFSJ. Ser ou não ser liberal, eis a questão... Ver também GONÇALVES, Andréa Lisly. Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec; Minas Gerais: FAPEMIG, 2008.

termos em debate. Essa conjuntura marca o ascenso dos regressistas e a resistência liberal consubstanciada no paradoxal Golpe da Maioridade e nas “eleições do cacete”<sup>35</sup>.

Com o ascenso do partido Regressista ao poder, os debates polarizaram-se entre liberais e os próprios regressistas. O debate na imprensa denota a reconstrução das identidades políticas e, paralelamente às crescentes revoltas, o regressismo baseou-se na formação de um consenso em torno de seu projeto na sociedade civil também em Minas Gerais, ou seja, a “difusão do princípio monárquico”<sup>36</sup>.

Durante o Regresso, a representação política e as eleições também se apresentaram como o processo legítimo e aceito na sociedade, ganhando importância a imprensa e os periódicos que se valiam do debate público, direcionando a opinião pública também importante nas discussões das ações políticas. A imprensa é o espaço para a prática política<sup>37</sup>, através dos discursos, dentre as quais ressaltamos a difusão dos seus conceitos e o direcionamento do público para uma opinião e para a inculcação de valores<sup>38</sup>.

Defendemos, por isso, a ideia de uma coesão dos partidos, assentado nas semelhanças entre os agentes políticos, por princípios e projetos e em defesa de uma cultura política, não sendo apenas uma defesa de interesses social ou provincial, mas de projetos para um Estado nacional ainda em construção. Os atores políticos divididos nos partidos e imersos nas mudanças conjunturais, formaram seus princípios e difundiram na sociedade tais posições, numa ação por meio dos periódicos.

Evidenciando a organização dos partidos por seus projetos políticos temos também outros espaços de sociabilidades como as Assembleias instituídas. Não sendo elas necessariamente, espaços de conciliação ou convergência como diz Fábio Santa Cruz, mas principalmente de combate entre os projetos políticos. Na perspectiva de Santa Cruz, o Regresso baseou-se no predomínio da oposição à ideia de conciliação no parlamento, sendo um período em que a conciliação não teve forças para predominar. Ao contrário, o enfrentamento dos partidos parece-nos a tônica dos debates parlamentares, pelas diferenças entre os projetos políticos possíveis para a sociedade<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002. Págs. 61 e 65.

<sup>36</sup> Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro: ACESS, 1994. Pág. 149.

<sup>37</sup> MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado, 2006. Pág. 57.

<sup>38</sup> Ver MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos... Capítulo 2.

<sup>39</sup> Ver SANTA CRUZ, Fábio Santiago. Em busca da conciliação: ideias políticas no parlamento do Império do

O enfrentamento partidário aconteceu repleto de discussões nos espaços públicos e no contexto do Regresso, houve o combate de dois projetos políticos com as duas facções ainda não totalmente definidas buscando a sua identidade e, para isso, basearam-se na relação com a sociedade civil, criando alternativas para a construção do Estado e da nação. Concordando com Erik Horner, não subestimamos “as intenções dos envolvidos, que acreditavam na bandeira política revolucionária que defendiam”<sup>40</sup>. Para tanto, destacaremos os agentes políticos no momento dos debates e não as conclusões solidificadas e as estruturas aparentemente rígidas desse processo, haja vista que não se sabia as dimensões que chegariam os projetos, sendo relevantes suas possibilidades reais e a capacidade de difundir-se na sociedade.

No embate dos dois projetos políticos, ação e reação, liberal e regressista, atuaram mutuamente ao mesmo tempo e disputando o mesmo espaço, ou seja, o mesmo público<sup>41</sup>. Construíram suas formas nos embates e, no encontro com o outro projeto, reformularam suas próprias propostas e as acomodaram no novo contexto. Os partidos divergiram em temas e direções conjunturais importantes e foram submetidos a uma expectativa dos acontecimentos e das posturas que poderiam alcançar, além da possibilidade de difusão de tais projetos.

As culturas políticas mostravam grande potencial. Por isso, escolhemos como foco central o embate dos dois projetos políticos, no “calor” dos acontecimentos. No espaço da criação e atuação dos projetos que, para Minas Gerais, estão inseridos na lógica local e também na conjuntura nacional, devemos estar atentos às lutas por delineações dos conceitos, as atitudes formuladoras de posturas, as rotulações dos adversários e as representações que se passavam para a sociedade civil.

Com a elite política mineira dividida, o debate ocorreu entre partidos antagônicos que buscavam se apresentarem como simetricamente opostos. Esse foi o intento e o que se passou para a sociedade. Uma tomada de posições que passou pelos periódicos, denunciando posições extremadas a que se poderiam chegar. Desse modo, interessa-nos as representações políticas construídas pelos partidos opostos, ou seja, pela imputação feita ao oponente. Tais construções identitárias demonstram as divergentes e conflitantes vias de representações

---

Brasil (1831-1855). UNB, Brasília, tese de doutorado, 2008.

<sup>40</sup> O autor busca a lógica do movimento armado de 1842, em São Paulo, a partir da conjuntura anterior do Regresso. HORNER, Erik. Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo (1838-1844). São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 2005. Pág. 20.

<sup>41</sup> Mattos rompe com o evolucionismo de José Justiniano da Rocha mostrando que Ação e Reação não foi uma sucessão temporal e simplista acontecendo ao mesmo tempo e, por vezes, disputando o mesmo espaço. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema... Págs. 125-127.

possíveis do período, que, assim, passam a ser o objeto e o próprio campo conflituoso daquela construção histórica. É nessa perspectiva que os regressistas atuaram contra uma ameaça republicana e os liberais enfrentaram a ameaça do despotismo, ameaças que para eles eram reais. Ou seja, enquanto os liberais bradavam contra “a hidra do despotismo metamorfoseado em Regresso”<sup>42</sup>, os regressistas denunciavam: “cortemos a cabeça da hidra republicana que do despotismo estamos nós livres”<sup>43</sup>.

Assim, as interpretações dos conceitos convergiam para uma possibilidade maior, qual seja o republicanismo de um lado e o despotismo do outro. Revelavam ainda as potencialidades nas quais os projetos poderiam desenvolver. Alcançaremos, com as posições antagônicas entre liberais e regressistas, o Golpe da Maioridade protagonizado pelos liberais que se apropriaram do referencial monárquico fomentado pelos regressistas e o seu desdobramento nas “eleições do cacete”<sup>44</sup>.

O recorte cronológico será de setembro de 1837, mês da renúncia do regente Feijó e quando o Regresso ascende ao poder central de fato, até 1840, com a maioria antecipada do Imperador protagonizada pelos liberais e as “eleições do cacete”. Referindo-se, pois, a dois momentos, nos quais se destacam o surgimento e crescimento do Regresso e a resistência liberal, ainda que sob o paradoxal resgate da figura monárquica. O recorte justifica-se pela relevância das fontes e a necessidade de um estudo qualitativo e pormenorizado das especificidades dos usos conjunturais e regionais e das apropriações nuançadas das culturas políticas. Quanto ao recorte espacial, verificaremos a conjuntura regional desse processo, nos periódicos de Minas Gerais, buscando relacionar a dinâmica da política na província e a sua relação com a conjuntura do Império.

O conceito de cultura política segue a formulação de Bernstein, sendo “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. A cultura política apresenta um “conjunto homogêneo”, mas com “componentes diversas”. Dentre essas componentes temos “uma base filosófica ou doutrinária” expressa numa “vulgata acessível ao maior número”, uma “leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado”, “uma visão institucional que

---

<sup>42</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 17/02/1838.

<sup>43</sup> *O Unitário* de 26/10/1839.

<sup>44</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002. Págs. 61 e 65.

traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes” e “uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura”<sup>45</sup>.

Conforme José Murilo de Carvalho, o termo elite política restringe-se ao grupo de pessoas com altos cargos do Executivo e Legislativo, responsáveis pelas decisões da política imperial. Desse modo, a elite política provincial, por inferência, é responsável pelas decisões a nível da política provincial<sup>46</sup>. No entanto, interessa-nos perceber as ações e formulações da elite intelectual da província, ou seja, as personalidades provinciais vinculadas as práticas de ação política por meio da imprensa. São intelectuais engajados nos partidos políticos, com capacidade organizativa em seus diversos níveis, transformando pedagogicamente a filosofia em senso comum e difundindo uma direção na sociedade<sup>47</sup>.

Investigar o político, tal como o vemos, é também estudar as “racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a maneira como uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”, estas representações como inerentes à consciência dos atores, baseia-se na “reflexão da sociedade sobre si mesma” com a finalidade de “fazer a história” tal como os próprios agentes procuram perceber um problema e construir respostas<sup>48</sup>.

As representações são objetos de estudo do historiador, pois suas posições contrastantes são um próprio espaço de conflitos. Tal como preconizou Chartier, as “lutas de representações cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social (...) dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade”<sup>49</sup>. Ainda permite fazer com que os agentes da época possam 'dizer' mais sobre a realidade em que estavam imersos. Os discursos políticos são as fontes privilegiadas dessa natureza, pois acompanhá-los as articulações no momento da sua execução, através da ótica desses agentes.

Os homens em sua dimensão política percebem suas relações e articulam determinadas ações. A percepção do homem é significada nos discursos políticos por meio de conceitos e,

---

<sup>45</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998. Pág. 350.

<sup>46</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem...

<sup>47</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, vol.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999. Págs. 93-114.

<sup>48</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). In. História. UNESP, São Paulo, vol.15, 1996. Págs. 33-34.

<sup>49</sup> CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002. Pág. 73.

además, norteiam a ação, ou seja, é em torno de conceitos “que se amarram e encontram inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação”<sup>50</sup>. Portanto os conceitos dos quais se retiram os significados das percepções das relações e conflito, também se tornam objeto de estudo do historiador da renovada história política.

Como parte do campo das representações, os conceitos direcionam as ações práticas. A luta pela atribuição de significados dos conceitos fundamentais, pelos partidos em debate será objeto de estudo. Assim a “multiplicidad de conceptos y de 'sociolectos' o niveles del lenguaje hablado, tal y como son realmente usados por los distintos estratos, grupos, partidos o clases sociales”<sup>51</sup> pode contribuir com explicações elucidativas das diversas ações em conflito. Ou seja, grupos diferentes podem lutar para dar legitimação a um conceito e tal luta dos múltiplos significados de conceitos será importante para perceber o debate político e as orientações práticas dos partidos, assim como a eficácia de tais conceitos delineados na sociedade em que desejavam deitar raízes.

Esse trabalho tem como objetivos, primeiramente evidenciar o debate na esfera pública, em suas dimensões regionais, na qual a elite política mineira dividiu-se em dois partidos e difundiram seus conceitos pela imprensa numa busca pela hegemonia na sociedade civil. Segundo, observar as novas representações partidárias de liberais e regressistas, delineando os seus projetos políticos antagônicos para o Estado e a nação. A partir desse segundo objetivo e sob o viés da cultura política, perceber as apropriações e definições dos conceitos que consubstanciaram aqueles projetos políticos. Por fim, observar as possibilidades reais daqueles projetos em sua relação com a sociedade civil, a partir da questão da efetividade de republicanismo ou despotismo, conforme se acusaram mutuamente os partidos adversários.

Por isso, os capítulos foram recortados da seguinte maneira: no primeiro capítulo, buscamos historicizar a evolução da esfera pública e a imprensa nela inserida, observando a instrumentalização dos espaços públicos e seus usos políticos no processo de construção do Estado Imperial brasileiro. Com isso, perceberemos o uso da imprensa para direcionar a sociedade civil, o significado que os partidos políticos davam para a imprensa e a apresentação desses instrumentos partidários em Minas Gerais. No capítulo dois, mostraremos o esforço dos dois partidos de Minas Gerais, Regressista e Liberal, para criarem as suas

---

<sup>50</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político... Pág. 34.

<sup>51</sup> KOSELLECK, Reinhart. História de los conceptos y conceptos de história. In: Ayer. Revista de História contemporânea. 2004 (1). Pág. 39.

identidades reinterpretando as culturas políticas. No terceiro capítulo, a partir da ótica dos liberais sobre os regressistas, veremos a construção da direção partidária, dos princípios e projetos políticos, pela exclusão de conceitos negativos denunciados por seus adversários, dando significado para as culturas políticas debatidas. No quarto capítulo, mudaremos de partido e, pela ótica dos regressistas, lançaremos o mesmo olhar agora sobre o partido Liberal.

Foram pesquisados os números da imprensa periódica mineira conhecidas no recorte cronológico escolhido com a realização de leitura, mapeamento e fichamento dos temas e dos termos do debate político, a partir da visão de duas culturas políticas conflitantes, das apropriações e usos de conceitos fundamentais que indicavam as delineações dos projetos políticos, as rotulações de posturas, atribuições de significados e representações ligadas às práticas políticas dos partidos em combate. Normalmente os periódicos têm quatro folhas e alguns apresentam páginas faltantes ou mutiladas; raramente estão acrescidas de um suplemento. No recorte cronológico estabelecido, temos oito periódicos liberais perfazendo um total de seiscentos e noventa e cinco números contra quatro periódicos regressistas, num total de cento e vinte e três números. A magnitude das fontes mostram um desequilíbrio entre os dois partidos, porém a partir de uma análise qualitativa, ou seja, com a contundência das afirmações contidas nos periódicos podemos transpor esse desafio da pesquisa histórica. Além disso, para preencher certas lacunas, temos a republicação de artigos contidos em outros periódicos do acervo.

O maior número de títulos periódicos liberais nos mostra um uso maior da imprensa por este partido. Repare que o número de oito títulos liberais contra quatro regressistas não confere uma lacuna no acervo, pois, estes são os títulos lançados naqueles tempos e citados nos debates políticos de Minas Gerais. Os regressistas lançaram três periódicos em Ouro Preto contra dois liberais existentes, mostrando um equilíbrio na disputa da opinião pública dessa região. Nas regiões de São João Del Rei, São José Del Rei e Barbacena, os quais os debates pareciam ter uma mesma orientação, os regressistas sustentaram um título periódico, garantindo a sua representatividade na região e os liberais multiplicaram as suas folhas, às vezes efêmeras, talvez, por acreditarem numa maior aceitação das ideias do partido Liberal ou mesmo para combater a difusão das ideias regressistas naquele polo de debates.

No quadro a seguir, a coluna *Periódicos* e *Localidade* referem-se ao nome do periódico e sua respectiva localização. A imprensa partidária dividida nos permite separar os periódicos de acordo com o seu *partido político*. As colunas com os anos que seguem o nosso

recorte cronológico, têm a quantidade total dos periódicos que foram preservados, mostrando lacunas em alguns casos, e o caráter efêmero dos periódicos em outros. Fazemos menção aos periódicos regressistas *O Correio de Minas* (1838-1844) e *O Monarquista Leal* (1840), além dos liberais *O Monarquista* (1838) e *A Igualdade* (1840), todos sem acervo conhecido no período estudado.

**Tabela 1 Relação de Fontes: periódicos mineiros conhecidos para o período estudado**

Periódico	Localidade	Partido político	Set-Dez 1837	1838	1839	1840	Total
O Universal	Ouro Preto	Liberal	46	159	183	151	<b>539</b>
O Correio de Minas	Ouro Preto	Regressista		0	0	0	<b>00</b>
O Guarda Nacional Mineiro	Ouro Preto	Liberal		38	31	20	<b>89</b>
O Unitário	Ouro Preto	Regressista		22	38	13	<b>73</b>
O Monarquista Leal	Ouro Preto	Regressista				0	<b>00</b>
Astro de Minas	São João Del Rei	Liberal	0	14	22		<b>36</b>
O Parahybuna	Barbacena	Regressista	01	19	30	0	<b>50</b>
O Popular	São José Del Rei	Liberal			0	14	<b>14</b>
A Igualdade	São José Del Rei	Liberal				0	<b>00</b>
O Americano	São João Del Rei	Liberal				16	<b>16</b>
O Monarquista	São João Del Rei	Liberal		0			<b>00</b>
O Eco da Razão	Barbacena	Liberal				02	<b>02</b>
<b>Total de periódicos</b>							<b>819</b>

Fonte: Acervo de periódicos micro-filmados da Biblioteca Nacional, existentes na biblioteca da Universidade Federal de São João Del Rei/MG.

## CAPÍTULO I

### **A construção do Estado nacional nos oitocentos: política e imprensa.**

Em 19 setembro de 1837, um acontecimento tratou de mudar os rumos da política brasileira. O regente Feijó renunciara ao governo nacional em favor da oposição. Finalmente o partido Regressista ascendia ao poder de fato, após uma tumultuada administração do então regente Feijó. A mudança dos rumos políticos naquela ocasião faria com que se acreditasse na inversão da trajetória política até então. Não era mais o tempo da ação; pelo contrário, eram os auspícios de uma reação, baseado no refluxo da ação liberal<sup>52</sup>. O Regresso, que emergia numa atmosfera turbulenta, realmente polarizara a política nacional numa nova configuração partidária e contra o regresso os liberais levantaram a bandeira oposicionista do progresso.

A renúncia do regente Feijó não gerou grandes considerações do político conservador Justiniano José da Rocha. Oposicionista de Feijó e contemporâneo aos acontecimentos de 1837, Justiniano escreve, algum tempo depois, uma evolução da história política do Brasil Imperial. Trata-se de um opúsculo controvertido, contestado como texto histórico por faltar imparcialidade nos relatos, algo que Justiniano não pretendia, pois era abertamente partidário. Justiniano atribuía à sua história a missão de despertar reflexões sobre a sua atualidade (1855) influenciando nos estadistas que a dirigiam, sendo, à sua maneira, o primeiro a dar um testemunho sintetizado e interpretativo da trajetória política brasileira desde os tempos de independência até os dias da sua época em 1855<sup>53</sup>. O que retemos aqui do seu opúsculo é a sua pouca atenção acerca do fato da renúncia de Feijó, numa interpretação teleológica na qual os anúncios da renúncia viriam antes mesmo do fato consumir-se, como resultados de um pensamento evolucionista do autor, que produziria uma síntese superior impondo uma sucessão temporal aos acontecimentos do Império, como na “luta” e “triunfo” da ação

---

<sup>52</sup> Para a interpretação de inversão do polo político, baseado na ação, seguida da reação ver ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). Três Panfletários do Segundo Reinado. São Paulo, Nacional, 1956. (a 1ª edição é de 1855).

<sup>53</sup> Sobre a crítica ao opúsculo de Justiniano José da Rocha, como um folheto datado e com a atenção voltada para a reflexão do tempo presente do autor do texto (1855), e não com profundidade para ser um eixo interpretativo histórico ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. Ver ainda MARSON, Izabel Andrade. O Império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, Marcos Cézár de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: USF: CONTEXTO, 1998.

(liberal) e reação (conservadora), produtores da posterior síntese (conciliação: entre a ação e a reação)<sup>54</sup>.

A importância dada à renúncia de Feijó e a conjuntura própria do Regresso que a seguiu, também passa ao largo da historiografia brasileira. Não há grandes trabalhos na perspectiva da história política renovada, que se debrucem sobre as novas configurações partidárias saídas do regressismo. Exceto alguns textos narrativos que perpassam o período<sup>55</sup> ou histórias contadas a partir de biografias de alguns relevantes personagens da vida política do Império<sup>56</sup>, não houve interesse por parte da historiografia de tratar do nebuloso período do Regresso. O vácuo de estudos aumenta com relação as conjunturas provinciais, no caso Minas Gerais, para a compreensão da sua dinâmica e na sua relação com a política nacional<sup>57</sup>.

Erik Horner busca na conjuntura do Regresso as bases para esclarecer as alianças políticas tomadas no movimento armado de 1842 em São Paulo. O autor revela as aproximações que forjaram os partidos na província paulista, quando articularam o partido Paulista (afinado aos liberais) e o partido da Ordem (versão regressista provincial), destacando a continuação dos embates políticos que desencadearam na revolta liberal de 1842<sup>58</sup>. Porém, quando Horner avança seus estudos abarcando também a província de Minas Gerais coloca como marco inicial fundamental o golpe da maioria (1840), como a “época de definições” partidárias. Preocupado em estudar, nas duas províncias, o movimento armado de 1842 o autor busca principalmente no parlamento, durante o adiamento da maioria do monarca, as razões do partido Liberal, maiorista, de buscar essa alternativa política para barrar o partido Regressista no governo, além de reconstruir a teia de articulações que resultariam nas disposições partidárias durante a revolta liberal (1842). O acirramento do

<sup>54</sup> Como já observamos, Mattos rompe com o evolucionismo de José Justiniano da Rocha ao mostrar que luta e triunfo da Ação não se sucederam temporalmente, apresentando-se ao mesmo tempo. Mattos rompe também com a ideia de oposição simplista e excludente entre as forças impulsionadoras daquele movimento, ou seja, da oposição entre a liberdade e a autoridade. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema...* Págs. 125-127.

<sup>55</sup> Ver, por exemplo, CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana...*

<sup>56</sup> Magda Ricci, além de fazer uma biografia de Diogo Antônio Feijó, trabalha com a construção da sua memória, revisitando a historiografia sobre esse personagem. Ver RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Editora da UNICAMP; Cecult – IFCH, 2001. Ver também SOUZA, Octávio Tarquínio de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988 e SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Diogo Antônio de Feijó*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

<sup>57</sup> Perpassando o período do Regresso em Minas Gerais citamos apenas IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico, V.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002.

<sup>58</sup> Ver HÖRNER, Erik. *Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo (1838-1844)*. São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 2005.

combate partidário que serviria de escaramuça à revolta, aconteceu no decorrer do ano de 1841 quando, após o golpe da maioria e do efêmero gabinete maiorista e liberal, um novo gabinete afinado às ideias regressistas recolocou em marcha as suas reformas como a do Código do Processo e o restabelecimento do Conselho de Estado. Assim, os liberais descontentes com a marcha do gabinete, esgotaram as alternativas legais e pegaram em armas contra a política do ministério<sup>59</sup>. Contudo, o Regresso é uma conjuntura adjacente do foco principal do autor, a revolta liberal.

Ilmar Rohloff de Mattos passa pelo regressismo, mas para demonstrar as origens da configuração do tempo saquarema, ou seja, a consolidação da ordem conservadora no alvorecer do Segundo Reinado. No trabalho de Ilmar Mattos, a conjuntura do Regresso não é estudada de forma autônoma, haja vista que não fora o objeto de estudo deste historiador. O regressismo seria a base do partido Conservador saquarema do Segundo Reinado, as lideranças regressistas apontavam para isso<sup>60</sup>. Mas antes disso, vivenciaram uma conjuntura com possibilidades múltiplas e encetaram travar discussões sobre muitos pontos controversos, relevantes para a modulação dos partidos políticos, que não poderiam atravessar tal conjuntura sem desatar cada nó ao seu tempo.

Em Justiniano José da Rocha, o período do Regresso é subsumido numa tendência maior, a da reação monárquica. Em Ilmar Mattos, o regressismo em si não era seu foco. Tal conjuntura torna-se ancilar à formação do partido Conservador do Segundo Reinado. Não há autonomia da política conjuntural do Regresso, bem como as construções costuradas pelas elites políticas naquele período. As rearticulações partidárias durante esse período ocorreram sob os auspícios da imprevisibilidade dos acontecimentos, num espectro relativamente amplo de possibilidades e com as incertezas dos agentes políticos, ou seja, sob a expectativa angustiante gerada pela chegada de um futuro imprevisível e incerto, porém possível, sensação vivida pelos personagens daqueles tempos<sup>61</sup>. Esperamos mostrar a importância da dinâmica combativa dos partidos políticos em disputa, sob o viés da cultura política, para a conjuntura do Regresso que alcança o golpe da maioria e seus desdobramentos nas eleições do cacete em 1840. Em especial verificamos a dinâmica da província de Minas Gerais e em relação com a política nacional da Corte no Rio de Janeiro.

---

<sup>59</sup> Ver HORNER, Erik. Em defesa da Constituição. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). São Paulo, USP, tese de doutorado, 2010.

<sup>60</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema...

<sup>61</sup> Ver KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: Idem. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio; 2006.

A relação da imprensa com os embates partidários não era novidade quando aquela acompanhava os fluxos das disputas políticas em torno da regência de Feijó. A estreita relação entre imprensa e política têm se tornado grande objeto de estudo da historiografia mais recente. Ou seja, a renovação dos estudos referentes à construção do Estado nacional brasileiro no século XIX, têm privilegiado as instâncias de poder, considerando a autonomia do político e a sua relação com a sociedade. Nessa perspectiva, a relação do Estado com a Sociedade<sup>62</sup> é reconsiderada e as formulações das elites políticas nos seus discursos e práticas, em seus vários meios de ressonância, passando pelos círculos políticos institucionais como a tribuna e fora deles como a imprensa, têm merecido destaque dos historiadores da renovada história política.

No processo de Independência do Brasil (1820-1822), Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves revisita a imprensa, com estudos a partir da difusão da cultura política por meio de escritos diversos luso-brasileiros, entre folhetos e jornais, com circulação na Corte brasileira. A autora delinea um intenso debate em torno das novas ideias liberais e o seu impacto causado nas elites políticas brasileiras reconstruindo o imaginário político da Independência. Também, a explosão das novas formas de debate político entravam em cena, entrelaçadas com as ideias liberais. A dinâmica política saía dos círculos palacianos restritos, para inundar a esfera pública com a circulação de periódicos e trazia consigo não só a novidade da imprensa política, mas também da importância dada a uma incipiente opinião pública. Era o processo de desenvolvimento de uma esfera pública política na Corte<sup>63</sup>.

Nesse trabalho, Lúcia Neves nota que o público desses periódicos restringia-se preferencialmente aos membros das elites política e intelectual. Mas fora tão grande o impacto, que a novidade dos periódicos dividia as elites políticas acerca da ampliação das suas esferas de debates. Ou seja, a elite coimbrã (formada na Universidade de Coimbra – Portugal), mais ligada ao governo, não via na imprensa um “mecanismo capaz de formar uma opinião pública”, mas se preocupava em conter “o avanço de ideias mais radicais”. Para a elite brasiliense, os autores dos impressos buscavam mobilizar um público “através de uma pedagogia crítica e reflexiva sobre os acontecimentos (...) levando-o a uma nova postura frente à política da época”. Lúcia Neves percebe ainda a importância da constituição de um “espaço de liberdade de expressão para se realizar com maior eficiência a relação autor-

---

<sup>62</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema... Pág. 130.

<sup>63</sup> Ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2003.

público”. Lembra ainda que da “necessidade crescente de informação por parte de uma elite intelectual fazia com que cada vez mais a publicação de jornais e folhetos se tornasse prática habitual no mundo luso-brasileiro”<sup>64</sup>.

Enquanto em Lúcia Neves, percebe-se a preocupação do Estado com os desdobramentos das discussões políticas na esfera pública, Gladys Sabina Ribeiro estuda que a esfera pública fora um espaço para a participação popular na vida política nos idos do Primeiro Reinado (1822-1831). Gladys Ribeiro verifica os conflitos nas ruas da Corte entre brasileiros contra portugueses enquanto movimentos políticos, atestando a maior diversidade e ampliação dos espaços públicos para diversos personagens, com práticas de ação política, gerando uma relação tensa entre o Estado e as novas esferas de discussões públicas<sup>65</sup>.

Marco Morel trabalha com esse processo de transformação dos espaços públicos na Corte Imperial da Independência até as regências quando a “modernidade política”, em variadas vertentes de liberalismo, impulsionou a entrada de novas formas de práticas políticas, diferentes da política palaciana do Antigo Regime, que desenvolvia a politização da esfera pública para além das circunscrições do Estado, tornava relevante a construção da opinião pública e engendrou, com isso, novas formas de sociabilidades. Sob a égide das “novas ideias”, o novo vocabulário político construiu as novas identidades políticas e suas formas de organização, conformando partidos que se enfrentaram diante de um público mais amplo, participativo, uma opinião pública influente, mesmo com diferentes interpretações conflitantes sobre seu uso político e sua fisionomia. Os novos atores políticos formavam uma verdadeira elite cultural, que se confundia com a elite política, pois eram estes os formadores de opinião. Espocavam na Corte, diferentes espaços de uma nova sociabilidade em associações formais e voluntárias ou transformadas para fins políticos, ou mesmo, em espaços informais e nas vozes e gritos populares captados na imprensa e em manuscritos da época<sup>66</sup>.

Em Minas Gerais, Wlamir Silva estuda no processo da Independência brasileira a “gestação liberal” na província, focado na relação problematizada dos provincianos mineiros no processo de adesão ao projeto centrado em D. Pedro I. As divergências, tensões e conflitos que causavam dissidências e vacilações quanto ao modelo de Estado a ser erigido, mostravam que não fora uma adesão automática das elites políticas mineiras. Ao contrário, houve

---

<sup>64</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais...* Pág. 97.

<sup>65</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

<sup>66</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, HUCITEC, 2005.

alternativas de projeto e deliberações políticas nos foros institucionais, como as câmaras municipais e a Junta provincial de Ouro Preto. D. Pedro I teve que costurar e conseguir apoio pessoalmente, viajando para a província e, com isso, ocupando o espaço público e cativando aos mineiros com a sua figura real<sup>67</sup>.

Um pouco depois da Independência, a província de Minas teria a instalação da sua primeira tipografia a Oficina Patrícia de Barbosa e Cia que se ocupava da “impressão de papéis oficiais”. Desta tipografia viria a luz os primeiros periódicos mineiros datados de 1823, outro em 1824, e em 1825 iniciava-se a impressão de *O Universal*, o “mais longo periódico mineiro” que atravessou o Primeiro Reinado e as Regências, chegando até o ano de 1842<sup>68</sup>. Também no Primeiro Reinado, a Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais, atribuído ao mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, fora o primeiro documento para “prestação de contas de um político a seus eleitores no Brasil”<sup>69</sup>. O que mostra que, além da novidade na esteira dos novos postulados do liberalismo no Brasil, com novos espaços de instituições políticas como a tribuna legislativa, conformava-se politicamente também a esfera pública com o alargamento das disputas políticas além dos meios políticos instituídos pelo Estado. Inserida na esfera pública a imprensa mostrava-se uma “verdadeira arena aberta à participação de todos (...)”<sup>70</sup>, fazendo mais que a mediação política com a sociedade, afigurando-se como o próprio espaço da ação política<sup>71</sup> e ressaltando ainda a formação de uma incipiente e importante opinião pública, também nas províncias.

Conforme avançava os tempos do Primeiro Reinado, a imprensa consolidava seu papel político na esfera pública. Tratava de “doutrinar, censurar e disputar”<sup>72</sup> num ciclo de ação política voltada para doutrinar um público a uma direção de partido, censurar os opositores dos princípios desse partido e disputar nos embates políticos, o convencimento da política efetiva do partido o que retorna à questão da aceitação da sua doutrina. Ou seja, o potencial da mobilização política de setores da sociedade além da restrita política instituída, foi percebido como importante fator de peso na balança das contendas políticas.

---

<sup>67</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Capítulo A gestação liberal na independência. Ver também SILVA, Ana Rosa Clochet da. De Comunidades a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831) In: Almanack braziliense. São Paulo, n° 2, novembro de 2005.

<sup>68</sup> MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado, 2006. Pág. 98.

<sup>69</sup> MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política... Pág. 68.

<sup>70</sup> MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política... Pág. 11.

<sup>71</sup> MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política... Pág. 14.

<sup>72</sup> MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política... Pág. 63.

Foi com essas armas que a oposição liberal ao governo de D. Pedro I avançou contra o monarca, nas tribunas do Parlamento e na imprensa. Assim, a oposição liberal mas moderada enfrentava o governante por meio dos seus partidários na tribuna, não obstante, articulava carreira de oposição na imprensa. É reconhecida na historiografia a importância dada a imprensa e seu papel de direção e mobilização contra D. Pedro I. Assim, não só os moderados, mas os liberais exaltados lançaram mão da imprensa concitando e mobilizando um público mais amplo, camadas mais populares, contra o monarca, desmontando a sua “persona”<sup>73</sup> e perfazendo uma trajetória mais aguçada de agitação popular nos espaços públicos da Corte. Não adiantou a D. Pedro I tentar articular alianças na sua segunda viagem a Minas Gerais, noutro momento decisivo, o Imperador foi recebido com frieza e hostilidade pela população mineira. A oposição foi ganhando terreno no enfrentamento ao governo de D. Pedro I e, em meio a uma conturbada atmosfera de protestos e distúrbios nas ruas da Corte, por fim, culminaria na abdicação do Imperador no dia de 7 de Abril de 1831<sup>74</sup>.

O movimento do *7 de Abril* fora emblemático. Marcou a maior utilização dos espaços públicos para a política, tanto na imprensa com a sua atividade a 'toda máquina', quanto na ocupação dos espaços públicos com os movimentos reivindicatórios de ampla parcela da população da Corte, conduzidos pelos liberais exaltados<sup>75</sup>. Talvez fosse um momento único de construção da cidadania de baixo para cima no Brasil Imperial, afora os movimentos que se desdobraram em lutas armadas, mediante uma participação partidária ativa nas instâncias informais de ação política, como na esfera pública<sup>76</sup>.

Não foi sem propósito que Justiniano José da Rocha referenciou os acontecimentos da Abdicação de Pedro I como a época em que se revelaria “mais sublimes as virtudes cívicas do Brasileiro”, e dizia que “povo nenhum moderno tem na sua história dias de mais honra!”. Justiniano Rocha deixava claro sua visão conservadora do *7 de Abril*, no qual dava “honra e glória” aos homens somente quando estes puderam exclamar que a “anarquia foi comprimida” mostrando que exultava a participação dos parlamentares contra a tumultuada ação do partido

---

<sup>73</sup> Para o conceito de “persona” e a corporificação da nação na figura de D. Pedro I e o posterior desmonte da sua imagem real, pela oposição liberal, ver SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. Pág. 36.

<sup>74</sup> Sobre a participação popular nos acontecimentos dos dias 6 e 7 de Abril de 1831, ver BASILE, Marcelo. *Anarquistas, rusguntos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, dissertação de mestrado, 2000. Em especial introdução.

<sup>75</sup> Ver BASILE, Marcelo. *Anarquistas, rusguntos e demagogos...*

<sup>76</sup> BASILE, Marcelo. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, tese de doutorado, 2004. Pág. 17. Sobre o conceito de cidadania ver CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: Tipos e Percursos*. Revista Estudos Históricos-18, págs. 337 à 359. Anpocs, 1996.

Exaltado nos espaços públicos. Ainda assim, mostra ser uma passagem marcante também para esse político conservador<sup>77</sup>.

A abdicação do Imperador e a minoridade do seu filho sucessor Pedro II, inaugura no Brasil o período Regencial. Efetivamente, tal período foi o mais rico em propostas distintas de construção do Estado nacional, o laboratório da nação, com uma gama repleta de pautas discutidas e que causava grandes divisões no interior da elite política nos níveis nacionais e também provinciais<sup>78</sup>. A divisão das elites políticas perpassava os interesses econômicos e de região e os partidos se agruparam ou dividiram em torno de questões de direção e princípios apontando para diferentes projetos políticos.

A vacância do trono abria as possibilidades para a elite política imperial e dada a sua heterogeneidade ideológica, três partidos políticos estavam a se formar. Os projetos políticos distintos da oposição liberal ao governo de Pedro I os separavam em moderados “que pretendiam circunscrever as reformas a serem adotadas ao alargamento das liberdades políticas e civis, sem comprometer a ordem social ou o regime estabelecido” e exaltados “que almejavam operar transformações muito mais amplas, avançando sobre questões de ordem não só política, mas também social”<sup>79</sup>. Antigos partidários de Pedro I formaram ainda o partido denominado Caramuru, este se recusando a apoiar qualquer reforma na Constituição política de 1824<sup>80</sup>. De modo geral, os três partidos se diferenciavam a partir da divisão em torno de soberanias: à direita colocava-se “a soberania do rei” defendida pelos caramurus, no centro e a partir do seu “justo meio”, “a soberania da nação” mote dos moderados e a esquerda da cena política estavam os exaltados mais ligados a “soberania do povo”<sup>81</sup>.

Naquele momento, a divisão dos três partidos era ratificada por articulações além do parlamento, ou seja, na esfera pública. A imprensa periódica era facilmente reconhecida como órgão deste ou daquele partido, difundia seus respectivos projetos na sociedade e recrudescia o debate político nos meios públicos. Outras formas de sociabilidades, como as sociedades políticas, foram engendradas a partir dos interesses partidários, mostrando que estava em voga a política ser discutida nos mecanismos informais de participação popular. As associações

---

<sup>77</sup> ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”... Págs. 176-179.

<sup>78</sup> Ver MOREL, Marco. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

<sup>79</sup> BASILE, Marcelo. Anarquistas, rusgientos e demagogos... Págs. 26-27.

<sup>80</sup> BASILE, Marcelo. O Império em construção... Pág. 343.

<sup>81</sup> Localizar os partidos na cena política é de nossa responsabilidade. Sobre as três soberanias ver MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos... Capítulo 3.

políticas também tiveram plena atividade e influência no período Regencial, eram “um novo e poderoso elemento de força”<sup>82</sup>.

Após o *7 de Abril*, os liberais moderados alcançaram a direção do Estado e, conforme avançava os tempos da regência, figuraram a frente das reformas políticas reclamadas pelo partido, dando maior força ao parlamento e com a ausência de um monarca, cercearam as atribuições do poder moderador. Apesar das divergências internas do partido Moderado, mantiveram-se unidos, principalmente no enfrentamento aos seus adversários partidários. Se de um lado combateram os “excessos anarquistas” provocados pelas “turbulentas” manifestações populares guiadas pelos liberais exaltados, como diria qualquer moderado, do outro lado enfrentaram a ameaça de restauração do decaído imperador, bandeira atribuída ao partido Caramuru<sup>83</sup>. Procuraram assim, manter o partido no justo meio, ou seja um equilíbrio racional entre os excessos dos dois extremos<sup>84</sup>.

No plano provincial mineiro, os liberais moderados promoveram a sua direção moral e intelectual daquela sociedade. Construíram uma hegemonia política nos diversos meios além das esferas políticas e encenaram um alvorecer liberal de sociedade nos seus mais variados aspectos. Para isso, difundiram a “pedagogia liberal” nas festas e no teatro, nas livrarias e na escola, nas sociedades políticas ou patrióticas, nas autoridades de atuação social e, sobretudo, na imprensa<sup>85</sup>.

Os liberais moderados mineiros viam a importância de se conquistar politicamente a esfera pública, porém viam no seu limite, nas distantes manifestações populares dos liberais exaltados da Corte, os perigos do descontrole de tais manifestações. Assim, moderados que eram repudiavam as práticas exaltadas, como sendo manifestações anárquicas, delimitando também as práticas de ação política do próprio partido. Temiam a dissolução do “edifício social” e, por isso, marcavam os limites do uso dos espaços públicos como instrumentos de uso político<sup>86</sup>. De fato, estavam entrelaçadas a sorte dos liberais exaltados da Corte e o uso da esfera pública enquanto espaço de manifestações populares. A derrocada dos exaltados, por

---

<sup>82</sup> ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”... Pág. 181.

<sup>83</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana...

<sup>84</sup> BASILE, Marcelo. O Império em construção... Pág. 42.

<sup>85</sup> Ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009. Capítulo 4.

<sup>86</sup> Ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 271-276.

perseguição política dos moderados ou por esvaziamento de apoio público ao partido na Corte, marca um início de movimento de retração da esfera pública daquela cidade<sup>87</sup>.

No entanto, a transformação da esfera pública passava ainda pelo crivo das ações partidárias. Em Minas Gerais, com os liberais exaltados ausentes, ao menos com capacidade organizativa<sup>88</sup>, a ocupação dos espaços públicos com intenções reivindicatórias políticas aconteceu sobrepujadas sob as bandeiras do partido Caramuru. Tratava-se da Sedição de 22 de março de 1833, movimento armado que reunia insatisfações diversas, mas apressadamente caracterizada como restauradora pelos moderados. A formação de um consenso contra os revoltosos justificava a coerção e a debelação do movimento, além de ser o auge da afirmação moderada na província de Minas Gerais, justamente pela ausência do partido Exaltado e a vitória armada contra os caramurus. O partido Moderado colocava-se assim como o defensor da ordem em oposição à desordem Caramuru e afirmava-se como o partido Nacional. Enfim, a vitória sobre o elemento caramuru desnuda a hegemonia liberal moderada em Minas Gerais, importante província de fomentação da base do governo moderado no âmbito nacional<sup>89</sup>.

Os moderados avançaram no seu plano de reformas da constituição, no sentido dos princípios da federação. Inicialmente, a bandeira da federação foi levantada pelo partido Exaltado e mesmo sendo um tema controverso, os moderados assimilaram a questão após hesitarem quanto a sua validade, ao mesmo tempo em que negavam as práticas de ação nas ruas dos exaltados para conseguirem tais reformas, incorporando assim o projeto, capitaneando o curso dos trâmites dentro do parlamento e esvaziando o partido Exaltado da sua proposta. Foi o que se chamou de “abertura à esquerda” dos moderados, situando o partido na “linha reformista” em oposição aos caramurus tidos como restauradores<sup>90</sup>.

O resultado das reformas foi concretizado com a promulgação do Ato Adicional em 1834, que teve como principais mudanças a transformação dos conselhos provinciais em Assembleias Provinciais, além da divisão das rendas gerais e provinciais. Além desses ganhos de poder para as províncias, o partido Moderado avançou em outros pontos da sua política como a supressão do Conselho de Estado e a eleição direta do regente uno, primeira

---

<sup>87</sup> Ver BASILE, Marcelo. Anarquistas, rusguentos e demagogos... Considerações finais.

<sup>88</sup> Sobre a ausência dos exaltados organizados em Minas Gerais ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 265-278.

<sup>89</sup> Sobre a Sedição de março de 1833 ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Capítulo 7. Ver também GONÇALVES, Andréa Lisly. Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec; Minas Gerais: FAPEMIG, 2008.

<sup>90</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana... Págs. 25-27.

autoridade do executivo, no que se configurou a “experiência republicana”<sup>91</sup>. Os moderados em Minas Gerais viam no Ato Adicional o conjunto das reformas que atendiam as peculiaridades mineiras, satisfazendo as sobressalentes demandas por autonomia provincial, formulando o melhor exemplo do seu programa partidário<sup>92</sup>.

Os moderados de Minas Gerais esperavam ver a ordem estabelecida a nível nacional, a partir do seu exemplo de política e apoiados no recém eleito ao cargo de regente do Império, o moderado Feijó (1835). Apontavam para o caminho da prosperidade por meio das ações, sobretudo, provinciais com a instalação das Assembleias Provinciais. Porém, o que de fato ocorreu foi uma “continuidade e aprofundamento das revoltas e um questionamento crescente e paulatino do modelo moderado de organização política”<sup>93</sup>.

Na medida em que o problema das revoltas nas outras províncias não se resolviam e evoluíam num sentido que escapavam ao controle da administração de Feijó, mostrava-se a fragilidade do partido Moderado, com a sua paulatina desagregação, de divergências sobre as direções políticas a serem tomadas pelo Estado. Além disso, a mudança de opinião de boa parte dos moderados, liderados pelo mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, mostrava aqueles limites da direção moderada<sup>94</sup>.

O que evidencia a crescente cisão moderada em Minas Gerais é a volta de antigos inimigos caramurus, batidos na Sedição de 1833 em Ouro Preto, incorporados à sociedade mineira. Contra eles, parte do partido Moderado mostrou-se intransigente quanto as penas que deveriam sofrer os revoltosos, como a atitude do Presidente da Província Antônio Paulino Limpo de Abreu, que preferiu se demitir do cargo a dar andamento às ordens de comutação das penas daqueles sediciosos. A volta dos antigos partícipes da sedição revelavam temores de novos movimentos de contestação na província, além de ser a própria revolta uma construção simbólica da hegemonia moderada<sup>95</sup>.

A oposição ao governo Feijó, fazia aproximar na província mineira, antigos líderes moderados como Bernardo Pereira de Vasconcelos aos antigos sediciosos caramurus, que representavam a posição mais a direita na política Regencial. A defecção de Vasconcelos,

---

<sup>91</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana... Págs. 37-39.

<sup>92</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 349-351.

<sup>93</sup> SILVA, Wlamir. UFSJ. Ser ou não ser liberal, eis a questão: a cisão da moderação mineira no contexto do Regresso (1834-1837). Anais eletrônicos XVI encontro regional de história ANPUH-MG, Belo Horizonte, 2008. Págs. 1-2.

<sup>94</sup> Ver SILVA, Wlamir. UFSJ. Ser ou não ser liberal, eis a questão...

<sup>95</sup> Ver FILHO, Ageu Quintino Mazilão. UFSJ. A memória marista e a cisão moderada no Universal de Ouro Preto (1835-1836). Anais eletrônicos XVI encontro regional de história ANPUH-MG, Belo Horizonte, 2008.

inicialmente, seria causa de rugas entre os próprios moderados, na esperança de se ver reconciliado sob a tutela do partido Liberal. Porém com a proposta de elevação ao trono da princesa Januária, sustentada também em Minas Gerais pelo próprio Vasconcelos, mostrava o alcance da oposição a Feijó, incitando também uma divergente linha política, que aos poucos aglutinava-se em princípios de um novo partido, o do Regresso<sup>96</sup>. Assim, conforme avançava a regência de Feijó, aumentavam os descontentes com a sua direção política, fazendo engrossar as fileiras do partido do Regresso com os dissidentes do antigo partido Moderado.

Em torno da regência de Feijó, é que a configuração partidária se dividia. De um lado o partido do governo (os liberais) e do outro o partido da oposição (os regressistas), numa polarização que a nível nacional ficava evidente na polarização entre o governo e a câmara, principal foco de oposição a Feijó. Assim, o partido ligado a Feijó (Liberal) atribuía a oposição articulada na câmara (Regressista) os males do Império. Reclamavam medidas urgentes negadas pela câmara e, do enfrentamento entre o executivo e o legislativo é que tomaram, inicialmente, as posições dos partidos em disputa. A imprensa mineira, participando ativamente da polarização do executivo contra o legislativo perguntava sobre as sessões legislativas e “o que se tem feito em nossas Câmaras?”<sup>97</sup>, numa alusão às Câmaras agirem não só contra o governo, mas contra o Império. De fato, a oposição regressista não se furtava a negar “pão e água” ao governo de Feijó, por questão de não confiança<sup>98</sup>.

A questão do avanço das revoltas provinciais e, em especial, a do Rio Grande do Sul, teve grande atenção dos partidos políticos em disputa. A oposição do executivo e do legislativo manietava o governo de tomar as providências necessárias para pacificar a província. Assim um periódico mineiro, partidário de Feijó, publicava supostamente uma carta vinda do Rio Grande do Sul versando sobre as circunstâncias políticas e os “rebeldes assolando a província”, o que restava aos legalistas do Rio Grande se ver na situação de estar “derramando nosso sangue, para satisfazer o capricho de meia dúzia de ambiciosos e encobertos anarquistas que mais danos nos tem feito com seus escritos e intrigas que esses que diante das nossas trincheiras se apresentam com armas na mão”, e encerrava a carta dizendo que “nossas desgraças estão chegando ao último apuro, e deste apuro o maior causador, todos a uma voz, dizem ser as câmaras, e não o governo”<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> Ver SILVA, Wlamir. UFSJ. Ser ou não ser liberal, eis a questão...

<sup>97</sup> *O Universal* de 11/09/1837.

<sup>98</sup> *O Universal* de 20/09/1837.

<sup>99</sup> *O Universal* de 04/09/1837.

A carta fazia culpar a oposição regressista ao governo de Feijó, pelos problemas do Império, atribuindo a ela maiores estragos com seus escritos que os contendores com as armas na mão. Incitava ainda o público leitor daquele periódico a conseguir diferenciar dentre a disputa política, aquele partido que agia contra o governo, e causava com isso, os desastres das tropas legalistas no Rio Grande, denotando a importância do enfrentamento entre os partidos pela imprensa na sorte do Império.

A intransigente oposição a Feijó culminou com a renúncia do regente em 19 setembro de 1837, que deixava o campo aberto a oposição. Enfim, a oposição regressista logrou dar direção ao Estado a partir de novos princípios. Mudava-se a trajetória da ação política até então, ou seja, anunciavam-se os tempos da reação, com os regressistas no governo central e os liberais ocupando agora o campo da oposição, na conjuntura original do Regresso, emergido em turbulentas circunstâncias.

A inversão no poder com a renúncia de Feijó, foi sentida na política e na sociedade imperial, registrada também na imprensa periódica mineira, pois percebiam que mudava-se a direção política do Estado. Assim resumia um periódico mineiro sobre o dia 19 de setembro: “é seguramente um dos mais notáveis da nossa história política. Ele servirá para marcar épocas bem distintas, quer na marcha administrativa, quer nas opiniões dos partidos”<sup>100</sup>.

A imprensa mineira acompanhou os acontecimentos da Corte e, sabia-se, importava aos provincianos os negócios da política nacional. A começar pelas notícias de boatos espalhados por periódicos regressistas acerca da renúncia espontânea de Feijó, como denunciara um periódico liberal em Ouro Preto: dizia que “outros periódicos da oposição [então os regressistas] espalham a notícia que Feijó se retiraria para São Paulo a fim de cuidar de sua saúde” e “dão a entender mesmo que o Sr. Feijó abandonará o posto, para deixar o campo franco a oposição”. Denunciava também que não era a primeira vez que se espalhavam essas notícias para “inquietar o povo e enfraquecer as autoridades”, com a finalidade de “assustar” aos mineiros com tais notícias, que “de propósito se espalham para distrair o espírito público das suas ocupações” e as províncias como Minas Gerais em “tranquilidade”, “ver-se-há na triste necessidade de serem desencaminhadas da sua vereda industrial para se entregarem aos choques dos partidos (...)”<sup>101</sup>. Questões partidárias e de governo chamavam a atenção do público mineiro.

---

<sup>100</sup> *O Universal* de 08/11/1837.

<sup>101</sup> *O Universal* de 18/09/1837.

Os boatos ventilados na imprensa aventavam a possibilidade da mudança. Acompanhando os rumos dos acontecimentos a imprensa deixava transparecer não só a expectativa, mas também as incertas circunstâncias políticas que mergulhavam e mais, o interesse público pela matéria partidária. Tratava-se de um público interesse saciado nas páginas da imprensa provinciana mineira que, ademais, político-partidária também se mostrava atenta as circunstâncias políticas nacionais. Tal foi a sorte da renúncia de Feijó que passados seis dias após o fato em 19 de Setembro de 1837, saía nas folhas de um periódico, uma tentativa de compreender o que se passava na Corte. Assim noticiava que “parece que tendo a oposição recusado todos os recursos ao governo (...) nem um outro meio restava do que chamá-la para a administração (...)”. A notícia de se chamar a Oposição ao governo vinha acompanhada da reflexão que o regente deveria entregar a administração ao novo Ministério que se formava, ainda acreditando que o regente Feijó permaneceria no cargo<sup>102</sup>.

Dez dias após a renúncia, porém, viria a confirmação dos acontecimentos no Rio de Janeiro. Saíram na imprensa mineira os anúncios da demissão espontânea de Feijó nas sessões da Assembleia Geral de 19 de Setembro, seguidos de ofício do regressista Araújo Lima tomando a regência interina do Império e do ofício da demissão de Feijó, o qual após explicar os motivos de sua saída acrescentava achar-se “gravemente enfermo”. Seguia ainda um manifesto de Feijó a respeito de sua demissão e um parecer de comissão formada na Câmara lastimando a “deliberação do Regente”<sup>103</sup>. Assim, oficialmente, a imprensa e o público mineiro inteiravam-se dos fatos ocorridos nos círculos políticos da Corte Imperial.

Sabiam ainda os mineiros, que a província seria afetada diretamente pelas mudanças no governo nacional. Assim ocorrera, e para melhor informar as províncias, o novo ministério mandara publicar nos periódicos de ambos os partidos, uma circular avisando aos Presidentes das Províncias sobre a mudança e a nova marcha do governo<sup>104</sup>. Não tardou para que o novo governo regressista mudasse o Presidente da Província de Minas Gerais, por um nome mais afinado com a sua direção política<sup>105</sup>.

### **O Regresso em Minas Gerais: partidos políticos e imprensa.**

---

<sup>102</sup> *O Universal* de 25/09/1837.

<sup>103</sup> *O Universal* de 29/09/1837.

<sup>104</sup> *O Universal* de 06/10/1837 e *O Parahybuna* de 14/10/1837.

<sup>105</sup> *O Universal* de 25/10/1837.

Mais do que fazer acompanhar os acontecimentos políticos, a imprensa periódica foi importante espaço de discussões de princípios partidários bem como de conformação destes projetos com a sociedade provincial. Era fundamental a conquista do apoio das províncias para as direções partidárias em contraste. A formação do consenso em torno de projetos passava pela ocupação dos espaços de discussões políticas, a esfera pública, que também se transformava e adquiria sentido em acordo com as ações políticas. Os espaços públicos, inundados de periódicos, atraíam para além dos círculos institucionais, as atividades políticas e se mantinha atrelado aos debates partidários. Entrementes, a esfera pública e a imprensa nela inserida foi um espaço vital para a formulação, discussão e difusão de propostas políticas para a construção do Estado e da nação brasileira e, no período do Regresso, continuou a efervescência do debate público, combustível para a vigorosa atividade política da imprensa.

O jornalismo ou “este poderoso móvel ou do bem ou do mal”<sup>106</sup> estabeleceu-se como espaço importante de ação política. Aproximava-se, sobretudo, das tribunas, aonde os parlamentares faziam ouvir os seus discursos, parte das discussões programáticas e as atividades dos círculos legislativos provinciais e imperiais. Tratava-se de trazer a tribuna para o centro da praça pública e fazer passar pela análise popular os eventos políticos, ou seja, “os periódicos complementam a Assembleia e vice-versa, ambos são espaços de luta política”<sup>107</sup>.

Ambos os partidos, o Regressista e o Liberal, ressaltavam a vital influência da opinião pública na construção dos seus projetos. Buscavam interpretar os sons das praças públicas para saber a que caminho deveriam seguir, tentando também direcionar a opinião pública cambiante. Jornalismo e tribuna se assemelham na tentativa de buscar o termômetro da opinião geral, nos meios institucionais, ou seja, as eleições. Nisso, a imprensa aproximava-se dos mecanismos legais do Estado participando da lógica política na sua organização de representatividade e da participação da sociedade. O apoio dos eleitores tornava-se indispensável nos partidos sujeitos a esse aparelho. Entrementes, tornava-se latente o despertar da imprensa periódica que “tem tomado interesse como em outras ocasiões não se manifestou” quando o assunto eram as eleições. Em reflexão, um redator liberal unia os “avanços da carreira da civilização” com “essa forma de governo em que o povo se dirige a si mesmo”, ou seja, uma “discussão pública dos candidatos” por meio dos jornais<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> *O Universal* de 04/10/1837.

<sup>107</sup> HORNER, Erik. A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842). In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. Pág. 111.

<sup>108</sup> *O Universal* de 12/08/1839.

Um periódico regressista dizia enfrentar seus adversários políticos com as armas que cabiam, ou seja, “que mais nos falta senão fazermos-lhes guerra nas urnas” e revelava a importância dada à questão eleitoral relacionando “a causa dos nossos males” com o péssimo uso da “urna eleitoral”<sup>109</sup>, tal a magnitude com que ambos os partidos viam nas eleições para o sistema de governo organizado. Assim resumia um periódico liberal a respeito da grande relevância das eleições e da necessidade de atuar bem nesse jogo:

“Com efeito, impossível é negar-se que hoje tudo no Brasil se dirige pelos cálculos eleitorais: desde o governo até os cidadãos que vive afastado (sic), mas não indiferente à política, tudo se regula pela influência que cada um se propõem a ter nas eleições desde as paroquiais até as gerais”<sup>110</sup>.

A aproximação da imprensa com as eleições transformava também a relação entre o redator e o leitor do seu periódico. Confundia o leitor ao eleitor numa amostra do público a ser alcançado pelas discussões dos impressos, ou seja, o discurso mostrava-se voltado para uma parcela da população ativa politicamente considerada mais latente da opinião pública e a mais significativa para as pretensões dos partidos. Os periódicos, além de buscar manter-se através das assinaturas, viam a difusão dos ideais do partido correspondida na recepção da sua folha. Portanto, a finalidade de um escritor periódico seria diferente da atividade intelectual distante das disputas políticas mais cotidianas. Dizia um periódico liberal sobre a arte de ser redator e os seus claros propósitos: “com intenção de falar ao povo, usam da linguagem comum e familiar, sem que lhes importe muito a exatidão científica dos vocábulos, com tanto que sejam entendidos de seus leitores”<sup>111</sup>, separando o escrito correto e erudito dos escritores periódicos, que tem uma finalidade muito própria, ou seja, a de atingir leitores, eleitores. Encerrava revelando a distinção que fazia entre o redator público e o intelectual de gabinete:

“Querem portanto analisar escritos periódicos com aquele rigor com que devem ser entendidos os escritos bem meditados, e elaborados no gabinete de um pensador profundo é tentar pôr uma mordaca em todos os que escrevem para os periódicos, e que não podem ser tão versados na arte de raciocinar, e no uso dos vocábulos, que deixem de cometer uma ou outra vez faltas de mais de um gênero”<sup>112</sup>.

Ambos os partidos faziam a imprensa se aproximar dos negócios da política, trazendo para a consideração da opinião pública a marcha dos partidos. Inversamente, percebiam que a

<sup>109</sup> Ver *O Unitário* de 31/08/1838, 05/09/1838 e 06/10/1838.

<sup>110</sup> *O Universal* de 24/01/1840.

<sup>111</sup> *O Universal* de 05/12/1839.

<sup>112</sup> *O Universal* de 05/12/1839.

imprensa era grande mote de expressão popular, filtro usado também para dar direção aos partidos, além de fazer direcionar as ações do governo. Dizia um redator sobre a necessidade de haverem periódicos também para “que revelam ao país os erros e abusos da administração para que eles possam chegar ao conhecimento dos representantes da nação, a quem cabe provê-los do remédio oportuno”<sup>113</sup>. Noutra passagem, o caráter de fiscal das ações governamentais explicitava a aproximação da imprensa com a política mediante a “publicação das receitas no prelo” como “meio de fiscalização fácil e proveitoso”<sup>114</sup>.

As ações periodiqueras, entretanto, revelavam que a sua prática política era fortemente partidária. Mais uma vez, usar do discurso reto da razão significava fazer empolgar a causa do partido, aliás, prenhe de significados e dotados de uma ampla visão de mundo que coerentemente organizada enveredava as rotinas das publicações. Como disse um periódico liberal, a liberdade de imprensa defendida tinha o propósito claro de colocar o povo como vigilante das ações dos regressistas no governo:

“Amigos como somos da liberdade de imprensa, muito folgaremos que o governo atual tenha seus periódicos pelos quais nos manifesta suas doutrinas, seus atos e sua política; porque o povo já não pode ser por muito tempo enganado, e deseja saber o que faz o governo”<sup>115</sup>.

Sendo uma prática partidária, as revelações de como os redatores entendiam a arte do seu ofício, deixam transparecer a coerência da visão de mundo realçada pelas ações na imprensa. Ou seja, argumentos carregados de significado eram colocados a prova do público e traziam consigo os princípios do partido. Importante era também saber avaliar o retorno dado pelo público a respeito das suas linhas programáticas. Um periódico liberal que pugnava pelo incentivo ao direito de representação às autoridades constituídas, refletia sobre a importância de bem avaliar a opinião pública, ressaltando a importância desta para a direção partidária e para os negócios do governo.

“Haja pois mais tolerância para com todas as opiniões e sentimentos; e longe de abafarmos esse gérmen tão fecundo em bons resultados, e de que tanto se gloria a Inglaterra; pelo qual tem ela obtido o formar, conhecer e avaliar devidamente a opinião pública do país, forcejemos antes por animar o seu desenvolvimento entre nós, e abramos a porta à manifestação franca dos votos e desejos de cada homem, de cada partido. É só assim que as corporações a quem de mais perto da lei incumbe de velar na guarda dos direitos dos cidadãos podem entrar no

---

<sup>113</sup> *O Universal* de 01/03/1839.

<sup>114</sup> *O Universal* de 20/09/1839.

<sup>115</sup> *O Universal* de 13/11/1837.

conhecimento do que mais lhe convém, do que a maioria verdadeiramente deseja”<sup>116</sup>.

A proximidade da imprensa com a política, trazia o rigor dos embates partidários para a arena pública. Nesta arena é que estava parte significativa da sociedade que participava dos mecanismos criados pelo sistema político, os eleitores, confundidos astutamente com os leitores dos periódicos. A essa população referenciada geralmente como a opinião pública, é a quem a imprensa devia tomar o cuidado de considerar a sua atenção pois, tratava-se de um público atento e partícipe da política provincial. Um redator perante acusações do partido oposto direcionava suas explicações não para responder aos contendores mas para o público composto por leitores, eleitores, mostrando a importância desta terceira pessoa no entrevero e a publicidade da atividade política. Dizia que

“(…) É do nosso dever justificar-nos não perante nossos acusadores, porque esses dominados pelo espírito de partido jamais acharão a razão inda que se ela mostre mais clara que o dia, mas sim aqueles que nos honraram com os seus sufrágios, e ao público imparcial”<sup>117</sup>.

A produção do jornalismo relacionava-se estreitamente com a efervescência das atividades políticas e o enfrentamento partidário. Dizia um redator sobre a carreira da imprensa que “em quanto dura a agitação dos partidos o número dos periódicos cresce extraordinariamente; apenas passa a tempestade, vai se resfriando o ardor de escrever para o público”<sup>118</sup>. Atrelava a leitura e circulação dos periódicos com a tempestade, ou seja, conjunturas com maior dinâmica de combate de ideais entre os partidos.

O ápice da circulação de periódicos foi nos momentos próximos do *7 de Abril* (abdicação de D. Pedro I em 1831), com um reconhecido declínio das atividades do jornalismo, principalmente após 1834<sup>119</sup>. Porém esse resfriamento dos debates partidários e, por consequência, da imprensa não significa o abandono da importância dada a imprensa no período Regencial. A percepção dos contemporâneos era de diminuição dos títulos dos jornais e da dificuldade de manter a empresa, porém as quantidades de números e circulação destes mostram que o debate político da imprensa, mantinha certo vigor no período Regencial e representou armas para os partidos se enfrentarem na arena pública durante o período do

---

<sup>116</sup> *O Universal* de 17/06/1839.

<sup>117</sup> *O Universal* de 09/08/1839.

<sup>118</sup> *O Universal* de 18/01/1839.

<sup>119</sup> Sobre o declínio da atividade da imprensa no Rio de Janeiro ver BASILE, Marcelo. *O Império em construção...* Pág. 450.

Regresso. Os partidos em Minas Gerais, surpreenderam-se com a renúncia do regente Feijó, e reorganizaram a sua imprensa que passou do número de três periódicos em 1837 para sete publicações em inícios de 1838. Em 1839 a província contava com sete publicações ao passo que em 1840, circularam dez publicações conhecidas após novo período de descontinuidade e reorganização dos títulos periódicos.

Os liberais estavam mais angustiados com a decrescência da atividade jornalística. Contavam com a imprensa como parte integrante da sua pedagogia política, procurando encontrar apoio na opinião pública para enfrentar o regressismo no governo. Um redator liberal refletiu sobre o trabalho dos periódicos, quando da extinção do *Astro de Minas* de São João Del Rei, segundo periódico mais antigo da província naquele tempo. Relatava sua surpresa com a extinção do seu partidário: “Não sabemos porque fatalidade o jornalismo entre nós vai sendo abandonado tão rapidamente! Empresas que pareciam durar longos anos (...) desaparecem de um dia para o outro”. O escritor liberal argumentava pela importância do debate público que o jornalismo oferecia aos provincianos que fora mais dinâmico no início da regência e que os liberais rememoravam com saudosismo. Dizia que “quaisquer que seja a opinião de um escritor é sempre interessante a sua leitura (...) e nós desejaríamos ver na nossa província espalhadas as publicações periódicas, de que ela gozou já em outro tempo”<sup>120</sup>.

Os liberais argumentavam que a imprensa seria meio de defesa legítima a que os cidadãos deveriam reclamar, por exemplo, da “criminalidade de agentes do governo”<sup>121</sup>. Era a maneira de a sociedade civil expressar opinião legalmente perante o governo pela imprensa, meio interligado aos foros institucionais. Estabelecer a imprensa como atividade legítima significava tornar consenso na província mineira, o desprezar por uma outra dimensão das funções dessas publicações. Nisso, os regressistas tomaram frente e denunciavam a dimensão de ilegalidade a que tais periódicos poderiam exercer, restringindo o caráter que consideravam práticas insidiosas da imprensa. Os regressistas enfrentaram o aprofundamento das revoltas nas outras províncias, as maiores: Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul, a Balaiada (1838-1841) no Maranhão, a Cabanagem (1835-1840) no Pará e a Sabinada (1837-1838) na Bahia<sup>122</sup> que perpassaram toda a sua administração e viam em Minas Gerais o perigo iminente do rompimento armado em diversas ocasiões. Acreditavam e faziam crer que a imprensa

<sup>120</sup> *O Universal* de 10/07/1839.

<sup>121</sup> *O Universal* de 18/12/1839.

<sup>122</sup> Sobre o 2º ciclo das revoltas Regenciais ver resumo de BASILE, Marcelo. O Império brasileiro: panorama político – Parte A: a independência e a formação do Estado Imperial. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 9ª edição revista e atualizada, 2000. Págs. 230-236.

mareava o ritmo das revoltas da população. Assim, denunciavam o “jacobinismo dos desordeiros” na tribuna e no jornalismo fazendo atribuir o protagonismo das revoltas à imprensa liberal<sup>123</sup>.

Os regressistas compreendiam o imenso poderio da imprensa, ou como pensavam, o movimento do *7 de Abril* fora fruto das ideias republicanas do *Repúblico* e *Nova Luz*<sup>124</sup>, periódicos exaltados que circularam na Corte naqueles tempos<sup>125</sup>. Não eram infundadas as suspeitas regressistas, ou seja, noutras províncias as experiências mostravam a proximidade dos movimentos armados com a política mobilizadora da imprensa, que era importante fomento da opinião pública. Por exemplo, sabia-se que na Bahia, pouco antes de rebentar a revolta da Sabinada “tinham-se espalhado alguns pasquins e proclamações sediciosas”<sup>126</sup>, ao passo que o líder da revolta era o jornalista do *Novo Diário da Bahia*, Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, que emprestou seu sobrenome à rebelião<sup>127</sup>.

Os dois partidos mineiros pareciam concordar que o precursor da revolta no Maranhão era o jornal *Bem-te-vi*, que emprestava também nome ao partido<sup>128</sup>. *O Universal*, periódico liberal de Minas Gerais, assustava-se com as notícias vindas do Maranhão sobre a guerra civil e os “anarquistas” com “táticas de guerrilha” no qual “devastam e assolam tudo”; com grande aumento no número de “desordeiros” dizia sobre as “atrocidades; não respeitam sexo e idade, arrasam propriedades”. O mesmo periódico liberal, noticiava que fora o partido “Bem-te-vi” que havia dado “impulso a guerra civil”, mas “se acha bem arrependido” pois tem sido “vítimas das atrocidades dos anarquistas”<sup>129</sup> versando sobre o distanciamento dos Bem-te-vis e a massa balaia que aumentaram a amplitude da revolta, fazendo-a ser conhecida pela sua alcunha: Balaiada<sup>130</sup>.

Ora, os liberais mineiros se destacavam por repudiar práticas violentas da participação popular direta na política e, noutros tempos quando ainda moderados, se afastavam das ações políticas praticadas pelos exaltados da Corte. Cabia, portanto, negar à imprensa liberal mineira a aproximação ou conivência com movimentos armados que eram exemplificados nas

<sup>123</sup> *O Unitário* de 14/12/1838.

<sup>124</sup> Sobre os periódicos citados do partido Exaltado ver BASILE, Marcelo. *O Império em construção...* Págs. 230-234.

<sup>125</sup> *O Unitário* de 28/09/1838.

<sup>126</sup> *O Universal* de 27/11/1837.

<sup>127</sup> BASILE, Marcelo. *O Império brasileiro: panorama político – Parte A: a independência e a formação do Estado Imperial*. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 9ª edição revista e atualizada, 2000. Pág. 233.

<sup>128</sup> Ver *O Universal* de 14/08/1839 e *O Unitário* de 24/08/1839.

<sup>129</sup> *O Universal* de 14/08/1839.

<sup>130</sup> BASILE, Marcelo. *O Império brasileiro: panorama político...* Pág. 235.

outras províncias do Império e mesmo na Corte em recente memória da conjuntura do Regresso. Fugir às suspeitas dos regressistas mineiros e aproximar-se dos princípios de ordem fazia-se premissa inexorável para a existência do partido Liberal que, por isso, negava à sua imprensa o papel de mobilizar ou incitar o povo a agir diretamente contra a direção regressista melhor definindo as atribuições da imprensa em Minas Gerais. Um redator liberal negava “aplaudir” desordens e ainda que as atribuísse aos “maus delegados” e “erros do governo”, dizia que iria contra “escritores favoráveis aos partidos que disputam com mão armada a substituição de nossas instituições políticas”<sup>131</sup>.

Os partidos mineiros pareciam concordar com a proximidade da imprensa e os movimentos revoltosos noutras províncias. Não estavam errados, pois um estudioso da imprensa brasileira concluiu que “o setor mais importante da imprensa da época [regências] viria a ser, com as rebeliões, o que estava ligado, nas províncias, aos movimentos que nelas surgiram”, dizendo que, de modo geral, “em todas [as revoltas regenciais] encontrou-se, entretanto, o sulco profundo dos papéis impressos, o clarão das pregações, a nota das ideias que buscavam multiplicar influências, abalar situações, mobilizar a opinião”<sup>132</sup>.

Ao mesmo tempo em que se formava o consenso da dualidade próxima entre motins, reivindicações, protestos de rua com o repúdio a essas práticas vistas como anárquicas pelos partidos mineiros, fomentava-se ainda uma participação popular ordeira, refletida e com peso para ter uso no jogo político, através dos mecanismos legais incluindo o jornalismo. A imprensa era um termômetro da participação popular e da importância atribuída a opinião pública, porém com termos mais precisos. Na medida em que se rejeitava consensualmente a participação popular direta, ligada aos movimentos exaltados e anárquicos, exultava-se a intermediação da imprensa com maior proximidade entre a ligação dos representantes da nação com os seus representados.

Hipoteticamente, explica-se porque a revolta liberal de Minas Gerais (1842) não teve grande concurso e apelo das massas, ao menos de forma autônoma, sendo um movimento dirigido e levado a cabo pela elite política liberal mineira, pois estes que protagonizaram a revolta traziam consigo grande distanciamento e horror da população e do que se transformaram os movimentos armados noutras províncias, restringindo melhor o uso da sua própria imprensa periódica. Erik Horner mostra que as tropas mobilizadas do lado insurgente

---

<sup>131</sup> *O Universal* de 16/12/1839.

<sup>132</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Pág. 150.

(liberal) na revolta eram, principalmente, Guardas Nacionais com o seu recrutamento baseado em critérios censitários, ao passo em que a liderança do movimento foi articulada por deputados e senadores<sup>133</sup>.

### **O Regresso em Minas Gerais: a imprensa.**

Em 1837, a imprensa em Minas Gerais contava apenas com *O Universal* (1825-1842) e o *Astro de Minas* (1827-1839), liberais de Ouro Preto e São João Del Rei respectivamente, além de *O Parahybuna* (1837-1840), regressista de Barbacena. Surpreendidos pela renúncia de Feijó (setembro de 1837) os partidos reorganizaram a imprensa mineira apenas no início de 1838 para atender as demandas que a nova fase de debates suscitava. Além da manutenção dos três títulos citados apareceram *O Correio de Minas* (1838-1844) e *O Unitário* (1838-1840), regressistas de Ouro Preto, além do *O Guarda Nacional Mineiro* (1838-1841) e do efêmero *O Monarquista* (1838), liberais de Ouro Preto e São João Del Rei respectivamente.

Em 1840 houve nova reconfiguração do quadro de periódicos na província mineira. Em substituição do *Astro de Minas* que encerrou suas atividades em 1839, surgiu no ano seguinte *O Americano* (1840), liberal de São João Del Rei. Saía a luz também *O Popular* (1839-1840) e *A Igualdade* (1840), liberais de São José do Rio das Mortes, atual Tiradentes, e *O Eco da Razão* (1840-1842), liberal de Barbacena. Pelo lado regressista, *O Parahybuna* deixava de existir e, em Ouro Preto, nascia *O Monarquista Leal* (1840) substituindo *O Unitário* e de curta duração.

*O Universal*, de Ouro Preto, foi o principal periódico liberal durante sua existência na província de Minas Gerais. Era o baluarte de todo o partido mineiro e o mais influente impresso e, em torno deste, gravitava os outros periódicos liberais de Minas. Nasceu ainda no Primeiro Reinado, em 1825 e findou sua carreira às vésperas da revolta liberal em Minas Gerais em 1842, sendo o mais longevo periódico da província. No período estudado, de setembro de 1837 até 1840, *O Universal* conta com quinhentos e trinta e nove números, todos com acervo preservado, salvo raríssimas faltas de página mutilada. *O Universal* saía todas as segundas, quartas e sextas, mantendo uma regularidade pouco comum na época, impressos na tipografia própria, do *Universal*, situado na praça principal de Ouro Preto. A assinatura podia ser feita na loja de Carvalho e Figueiredo (José Pedro Dias de Carvalho, redator do *Universal*,

---

<sup>133</sup> Ver HORNER, Erik. Em defesa da Constituição. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). São Paulo, USP, tese de doutorado, 2010. Capítulo 05.

com Joaquim Carlos de Figueiredo em sociedade, desfeita amigavelmente em 1840<sup>134</sup>) mesmo endereço da tipografia, e era realizada a dez mil réis (10\$ rs.) por ano, dividindo a quantia equivalente ao período semestral ou trimestral. As folhas avulsas eram vendidas a oitenta réis (80 rs.). Não há registros oficiais sobre a tiragem dos periódicos na época, importante fator de avaliação do alcance e da difusão do impresso. Contudo, temos informações sobre a venda das folhas nos meios de debates políticos travados na imprensa. Portanto, a acreditar num artigo da imprensa, *O Universal* contava em fins de 1838 com cem ou cento e vinte assinaturas aproximadamente<sup>135</sup>.

Sua epígrafe, ou seja, a “carta de apresentação do redator mostrando os propósitos que o norteavam”<sup>136</sup> acompanhou toda a trajetória do periódico durante o Regresso; era uma citação de Droz de Aplicação da Moral à Política que dizia “A Ordem é banida dos lugares onde habita a tirania; a liberdade se desterra dos países onde a desordem reina: estes dois bens deixam de existir quando os separam”. A epígrafe representa bem o tom moderado da linha que seguia o periódico, ou seja, preservar liberdade e ordem para enfrentar desordem e tirania, os dois extremos que a moderação rejeitava.

O periódico era aceito pelos adversários regressistas como folha de “oposição moderada”, ou seja, fazia uma oposição “mais decente”<sup>137</sup>, além de ser reconhecido o seu importante trabalho de publicar oficialmente os trabalhos da Assembleia Provincial e de acompanhar a Assembleia Geral, que dava um tom mais oficioso ao periódico. Com o ascenso do Regresso, o novo Presidente da Província castigara o *Universal* com a retirada da publicação dos papéis oficiais, ao passo que a impressão dos trabalhos da Assembleia Provincial foi concorrida e dividida com *O Correio de Minas*, folha regressista. Em 1840, os artigos oficiais da presidência da província voltaram a ser publicados no *Universal* e até este ano, os trabalhos da Assembleia Provincial eram redigidos também na folha liberal<sup>138</sup>.

*O Universal* inicialmente foi fundado e guiado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, mas com a mudança para o partido Regressista deste, durante a cisão moderada, a folha liberal tivera que passar para outro redator. O *Universal* não podia acompanhar ao seu chefe Vasconcelos pois “seu nome por si, já era relacionado aos liberais. De fato, era mais fácil

<sup>134</sup> Ver *O Universal* de 16/10/1840.

<sup>135</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

<sup>136</sup> MOREIRA, Luciano Silva. *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado, 2006. Pág. 118.

<sup>137</sup> *O Unitário* de 28/09/1838 e 10/11/1838.

<sup>138</sup> Ver *O Universal* de 04/03/1839.

desligar-se de um periódico e mudar de partido, do que alterar o conteúdo simbólico associado ao impresso. Seu nome representava todo um programa”<sup>139</sup>.

Seu redator durante o Regresso era, então, José Pedro Dias de Carvalho, que deixava de ser protegido de Vasconcelos na redação do *Universal* para conquistar autonomia e dirigir a linha liberal do periódico. No ano de 1838, temos notícias que este redator se achava na Corte aonde contribuiu na redação do periódico também liberal *O Parlamentar*, deixando a redação do *Universal* com Joaquim Antão Fernandes Leão. As notícias eram que a folha do *Parlamentar* ajudava “a viver seus colegas da província”<sup>140</sup>, no qual republicar matérias da folha da Corte foi insistentemente continuada nesse ano. Os seus adversários regressistas classificaram o *Universal* como o “eco do *Parlamentar*”, suspeitando da estratégia de manter o “silêncio manhoso do *Universal*”<sup>141</sup>. Mesmo à distância, José Pedro Dias de Carvalho continuava como atuante redator da folha mineira, fazendo ouvir na província, as suas considerações políticas publicadas na Corte. No início de 1839 o *Universal* com o seu “antigo redator” (José Pedro Dias de Carvalho) anunciava voltar a oferecer aos seus leitores o “mesmo interesse da longa existência”<sup>142</sup>, ao passo que os regressistas podiam ironizar dizendo que na volta do redator e proprietário da tipografia o periódico “despertou do profundo sono em que jazia”<sup>143</sup>.

José Pedro Dias de Carvalho, além da atividade jornalística, exerceu importantes cargos políticos, inclusive durante o Regresso, atuando como destacado liberal nas tribunas provincial e geral. Foi vereador em Ouro Preto e membro do conselho geral da província. Como deputado provincial esteve presente na primeira, segunda e quarta legislaturas (1835-1839 e 1842-1843), e como deputado da Assembleia Geral esteve na terceira e quarta legislaturas (1834-1841) e, posteriormente, da sexta à nona legislaturas (1845-1856). Participou ainda do Conselho de Estado desde 1876 e foi indicado senador em 1881. Foi também ministro da fazenda (1848, 1862, 1864 e 1865-1866) e do Império (1848). Foi um dos líderes da revolta liberal de 1842<sup>144</sup>.

Joaquim Antão Fernandes Leão também exerceu importantes cargos políticos. Esteve presente nas duas primeiras legislaturas da província (1835-1839) e no biênio 1842-1843. Na

<sup>139</sup> MOREIRA, Luciano Silva. *Imprensa e Política...* Pág. 29.

<sup>140</sup> *O Unitário* de 13/10/1838.

<sup>141</sup> *O Unitário* de 31/08/1838.

<sup>142</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 29/01/1839.

<sup>143</sup> *O Unitário* de 19/01/1839.

<sup>144</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009. Pág. 111.

Assembleia Geral esteve na lista em 1842, quando da sua dissolução e, ainda, em 1845-1847, 1848 e 1869-1872. Foi nomeado senador em 1870. No executivo, esteve no cargo de Presidente de Província no Rio Grande do Sul e na Bahia (1861-1862) e foi ministro em 1848 e de 1868-1870. No ano de 1862, numa nova conjuntura política, aderiu ao partido Conservador. Na revolta liberal de Minas Gerais (1842) foi feito prisioneiro pelas forças legalistas em Ouro Preto<sup>145</sup>.

É interessante notar que tanto José Pedro Dias de Carvalho quanto Joaquim Antão Fernandes Leão eram tidos como figuras moderadas do partido Liberal. Ambos versados em matéria constitucional e de direito, fizeram dotar o *Universal* com este semblante moderado, reconhecido até pelos regressistas. O *Unitário*, regressista, descreveu Joaquim Antão como “oposição moderada e governista na província”, por não criticar o Presidente da Província Bernardo Jacinto da Veiga. A oposição de Joaquim Antão se dava por “inimizades com os ministros”, mas este percebia as “ideias [liberais] em desacordo com o país”. Por fim, o *Unitário*, evitando divergências entre os regressistas, negava que queria o Sr. Antão “nas fileiras do governo”<sup>146</sup>. Noutro caso, o regressista *Parahybuna* dizia haver no partido Liberal “alguns cidadãos distintos” e “entre esses poucos contamos o *Universal* [agora redigido por José Pedro Dias de Carvalho]”, continuando com o assédio ao oponente, dizendo lamentar “não estar em o nosso círculo, que talvez lhe fosse mais conveniente, se pudesse refletir desapaixonadamente”<sup>147</sup>.

Os regressistas, ao criticar o *Universal*, construía a ideia de este estar caindo em “descrédito” juntamente com todo o partido Liberal, buscando incutir uma dissensão entre os liberais e a sociedade mineira, pois “contava com apenas cento e dez assinaturas”<sup>148</sup>, o que consideravam pouco perto dos quatrocentos a quinhentos assinantes que teria o seu rival regressista *O Correio de Minas*. Talvez o descrédito não fosse total, haja vista que a tipografia do Correio [de Minas], rival regressista, anunciou nas páginas do *Universal* a venda de obras literárias e o *Parahybuna*, regressista, reclamava do *Universal* por usar de “todo o seu crédito e conceito” a favor de seus candidatos liberais em eleições<sup>149</sup>.

<sup>145</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras 1664-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998 (a 1ª edição é de 1897). Verbete 12 de abril. Págs. 377-379.

<sup>146</sup> *O Unitário* de 30/11/1838.

<sup>147</sup> *O Parahybuna* de 19/11/1839.

<sup>148</sup> *O Unitário* de 28/09/1838.

<sup>149</sup> *O Universal* de 04/02/1839 e *O Parahybuna* de 19/11/1839.

Rivalizando com o *Universal*, os regressistas tinham *O Correio de Minas*, de Ouro Preto, como o principal e mais influente periódico regressista, próximo da presidência da província como um “braço armado nas lutas discursivas daqueles tempos”<sup>150</sup>, e porta voz da importante Sociedade dos Defensores (ou Defensora) do Trono e Constituição, organizada em Minas Gerais. Começou suas publicações em 1838 ficando em pé na província até 1844. No período do Regresso, infelizmente, não se preservou nenhum número desta folha, e as informações sobre o impresso no período obtivemos por meio dos outros periódicos. Assim como o *Universal*, também saía três vezes por semana em tipografia própria, do *Correio de Minas*. Sua assinatura custava oito mil réis (8\$ rs.) por ano, dois mil réis a menos que o *Universal*. O *Correio de Minas*, governista, era o periódico com maior número de assinaturas totalizando quatrocentos a quinhentos assinantes<sup>151</sup> em fins de 1838, indício, como faziam acreditar os regressistas, da grande receptividade da folha e, por consequência, de todo o partido Regressista na província mineira.

A falta de acervo do *Correio de Minas* desmonta a hipótese de Luciano da Silva Moreira sobre a conservação à posteridade das fontes impressas. Para Luciano Moreira, a construção do acervo de jornais mineiros publicados na regência constitui mais um passo no jogo de representações do Estado nacional, relacionando a preservação das coleções de certos periódicos com o vínculo e apoio à presidência da província. Se fosse desse modo, teríamos a preservação do *Correio* nos anos de governo regressista na província, ao qual, tal desaparecimento deste acervo, Luciano Moreira atribui à prováveis descuidos e constantes mudanças da biblioteca pública de Ouro Preto<sup>152</sup>. Lembrando ainda que o acervo do *Universal* foi preservado mesmo nos tempos de oposição ao governo regressista. De nossa parte, preferimos não conjecturar sobre critérios de preservação ou perda das fontes impressas.

O *Correio de Minas* ganhou concessão da presidência da província já na sua estreia em 1838 para publicar os artigos oficiais do governo e, em 1840, podia dividir com o *Universal* a solene tarefa de redigir os trabalhos da Assembleia Provincial, o que emprestava ao periódico um caráter oficioso. Os seus adversários liberais reclamavam da influência da “tipografia PRESIDENCIAL do Correio de Minas”<sup>153</sup> o que denota a importância da folha como agente a serviço do Presidente Provincial.

---

<sup>150</sup> MOREIRA, Luciano Silva. *Imprensa e Política...* Pág. 29.

<sup>151</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

<sup>152</sup> MOREIRA, Luciano Silva. *Imprensa e Política...* Pág. 24.

<sup>153</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 14/02/1839.

O *Correio de Minas* era também porta voz oficial da Sociedade Defensora do Trono e Constituição. A Sociedade Defensora, de Ouro Preto mas com indícios de ramos em outras povoações mineiras (como Mariana e arraial da Cachoeira do Campo<sup>154</sup>) também era vista pelos adversários liberais como extremamente influente na política provincial, agindo diretamente nas ações do Presidente da Província que, por isso, se mantinha coagido. Os liberais reclamavam que tal Sociedade Defensora era organizada nos moldes das sociedades secretas dos tempos do absolutismo, que não publicavam suas atas de reunião e seria uma Sociedade Religiosa, além de manter um conselho secreto<sup>155</sup>. Por isso os liberais creditaram epítetos que faziam alusão da Sociedade Defensora à antigas sociedades absolutistas como “Sociedade dos Colunas” ou “Sociedade do Trono e do Altar”<sup>156</sup>, além de acusá-la de coagir o Presidente da Província para voltar à política provincial os antigos partícipes da Sedição de Março em Ouro Preto (1833). Para os liberais, por essas diretivas, a Sociedade deveria mudar o nome para “Sociedade Defensora dos sediciosos de 22 de março”<sup>157</sup>.

O redator do *Correio de Minas* era o Coronel Manoel Soares do Couto, antigo líder do movimento sedicioso de março em Ouro Preto (1833) que os liberais não faziam a província esquecer. As críticas ao redator do *Correio de Minas* eram associadas àquilo que este representava, ou seja, a volta dos sediciosos de março (de 1833), batidos na época e alçados ao primeiro plano no governo da província como mote da política regressista e por meio da influente Sociedade Defensora e seu periódico, o *Correio de Minas*. Manoel Soares do Couto foi também Presidente do Conselho Geral da Província no início das regências, vereador em Ouro Preto, inclusive durante o período do Regresso e participou da Assembleia Provincial nos anos 1840-1841, quando boa parte dos regressistas venceu as eleições provinciais realizadas ainda em fins de 1838<sup>158</sup>.

Ouro Preto contava também, além do *Universal* e do *Correio de Minas*, com mais um par de rivais. Eram *O Guarda Nacional Mineiro*, liberal, e seu predileto oponente regressista *O Unitário*. Ambos os periódicos saíam mais a campo e enfrentavam explicitamente seus oponentes. Ousavam debater, discutir, acusar, denunciar, enfim, utilizavam-se de todas as armas argumentativas que tinham às mãos, como era mais comum à imprensa da época.

<sup>154</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 14/11/1838.

<sup>155</sup> *O Universal* de 19/01/1838 e 28/03/1838.

<sup>156</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 19/03/1838 e 24/03/1838.

<sup>157</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 29/11/1838.

<sup>158</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 316-318.

O *Guarda Nacional Mineiro* nasceu no início de 1838, com informações de sua existência até, pelo menos, fins de 1841<sup>159</sup>. Nesse período, foram preservados oitenta e nove números, contando algumas lacunas no acervo. O periódico era hebdomadário e impresso na tipografia do *Universal*. As assinaturas deviam ser feitas na própria tipografia e custava hum mil réis (1\$ rs.) por trimestre e os números avulsos saíam a oitenta réis (80 rs.). Não há informações sobre a sua tiragem, mas seus adversários regressistas reclamavam do fato de se distribuir grátis em alguns pontos da província<sup>160</sup>.

A epígrafe do *Guarda Nacional Mineiro* é esclarecedora da trajetória do impresso e do partido Liberal. Em 1838 era a seguinte indagação: “Roma não tinha leis, quando Tarquínio de cidadãos romanos fez escravos?”. Tal indagação é alusiva do quanto os liberais temiam o avanço da política regressista no governo. Já em 1839 a epígrafe mudava para o simples mas expressivos dizeres: “Poucos somos; mas livres, mas ousados”, mostrando que mesmo na conjuntura desfavorável ao partido Liberal, este periódico colocava-se numa obstinada resistência frente o avanço Regressista. Em 1840, o periódico suprimiu a sua epígrafe, talvez esperando algo mais representativo da situação política, que viria a ocorrer em agosto de 1840. O *Guarda Nacional Mineiro* adotara nova epígrafe fazendo referência ao Imperador Pedro II, alçado à maioria pelos liberais, nos versos a seguir

Só Pedro e Constituição  
Ao Brasil podem salvar;  
Quem aos dezoito governa  
Pode aos quinze governar.  
(Da M. Do Simplício)<sup>161</sup>

O *Guarda Nacional Mineiro* era tido pelos seus adversários regressistas como uma folha republicana, uma “planta exótica” por “não estar a par das ideias atuais dos mineiros”<sup>162</sup>. Principalmente contra o *Guarda Nacional Mineiro*, é que os regressistas enfrentavam o “jacobinismo dos desordeiros”<sup>163</sup>, insinuando que tal folha incitava a desordem na província mineira, sendo uma folha incendiária e exaltada. O *Guarda* seria a “folha dos

<sup>159</sup> Vimos referências da existência do *Guarda Nacional Mineiro* em fins de 1841, sem acervo conhecido deste período. Ver HORNER, Erik. Em defesa da Constituição. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). São Paulo, USP, tese de doutorado, 2010. Pág. 212.

<sup>160</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

<sup>161</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 12/08/1840.

<sup>162</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

<sup>163</sup> *O Unitário* de 14/12/1838.

Piratinins”<sup>164</sup>. Os regressistas acusavam aos redatores do *Guarda* por fazerem os “escritos desordeiros” e à “força” remeterem aos provincianos, sobre a distribuição gratuita do periódico embora dizia que o mesmo ficava “as baratas nas agências dos correios”<sup>165</sup>. Os regressistas tentavam ainda fazer alcançar a acusação de republicanismo a todo o partido Liberal, dizendo, por exemplo, que José Pedro Dias de Carvalho, redator do *Universal*, colaborava na redação do *Guarda Nacional Mineiro*, por serem ambos os periódicos da mesma tipografia, o que levou José Pedro a negar qualquer colaboração, conselho, apoio ou interferência, versando sobre a distinção entre a oficina tipográfica e a redação de um periódico<sup>166</sup>.

Seus redatores eram o eleitor Luiz Fortunato de Souza Carvalho e o padre José Felicíssimo do Nascimento. O eleitor Luiz Fortunato era primeiro escriturário da mesa das rendas provinciais, repartição pública financeira provincial ou tesouraria. Sabemos que por ser liberal e redator do *Guarda* sofreu represálias do inspetor da tesouraria e atuante regressista Joaquim Dias Bicalho, por não ficar satisfeito com escritos que versavam sobre a própria rotina da tesouraria. Encontramos Luiz Fortunato atuando como “vereador dominante na câmara” municipal de Ouro Preto em 1838 e eleito para a mesma câmara para o quadriênio 1841-1844, com a designação de Capitão. Temos notícias também que Luiz Fortunato tinha seus “amigos e parentes” em Paracatu<sup>167</sup>. O eleitor Fortunato não figura nas efemérides mineiras de José Pedro Xavier da Veiga.

Sobre o padre José Felicíssimo do Nascimento sabemos que era acusado pelos regressistas de não querer “largar a vara de Juiz de Paz”, apoderando-se do ofício de outro que serviria naquele ano de 1839, e que também figurou na lista para vereador a câmara municipal de Ouro Preto para o quadriênio de 1841-1844. Em 1840, a Assembleia Provincial, majoritariamente regressista, suprimiu o cargo de Oficial Maior da Secretaria da mesma Assembleia, ocupado pelo padre José Felicíssimo por cinco anos, para conter despesas. Ambos os redatores Luiz Fortunato e o padre José Felicíssimo foram nomeados eleitores por Ouro Preto em 1840<sup>168</sup>. José Felicíssimo aparece nas efemérides mineiras de José Pedro

<sup>164</sup> *O Unitário* de 31/08/1838.

<sup>165</sup> *O Unitário* de 28/09/1838.

<sup>166</sup> *O Universal* de 16/09/1839.

<sup>167</sup> Ver *O Universal* de 19/07/1839 e 16/09/1840, *O Unitário* de 21/08/1838 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 13/07/1839.

<sup>168</sup> Ver *O Unitário* de 07/11/1839, *O Americano* de 20/02/1840 e *O Universal* de 16/09/1840 e 04/11/1840.

Xavier da Veiga apenas em 1859, como Monsenhor, quando funda um hospital de caridade aos pobres da cidade de Itabira, juntamente com outros cidadãos<sup>169</sup>.

No início de 1839, o regressista *Unitário* anunciava que Teófilo Benedito Ottoni estaria encarregado da redação do *Guarda*<sup>170</sup>, e por isso dirigiram suas setas para este destacado liberal e aumentaram o furor antirepublicanista. Contudo, sem poder confirmar tal notícia sabemos apenas que, de fato, Teófilo Ottoni se colocava na vanguarda da construção da cultura política do partido Liberal em Minas Gerais. Teófilo Ottoni havia participado da redação de outros periódicos no início da Regência como na *Astréa*, no Rio de Janeiro e, em Minas Gerais, colaborou com o *Astro de Minas*, de São João Del Rei e com o *Eco do Serro*, do Tijuco. Fundou, ainda nos primeiros anos da Regência, um jornal na Vila do Príncipe, sua terra natal, de nome *Sentinela do Serro*, de linha abertamente republicana. Como político, atuou com destaque nas Assembleias Provincial e Geral, inclusive durante o período do Regresso. Na Assembleia Provincial esteve presente nas duas primeiras legislaturas (1835-1839), sendo preterido, juntamente com a maioria liberal na província, para a terceira legislatura. Na Assembleia Geral esteve presente na quarta, sexta, sétima e décima primeira legislaturas (1838-1841, 1845-1847, 1848 e 1861-1863). Posteriormente, foi indicado senador em 1864 e recusou nomeação para o Conselho de Estado. Liderou, juntamente com seus partidários liberais, a revolta em Minas Gerais (1842)<sup>171</sup>.

O *Unitário*, por sua vez, nasceu também no início de 1838 figurando na província até julho ou agosto de 1840, conjuntura próxima da maioridade do Imperador. Nesse período, a folha conta com setenta e três números preservados e, fora as interrupções na sua publicação, existem lacunas no acervo. Assim como o *Guarda*, o *Unitário* era hebdomadário e impresso na tipografia do principal periódico do seu partido em Ouro Preto, no caso, na tipografia do *Correio de Minas*. A subscrição podia ser feita na loja do Sr. Francisco de Magalhães Gomes, na rua de São José, ao preço de oitocentos réis (800 rs.) o trimestre, onde também se vendia os números avulsos por sessenta réis (60 rs.), valores menores que seu concorrente liberal o *Guarda Nacional Mineiro*. Também não há informações oficiais sobre a sua vendagem, mas o redator dizia-se “satisfeito” com o número de subscrições do impresso<sup>172</sup>. Em 1840, o *Unitário* suprimiu as informações sobre os locais de suas subscrições.

<sup>169</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras... Verbete 16 de abril. Pág. 393.

<sup>170</sup> *O Unitário* de 05/01/1839.

<sup>171</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 108-111.

<sup>172</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

O *Unitário* não apresentava epígrafe, mas com um sugestivo nome em que opunha unidade imperial da fragmentação federativa, se dizia contra o republicanismo que “incita revoltas e incêndios” e a sua defendida legenda era “liberdade e ordem”<sup>173</sup>, sendo o principal interlocutor do *Guarda Nacional Mineiro* nas escaramuças políticas debatidas na imprensa de Ouro Preto, tanto as de alcance imperial ou provincial, quanto as disputas mais localistas e cotidianas, ligadas ao funcionamento da administração pública ou mesmo de natureza pessoal. Por isso, além de enfrentar o *Guarda*, dizia fazer “oposição às agressões injustas aos melhores servidores”, colocando-se na defesa da marcha do governo, ainda que defendesse sua própria “independência”, versando sobre defender o governo por “justiça de causa”<sup>174</sup>. De fato, os redatores regressistas mineiros negavam receber salários do governo para fazer a sua defesa e seguir carreira na imprensa.

Seu redator era o alferes Francisco de Paula Xavier Felicíssimo, ou como alcunhado Papa-Felicíssimo, que também era funcionário da tesouraria provincial. Daí as constantes escaramuças com o Eleitor Fortunato, redator do *Guarda* e funcionário da mesma tesouraria. O redator do *Guarda* acusava ao Papa-Felicíssimo de ficar apenas para “redigir” sua folha, não participando das rotinas administrativas da tesouraria sob a conivência do inspetor, o regressista Joaquim Dias Bicalho. Por isso, os liberais viam o *Unitário* como o “neto da tesouraria”<sup>175</sup>. Encontramos o alferes Papa-Felicíssimo condenado por participar da sedição de 22 de março (1833) a quatro meses e vinte dias de prisão em sessão do juri daquele mesmo ano, com o julgamento de outros participantes<sup>176</sup>. Portanto, juntamente com Manoel Soares do Couto, o alferes nos mostra que os antigos sediciosos voltaram à cena política mineira em posição de destaque e afiados nos novos embates políticos para desespero do partido Liberal.

Sabemos também que em Ouro Preto saiu o periódico regressista *O Monarquista Leal*, que era tido como o sucessor do *Unitário*, com seus treze números distribuídos entre agosto e novembro de 1840. Infelizmente, não há acervo deste impresso. Por ser taxado de sucessor do *Unitário*, inferimos que saía na tipografia do *Correio de Minas*, sabendo-se que também era uma publicação hebdomadária e que travou discussões com o liberal *Universal*. Não temos maiores informações sobre suas vendas e o seu redator. No debate travado contra os liberais, *O Monarquista Leal* foi taxado pelos seus antagonistas de minorista, numa alusão a sua

---

<sup>173</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

<sup>174</sup> *O Unitário* de 22/06/1839.

<sup>175</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 09/06/1839 e 21/03/1840.

<sup>176</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras... Verbete 22 de dezembro. Pág. 1079.

tentativa de convencer o público mineiro sobre a invalidade da proposta da antecipação da maioria, levada a cabo pelo partido Liberal em julho de 1840. Por o *Monarquista Leal* ter duração efêmera, os liberais do *Universal* acreditavam na adesão completa da província mineira ao seu partido e a maioria do Imperador que abandonava, assim, o partido Regressista e minorista<sup>177</sup>.

Além de Ouro Preto, outras importantes cidades de Minas Gerais tiveram plena circulação de impressos, tais como São João Del Rei e Barbacena e a Vila de São José Del Rei, atual Tiradentes, com representantes de ambos os partidos na região. Na cidade de São João Del Rei, circulou o segundo principal periódico liberal da província de Minas Gerais. Tratava-se do *Astro de Minas*, liberal, que iniciou suas atividades no Primeiro Reinado, em 1827 existindo até julho de 1839 em pleno avanço vigoroso do Regresso, sendo a segunda carreira mais longa do periodismo mineiro daquela época, atrás do *Universal* de Ouro Preto. No período do Regresso, sobraram trinta e seis números do acervo lacunoso do *Astro de Minas*. Este periódico saía as terças, quintas e sábados, impressos em tipografia própria do *Astro de Minas* localizada no cais da Ponte do Rosário. O periódico não informou nas suas páginas o modo e o valor das assinaturas e dos números avulsos. Sobre as informações da quantidade de assinantes, temos de modo não oficial, mas a julgar verdadeiras as notícias da imprensa, contava com quase cem subscritores<sup>178</sup>.

O *Astro de Minas* estampava três frases que serviam como epígrafe do jornal. A primeira delas era uma citação da constituição, capítulo oito, artigo cento e quarenta e cinco que dizia “Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos” seguida da frase advertência “A verdade, odiada pelos tiranos, é a única salva-guarda dos governos livres”. Tais frases mostravam o alcance da resistência que o periódico liberal propunha-se a sustentar diante do avanço regressista que, a seu ver, era tirânico. A terceira frase síntese, “INDEPENDÊNCIA LEI OU MORTE” mostra o quão ousado era o periódico nos embates políticos.

O *Astro de Minas* era tido como uma folha republicana e incendiária pelos regressistas, principalmente baseados na figura de José Antônio Marinho, seu redator. José Antônio Marinho por ser destacado doutrinário e político liberal, atuando na vanguarda do seu partido nas Assembleias Provincial e Geral, dividia o posto com Teófilo Ottoni, de mais

---

<sup>177</sup> Ver *O Universal* de 31/08/1840 e 25/11/1840.

<sup>178</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

odiado pelos regressistas. Contra ele, os regressistas dirigiam as suas principais setas e diziam que o seu periódico *Astro* tornava-se “fusco” e que não mais iluminava a província mineira<sup>179</sup>. Por outro lado, o *Universal* defendeu a pureza dos princípios do *Astro*, quando da sua extinção, apoiando-se na proximidade de ideias que norteava as duas folhas, ou seja, “a uniformidade de princípios que geralmente tem sustentado essa folha com os da nossa [*Universal*], salvo algumas exceções (...)”. O *Astro de Minas* interrompeu suas publicações em 1839 quando da morte do seu financiador Batista Caetano de Almeida, importante cidadão de São João Del Rei<sup>180</sup>.

José Antônio Marinho participou, como jornalista, de outros títulos liberais como o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* e o *Constitucional* de Ouro Preto. Em São João Del Rei, além do *Astro de Minas* e do *Americano*, redigiu o *Despertador Mineiro* e, posteriormente, chefiou a redação do *Correio Mercantil* no Rio de Janeiro. Como político, Marinho foi mais um destacado liberal, atuando na tribuna provincial nas duas primeiras legislaturas (1835-1839) sendo preterido, juntamente com a maioria liberal na província, para a terceira legislatura. Foi deputado à Assembleia Geral na quarta, como suplente, sexta e sétima legislaturas (1839, 1845-1847 e 1848). Foi um dos líderes liberais do movimento armado mineiro em 1842<sup>181</sup>.

Para estancar um pouco da influência que o *Astro de Minas* exercia naquela região, os regressistas relançaram o *Parahybuna* na cidade de Barbacena que, com isso, tornou-se o principal concorrente daquele periódico. Em 1839, o *Parahybuna* empenhou-se no combate também ao *Popular*, periódico liberal da vila próxima de São José Del Rei, atual Tiradentes. Consta que o *Parahybuna* começou a circular em 1836 mas interrompeu suas publicações. Com o ascenso do regresso ao governo imperial, o *Parahybuna* ganhou nova vida em fins de 1837, circulando com algumas interrupções até o início de 1840. Durante o Regresso preservou-se cinquenta números do *Parahybuna* em acervo. O *Parahybuna* era vendido duas vezes por semana, impresso na tipografia própria do *Parahybuna*, situado na Praça da Alegria, mudando-se para a Rua Direita e depois para o Largo da Câmara, em Barbacena. A assinatura podia ser adquirida na própria tipografia e nas casas dos Srs. João Gualberto Teixeira de Carvalho e de João Bento da Costa de Azedias por dois mil réis o trimestre (2\$

<sup>179</sup> *O Unitário* de 10/11/1838.

<sup>180</sup> *O Universal* de 10/07/1839. Sobre o *Astro de Minas* ver também AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. São João Del Rei, UFSJ, monografia de especialização, 2003.

<sup>181</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 106-108.

rs.) e as folhas avulsas a oitenta réis (80 rs.) preço padrão dos periódicos da época. Não há informações sobre o número de assinantes que possuía ou a tiragem do impresso.

O *Parahybuna* trazia como epígrafe um trecho do discurso do poderoso ministro e idealizador do regressismo, o mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que também era proprietário e orientador da tipografia e do periódico, versando contraditoriamente após sua mudança de lado partidário, de Liberal a Regressista, sobre a consistência dos princípios em detrimento dos homens e das circunstâncias:

“Os homens passam, passam as circunstâncias; mas os princípios subsistem; Deus louvado, à despeito das intrigas, à despeito das paixões, em todas as lutas saem triunfantes, e sabem vingar-se dos ultrajes que lhes irrogam a má fé, a ambição, ou a ignorância” (Discurso do deputado Vasconcelos)<sup>182</sup>.

O *Parahybuna* era visto pelos seus adversários liberais como uma “guilhotina política” em “que nenhum homem há por aí que não fosse mais ou menos atrozmente perseguido” aterrorizando aos homens do partido contrário. Por fazer parte do projeto regressista de Vasconcelos, o *Parahybuna* fazia “coro ao seu periódico *Sete de Abril*” da Corte, e era responsabilizado pelas perseguições que o regresso imprimia aos seus oponentes em Minas Gerais, representando toda a “política do terror” do governo. O *Parahybuna*, extremamente atrelado ao ministro Vasconcelos, era taxado de órgão de imprensa pessoal do ministro e, por isso, gozava de benefícios do governo, como excessos de liberdade de imprensa e utilizar os “correios” atrasando-o para levar o impresso de Barbacena até a capital Ouro Preto<sup>183</sup>.

O *Parahybuna*, durante sua existência, sofreu algumas interrupções por causa do precário estado de saúde do seu redator, o padre Justiniano da Cunha Pereira que sofria, segundo consta na imprensa, de uma “hidropesia” desde 1837. O redator, que os liberais diziam ser assalariado do ministério de Vasconcelos, veio a falecer em julho de 1839 quando um periódico liberal aliviava-se, pois o “lumião doméstico deixou de ser violentado pelo verdugo universal de suas reputações”<sup>184</sup>. Ao que parece, Justiniano da Cunha Pereira não exerceu cargo político, mas foi secretário do colégio eleitoral de Barbacena em 1834, que se reuniu para a eleição provincial de Minas Gerais e em 1837 foi relacionado como juiz de paz de um distrito da cidade<sup>185</sup>. Por mais um pouco tempo, o *Parahybuna* renasceu com “mesma

<sup>182</sup> *O Parahybuna* de 14/10/1837.

<sup>183</sup> Ver *O Guarda Nacional Mineiro* de 31/03/1838 e 18/07/1838 e *O Universal* de 03/04/1839.

<sup>184</sup> Ver *O Universal* de 13/11/1837 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 20/07/1839.

<sup>185</sup> RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte, UFMG, tese de doutorado, 2008.

epígrafe e princípios” de “guerra aos republicanos”, e seu novo redator, que se declarou debutante no ofício, seria o “flagelo dos inimigos da pátria”<sup>186</sup>.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, forte ministro e mentor intelectual do regressismo, também tinha carreira na imprensa. Fundou e colaborou com o *Universal* de Ouro Preto, até abandonar o periódico e o partido Liberal em 1836. Já como regressista, além do *Parahybuna*, fundou o *Sete de Abril* e colaborou na *Sentinela da Monarquia*, ambos do Rio de Janeiro. Como político, participou das tribunas provincial e geral, também durante a Regência, sendo que, na Assembleia Geral, participou das três primeiras legislaturas (1826-1837). Foi Vice Presidente da Província e ministro da Fazenda, no início da Regência. Como regressista, foi ministro da Justiça e do Império, além de ser nomeado senador (1838) e, posteriormente, conselheiro de Estado (1840)<sup>187</sup>.

Em julho de 1839, aparecia o periódico *O Popular*, liberal, na Vila de São José Del Rei, atual Tiradentes, localidade próxima de São João Del Rei. Foi visto como mais um periódico dedicado a aumentar a influência do partido Liberal naquela região, contrapondo-se a princípio ao *Parahybuna*, regressista de Barbacena. *O Popular* circulou até meados de 1840 e em seu acervo consta quatorze números. A folha era hebdomadária, impressa na tipografia de Silva Lima e Veloso, localizada na rua Direita. A sua assinatura poderia ser efetuada na mesma tipografia e em São João Del Rei nas casas do Coronel Martiniano Severo de Barros e José Maximiano Batista, em Barbacena na casa de José Gonçalves Gomes e Sousa e em Ouro Preto na casa do padre José Felicíssimo do Nascimento, um dos redatores do *Guarda Nacional*, o que sugere a proximidade dos partícipes da intrincada rede de periódicos da província mineira. O preço da assinatura era de mil réis (1\$ rs.) por trimestre e os números avulsos custavam oitenta réis (80 rs.). Não temos informações sobre a sua vendagem e o seu redator.

A sua epígrafe era uma citação de Montesquieu que dizia “A liberdade não consiste no poder fazer o que se quer, mas sim o que as leis permitem”, tratando de assunto caro aos liberais, ou seja, a compreensão dos limites do conceito de liberdade. Em tom mais moderado e menos combativo, o periódico dizia não ser partidário mas atuaria pelos “princípios verdadeiros” da “monarquia constitucional representativa”<sup>188</sup>, o que mostra a conjuntura

---

Págs. 240-241.

<sup>186</sup> *O Unitário* de 24/07/1839.

<sup>187</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 101-102.

<sup>188</sup> *O Universal* de 05/08/1839.

desfavorável na província do partido Liberal, mostrado pelo evitamento do confronto aberto e declarado ao partido Regressista.

O regressista *Parahybuna* reclamava da imparcialidade (declaração de ser sem partido), do *Popular* uma vez que trazia “artigo de encomenda” advogando a causa do importante liberal Antônio Paulino Limpo de Abreu nas eleições a uma vaga no senado naquele ano. Os regressistas acusavam ao *Popular* de ser financiado e assessorado pelo mesmo Limpo de Abreu que, mesmo da Corte, influenciava diretamente nos artigos escritos daquela folha<sup>189</sup>. À se comprovar as notícias de influência do periódico *Popular* por Limpo de Abreu, temos atestado a importância do convencimento da população mineira e interiorana sobre os debates políticos. Limpo de Abreu, assim como Vasconcelos por seu lado, mesmo da Corte, se mostraram preocupados com a difusão da direção partidária que construíam. Ambos desenvolveram, financiando e, principalmente, influenciando nos seus periódicos na província, a provincialização das questões políticas imperiais e uma consequente imperialização da opinião pública provincial.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, magistrado formado em Coimbra, mereceu respeito até mesmo dos seus adversários regressistas, como um dos poucos parlamentares liberais que consideravam uma notabilidade. Teve uma destacada e longa carreira política no parlamento e no executivo. Participou da primeira legislatura da Assembleia Provincial mineira (1835-1836) e na Assembleia Geral esteve presente desde a primeira legislatura (1826-1830) até ser nomeado senador em 1847, com apenas um intervalo (1843-1844) em que esteve ausente do país, deportado pela responsabilidade que lhe coube no movimento armado em Minas Gerais (1842). Em 1848 foi nomeado senador e conselheiro de Estado. Foi Presidente da Província mineira em 1833-1834 e 1834-1835 e foi ministro dos primeiros gabinetes do regente Feijó em 1835 e 1836. Posteriormente, participou de gabinetes no quinquênio liberal de 1844-1848 nos anos 1845 e 1848 e, outras vezes, também foi ministro nos anos de 1853 e 1858-1859. Recebeu o título de Visconde de Abaeté em 1854<sup>190</sup>.

Em São José Del Rei, atual Tiradentes, além do *Popular*, temos notícias que circulou também o periódico *A Igualdade*, liberal, iniciado em junho de 1840, portanto durante os debates acerca da proposta da maioria. Não há acervo do periódico, que teria publicação indeterminada e seria vendido na tipografia de Silva Lima e Veloso, mesma do *Popular*, ao preço de quarenta réis (40 rs.) “por ser em formato pequeno”. Não conhecemos a sua

<sup>189</sup> *O Parahybuna* de 06/08/1839.

<sup>190</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras... Verbete 14 de setembro. Págs. 825-827.

vendagem e o seu redator e cremos na sua curta carreira. Em seu prospecto, publicado no partidário *Universal*, dizia defender “o direito do povo” e que vigiaria os empregados públicos para denunciar “opressão e nepotismo” em nome do “progresso da pátria”<sup>191</sup>.

Em janeiro de 1840 saiu *O Americano*, liberal, em São João Del Rei substituindo o extinto *Astro de Minas* na cidade, como um novo projeto do sempre atuante José Antônio Marinho, redator da nova folha. *O Americano* circulou até meados de 1840 e sobram dezesseis números como acervo. Este periódico se propôs a sair uma vez por semana, impressos na tipografia de Pimentel no endereço do cais da Ponte do Rosário número 572, mesmo endereço da extinta tipografia do *Astro de Minas*, o que sugere ser a mesma tipografia agora com novo proprietário, após o falecimento de Batista Caetano de Almeida. O preço da assinatura era de quatro mil réis (4\$ rs.) por ano, adquirido na mesma tipografia. Também não há informações sobre a sua vendagem.

Sua epígrafe era um extrato de uma carta de Jefferson a William Sport que dizia “o dia não está longe em que possamos exigir que um meridiano convencional divida o oceano que separa os dois hemisférios; de maneira que nenhum canhão europeu se faça ouvir aquém, e nenhum canhão americano além desta linha”. Sugestiva epígrafe que tratava de um assunto específico e peculiar das nações americanas, quais sejam enfrentar a soberania mundial das potências europeias e sugerindo uma aliança declarada entre os países do continente americano.

*O Americano* anunciou que seguiria os passos do periódico da Corte *A Liga Americana*. Este último declarava ser contra a política da França de “hostilizar sem motivo algum plausível as nações americanas que ele considera fracas (...)”, pedindo por isso, união entre os países da América contra o opressor comum (França), expressos da seguinte maneira: “a esse sentimento natural a favor de um país comum, a América, os redatores da *Liga* como brasileiros patriotas ajuntam o ressentimento positivo contra o governo francês (...)”<sup>192</sup>. Além de ressaltar o “sentimento de nacionalismo” que não estava “ao todo extinto”, o *Americano* prometia tratar da política interna da província, procurando “esclarecer o governo e Assembleia respectiva, ou censurando-os” quando entendia que se desviavam de “promover o bem geral”<sup>193</sup>.

---

<sup>191</sup> *O Universal* de 19/06/1840.

<sup>192</sup> *O Universal* de 27/01/1840.

<sup>193</sup> *O Americano* de 16/01/1840.

Temos notícias também que, no início de 1838, viera a luz o periódico *O Monarquista* de São João Del Rei. Por se dizer “defensor da constituição e suas reformas” e se colocar contra os “ataques do governo setembrista (governo regressista que iniciou carreira em 19 de setembro)” colocamos este periódico nas fileiras do partido Liberal<sup>194</sup>. Não há acervo do periódico dificultando o encontro de maiores informações e, a julgar pela sua pouca repercussão nos outros órgãos da imprensa, acreditamos ter ele vida efêmera.

*O Eco da Razão*, liberal, apareceu em Barbacena após o golpe da maioria, na nova conjuntura em que os liberais estavam no governo e circulou até 1842. Do ano de 1840 sobraram apenas dois números no seu acervo. Esta folha era publicada uma vez por semana impressa na tipografia da Sociedade Tipográfica situada no Largo da Câmara e as suas assinaturas custavam mil réis (1\$ rs.) por trimestre, adquiridas na própria tipografia. Não temos maiores informações sobre sua vendagem. Sua epígrafe era uma frase em latim com tradução que dizia “Todo o reino dividido contra si será desolado”, numa alusão ao sentimento liberal de, agora no governo, apaziguar as contendas partidárias.

Seu fundador e redator, durante toda sua existência, foi o Dr. (médico) Camilo Maria Ferreira Armonde, membro de importante família em Barbacena<sup>195</sup>, encerrando o periódico às vésperas da revolta liberal de 1842, na qual, Camilo Armonde participou e foi julgado como um dos cabeças da rebelião. Posteriormente, foi reeleito para a Assembleia Geral (esteve eleito para a legislatura dissolvida em 1842) por mais seis vezes. Foi também Presidente da Província no Rio de Janeiro (1878) e nomeado conselheiro de Estado em 1879. Ganhou os títulos de Visconde e Conde de Prados<sup>196</sup>.

Podemos considerar dois polos de debates entre os periódicos mineiros: Ouro Preto, capital e sede da burocracia provincial e o polo das cidades de São João Del Rei, Barbacena e a vila de São José Del Rei (atual Tiradentes), no caminho entre Ouro Preto e a Corte. Dois polos interligados e próximos, aonde Ouro Preto guardava uma certa autonomia nas discussões políticas voltando-se mais para as questões provinciais, acompanhando o Presidente da Província e a Assembleia Provincial ali instalados. O segundo polo, com duas cidades e uma vila, assim como sua posição geográfica, colocava-se entre os problemas provinciais e os debates suscitados na Corte.

---

<sup>194</sup> *O Universal* de 26/01/1838.

<sup>195</sup> Ver RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo...* Em especial, Parte I.

<sup>196</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...* Verbete 14 de agosto. Págs. 760-763.

Os dois polos encontravam-se articulados sobre um mesmo eixo: o caminho entre a Corte e a capital da província mineira, interligados por um mesmo caminho e formando a região Metalúrgico-Mantiqueira. Tais localidades mineiras remontam ao processo de formação urbana difusa na região, decorrente da extração e transporte do ouro, desde as minas até a Corte, do século XVIII. No século XIX, a economia da região Metalúrgico-Mantiqueira continuou vigorosa, mas agora pelo comércio de abastecimento interno e, principalmente, junto a Corte, destacando-se a cidade de São João Del Rei e Barbacena como importantes entrepostos comerciais, além de manter em Ouro Preto a capital da província<sup>197</sup>.

Talvez a conta de doze periódicos conhecidos em Minas Gerais nesse período, de setembro de 1837 até 1840, pudesse ser um pouco mais elevada. Pelo *Universal*, vimos uma notícia que em Sabará, mais ao norte de Ouro Preto, a respeito da demissão de um coronel chefe de legião pelo governo, os “dois jornais hebdomadários da cidade se dividem”, em que um era contra e o outro periódico a favor da demissão. Em nota do *Guarda Nacional Mineiro*, sabemos que “na cidade do Serro se vai publicar um jornal” sob a “proteção dos coronéis de cobre Carlos José de Azevedo e José Ferreira Carneiro”, sem que ainda se soubesse “quem serão os redatores” e o “título que terá o jornal”<sup>198</sup>. Não há maiores informações a respeito desses periódicos, que não foram inseridos aos debates da imprensa mineira que conhecemos. Procuramos, em vão, em outros trabalhos sobre a imprensa imperial, como os de Nelson Werneck Sodré e Hélio Vianna<sup>199</sup>, notícias de mais títulos periódicos mineiros no Regresso, além da bibliografia citada.

---

<sup>197</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs. 35 e 60-62. Ver também LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte da formação política do Brasil: 1808-1842. 2ª edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

<sup>198</sup> *O Universal* de 14/10/1839 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 05/07/1839.

<sup>199</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. VIANNA, Hélio. Contribuição à História da imprensa brasileira (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

**Tabela 2 Relação de periódicos mineiros e seus redatores**

<b>Periódico</b>	<b>Localidade</b>	<b>Partido político</b>	<b>Redatores / Colaboradores</b>
O Universal	Ouro Preto	Liberal	José Pedro Dias de Carvalho (redator) Joaquim Antão Fernandes Leão (redator em 1838)
O Correio de Minas	Ouro Preto	Regressista	Manoel Soares do Couto (redator)
O Guarda Nacional Mineiro	Ouro Preto	Liberal	Luiz Fortunato de Souza Carvalho (corredator) José Felicíssimo do Nascimento (corredator) Teófilo Benedito Ottoni (acusado de redação em 1839)
O Unitário	Ouro Preto	Regressista	Francisco de Paula Xavier Felicíssimo (redator)
O Monarquista Leal	Ouro Preto	Regressista	Redator desconhecido
Astro de Minas	São João Del Rei	Liberal	José Antônio Marinho (redator)
O Parahybuna	Barbacena	Regressista	Justiniano da Cunha Pereira (redator até meados de 1839) Bernardo Pereira de Vasconcelos (orientador)
O Popular	São José Del Rei	Liberal	Redator desconhecido Antônio Paulino Limpo de Abreu (orientador)
A Igualdade	São José Del Rei	Liberal	Redator desconhecido
O Americano	São João Del Rei	Liberal	José Antônio Marinho (redator)
O Monarquista	São João Del Rei	Liberal	Redator desconhecido
O Eco da Razão	Barbacena	Liberal	Camilo Maria Ferreira Armonde (redator)

Fonte: Acervo de periódicos micro-filmados da Biblioteca Nacional, existentes na biblioteca da Universidade Federal de São João Del Rei/MG.

## CAPÍTULO II

### **O Regresso em Minas Gerais: os partidos políticos.**

A imprensa periódica foi largamente utilizada como instrumento de ação política frente os debates partidários na esfera pública durante o período Regencial e no Regresso. Naqueles tempos, existia a ideia de oposição partidária, baseada em princípios do partido, qual seja uma cultura política coerentemente organizada e apresentada à sociedade pela imprensa, formando assim toda uma visão de mundo e um programa político. Partido político, então, era um termo dos contemporâneos, que era muito diferente do que se entende por um partido político atualmente. Na época do Regresso, aqueles agentes compreendiam a historicidade da existência do Parlamento e as suas inerentes estratégias de atuação, partilhavam a construção de uma agenda de princípios partidários e, mais importante, davam publicidade aos seus programas na imprensa que faziam a função de verdadeiros textos manifestos, nos quais a opinião pública poderia reconhecer facilmente a feição dos partidos.

A organização do partido se estendia da escolha dos membros do governo passando pelas Assembleias instituídas eleitas e chegando nos meios informais estabelecidos na sociedade, como as associações políticas e a imprensa, esta última apresentando pedagogicamente o programa do partido ao público, também nas províncias. A imprensa é material que ilumina a complexa construção de partido político na época, ou seja, articulando as idiossincrasias dos membros que havia no seu interior, os princípios e uma cultura política compartilhados por um grupo, exigência vital para a existência da congregação partidária.

As individualidades dentro do grupo e a exigência de unidade e coesão causavam conflitos no interior do partido Liberal, numa contradição que carecia de esforços para superá-lo. Inerentes aos partidos, as divergências internas faziam transparecer na imprensa a complexa mas necessária vivência partidária. O liberal *Universal*, numa situação limite, ou seja, na amarga derrota do seu partido nas eleições da Assembleia Provincial (1838), dizia que “o que nós sentimos é que se atribuem à oposição [liberal] em massa sentimentos que ela não nutre”, referindo-se sobre “julgar a maioria por fato ou ação de um ou outro membro do grupo”. Revelava, com tal afirmação, a imaginação partidária que a sociedade fazia da política Regencial e o quanto o partido entrelaçava a sorte dos seus membros ainda que existissem espaços para trajetórias pessoais dentro dos partidos. Continuava o redator versando sobre a imagem coletiva ante a individualidade, inerente a prática partidária

estabelecida na política Regencial, pendendo criticamente para a necessidade de apuração individual dos seus membros. Dizia que “entre todos os partidos existem homens mais ou menos ardentes, às vezes menos refletidos, embora de mui sinceras intenções; não é pelos excessos ou imprudências de um ou outro que devem ser todos avaliados”<sup>200</sup>.

O periodista falava sobre a dificuldade de haver “solidariedade dos partidos”, passando pelo executivo, depois no legislativo e a totalidade da organização partidária na sociedade, apresentando o fio condutor da organização dos partidos naqueles tempos. Dizia ser difícil achar solidariedade nos ministros de “apenas cinco ou seis membros” e que

“(…) não há maioria solidária ou minoria solidária nos corpos deliberativos, mesmo com fins determinados, mesmo com contato entre os seus membros, podendo comunicar-se mutuamente os seus pensamentos, os seus desejos, os seus fins e os meios mais seguros para obtê-los; como será possível exigir solidariedade em uma fração da nação, em um partido que se acha disperso por toda a superfície do estado, e cujos membros desejando um fim comum podem buscá-los por meios inteiramente opostos?”<sup>201</sup>.

O redator, após esses argumentos, encerrava a discussão espinhosa dizendo manter o seu periódico na linha partidária e seguir na oposição, com o propósito de “compartilhar a sorte dos amigos políticos”<sup>202</sup>, finalmente aceitando a configuração do seu agrupamento político e reafirmando a sua escolha pela coletividade vigente ante a carreira individual dos seus membros. A imprensa periódica é sintomática das articulações partidárias, resultando numa certa autonomia de cada título periódico com singularidades compatíveis aos seus redatores e reivindicada pelos próprios agentes da imprensa. Entrementes, a organização partidária na imprensa se revela pela rede intrincada das publicações periódicas, que facilmente se distinguem pela defesa do seu partido político, mútuas citações, colaboração nas redações e no ataque desvelado ao partido adversário. Nas palavras do regressista *Parahybuna*, era inerente à profissão de escritor, pelo seu caráter doutrinário, a adoção explícita da filiação partidária:

“Verdade é que muitos cidadãos pela sua posição na sociedade, pela sua obscuridade, ou por serem proletários podem não se intrometer em negócios políticos, visto não estarem para tanto habilitados. Mas logo que se encarrega qualquer de esclarecer a opinião como escritor, forçoso lhe é adotar este ou aquele

---

<sup>200</sup> *O Universal* de 21/08/1839.

<sup>201</sup> *O Universal* de 21/08/1839.

<sup>202</sup> *O Universal* de 21/08/1839.

partido, que lhe pareça mais justo, por que o cético não se intromete a doutrinário”<sup>203</sup>.

A renúncia de Feijó explicitou a nova configuração partidária. Claramente as posições se definiam após a tumultuada regência de Feijó, na qual o partido Moderado caía em dissolução, e os seus membros se dividiam nos dois partidos resultantes. A imprensa mineira teve importante papel na construção das identidades políticas que os partidos fizeram configurar na província. Os dois partidos, o Regressista e o Liberal, traziam consigo uma carga de princípios que perpassavam os interesses provinciais ou de classe, resultando em novas articulações políticas, construídas diuturnamente e apresentadas de modo fundamental na imprensa periódica.

Assim, mesmo as aparentes contradições internas aos partidos encetadas das articulações que a nova conjuntura requiria, causadas também por alianças de antigos inimigos, ficavam sustentadas quando haviam de articular ataques ao partido oposto. Em discurso republicado num periódico mineiro, José Clemente Pereira, ativo ministro do Primeiro Reinado justificava apoio ao antigo inimigo Bernardo Pereira de Vasconcelos, agora também regressista, dizendo que este havia renunciado a princípios exagerados e agora “o quer o mesmo que eu” dizendo preferir reformas aristocráticas do antigo regime, às últimas reformas democráticas<sup>204</sup>, polarizando a disputa partidária em torno das ideias.

Tomar partido durante o Regresso era tarefa dura, porém necessária haja vista que as bancadas oponentes acirravam suas posições. A província mineira não escapava aquela dualidade entre os partidos, forçando os políticos a declinar para um dos lados. É interessante notar que as chuvas de conflito inundavam as mentes dos contendores, intervindo no cotidiano do expediente parlamentar, fazendo da tribuna provincial interessante indicativo das divisões partidárias.

Na Assembleia Provincial de Minas, temos como exemplo o deputado liberal Joaquim Antão (um dos redatores do *Universal*) que se enrolava em explicações para votar contra a maioria do partido e temendo ser “rotulado de regressista”, diferenciava o regressismo do partido oposto com a sua posição, “isto é, estar no regresso”, dizendo que era um “regresso muito conforme com as ideias mais vantajosas da administração da Justiça” (questão em que defendia diminuir empregados públicos)<sup>205</sup>. Noutra discussão de expediente, sobre utilidade

---

<sup>203</sup> *O Parahybuna* de 30/08/1839.

<sup>204</sup> *O Universal* de 11/06/1838.

<sup>205</sup> *O Universal* de 27/02/1838.

de projeto de Corpo Policial, dizia Vieira de Matos, também liberal, que não era “oposição extremada”, mas visava o “bem público”; este também se desculpava com os outros de seu partido, votando contra o projeto “pela pureza de suas intenções”<sup>206</sup>. A reclamação recorrente era a de não haver liberdade para meditar sobre as questões de expediente, correndo o risco de ser taxado de regressista ou liberal conforme o caso.

Tal era a imersão da divisão partidária durante o Regresso que ambos os partidos, Regressista e Liberal, buscavam apresentar-se ao público como representantes únicos de uma razão política e faziam isso em intensos debates pela imprensa. Porém faziam entrelaçar o uso da razão com o projeto de partido, tentando legitimar a linha partidária. Era nesse sentido o discurso liberal para tentar acalmar as dissensões partidárias, tentando evitar as contra-reformas regressistas. Acreditavam que as modificações na Constituição após 1834 com o Ato Adicional, a sociedade devia aquietar-se de política para avançar em outros campos como a economia. No mesmo sentido, os regressistas podiam fazer referências à economia como sendo algo mais importante que as rotulações políticas. As paixões ou dissensões políticas, vistas como entraves ao avanço da economia, deviam ser aplainadas em nome do avanço da civilização. Tentavam minimizar a importância dos protestos da oposição liberal, pois os regressistas estavam na direção do Estado. Nota-se, porém, que o discurso apaziguador em nome de um progresso econômico, de ambos os partidos, só poderia ter funcionalidade caso a ordem estabelecida fosse muito de acordo com a ordem política projetada pelo partido<sup>207</sup>.

Temos notícias que durante o período do Regresso houve também uma tentativa de formar um terceiro partido na Corte, que não fosse governista (regressista) e também não fizesse parte da oposição (liberal), através da imprensa mineira. Falava-se de novos deputados na Assembleia Geral procurarem marcar posição no meio dos dois outros partidos e enquanto um periódico regressista mineiro acreditava que o tal novo partido não seria tão extremista quanto os liberais, um periódico liberal noticiava a divisão entre os regressistas e uma leve aproximação com a oposição. No entanto, os liberais teriam a lamentar que o partido tornava-se nulo, com os deputados novos e esperançosos acomodados por Vasconcelos; tratava-se de reprimir o tal terceiro partido que queria antes o “justo-meio” e a “moderação”. Vasconcelos os intimava “ou tudo, ou nada”, ou seja, o terceiro partido seria ministerialista ou oposição e os novos deputados seguiram com a maioria (regressista)<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> *O Universal* de 22/06/1838.

<sup>207</sup> Ver *O Universal* de 29/08/1838 e *O Unitário* de 18/10/1839.

<sup>208</sup> Ver *O Unitário* de 23/06/1838 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 05/07/1838 e 04/08/1838.

Atentos a esses episódios na Corte, os políticos e a imprensa de Minas Gerais reiteravam a dualidade partidária, acirrando a oposição e negando uma certa aproximação entre os partidos. Após o 19 de Setembro (1837), emergia o partido do Regresso e assim se denominou sob a liderança intelectual de Bernardo Pereira de Vasconcelos, na sua famosa frase atribuída em que declarava que fora liberal, e que agora se tornava regressista para poder melhor servir à sociedade que corria risco “pela desorganização e pela anarquia”<sup>209</sup>.

Vasconcelos, assim como outros ex-moderados mineiros expoentes como José Cesário de Miranda Ribeiro e Bernardo Jacinto da Veiga (irmão de Evaristo da Veiga, falecido líder moderado), abandonaram o partido Moderado mudando para o lado regressista. Sobre Vasconcelos, líder das defecções para o regressismo, recaíram as maiores críticas nas quais os liberais cotejavam os seus novos princípios com o que defendera anteriormente, taxando-o de homem de “princípios inconsistentes” ou “circunstanciais”, versando sobre a impossibilidade da separação entre a moral e a política. Vasconcelos seria o “pai da seita do regresso”<sup>210</sup>.

De fato, hastear a bandeira do regresso não era de somenos. Os regressistas acreditavam que o avanço liberal com os Códigos do Processo (1832) e o Ato Adicional (1834) eram os grandes causadores do aprofundamento das desordens civis nas províncias. O regresso era o estaque contra esse avanço, ou seja, revisar as últimas reformas promulgadas em sentido liberal, o que seria o programa do regressismo<sup>211</sup>. Jeffrey Needell nos diz que o partido do Regresso surgiu a partir dos traumas do antigo partido Moderado, desde 1832 e após a promulgação do Ato Adicional. Já em 1835 formulava-se a ideia do novo partido do Regresso, criado contra os desafios do momento causados pelo avanço liberal, a partir do centro até as províncias<sup>212</sup>.

Em Minas Gerais a ideia de regresso não foi muito bem recebida pelos agentes regressistas. Pela imprensa periódica percebemos certas hesitações dos redatores, ao caracterizar o partido frente à opinião pública mineira. Talvez, o recente passado de hegemonia moderada fizesse evitar aos regressistas, uma postura mais radicalizada no embate político. Sem negar a oposição aos liberais, certas atribuições de significado poderiam pôr em constrangimento os regressistas. Cabia, entretantes, interpretar valores comuns a província mineira para entrelaçar o projeto do partido com a carreira da província. Os regressistas

---

<sup>209</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema...* Pág. 132.

<sup>210</sup> Ver *O Universal* de 10/10/1838 e 07/11/1838.

<sup>211</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana...* Pág. 55.

<sup>212</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n°10, novembro 2009. Págs. 8-9.

traziam de volta a cena política antigos membros caramurus, como o líder da Sedição de Ouro Preto (1833) Manoel Soares do Couto e o alferes Francisco de Paula Xavier Felicíssimo (redatores do *Correio de Minas* e do *Unitário*, respectivamente) ou, como taxados pelos adversários liberais, eram os mesmos “caramurus, corcundas, sediciosos, regressistas”<sup>213</sup>.

A participação desses elementos no movimento sedicioso de Ouro Preto (1833) não era esquecida e causava transtornos aos regressistas. *O Unitário*, regressista, tratava de relatar os acontecimentos da Sedição ressaltando o bom procedimento dos partícipes e a validade das razões para o levante armado. Mas também reclamava de ter de volver ao mesmo assunto “sedição”, pois para ele os liberais estavam a despertar “paixões rancorosas, de rasgar de novo feridas já cicatrizadas”. Procurava convencer o público que não era mais o tempo de acusar “fora este caramuru; crimine-se aquele”, ainda que negasse obscurecer os fatos e era forçado a reconhecer aos seus adversários liberais que “ninguém procura roubar-lhes as honras que lhe competem pelos feitos nessa época”<sup>214</sup>. Repare-se que as “honras”, até mesmo para o periódico regressista, competia, na ocasião da Sedição de 1833, aos liberais que defenderam o governo legal contra os promotores da Sedição.

Para *O Parahybuna*, os participantes da Sedição “acham-se hoje (durante o Regresso) perdoados e anistiados e no gozo de seus direitos civis e políticos”, ou seja, já haviam sido “perdoado (s), anistiado (s) e esquecido (s)!” mostrando que o tema da Sedição era visto por uma ótica negativa junto a opinião pública, um erro dos partícipes, perceptível na tentativa regressista de superar aquele acontecimento, com tergiversações sobre o assunto embaraçoso<sup>215</sup>.

As hesitações dos regressistas quanto a uma definição doutrinária aumentava após a queda do gabinete ministerial capitaneado por Vasconcelos. O novo gabinete erigido em 13 de Abril de 1839 levantava desconfianças dos adversários liberais mineiros. *O Guarda Nacional Mineiro* reclamava que em acordo com o assunto, “ora concorda com setembristas (governo regressista de 19 de Setembro-1837), ora com oposição (liberal)”. Dizia que o novo gabinete “não manifesta o seu pensamento político” e que, portanto, “não tem programa político”; “combina-se com todas as políticas possíveis” o que seria um meio para “iludir o povo”<sup>216</sup>. Com “sistema dúbio” era também o ministério de 01 de Setembro (1839), acusado

<sup>213</sup> Ver *O Guarda Nacional Mineiro* de 17/02/1838.

<sup>214</sup> *O Unitário* de 23/06/1838 e 21/12/1839.

<sup>215</sup> *O Parahybuna* de 20/04/1838.

<sup>216</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 29/07/1839.

de tentar apoio em homens de “princípios controversos”<sup>217</sup>. O gabinete de maior prestígio entre os regressistas de Minas Gerais parecia ser mesmo o de 19 de Setembro de Vasconcelos, e a sua política era constantemente corroborada pelos partidários na província, como atesta uma passagem do periódico regressista *O Unitário*, em meados de 1840, um ano depois da queda daquele gabinete em que, saudosista, esperava ver um novo gabinete organizado com a sua mesma força. Dizia que

“A retirada do ministério de 19 de Setembro sendo uma calamidade pública como a experiência depois o mostrou, deixou um vazio que muito dificilmente se preencheria. Organize-se pois um Ministério que tenha tanta energia, tanto saber e tanto patriotismo como o Ministério de 19 de Setembro de 1837. Eis o nosso voto.”<sup>218</sup>

Ora, os regressistas mineiros apoiados no governo central, angariando partidários e formando ampla maioria política em Minas Gerais, talvez os fizessem concentrados em discursos comedidos quanto ao doutrinamento político, desde que se conservasse a marcha do partido Regressista no governo, principalmente contra o programa político adversário e liberal. Numa eleição em Minas Gerais para uma vaga de Senador em fins de 1839, *O Universal*, liberal, apresentava os candidatos sendo um do “partido Liberal” e quanto ao outro provocava dizendo ser “do outro partido, que nós não sabemos bem definir como deva ser denominado”<sup>219</sup>. Interessante foi a resposta do regressista *Unitário* que louvava a vitória do seu candidato na referida eleição, no qual ironicamente ressaltava o triunfo do “partido sem nome” ou melhor o “partido sem nome, sem prestígio, sem força”. Nota-se ainda que o problema da indefinição da identidade Regressista acompanhou a trajetória deste partido durante toda sua permanência no governo<sup>220</sup>.

Mas ao mesmo tempo em que hesitavam em certas questões, os regressistas mostravam tenacidade ao avançar e ganhar terreno frente os liberais em outras. Importante para o partido Regressista era fazer estabelecer o seu projeto consonante com a província. Reivindicavam então a exclusividade da direção intelectual e moral da província através de se apresentarem como únicos interlocutórios de demandas tidas como advindas da sociedade. Julgavam unir a sorte da província com a direção regressista definindo assim, as delimitações do partido. Frequentemente tentavam se impor como os únicos monarquistas da província, na

<sup>217</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 09/01/1840.

<sup>218</sup> *O Unitário* de 26/05/1840.

<sup>219</sup> *O Universal* de 12/08/1839.

<sup>220</sup> Ver *O Unitário* de 17/11/1839.

medida em que desqualificavam as ações do partido oposto nesse sentido. Os regressistas apresentavam-se como legítimos monarquistas em contraposição aos democratas, conceito atribuído ao programa de progresso dos liberais que infalivelmente atacava a monarquia; como diria o *Parahybuna* “não são necessárias concepções tão vastas como o Universo, para compreender-se quanto pesa atualmente na concha da balança o partido democrático em desfavor do monárquico, senão de direito, ao menos de fato”<sup>221</sup>.

O regressista *Unitário* insistia nesses termos e perguntava aos oponentes, frente seus ataques, que se os “monarquistas” caírem “quem há de subir?”<sup>222</sup>. Numa eleição, *O Unitário* enaltecia o seu candidato “monarquista” primeiro da lista para deputado provincial, como “representante de ideias médias” enquanto felicitava a exclusão de “opiniões extremas” dos membros do outro partido. Ao elogiar uma opção para Minas Gerais noutra eleição, agora numa vaga para Senador na província, o periódico regressista dizia ser este um “homem de princípios liberais moderado, eminentemente amigo da ordem, sem que em suas mãos periguesse a liberdade”, no mesmo instante em que desqualificava o outro candidato como o “oposicionista extremo”<sup>223</sup>.

Vemos aqui outra denominação do partido o da “Ordem”, empurrando novamente os liberais para a polarização inversa, ou seja, o partido da desordem, da agitação. Há aqui a apropriação do termo liberal moderado, mas submetendo-o ao prisma da relação ordem-desordem, modificando o entendimento da memória do antigo partido Moderado. Reivindicavam tacitamente a moderação como fundamento de conduta, não como bandeira política, buscando associar o partido do Regresso com os temores da sociedade mais latentes que a antiga conjuntura, como o fato de não fazer perigar a liberdade, pelo qual havia erigido inicialmente o partido do Regresso sob a orientação de Vasconcelos. Com isso, negavam a pecha de serem os mesmos e antigos absolutistas, rompendo com a noção de continuação do Antigo Regime e mostrando a negatividade de volver à memória daquele partido.

Noutro ponto, diante do “cavalo de batalha” que se tornava a questão do Ato Adicional, os regressistas visando a reformá-lo evitaram atribuir-se o epíteto de partido centralista, talvez por ser assunto espinhoso demais para lançar toda a sorte do partido nessa frente. Ao contrário, atenuavam o discurso mostrando a necessidade de uma “leal interpretação”, como diria Vasconcelos acerca do Ato Adicional. No último sentido, o

---

<sup>221</sup> *O Parahybuna* de 01/10/1839.

<sup>222</sup> *O Unitário* de 07/12/1838 e 22/12/1838.

<sup>223</sup> *O Unitário* de 07/12/1838 e 08/08/1839.

regressista *Parahybuna* tentava disputar o epíteto de partido constitucional, normalmente reivindicado repetidamente pelos liberais<sup>224</sup>. Nota-se também que até tal conjuntura os regressistas não se denominaram como o partido Conservador em Minas Gerais. O verbo conservar cabia mais confortável aos liberais, uma vez que defendiam a permanência do Ato Adicional tal como se encontrava antes da ascensão dos regressistas ao governo.

A tentativa Regressista de diversificar o prisma da relação entre os dois partidos, sugere-nos, fundamentalmente, a grande dificuldade da identificação do sistema de governo adotado pelo partido e o termo que melhor poderia defini-lo. Os regressistas sabiam que o estigma criaria a identificação do partido com a sociedade, portanto, o termo regresso foi, dentro do possível, evitado. Acompanhando a acusação do liberal *Americano*, vimos mostrada a trajetória do partido, tomando-a como elucidativa da tortuosa carreira dos regressistas:

“Já o mesmo lhe havia acontecido com o seu regresso, que ele [Vasconcelos] invocou como o inverso de progresso, que então combatia; pois que vendo-se acossado pelos intrépidos liberais, recorreu a uma secundária significação da palavra, e mui lampeiro e deslambido com ela se sustentou; quando todos viram pelo infame *Sete de Abril* [periódico da Corte orientado pelo Vasconcelos], que ele a tomou sempre no primeiro sentido, quando isso coligiram de todos os seus atos e da sua gente, quando enfim foi patente, que para dar com essa triste e esfarrapada escapula gastou mais de dois anos!”<sup>225</sup>

Partido do Regresso então, muito mais por estar amparados pelo governo central do que pela opção satisfatoriamente aceita pelos seus membros em Minas Gerais. Partido de ampla maioria também na província, trazia para si epítetos no qual disputava sua exclusividade pela imprensa. Buscava identificar-se como o partido dos únicos monarquistas e o partido da ordem, diversificando as frentes de atuação e unindo-as com as necessidades reclamadas, enfileirando o partido na carreira da razão, da administração correta, das ideias médias. Tencionava a ruptura com o partido decaído Caramuru, ao mesmo tempo em que lograva relacionar os espíritos da província com a direção do partido.

Por fim, o regressismo mineiro (talvez também em âmbito nacional) notabilizou por fazer-se um partido novo em acordo com a conjuntura e respondendo aos problemas dela. Há a negação da herança histórica Caramuru, por causa da imagem negativa do extinto partido e impunha-se uma ruptura com tal passado, mesmo com muitos elementos caramurus, antigos partícipes da Sedição de 22 de março. Algumas das lideranças regressistas eram de antigos

<sup>224</sup> *O Parahybuna* de 11/10/1839 e 19/11/1839.

<sup>225</sup> *O Americano* de 15/04/1840.

moderados e organizaram o partido para atender as necessidades urgentes que reclamavam, agrupando-se inicialmente contra a direção liberal de Feijó e depois para afastá-los do Mundo do Governo<sup>226</sup>. Nesse estágio o seu programa político elevava-se como condição natural, direcionada para salvar a sociedade dos perigos que denunciavam na imprensa.

Os liberais, por seu turno, carregavam consigo a herança e a continuidade do partido Moderado, que fora governante desde o *7 de Abril*. Trazer tal herança, numa definição de princípio do partido encetava também a declaração de defesa do programa que era tido pelos regressistas como o causador do aprofundamento das revoltas nas províncias, bem como a defesa da regência de Feijó. O partido Liberal fizera o seu caminho desde 1831 e era contra tal caminho que se lançava o regresso, que aceitava a continuidade dos liberais como o mesmo partido dos tempos de bandeira da moderação. Ou seja, os liberais se designavam como tal e os regressistas aceitavam tal nomeação, tornando uma referência aos contemporâneos mineiros de que o partido chamado de Liberal era, consensualmente, o partido Liberal.

Mais ainda, os liberais tornaram-se únicos, sem outras vertentes de liberalismo como ocorrera noutros tempos. Reivindicavam, portanto, toda a herança do liberalismo brasileiro desde os tempos da independência até aquele momento, ou seja, era o partido que “foi o gigante, que nasceu antes da Independência, que cresceu e se tornou robusto no dia 7 de Abril, e que agora cansado da luta repousa [referência a renúncia de Feijó], mas que quando acordar estará refeito de forças e vingará os ultrajes feitos as instituições liberais”<sup>227</sup>. Exemplificando o que era ser um liberal em Minas Gerais, temos um comunicado de falecimento do Coronel Antônio Ferreira Carneiro traçando sua trajetória dizendo ser este um “adepto dos ideais de liberdade desde 1821, lutou contra a Sedição (1833) e depois foi [do partido] Liberal”<sup>228</sup>.

O partido Liberal era o mesmo e antigo partido Moderado. Quem deixou o partido Moderado é que havia mudado de princípio político; porém nesta nova conjuntura não era necessário mais a denominação de partido Moderado. A moderação, assim como o justo meio, continuava a ser um código de postura para os políticos e devia ser defendida, porém passando da esfera restrita da política para uma conduta ampla de conotação social ou um comportamento moral recomendado como o regulador das ações; o justo meio passava a ter,

---

<sup>226</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema...* Pág. 111.

<sup>227</sup> *O Universal* de 01/12/1837.

<sup>228</sup> *O Universal* de 22/10/1838.

na esfera social, a conotação menos específica do meio termo<sup>229</sup>. Entrementes, não havia mais os exaltados que fazia necessária a distinção entre as duas vertentes liberais, desde o enquadramento das ideias mais extremadas na província mineira até a negação moderada das práticas políticas exaltadas da Corte<sup>230</sup>. Estes sobravam como uma memória de “anarquia”, práticas de agitação popular distante dos liberais.

Nesse sentido, ser o partido do meio perdia a importância para as definições de ação política. A alcunha de partido chimango, apareceu algumas vezes na imprensa para os liberais, mas sem maiores discussões a respeito. É como se perdesse a relevância, já que na nova conjuntura bipolarizada, reivindicar as ideias médias acontecia de ambos os lados conforme a questão em discussão. Poucas vezes também os liberais buscaram ser o único partido e por serem oposição, era necessário mostrar alternativas para a política, assim, a ideia de “partido Nacional” foi poucas vezes levantado para referenciar o partido Liberal<sup>231</sup>.

Os liberais buscaram então a herança de todo o liberalismo político brasileiro negando, porém, as práticas mais extremadas, ligadas aos extintos exaltados. Buscaram na memória do partido Moderado os bons princípios ou o justo meio, que havia salvado o trono e a liberdade (durante o *7 de Abril*) e que serviram de direção política e continuava em vigor na conjuntura regressista, ou seja, os defensores do trono de outrora não podiam agora serem republicanos. Nesse sentido, *O Guarda Nacional Mineiro*, liberal, transcrevendo artigo do partidário *Aurora Fluminense*, da Corte, remontava à história dos partidos em “17 anos”, dizendo sempre haver “3 partidos desde que o povo é livre: monarquista liberal, monarquista com tendências ao absolutismo e o republicano”<sup>232</sup>.

O partido Liberal que reivindicou ser o herdeiro do partido Moderado era o que defendia a monarquia liberal, mostrando que não havia contradição entre os dois termos, afluindo o partido para a defesa da monarquia de modo mais explícito, uma vez que a nova conjuntura requeria isto. Era o momento de renovar as esperanças na coroa, com a proximidade da elevação ao trono de D. Pedro II como queriam primeiramente os regressistas, o que fazia os liberais tentar se aproximar da questão monárquica. De fato, em outros tempos os moderados se destacaram por enfrentar a autoridade de D. Pedro I que abdicou ante a forte oposição dos liberais das diferentes estirpes, com o conseqüente desmonte da imagem do

---

<sup>229</sup> Ver *O Universal* de 22/01/1840.

<sup>230</sup> Ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Págs.265-278.

<sup>231</sup> Ver *O Guarda Nacional Mineiro* de 24/03/1838 e 14/09/1839.

<sup>232</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 30/10/1838.

monarca, num “combate simbólico antimonárquico”, transformando Pedro I em “Pedro panaca”<sup>233</sup>, acompanhados ainda pelas reformas cerceando os poderes da coroa.

Os liberais alcunhavam ainda o partido “monarquista com tendências ao absolutismo” com a intenção novamente de se apresentarem como os únicos defensores do liberalismo, mostrando que a antítese dos liberais era mesmo o partido Regressista. Tratava-se da continuação do enfrentamento àquele partido absolutista “que lutou contra ideias constitucionais da independência, vencido em 1831 e ressurgindo em 1837” com a bandeira do regresso. Nota-se ainda o cuidado de apresentar o partido Republicano com uma historicidade própria, porém oposta aos liberais sintetizando-o como um partido “fraco e antipático”, mostrando também os limites liberais baseados no distanciamento e na exclusão das ideias republicanas que teriam seus próprios adeptos e trajetória, diferente do que fazia supor seus adversários regressistas<sup>234</sup>.

Repare-se que, apesar do partido Regressista ter sido formado a partir das dissidências e sob a liderança de antigos moderados, este não buscou a herança histórica dos moderados, sobrando apenas ao partido Liberal a tarefa da continuidade daquele partido, referendada e aceita até pelos regressistas. O partido Liberal reivindicou para si a continuidade histórica das lutas dos liberais, iniciada nos tempos da independência e atravessando a oposição ao primeiro imperador. Entrementes, o partido Regressista mineiro esforçou-se para desvincular a ideia de continuidade do extinto partido Caramuru, portanto negou qualquer continuísmo de que era acusado pelos seus adversários. Disso decorre alguma divergência de opinião com o trabalho de Jeffrey Needell<sup>235</sup>.

Ao contrário de Needell percebemos que, sob a proteção do epíteto de liberal, o partido trazia consigo uma maior fundamentação de princípios, mesmo com homens que antes haviam defendido tendências diversas, e uma maior facilidade na identificação do partido em comparação ao do Regresso que atravessou os finais da regência com grande dificuldade de definição identitária. O monarquismo liberal, no caso mineiro, foi defendido pelo partido Liberal, e não pelo Regressista, na tentativa de conciliar esses dois termos controversos mesmo para os contemporâneos. Os regressistas trataram de resgatar o monarquismo e, para montar um Estado mais autoritário e centralizado, enfrentaram certos princípios tidos como

---

<sup>233</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Pág. 193.

<sup>234</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 30/10/1838.

<sup>235</sup> Ver NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: Almanack Braziliense. São Paulo, nº10, novembro 2009.

liberais. Por isso, podemos afirmar uma maior consistência do partido Liberal mineiro ante o partido do Regresso que, por ser um partido criado contra os desafios do momento, manteve-se indefinido quanto a sua identidade e sobre o modo de se apresentar junto à sociedade mineira.

Os liberais também procuravam negar a oposição proposta pelos regressistas, da divisão partidária acontecer sob o prisma da relação ordem-desordem. Tiveram que reafirmar primeiramente os sentimentos de apreço pela ordem antes das cores que distinguiam os partidos. A conturbada conjuntura do Regresso também exigiu a explicitação de tal ideal, o que fazia o comedido *Universal* minimizar a distinção dos partidos para aquele “de um lado, [que quer] a maior centralização do poder, e do outro a sua maior dilatação”<sup>236</sup>.

Assim, chegamos ao Ato Adicional, que seria uma “cessão que o Poder da União fez em 1834 às províncias que a reclamavam urgentemente”, com a divisão dos poderes para as províncias, e que fazia os liberais terem a percepção do que realmente tinha “extremado os partidos principais”, ou seja, a manutenção de um lado ou a reforma do Ato Adicional do outro lado<sup>237</sup>. Defender o Ato Adicional como parte integrante da constituição tornava programa saliente dos liberais, que por isso, buscavam apresentarem-se para o público mineiro como o único partido constitucional<sup>238</sup>.

Evitar que as conquistas institucionais provinciais declaradas no Ato Adicional fossem revogadas ou anuladas significava defender a bandeira do progresso. O progressismo dos liberais ligava-se então a defesa daquele avanço institucional. Um princípio regressista seria o da centralização do poder e opondo-se a eles, os liberais se apegaram ao “cavalo de batalha”, ou seja, a defesa das franquias dadas às províncias pelo Ato Adicional. Era o que dividia em cores políticas os dois partidos, na interpretação liberal, e disso decorre o entrincheiramento na defesa das províncias. Não era simples oposição dos interesses provinciais com o enfrentamento ao poder central, tratava-se, pois, da manutenção de um projeto notadamente nacional baseado na participação ativa das sociedades provinciais nas questões do poder central e não contra este. Noutra ponta do projeto liberal, vimos pela imprensa que a manutenção do Código do Processo (1832) não era questão de defesa intransigente, podendo

---

<sup>236</sup> *O Universal* de 05/12/1839.

<sup>237</sup> *O Universal* de 04/05/1838.

<sup>238</sup> *O Popular* de 11/01/1840.

haver dentre os liberais quem concordava com a revisão desses códigos referentes aos jurados e ao juizado de paz, pontos centrais da reforma imposta pelos regressistas posteriormente<sup>239</sup>.

Após passada a interpretação do Ato Adicional em maio de 1840, vitória do partido Regressista, os liberais tentando equiparar forças e enfrentar o espírito de reação do regresso, tomava a frente na defesa da antecipação da maioria do jovem monarca Pedro II. Tratava-se de uma mudança estratégica dos liberais, partindo da oposição entre o partido do povo (liberais) contra o partido da coroa (regressistas)<sup>240</sup>, para polarizar o debate exclusivamente em torno da questão monárquica, deixando em segundo plano as outras frentes dos combates. Na nova situação, os liberais ultrapassaram os regressistas na questão da maioria, resgatando com grande empenho o histórico de defesa da monarquia do partido Liberal<sup>241</sup>, competindo na arena política sobre qual partido teria dado mais provas de ser monarquista. A novidade desta conjuntura é que os liberais polarizaram o debate entre o partido majorista sobrando para os regressistas a alcunha nada empolgante de partido minorista<sup>242</sup>.

As dinâmicas provinciais mostravam-se mais nuançadas e apresentavam características por vezes diversas da Corte, mostrando que a política do Império aproximava-se das conjunturas locais e tornava relevante a infiltração dos partidos nas sociedades provinciais. Pela imprensa partidária, aproximamos o foco de análise da dinâmica provincial mineira, ressaltando a importância que a região influía na construção dos partidos. Politicamente, Minas Gerais relaciona-se, mas em constante tensão com o centro do Império. Em São Paulo, temos notícias que os dois partidos, Liberal e Regressista, desdobravam-se em partido Paulista e partido da Ordem, mostrando que certas questões tornavam-se mais relevantes numa localidade do que em outras, além da tentativa do Presidente daquela província acalmar os ânimos dos partidos tentando trilhar um tortuoso terceiro caminho<sup>243</sup>. Nota-se, contudo, que em Minas Gerais e em São Paulo, as assimetrias das questões em debate aparecem originais e destoantes da Corte, refletindo nas identidades criadas pelos partidos nas suas respectivas províncias.

A antecipação da maioria do jovem monarca marcou outra importante mudança conjuntural na política nacional e, por conseguinte, na política provincial mineira. Conseguida

<sup>239</sup> *O Universal* de 04/05/1838.

<sup>240</sup> *O Americano* de 02/05/1840.

<sup>241</sup> Ver, entre outros, *O Guarda Nacional Mineiro* de 24/07/1840.

<sup>242</sup> Ver *O Universal* de 30/07/1840 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 24/07/1840.

<sup>243</sup> Sobre a denominação dos partidos na dinâmica política provincial em São Paulo ver HORNER, Erik. Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo (1838-1844). São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 2005. Págs. 78-82.

em julho de 1840, mas arquitetada desde após a promulgação da lei de interpretação do Ato Adicional, marca a derrubada do regente regressista Araújo Lima e o encerramento do período Regencial, dando lugar a efetivação do reinado do imperador D. Pedro II com apenas quatorze anos. Marca a derrubada do governo regressista, não do sentimento do regresso que ainda vigoraria no cenário imperial e provincial. Porém, a mudança conjuntural foi relevante, pois com a maioria alçava-se ao governo central o partido Liberal numa efêmera passagem de oito meses nos gabinetes ministeriais, mas com a condição de influir nas importantes eleições à câmara geral nos fins de 1840, eleições essas conhecidas pejorativamente como “eleições do cacete”<sup>244</sup>.

As notícias acerca da proposta de maioria no senado chegaram a Minas Gerais pelos correios da Corte e, logo, foram apresentados pela imprensa ao público mineiro. A proposta apresentada no senado em 13 de maio, foi publicado a princípio em nota sucinta a 24 de maio como notícia do “mais vital interesse para o país”<sup>245</sup>. Diferentemente da renúncia do regente Feijó, a proposta da maioria urdida nos meios parlamentares e nos círculos palacianos, com a anuência do próprio aspirante a Imperador, acontecia com a imprensa mineira organizada e coerentemente segmentada em acordo com as disputas partidárias vigentes. A renúncia de Feijó surpreendera aos provincianos mineiros e a ascensão do regressismo marcou a reorganização da imprensa mineira, seguida de maior efervescência do debate público, como atesta o lançamento de novos títulos periódicos. A questão da maioria do Imperador, ao contrário, surgia como proposta de um partido e inserido na lógica do enfrentamento partidário. Adquiria significado formulado naquelas contendas políticas. Não foi preciso toda uma reorganização dos partidos frente tais acontecimentos, visão corroborada pela manutenção da existência e linha partidária dos principais periódicos mineiros em circulação.

Na conjuntura da ascensão do Imperador, a imprensa mineira apressava-se em relacionar o projeto da maioria com o debate político. Enquanto o lado liberal ficava entre apresentar a conveniência da proposta e relatar os acontecimentos no legislativo imperial, salientando também o papel preponderante dos deputados mineiros naqueles acontecimentos, o lado regressista ficava entre satirizar o “ultra-monarquismo” dos líderes liberais mineiros e

---

<sup>244</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana.. Págs. 60-66.

<sup>245</sup> *O Universal* de 24/05/1840.

mostrar a importância de madurar a ideia da maioria postergando a efetivação do Imperador-menino ao controle do Estado<sup>246</sup>.

De fato, as deliberações nas tribunas da Corte ressoavam na imprensa mineira e fazia participar das discussões a opinião pública que tomava partido a respeito da questão monárquica. O prolongamento da discussão nas tribunas nos meses de junho e julho de 1840 fez da imprensa mineira espaço privilegiado para opinar, preparar e influir a opinião pública da província a esse respeito. Entrementes, a urgência da questão mostrava-se relevante frente a proximidade das eleições para a câmara temporária ainda em 1840, que poderia assegurar ao partido vencedor grande influência na política imperial. Portanto a questão da maioria ganhava espaços nas folhas impressas que circulavam por Minas Gerais e a câmara dos deputados por esta proposta, chamava a atenção do atento público mineiro<sup>247</sup>.

A questão da maioria tivera seu desfecho a 23 de Julho de 1840, com a definitiva anuência do Imperador, que tomava para si finalmente o trono e a direção política do Estado. Apenas a 30 de Julho, *O Universal*, liberal, pudera declarar a ascensão do monarca, dando os “parabéns” ao povo mineiro que, na sua visão, havia abraçado a causa maiorista<sup>248</sup>. Na mesma data, *O Unitário*, regressista, felicitava também ao Imperador, salientando ser ele não uma “feitura de um partido”, mas o “herdeiro da coroa” portanto o “centro de todas as opiniões”, mostrando importante termômetro do alcance da figura monárquica na província de Minas<sup>249</sup>.

O que seguia nos periódicos mineiros eram artigos e cartas relatando os acontecimentos na Corte que levaram ao decreto da maioria. Importante para o lado liberal foi mostrar a agitação popular nas sessões da câmara, para corroborar a ideia de adesão popular a proposta do partido Liberal, fazendo afluir na mesma direção da monarquia a opinião popular sobre o assunto<sup>250</sup>. Para mostrar que a província de Minas Gerais também aderiu ao projeto liberal, os periódicos mostravam cartas de felicitação das câmaras municipais, além de relatar festejos nas povoações mineiras que por tal motivo se realizaram<sup>251</sup>.

---

<sup>246</sup> Ver *O Universal* de 26/05/1840 e *O Unitário* número 76 (sem data – provavelmente de março de 1840).

<sup>247</sup> Ver *O Universal*, números de junho e julho, *O Guarda Nacional Mineiro* de 24/07/1840 e *O Unitário* de 03/07/1840 e 30/07/1840.

<sup>248</sup> *O Universal* de 30/07/1840.

<sup>249</sup> *O Unitário* de 30/07/1840.

<sup>250</sup> Ver *O Universal* de 30/07/1840, 03/08, 07/08 e 11/08/1840 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 12/08/1840.

<sup>251</sup> Ver *O Universal* de 03/08/1840 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 12/08/1840 e 16/08/1840.

### CAPÍTULO III

Pretendemos agora, aprofundar um pouco mais a análise dos dois projetos políticos, o liberal e o regressista, perfazendo um caminho complementar com as construções identitárias que os partidos buscavam, diuturnamente, realizarem pelo periodismo mineiro. Verificaremos os contornos daquelas culturas políticas que se desdobravam em projetos políticos, através do entendimento dado a alguns conceitos fundamentais debatidos na imprensa. Ao contrário do capítulo anterior, no qual buscamos as auto-representações partidárias, seguiremos os passos dos contendores na busca por caracterizar os partidos opostos, denunciando ou rotulando princípios e práticas dos seus adversários. Dito de outro modo, o partido Liberal debateu e, de certo modo, estigmatizou termos do projeto regressista e vice-versa por meio da denúncia da visão negativa que montavam de certos princípios e atribuindo estes ao partido contrário. Com isso, mediremos a difusão de certos termos dos projetos partidários e, também assim, perceberemos a tentativa partidária de direcionar a opinião pública com as interpretações dos conceitos que convergiam para uma possibilidade real de direção e prática política.

#### **O Regresso em Minas Gerais: os liberais e o despotismo regressista.**

Logo após a queda do regente Feijó, em setembro de 1837, dois caminhos para a construção do Brasil imperial foram debatidos a partir daquele evento. Um liberal, outro regressista. Os dois caminhos, construídos partidariamente, eram situados como projetos divergentes, com a intenção de serem vistos como opostos e mais ainda, necessariamente excludentes. Acompanharemos, primeiramente, a versão liberal de um dos dois caminhos possíveis de serem percorridos pela nação, o projeto regressista, ou seja, quando os liberais denunciavam a inviabilidade da proposta regressista, tornando-a negativa e buscando superá-la enquanto esta foi debatida na esfera pública, na qual a imprensa continuou a ter um importante papel na construção do caminho regressista.

O primeiro passo para a construção da versão liberal era apresentar ao público a composição do Regresso. As folhas liberais mineira acompanharam as correligionárias da Corte, afim de caracterizar a marcha do novo ministério, informando aos provincianos. Os liberais mineiros sabiam que a direção regressista na província dependia da organização do partido do Regresso no governo central. Assim, o *Universal* republicou nas suas folhas as notícias do *Parlamentar*, liberal da Corte, sobre a nova composição ministerial nomeada pelo

regente regressista Araújo Lima: para o periódico, os ministros Vasconcelos, Miguel Calmon e Rodrigues Torres “pertencem à seita do regresso e da nobreza transmissível; e se o espírito público os deixar andar para trás bem a seu gosto, não admirará que voltemos em breve aos felizes tempos de El-Rei D. João VI”<sup>252</sup>. A partir do ministério formado, o *Universal* declarava aos mineiros que o partido que subiu ao “mando” em 19 de setembro era

“o partido que se denomina a si próprio o do Regresso, o das antigas lembranças, o amigo da ressurreição do passado; e os homens que na atual administração influem, pela maior parte são os mesmos que no tempo do 1º Imperador comprometeram a Monarquia Constitucional; outros porém são apóstatas do partido Liberal, e algum de extremoso republicano se passou ao jugo dos velhos cortesões. Temos pois atualmente os mesmos elementos que outrora tantos sacrifícios trouxeram ao Brasil.”<sup>253</sup>

Essa sentença que o *Universal* atribuía ao ministério regressista, mostrava que, desde a Corte, voltava a cena política em posição de destaque os homens que haviam cercado o primeiro Imperador, derrubado pela oposição liberal em 1831 e que, com isso, formaram o partido Caramuru. Aliás, para os liberais que enfrentavam o sistema do regresso, numa reconstrução da história recente do Império, os caramurus é que eram os culpados pela crise pela qual passava a monarquia, concretizada no 7 de Abril. Por uma transcrição do *Parlamentar* da Corte, o *Universal* fazia a rememoração do contexto que ensejou os acontecimentos da inauguração da regência:

“São os homens de 1828, 1829 e 1830 os que (discípulos dos absolutistas da Europa) com os seus desatinos, suas prepotências, desperdícios e máximas diametralmente opostas as instituições juradas, deram causa a revolução que arremessou por terra, o trono do primeiro imperador americano dos tempos modernos, esse, a quem eles mal avisados lisonjeavam com a ideia de um sistema político, incompatível com os nossos usos e princípios; são esses os homens, causa de todas as crises porque temos passado, que devem hoje vir defender o trono do Sr. D. Pedro II, levantado em 7 de Abril, e rodeado das instituições proclamadas e consequência necessária daquela mudança política!!!”<sup>254</sup>

Mas em acordo com a proposição do *Universal*, não eram apenas os homens influentes do Primeiro Reinado, culpados pelo 7 de Abril, que compunham o Regresso. Havia também os “apóstatas do partido Liberal”, e o principal líder que abandonara a causa liberal era o mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos. Os liberais denunciavam a contradição e o absurdo de não haver “fé nem crença” por parte do “camaleão político”, uma vez que enfileirava sob o

<sup>252</sup> *O Universal* de 06/10/1837.

<sup>253</sup> *O Universal* de 08/11/1837.

<sup>254</sup> *O Universal* de 30/10/1837.

“seu” regresso, antigos inimigos políticos, além da observação de este mudar de princípio político, de liberal a regressista:

“Os nossos leitores estarão já admirados, vendo que não falamos do Sr. Vasconcelos, o mais feroz inimigo dos ministros do falecido fundador do Império; o membro mais audaz dessa oposição que o derrubou em 1831! (...) Homem das circunstâncias, que beijará hoje o seu inimigo, para amanhã cravar-lhe, se preciso for, o punhal o mais agudo no íntimo da sua honra e vida pública! Portanto, não cairemos na loucura de gastar tempo com a descrição dos diferentes papéis representados pelo Sr. Vasconcelos. Só nos maravilha hoje ser ele ministro nomeado pelo EXM<sup>o</sup>. Sr. Pedro de Araújo Lima. (...) Que vitória para o absolutismo! Que exemplo de desmoralização aos olhos de um povo constitucional e amante da liberdade representativa!”<sup>255</sup>

O liberal *Popular* historiava as trajetórias partidárias da regência, desde a queda do primeiro Imperador, aonde o partido Moderado dirigia o Estado “a despeito dos esforços e tramas do partido Absolutista, que cansado de ser batido ultimamente reuniu-se com uma fração de demagogos outrora peusudos moderados, e formou o famoso Regresso”. A volta dos absolutistas só foi possível pela “deplorável e vergonhosa cisão” do partido Moderado numa época de “egoísmo e corrupção” em que estes se juntaram com “os seus antigos inimigos, os monarquistas exagerados”. Após a queda de Feijó, “esta monstruosa liga simbolizada pela palavra regresso assaltando ao poder, começou a operar uma reação contra tudo que se havia feito até então”<sup>256</sup>.

Os liberais buscaram estigmatizar também a marcha, ou o movimento de reação, que os regressistas imprimiam ao Estado nacional. Através de uma artimanha inteligente, foi lançado na Corte, um novo periódico denominado *Regresso*, o qual sabemos, lançado por progressistas<sup>257</sup>, talvez para dizer desveladamente o que um regressista gostaria de dizer, mas não o diria por receio de reprovação da opinião pública. A redação da folha foi astutamente atribuída aos regressistas, numa tentativa de denúncia do projeto regressista. Obviamente, os liberais mineiros estavam interessados em trazer ao público da província, o que qualquer liberal diria: as verdadeiras intenções do governo regressista. Portanto, o *Universal* denunciava que “o pai desta seita é o Sr. Vasconcelos” e “debaixo das suas vistas se escreve o novo periódico”, mostrando que “estamos hoje governados por princípios absolutamente

<sup>255</sup> *O Universal* de 30/10/1837.

<sup>256</sup> *O Popular* de 11/01/1840.

<sup>257</sup> Por seu turno, os regressistas lançaram o periódico *O Progresso*, para combater o citado *O Regresso*, escrito por progressistas. Ver VIANNA, Hélio. Contribuição à História da imprensa brasileira (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Pág. 323.

retrógrados”. Seguia a isso, a transcrição do periódico *Regresso*, mostrando a carta de intenções regressistas, sabendo-se que esta indica a visão liberal do partido oponente:

“Quem é que não sabe o que é – regresso? A primeira ideia compreendida na significação desta palavra, é essencial ao sistema político que ela designa, é -Parar- no estado em que está, para não marchar mais; nada mais de -Progresso-. A segunda ideia é -olhar para trás- para restituir as coisas ao seu antigo estado; e então restituído o país à sua primitiva organização política, isto é, a Monarquia da Independência, ver o que cumpre fazer e adotar. (...) Os amigos portanto, desse nobre e esperançoso sistema político; os partidários desta ideia sublime, detestam o Progresso, e conspiram a nação para o desprezar e confundir nos seus próprios crimes (...) porque felizmente se acha à sombra de um governo que quer dar a Monarquia brasileira os alicerces verdadeiros desta instituição santa, únicos que tem feito felizes o Império d’Áustria, o Reino da Prússia, da Dinamarca, da Suécia mesmo e, mais do que todos, da bem aventurada China, únicos que deram a Roma o domínio do mundo, à Portugal a conquista da Ásia e da América, à Espanha o ser uma poderosíssima nação de primeira ordem, à França os dias de opulência, de grandeza, e de glória de Luiz 14”.<sup>258</sup>

Os liberais faziam crer que o *Regresso* baseava-se numa “monarquia fortemente constituída e sem os *trambolhos perigosos* da democracia”, e que “os bons monarquistas brasileiros” se fossem ajudados, “em breve veremos tudo restituído, e no seu primitivo, e próspero estado”<sup>259</sup>. Para os liberais a conjuntura polarizava-se entre o regresso e o progresso, entre um retorno ao passado e um caminho novo, do futuro. A luta não era nova, era transcendente, e “aplicando estas ideias as nações” teriam “uma horrorosa luta” da humanidade entre as trevas: o passado; o regresso, e as luzes: o futuro; o progresso. Na visão liberal, “o progresso é a aquisição e propagação das luzes com que elas trabalham por dissipar as trevas, em que a barbaridade dos séculos antecedentes haviam envolvido o espírito humano”, portanto voltar ao regresso “seria tornar aos erros, e a ignorância que por tanto tempo fizeram a calamidade e a ruína dos povos”<sup>260</sup>.

Os liberais da Corte enfrentaram os homens e a direção regressista que chamavam das “trevas” do passado num combate declarado contra “essa nova, e vergonhosa propaganda do absolutismo”. Ao peso dessa propaganda somava-se o revigoramento da dimensão religiosa pelo regresso, pois seus membros eram “os verdadeiros discípulos da inquisição religiosa, que completamente participavam da sua intolerância”. Eram os “sacerdotes do regresso” e as “suas almas danadas quebraram todos os limites da decência e no seu delírio infernal creram

<sup>258</sup> *O Universal* de 22/11/1837.

<sup>259</sup> *O Universal* de 22/11/1837.

<sup>260</sup> *O Universal* de 20/12/1837.

possível restaurar o governo colonial de D. João 6º, ou mesmo algum outro ainda mais homogêneo como da bem aventurada China!”. Os liberais denunciavam que na Corte as mudanças já eram sentidas e uma nova cultura disseminava-se pois “o paço sofreu reformas, [os cortejos] mudaram-se [em] beija-mãos, desconhecidos em todas as monarquias civilizadas e completamente em desuso entre nós!”. Paulo Pereira de Castro relata o restabelecimento da “etiqueta e cerimônia cortesãs” na regência de Araújo Lima, em desuso após o 7 de Abril, possivelmente trazendo de volta “um rigor nunca conhecido nas Cortes bem pouco formalistas de Pedro I e D. João VI, pois agora se tratava não do cumprimento de uma exigência formalista mas da execução de um desígnio político”<sup>261</sup>.

Na Corte, os liberais talvez compreendiam os atos dos reconhecidos absolutistas, aconselhando-os “que se restaurem os antigos beija-mãos de joelhos, e todo o formulário, cliqueta, e sandices dos governos absolutos”, mas não engoliam os seguidores da “escravatura vasconcelina”, pois, por causa destes “os ministeriais começam já a publicar em favor do progresso, e contra o seu querido regresso. Agora já se dignam explicar o seu regresso pelos princípios do progresso”, inculcando uma patente incoerência da bandeira regressista, levantada pelos antigos moderados. Os liberais atacavam os “proteus” e diretamente a Vasconcelos como os que “nunca tiveram crença política” e, apontando a contradição interior do partido Regressista, denunciavam que “se proclamavam o regresso é porque lhes convinha enganar alguém”, insinuando uma possível dissensão entre os regressistas e afirmando que os enganados seriam os antigos caramurus. A conclusão liberal, contundente, era que “os nossos homens [ministros regressistas] já vão virando de bordo. Uns beijam [a mão] e outros não”<sup>262</sup>.

Os liberais mineiros esperavam que a nova direção regressista fizesse sentir seus efeitos na província. *O Universal* anunciou que Minas Gerais teria um novo periódico em “companhia” dos regressistas e que sairia da mesma tipografia do *Grito do Povo*, o *Mineiro* e o *Tareco Militar*, títulos alinhados ao antigo partido Caramuru. Desta tipografia, os regressistas lançaram não um mas dois títulos periódicos. Foram *O Correio de Minas* e *O Unitário* que começaram a circular em Ouro Preto no início de 1838, com dois redatores, Manoel Soares do Couto e Francisco de Paula Xavier Felicíssimo que noutros tempos abraçaram a luta do partido Caramuru e se lançaram na Sedição de Março em Ouro Preto

<sup>261</sup> *O Universal* de 22/12/1837. CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002. Pág. 61.

<sup>262</sup> *O Universal* de 20/12/1837 e 22/12/1837.

(1833). Esses dois periódicos se juntaram ao *Parahybuna*, orientado por Vasconcelos. Era a iniciativa do governo regressista para mobilizar os seus adeptos e difundir a sua direção na sociedade mineira. Além disso, o partido Regressista tratou logo de mudar o Presidente da Província, nomeando José Cesário de Miranda Ribeiro que seguiu a defecção de Vasconcelos. Portanto, em Minas Gerais, temos a mesma composição do partido Regressista se comparado à Corte, ou seja, membros do extinto partido Caramuru, somados a figuras que abandonaram o partido Moderado.

Os periódicos liberais imprimiram uma intensa campanha contra os periódicos regressistas, os homens e a marcha do regresso. Os liberais mineiros se opuseram a uma noção de retorno a um passado vivido, visto como algo negativo, que deveria ser abandonado e deixado para trás. Era um retorno aos “tempos das trevas” baseados na experiência de exemplos concretos. Os liberais montaram uma representação negativa do outro partido com os epítetos de “regresso”, “princípios retrógrados” e a “reação” levada a cabo pelos “monarquistas exagerados” por meio da “propaganda do absolutismo” em que almejavam verem “tudo restituído ao seu primitivo estado” e, fizeram isso, com a exemplificação de governos concretos, situados ou ligados a um passado que deveria ser superado numa escala evolutiva, dotados completamente de experiência como a “monarquia da independência”, os “felizes tempos de El-Rei D. João VI”, este era o “Governo Colonial de D. João 6º”, ou de outras nações mais “homogêneas” como a “bem aventurada China”.

A construção liberal do regressismo baseou-se na classificação deste partido com um conceito que melhor poderia definir o sistema regressista. Trata-se, num primeiro momento, do conceito de absolutismo, mas o conceito de despotismo foi o mais, e melhor, ajustado para a conjuntura do Regresso, utilizado para estigmatizar a política regressista. Além desses conceitos, passaremos por outros conceitos que formavam o campo conceitual situado no horizonte do regresso, das “trevas”.

O conceito de absolutismo embora muitas vezes evocado juntamente com o de despotismo, “convém muito que se considere a diferença dos termos”, como disse José Antônio Marinho. Marinho diria que absolutismo, só poderia ocorrer com a presença do “monarca-anjo”, o que não era o caso do Brasil naquele momento Regencial<sup>263</sup>. Tal “monarca-anjo”, é a referência central e o sentido da significação do conceito de absolutismo e mais, do sistema de governo absolutista. Trata-se, portanto, da noção de um sistema de

---

<sup>263</sup> *O Universal* de 22/02/1839.

governo, que a fonte de poder reside e emana do monarca e em decorrência disso toda a organização política do Estado é estabelecida por uma noção de soberania monárquica. O absolutismo não é, necessariamente, um sistema de governo no qual o monarca adquire poderes ilimitados, despóticos. A fusão do termo absolutismo com o termo despotismo, como negativos, exprime uma concepção liberal da tendência de um governo absolutista tornar-se despótico, ou seja, da tendência a uma prática política, baseada na “vontade de um soberano”<sup>264</sup>, que os liberais combatiam. Nesse sentido, José Antônio Marinho, evocando uma consulta a Mostesquieu, diria que o “governo despótico é o governo de Anjo”, e nas circunstâncias das regências, versava sobre aprovar um governo absoluto “mas como é impossível achar-se esse Monarca-Anjo, por essa razão considera que o governo representativo é o melhor governo”<sup>265</sup>.

Portanto, o absolutismo expressa um sistema de governo monárquico, não uma prática do governante. Exemplificando, *O Universal*, dissociava um tempo de absolutismo de uma prática despótica quando falava do caráter da Guarda Nacional, esta “composta de cidadãos, e não de cegos instrumentos assalariados dos quais no tempo do absolutismo colonial, os déspotas se serviram para perseguir, e assassinar os cidadãos”. Dissociava, mas entrelaçava a prática despótica como algo comum, inerente ao absolutismo, ponto comum do ataque liberal aos regressistas<sup>266</sup>. Nota-se novamente um exemplo concreto de absolutismo situado no passado e ao mesmo tempo colocado no horizonte do regresso.

Para os liberais, o absolutismo era mesmo o “sistema de governo que a nação sacudiu quando proclamou a sua independência” e, a partir daí, foi “quebrado o jugo que os prendia a antigos senhores” constituindo “o povo como nação livre e independente” numa associação negativada do regime absolutista com os tempos do Brasil colonial<sup>267</sup>.

*O Universal*, comemorando a data do natalício de Pedro II e discursando sobre a relação do trono e da nação, distinguia entre os dois sistemas opostos que se desdobravam da monarquia: o absoluto e o representativo. Em ambos o periódico ressaltava o lugar central do “trono” pois “livra a nação dos perigos, a que pode ser exposta” e continuava, agora dando indícios da diferenciação que fazia entre os dois regimes: “Qualquer que seja a forma de governo, a que preside o monarca, ou ele seja absoluto, ou representativo, a existência do

---

<sup>264</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2003. Pág. 120.

<sup>265</sup> *O Universal* de 22/02/1839.

<sup>266</sup> *O Universal* de 20/12/1837.

<sup>267</sup> *O Universal* de 09/09/1839 e 09/10/1839.

príncipe, e de sua família é uma barreira as ambições tanto da democracia em umas [nas absolutas], como da aristocracia, e ainda das potências estrangeiras em outras [nas representativas]”. Para o periódico, porém, a partir desse centro comum, o monarca, havia uma “diferença mui notável que cumpre não desconhecer”:

“Onde o príncipe impera por si só; onde reúne todos os poderes sociais; como aí o bem, e o mal nascem de suas boas ou más qualidades, a adulação e o medo presidem às demonstrações públicas de regozijo pela renovação de seu aniversário. Mas onde o príncipe impera, ou reina, sem que governe, onde a monarquia é temperada por formas democráticas, que chamam o povo por intermédio de seus representantes a tomar parte no governo do país conjuntamente com o monarca, como a responsabilidade recaí sobre os ministros da coroa, o príncipe é reputado fonte de todo o bem, sem que o mal lhe seja atribuído; aí o amor substitui o medo; a sinceridade à adulação”<sup>268</sup>.

Os liberais atacavam a possibilidade do retorno ao regime absolutista, que enxergavam nos princípios dos antigos caramurus de Minas Gerais. Por isso procuravam mostrar a impossibilidade daquele retorno e mais, mostrar a inconveniência e os defeitos do absolutismo mesmo para quem defendia a monarquia na sua dimensão simbólica. No sistema absolutista, em que a direção do Estado está nas mãos do monarca, restaria a sociedade a “adulação e o medo”, portanto somente a aristocracia através da primeira participaria do governo restando aos opositores do regime a dimensão do “medo”.

*O Universal* traçava um paralelo entre a história do Brasil e o que aconteceu nos Estados Unidos após a sua independência, mostrando que nos dois países havia a volta do sentimento aristocrático: “ali, como aqui um partido se desenvolveu com o fito de imprimir na constituição americana o caráter de aristocracia; que entre nós se pretende plantar com tanto empenho, bem que seja necessário garrotearem os princípios liberais tão sabia e explicitamente consagrados na constituição reformada (...)”. A aristocracia, pela adulação, cercava o monarca, como nos tempos de D Pedro I e, nesses termos, só poderiam haver “cortesões”. A aristocracia era algo contrário aos princípios liberais pois, assim, a população seria referida pelo regente apenas como “súditos”, algo distante do ideal de cidadão liberal<sup>269</sup>. Os liberais percebiam que o regresso aos tempos absolutos, apoiava-se na difusão do sentimento aristocrático, contra a influência popular, mote dos princípios liberais:

<sup>268</sup> *O Universal* de 03/12/1839.

<sup>269</sup> *O Universal* de 06/12/1837. Ver também *O Universal* de 22/11/1837 e o *Astro de Minas* de 18/09/1838.

“Alguns haviam cuja timidez de caráter ou prejuízos de educação faziam olhar a causa pública como perdida, se por ventura não fosse comprimida a influência popular, ou se pelo menos não fosse ela balanceada por uma aristocracia qualquer; [vide] a nobreza hereditária e transmissível do nosso capitão da bandeira regressista [Vasconcelos]”<sup>270</sup>.

Os liberais enfrentavam os mesmos “homens de 1829” que “queriam aristocratizar o Brasil, e que ainda seguem o mesmo dogma”, pois seriam uma ameaça ao trono com a tal “monarquia sui generis” por não haver um “histórico de nobreza” no Brasil<sup>271</sup>. Portanto os liberais na regência, não compartilhavam do sentimento aristocrático, atribuído somente ao projeto regressista. Este era visto como um distanciamento da causa popular por medo da experiência das revoltas Regenciais e por não considerar o povo como agente político. Por seu turno, os liberais defendiam a causa popular e democrática mas, entretanto, horrorizavam-se com as desordens nas outras províncias, o que poderia causar um sentimento de desilusão aos liberais e uma posterior adesão ao sentimento aristocrático. Mas faziam isso, com a sedimentação da história Regencial e o predomínio de uma interpretação das revoltas como consequência da aproximação popular com a política, do entrelaçamento do Mundo do Governo com o Mundo das Desordens, o que ainda não acontecia aos liberais durante a conjuntura do Regresso<sup>272</sup>.

Seguindo com a diferenciação entre governos absolutos e representativos, Teófilo Otoni, em discurso na câmara geral, defendia que o lugar da oposição era dentro dos limites constitucionais, ou seja, dentro do parlamento, sendo possível apenas em governos representativos. Assim, além da adulação da aristocracia somava-se o “medo” dos opositores nas monarquias absolutas. Otoni diria, também citando Montesquieu, que “o governo absoluto é limitado em algum ponto; mas neste governo os resultados da oposição são a resistência, as desordens civis, as revoltas e as revoluções” mostrando que a oposição continuaria a existir, mesmo afastados, atuando na esfera pública. Nos governos representativos, ao contrário, a “oposição é um dos elementos do governo” aparecendo aos “olhos do povo” a “certeza moral de que as luzes e patriotismo da oposição foram ouvidos”, citando ainda o bom exemplo do parlamento inglês como “a terra clássica do governo representativo”<sup>273</sup>.

Em artigo do *Parlamentar* da Corte, publicado no *Astro de Minas*, vimos as diferenças na confecção e execução das leis entre os governos absolutos e representativos, na visão

<sup>270</sup> *O Universal* de 06/12/1837.

<sup>271</sup> *O Universal* de 30/01/1838 e 14/12/1838.

<sup>272</sup> Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994. Págs. 103-107.

<sup>273</sup> *O Universal* de 27/06/1838.

liberal. Nos absolutos “o arbítrio de um indivíduo faz a lei. Nestes a vontade de um homem é a lei viva no país, e por isso tal indivíduo só se ocupa de conceber o projeto: concebido é executado”. Aqui “imperava o arbítrio” e a “força moral da lei é igual à força do indivíduo que a decreta, unida ao grau de utilidade que ela houver de oferecer”. No governo representativo, “que tem por pedra angular a soberania nacional” tornava-se “indispensável que a opinião pública o aceite [a lei], o sustente, o queira enfim”. Aqui imperava a “razão” e “toda força moral da lei depende do grau de convicção, que sua utilidade pode produzir”. Os dois sistemas podiam ser separados pela “precipitação”, “que é desculpável nas monarquias absolutas, por ser lhes como essencial” já que o arbítrio era imanente ao absolutismo, porém a precipitação “é um crime, e um dobrado crime, no regime da soberania do povo”. Assim, a conclusão liberal era pelo “governo da sabedoria o representativo, quando religiosamente observado, tudo nele se faz no seu devido tempo”<sup>274</sup>.

Os liberais, então, uniam a noção do “arbítrio” como sendo uma prática política comum nos regimes “despótico e absoluto”, como na escolha dos funcionários do governo regressista em que vigorava um “arbítrio cego e caprichoso”, expressos na sentença “quero, porque quero”, identificando os regressistas com o despotismo e o absolutismo. Isso seria distante do sistema representativo que deveria ser o “garante da liberdade, da virtude e do mérito” e, nisso, os liberais tentavam “proteger o mérito” para conservar bons funcionários<sup>275</sup>.

Os liberais, enfrentando a soberania do monarca, versavam sobre a confecção das leis surgidas pelo indivíduo, o monarca, e por isso, o “arbítrio impera”. Quanto maior o prestígio do monarca, mais eficazes seriam as leis por ele emitidas. Essa prerrogativa era consonante com a tentativa dos regressistas de reconstruir o simbolismo monárquico, muito combatido pelos liberais durante toda a regência, com a intenção de restabelecer a “força necessária” do governo, que seria a “sua própria organização” buscando uma “harmonia” entre os seus membros (delegados) e os atos governativos, ou seja, entre a cabeça e o corpo do governo, das ordens emitidas aos seus executores nas províncias. Era “mister” que os próprios governistas agissem pelo consenso da causa ou da lei emitida antes mesmo da opinião pública bem acolher a marcha regressista<sup>276</sup>.

Pausamos por um momento a escalada liberal contra os regressistas para explicitar um dos principais ícones da cultura política regressista, a religiosidade, que se não idealizava

---

<sup>274</sup> *Astro de Minas* de 06/09/1838.

<sup>275</sup> *O Universal* de 11/10/1839.

<sup>276</sup> *O Parahybuna* de 14/10/1837.

construir especificamente o governo absoluto, difundia-se na noção de monarquia e que, entretanto, os liberais precisaram explicitar a sua adesão como uma exigência vital da sobrevivência do partido, o que veremos posteriormente.

Os regressistas, de fato, buscaram na religião, a base da força necessária do governo e das leis. A religião era entendida como um dos alicerces do trono e, pois, faziam isso partindo da noção da sua difusão na sociedade para a construção política, da esfera privada para os negócios públicos, estes como extensão daquele. Os regressistas defendiam, então, que o ornamento natural do corpo social é que dava a forma política e a monarquia emergia como criação extensiva da sociedade. A religião não poderia ser atacada, como faziam os liberais, pois atacava-se a própria organização social, numa alusão da indissociabilidade entre a religião e a sociedade, esta fundada sob os ensinamentos daquela. Nos dizeres do *Parahybuna* “não é só a religião que padece: somos Cristãos Católico Romano; mas nem todos estão obrigados a sê-lo [os liberais], e o governo não pode proteger uma religião com dano de consciência; vemos porém a moral abalada, e a moral é o fundamento de toda sociedade”<sup>277</sup>. Defender a sociedade era defender a moral e esta era derivada da religião. Nestes termos, sociedade e religião eram indissociáveis:

A existência da sociedade é incompatível com a irreligião. Entre todos os desígnios do homem, nenhum haveria tão fecundo em desastres, e mais capaz de subverter o mundo inteiro, como o de querer quebrar os laços que naturalmente unem o homem a divindade; de tentar achar fora dos princípios religiosos a origem da virtude, e da moral sobre a terra; e de se esforçar por fundar uma moral, e uma sociedade sem religião. (...) Não seriam necessários muitos esforços de espírito, e de razão para compreender a necessidade de um freio qualquer, que coíba aquelas inclinações viciosas, que tendem continuamente a saltar os limites do poder. É experiência irrefragável, que onde os costumes se acham enervados, as leis não tem força. Apagar no coração humano os sentimentos religiosos, seria desencadear todas as paixões, todos os vícios, e por no corpo social, o mais ativo princípio de ruína e dissolução.”<sup>278</sup>

Neste artigo, o *Parahybuna* unia o homem e a divindade pela religião e esta como o princípio moral do qual originava-se toda a virtude do homem e que fundava a sociedade. A religião aparece, em decorrência disso, como um “freio” aos vícios em que traduziam para a esfera política como o respeito aos limites do poder e o que dava força as leis, emanadas desse poder. Sem esse princípio religioso, só sobraria aos homens a ruína e dissolução do corpo social que era expresso na noção de monarquia e se expandia além da esfera política, dando

<sup>277</sup> *O Parahybuna* de 14/10/1837.

<sup>278</sup> *O Parahybuna* de 22/10/1839.

constituição a esfera social, talvez privada. Tens aqui, o princípio da força moral dos poderes e das leis aos olhos dos regressistas.

O *Parahybuna* seguia, melhor definindo, a boa religião, fundamento moral não só da sociedade, mas de toda organização política. Excluindo-se a “superstição” e o “fanatismo”, uma “religião pura em seus costumes, grave em sua moral, que ensinou o soberano legislador, e que faz nossa felicidade nesta vida, e na futura esta é que deve ser o fundamento de todo o pacto social”. Somente a noção da existência de um soberano legislador que seria a base fundamental do pacto social e também da reconstrução da monarquia, restituída da sua soberania divina que a acompanhava, do seu aspecto religioso no melhor sentido do termo para um regressista, ou seja, da profusão do dogma em benefício da construção da sociedade. Para o *Parahybuna* “professar publicamente certos dogmas fundamentais, tais como da existência de Deus, de uma vida futura da liberdade da alma, da distinção entre o bem e o mal, de prestar a divindade homenagens graves e puras, que produzam em nossas almas sentimentos louváveis e bons, eis o que em geral se chame religião”. Buscando o bem da sociedade civil e a sua manutenção, a religião e a razão humana não deveriam ser excludentes, pois, o pacto social era complementado pelo alicerce perpétuo da religião:

“As notas constitutivas da religião debaixo desta definição não se repugnam mutuamente, antes se formam com os ditames da sã, e reta razão, por isso ela se torna indispensavelmente a base comum a toda sociedade civil, que já é um pacto, e um ser de segunda ordem, cuja duração seria efêmera senão fosse apoiada sobre um firme e perpétuo alicerce, qual a religião, como a definimos”<sup>279</sup>.

Os regressistas, antecipamos, diziam que o projeto liberal, da criação de uma moral universal, sem o nome de Deus, portanto humana, faria a dissociação da razão como algo mundano e da religião, espiritual, tornando os dois termos opostos e excludentes. Por isso a defesa da religião tornava-se premente no projeto regressista:

“Falsos sábios, filósofos tão superficiais, como frívolos escritores nos tem deixado por herança – catecismos de uma moral universal – em que não se encontra o nome de Deus! Em seu delírio, eles não tem temido apresentar a total destruição de toda a ideia de religião, como um grande triunfo de razão e como o maior manancial da felicidade pública! Cegueira incompreensível do espírito criado!”<sup>280</sup>

O princípio religioso, como parte integrante do projeto regressista, dissolve-se sobre a organização da esfera social, além da função política do termo. Politicamente, o termo

<sup>279</sup> *O Parahybuna* de 22/10/1839.

<sup>280</sup> *O Parahybuna* de 22/10/1839.

religião continuava importante para o Estado erigido, mas por se ampliar para a esfera social tornava-se menos específico. A religião não recaía mais somente na figura monárquica como defendiam os caramurus no início da regência. Os caramurus, a partir do seu principal periódico *O Telégrafo*, defenderam a Teoria do Direito Divino dos Reis, como algum resquício do Antigo Regime, em que tal religiosidade mantinha uma relação com o governo absoluto<sup>281</sup>, ou seja, a soberania do monarca era justificada por preceitos da religiosidade.

Os regressistas ainda transformavam a religião em alicerce da política, porém sob novos termos. O *Parahybuna* se dignava “sustentar as mesmas doutrinas, isto é, os sagrados objetos trono e constituição”. Repare-se que, a partir da defesa regressista de religião e não somente do direito divino dos reis, a constituição aparece como um objeto sagrado. A força moral das leis não mais cabia somente à autoridade do monarca, dissolvendo-se por toda a composição política, sacralizando a constituição, ainda que o Imperador seria “a base do nosso código fundamental”<sup>282</sup>.

Não houve, no momento do Regresso, uma defesa explícita da Teoria do Direito Divino relacionado a um governo absoluto por parte dos regressistas. Podemos dizer que, ao abandonar o direito divino, os regressistas abandonaram também um fundamental componente do extinto projeto caramuru de construção de um governo absoluto. Supomos ter sido por orientação da direção regressista, composta de antigos trãsfugas moderados, ou talvez porque a conjuntura em que o segundo monarca iria emergir não mais comportava a exclusividade da sacralidade na figura do imperador. Desta última suposição, acrescentamos ainda que a preparação do jovem monarca acontecia em parâmetros em que alguns termos do liberalismo estava consensualmente presente.

O *Parahybuna* exprimia suas ideias sobre a força moral do Estado tendo como paradigmas o algo sagrado da monarquia e a constituição mundana, mas como dissemos, sacralizada. Defendendo o “direito” e a “santa religião”, a boa organização política nascia da “harmonia entre as leis divinas e as leis humanas” e, a partir dessa harmonia, a “verdadeira liberdade” erigia “respeitando o direito dos povos e a autoridade necessária dos monarcas”, conciliando os “interesses de uns e de outros”. O *Parahybuna* defendia “monarquia e constituição” pois não podia dizer “que todos os brasileiros estão de acordo sobre esses dois pontos importantes”. Os liberais, por sua vez, também tentavam conciliar a constituição com a

---

<sup>281</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009. Pág. 280.

<sup>282</sup> *O Parahybuna* de 09/07/1839.

religiosidade e esta se tornava a “arca santa” que exigia uma “religiosa observância”. Porém, para os regressistas o trono é que estava em perigo e, para os liberais, era a constituição que perigava ante as investidas regressistas<sup>283</sup>.

Após explicitar a instrumentalização e a importância política da religião no projeto regressista, voltamos à escalada liberal antiregressista. Estava na história liberal, combater o direito divino, como nos tempos dos antigos moderados e, entretanto, buscaram uma espécie de conciliação dos princípios liberais e do constitucionalismo com os da religião, mostrando a força da justificativa religiosa da monarquia<sup>284</sup>. Porém, como já o dissemos, o direito divino, especificamente, foi um ponto abandonado do projeto regressista. A sacralização, então, da constituição parece-nos ponto comum dos dois partidos, tentando alinhar os seus projetos políticos com a religião vigente, base moral da organização política.

Por outro lado, não é ponto comum a interpretação de qual seria o papel da constituição para o Estado monárquico. Pelo lado liberal, a constituição aparece como a salvaguarda do “direito dos povos” ante a “necessária autoridade do monarca”. Ou como diria o *Americano*, defendendo a sobrevivência do constitucionalismo ante o avanço monarquista e regressista, citando Guizot e Mr. Cousin, “a carta [constituição] é uma transação entre o passado e a sociedade nova, do elemento monárquico com o democrático”. Desse modo, esses “diversos elementos” não poderiam “se excluir”, pois nessa organização do sistema “os poderes se dividem para evitar despotismo e tirania” e da sua “divisão e luta”, “se reciprocamente se contenham e se limitem”. No bojo das marchas políticas, do regresso e do progresso, temos novamente a questão temporal colocada como problema central durante o regressismo, ou seja, do amálgama entre o passado representado pela monarquia e a sociedade nova conformada pela democracia<sup>285</sup>.

Para o liberal *Americano*, da “divisão das opiniões diversas [partidos]” é que se deve tirar “as leis que convenham ao país” quais sejam a “verdade, justiça e interesse social”, ou seja, não deveria “prevalecer um partido” guardando um harmonioso equilíbrio na luta partidária. O equilíbrio dos dois partidos seria o que “forma até a sua mesma essência, a existência simultânea de dois partidos opostos, o do povo e o da coroa, os quais em seu

---

<sup>283</sup> *O Parahybuna* de 09/07/1839 e *O Universal* de 08/11/1837.

<sup>284</sup> SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”... Pág. 292.

<sup>285</sup> *O Americano* de 25/04/1840 e 02/05/1840.

recíproco combate mantém esse necessário equilíbrio em que consiste a vida, harmonia e beleza do corpo social”<sup>286</sup>.

O *Universal* propunha a indissociabilidade da monarquia e a constituição questionando as posições extremadas: “Se os excessos são sempre perigosos, e a virtude está posta no meio termo, como achar salvação fora da constituição que no-lo assegura, porque ela participa de ambos elementos, o monárquico e o democrático?” A intenção liberal era apelar aos brasileiros para que defendessem o imperador, mas condicionado a ser constitucional, pois “um dos títulos pelos quais o imperador do Brasil é mais amado e respeitado por todos os seus súditos é o de constitucional”, e discorria sobre a circunstância do segundo monarca, este “nascido na América, onde as nações todas reconhecem o governo do povo por si mesmo; educado nas máximas do governo representativo, livre dos prejuízos que cercam os monarcas do velho mundo”. Para o *Universal*, o imperador era mesmo “o primeiro sustentáculo da constituição” mas o seu papel era garantir, sob o “seu reinado”, que se poderia gozar das vantagens do “governo representativo”, pois “munido pelo poder moderador de que ela o revestiu” poderia “sustentar o equilíbrio dos poderes políticos do estado”<sup>287</sup>. Vejamos então as conclusões do *Universal*, apelando para a indissociabilidade do trono e da constituição

“Os brasileiros, em geral, querem imperador, mas imperador constitucional; a monarquia e a constituição são duas entidades que devem estar sempre unidas: ambas merecem o nosso amor, o nosso respeito: nenhuma delas é menos nobre; nenhuma delas deve ser preferida à outra. Os brasileiros sensatos não querem constituição sem monarquia; assim como também não desejam monarquia sem constituição”<sup>288</sup>.

Os liberais defendiam o constitucionalismo, pois viam que os regressistas imprimiam uma “reação” contra o “sistema representativo”, com preferência pelos meios “aristocráticos”, e preocupados com as “monarquias europeias” ou “monarquias góticas” e não a “monarquia constitucional e americana”<sup>289</sup>. Ou seja, na visão liberal, não era a monarquia, mas o constitucionalismo que perigava durante o tempo do Regresso.

Do momento em que os regressistas aceitaram o embate político sob a égide do constitucionalismo, temos a dissociação do conceito absolutismo e despotismo. Em primeiro lugar, isso mostra a positividade e a difusão do constitucionalismo na sociedade mineira,

---

<sup>286</sup> *O Americano* de 25/04/1840 e 02/05/1840.

<sup>287</sup> *O Universal* de 09/10/1839 e 08/01/1840.

<sup>288</sup> *O Universal* de 08/01/1840.

<sup>289</sup> *O Universal* de 17/08/1838.

tornando defesa comum dos partidos. Em segundo lugar, a dissociação dos dois termos harmoniza com a intenção de rachar os dois segmentos que formavam o regresso. A intenção liberal era desnudar que os antigos moderados estavam a testa dos regressistas e operavam uma reação, coadjuvados pelos antigos absolutistas. De acordo com o *Astro de Minas* a “meia dúzia de descontentes” e “desertores da causa do país [a moderada]”, estando “fracos e impotentes” se viram obrigados a “ressuscitar, dentre as cinzas ainda fumegantes dos partidos destroçados, relíquias ou esqueletos, que os pudessem ajudar, e servir na sua louca empresa”. Assim os ex-moderados foram “recrutando os antigos corcundas e reorganizando pouco a pouco esse velho partido, a quem com preferência escolheram, e a quem souberam enganar com artimanhas”, os lideraram e fizeram outro partido “forte e pronto para o combate”. A partir dessa reorganização, os regressistas manifestaram-se “de tudo reator”<sup>290</sup>.

Os liberais, por isso, enfrentaram os regressistas sob a ótica constitucional, pois o absolutismo puro dos antigos caramurus havia sido reinterpretado fazendo dos regressistas, déspotas e não somente absolutistas. Não era, porém, duas facções dentro do mesmo regresso. A marcha reatora do governo, marcava de sentido o desespero liberal ao enfrentar a ideia de regresso, de retorno a um passado vivido. Novamente, apesar de conseguirem diferenciar os dois termos, tornava-se comum, o ataque liberal a um absolutismo e despotismo, como conceitos unidos, em que o segundo acompanhava o primeiro e, ambos, como negativados e situados num passado vivido e superado. Assim o ataque ao absolutismo e despotismo, conscientemente articulado, coincide com o entrelaçamento de ex-moderados e absolutistas, pois estes estavam unidos em torno do projeto regressista.

O projeto regressista, então, unia e se colocava acima das diferenças pessoais e mobilizava os adeptos do partido na mesma direção, pois, os liberais compreendiam que o governo regressista apoiava uma reação, baseada numa leitura dos problemas enfrentados, causadores da crise do Brasil que o regresso “imputou à liberdade, ao progresso, que havemos feito na ordem constitucional, para o qual não nos achávamos suficientemente habilitados”, até um sentimento vivido, mais ou menos difundido na sociedade, e que tornava naturalizado a exaltação do passado absolutista, contrapondo-se as crises da regência; era, em suma, o projeto regressista difundindo-se na sociedade, como lamentariam os liberais, exemplificado nesse artigo do *Aurora Fluminense*, da Corte, e republicado no *Astro de Minas*:

---

<sup>290</sup> *Astro de Minas* de 30/08/1838.

“Em verdade ainda há quem admire no passado do absolutismo essa fidelidade aos usos, essa constância nas crenças, que conservam os homens ao abrigo das agitações da dúvida e dos perigos do erro; essa espécie de convenção geral, que prevenia ou reprimia todas as dissidências, e variações; essa inocência de uma civilização religiosa; entretanto que a liberdade, o livre exame, a independência universal pareceram ter rompido o selo de todas as crenças, e posto em problema todas as coisas desde o charlatanismo até as tradições do país, e as máximas da velhice. Ainda há, quem movido pelo espetáculo dos erros, das faltas, dos crimes da liberdade, volte as vistas com saudades para o passado, a quem sua imaginação presta sabedoria, e virtudes, que nunca teve; e condenando-se a si mesmo como parte de uma geração decaída, prediga a seus filhos uma corrupção maior ainda, e deixe ao porvir o cuidado de reabilitar a nação. As teorias regressivas do ministério último [de Vasconcelos] a nada mais tendiam do que a lisonjear essas mesmas lembranças, que poderiam tornar menos sensíveis os efeitos da reação, e os golpes com que se ameaçara as instituições nacionais”<sup>291</sup>.

Antes de verificarmos os motivos pelo qual o governo regressista era despótico, pois o embate acontecia na órbita do constitucionalismo, e não somente em torno da questão monárquica, veremos primeiramente como o conceito de despotismo, muito utilizado na época, difundia-se em interpretação na sociedade mineira. Para isso, buscamos na imprensa liberal, o seu combate cotidiano contra as autoridades locais, ou seja, contra o corpo político regressista. A imprensa mineira não se ocupava somente da alta política e viviam a expressão prática das direções partidárias disseminadas nas localidades. Naturalizavam e aproximavam do homem provinciano, também, o conceito de despotismo, exemplificando os procedimentos negativos dessas autoridades nas execuções do trabalho contínuo.

Vejamos um exemplo disso: numa correspondência dirigida ao *Guarda Nacional Mineiro*, um que assinou como “o inimigo dos déspotas falsários”, denunciava o juiz de paz do distrito de Ponte Nova, próximo a Ouro Preto, o “sedicioso” [participante da sedição caramuru de 1833] Antônio José de Souza Guimarães, relatando a sua recorrente atitude e procedimento reprováveis aos olhos do homem honesto, ou melhor, do homem liberal

“É mania desse déspota querer que todos os habitantes desse distrito beijem-lhe as sórdidas patas, que tudo quanto diz seja acreditado, que ninguém faça oposição aos seus atos, nem ao menos o censure, e não tolera que outrem que não seja do número dos que lhe servem de instrumento, exerça emprego algum. (...) Com franqueza digo que não pode ser respeitado nem estimado do homem honesto o empregado público, que descaradamente infringe a lei com o público tráfico de carne humana em sua casa do arraial onde, como juiz de paz, dá audiências; empregado que leva para a sua fazenda a pretos boçais aparecidos nas matas desse distrito, e deixa-se ficar com eles sem dar o destino, que a lei ordena. (...) Juiz de paz que manda arrombar as prisões para soltar os recrutas, que prende e solta como, e quando quer, de mãos dadas com o agente. Empregado que faz injusta

<sup>291</sup> *Astro de Minas* de 11/05/1839.

oposição ao professor público de primeiras letras até este se demitir, e hoje trata de encaixar na cadeira a um papeleta (...). Concluo esta com o afirmar que o caráter do Guimarães é proteger o crime e vício, deprimir a virtude, amar a mentira, tratar mal a quem o respeita, e bem a quem o trai a todo momento, o que irei provando quando o tal déspota não arrepie carreira, e se porte como homem de bem”<sup>292</sup>.

Temos aqui, como um “inimigo dos déspotas falsários” caracterizou tal déspota, ou seja, alargando a interpretação, como um liberal caracterizava um regressista. Não era somente o monarca que possuía a exclusividade de ser um déspota. Tal conceito aparece difundido no ideário liberal e qualquer autoridade podia usar da prática política despótica. É nesse sentido que os liberais traziam o despotismo ao campo de discussão, amparado em preceitos constitucionais. Nesta interpretação, naturalizava-se outras variantes do despotismo, antes identificado principalmente ao monarca mas, desde os tempos da Independência, também ligados a outros órgãos constitucionais como o “despotismo ministerial”<sup>293</sup>.

Nas províncias, as autoridades locais representavam a direção regressista e a caracterização deste partido, ocorria simultaneamente com a caracterização dos homens, mais distantes do centro, mas certamente identificados ao regresso. Despotismo, então, vinculava-se, seguindo a correspondência, a um comportamento e a um procedimento ou um modo de agir fora dos limites legais estabelecidos para a autoridade.

Um comportamento pois, ao juiz de paz de Ponte Nova devia ser comum que os moradores daquele distrito reconhecessem a sua autoridade e o seu poder em condutas pessoais cotidianas, como o “querer” que lhe “beijem as sórdidas patas”. Talvez o juiz de paz usasse das suas relações pessoais e da proximidade com os habitantes para abrilhantar o seu prestígio naquela localidade. Isso, porém, nos parece vago, mas transparece essa espécie de comportamento algo como um abuso da sua autoridade que os liberais tanto reprovavam e atacavam num déspota, como o querer ser “acreditado” ou como no caso de fazer “injusta oposição” a um professor para este se demitir para o juiz de paz déspota colocar alguém que mais o deixe satisfeito. Não sejamos inocentes pois, talvez, usar da influência pessoal não seria exclusividade de um déspota regressista, mas o uso do termo despotismo melhor servia aos liberais daquela conjuntura para, invariavelmente, caracterizar os homens do regresso.

O que é mais facilmente palpável, é a noção de que um déspota “descaradamente infringe a lei” e que, por isso, não poderia ser “estimado” pelo “homem honesto”. O relato da

<sup>292</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 07/02/1840.

<sup>293</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2003. Pág. 123.

dita correspondência mostra que a reprovação a um procedimento acontece sobre parâmetros constitucionais. O procedimento do juiz de paz déspota o coloca longe de guardar os limites estabelecidos pela lei, o que um liberal diria, só poderia acontecer por uma autoridade regressista. Por fim, na correspondência a conclusão colocaria em oposição “o tal déspota” de um comportamento do “homem de bem”, tacitamente, do homem liberal.

Semelhantemente, o “inimigo das injustiças” denunciava em correspondência, o agente de recrutamento para a Guarda Nacional no Serro, o Sr. M. Brandão. Este dava a conhecer “o interior dos caramurus, quando empolgam um pequenino mando”, pois havia prendido cinco homens para o recrutamento; mandado soltar quatro, “usurpando desta arte a jurisdição do juiz de direito” e mantendo preso a um Camilo Justino que sustentava, segundo o relato, três filhos de “tenra idade” e a mãe viúva, o que já dava mostras das “razões” de sua soltura. Mesmo assim o agente de recrutamento “acostumado a menoscabar as leis, e afrontá-las como bem o vimos na sedição de Ouro Preto [1833]” manteve-o preso “para satisfazer” a um “seu amigo” que “odeia ao Justino”. Isto só poderia ser um “atroz despotismo” do agente de recrutamentos, que mostrava o “vexame” do “delegado do governo proteu [de Vasconcelos]”. Aqui registramos a junção dos antigos partícipes da Sedição de março [1833], vista como um passo inconstitucional dos caramurus, com o ato de proceder fora dos limites das leis, comumente atribuída aos delegados do governo regressista<sup>294</sup>.

Noutra correspondência, agora na Vila do Pomba, do “amigo dos oprimidos” contra o “famigerado” Carlos José de Azevedo, chefe da Guarda Nacional da Vila, que “blasona de comprar toda a justiça do mundo”, e retirou os processos do juri para continuar “perseguição”, acrescentamos que o correspondente podia pedir ao governo para intervir e frear as “arbitrariedades”, mostrando que a junção do delegado com a imagem do governo era construída nas denúncias, pois, continuava o correspondente: “as nossas vidas, honras e propriedades se acham a disposição de um déspota, que afrontando a opinião pública, julga encontrar no governo firme apoio às suas maldades, prevaricações e arbitrariedades”. Caso o governo não reagisse, afrontaria também a opinião pública legitimadora dos governos e seria o apoiador do tal delegado repreendido na correspondência<sup>295</sup>.

Ainda tratando de correspondências, noutra, agora contra o agente de recrutamento de São João Del Rei, o tenente João José Dias Pinheiro, assinado por “o inimigo dos déspotas”, vimos explicitado o que seria o antídoto do despotismo para um liberal. No relato, o

<sup>294</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 10/03/1839.

<sup>295</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 06/12/1838.

correspondente reprovava o modo “despótico e arbitrário” do agente em “recrutamentos forçados”, isto era um “despotismo selado com uma verdadeira arbitrariedade”. A imprensa teria papel importante nos governos representativos, como fiscalizadora do cumprimento dos deveres pelas autoridades do governo, evitando que essas agissem a partir de interesses outros ou por sua própria vontade, o arbítrio, que caminhava junto com o déspota. Ademais, a imprensa garantiria a sustentação, também, da constituição:

“Tendo sido garantida a liberdade da imprensa, para sustentáculo forte dos governos livres, e ao mesmo tempo fazer conter as autoridades e mais empregados na órbita de seus deveres, pondo termo ao despotismo que por três séculos dominou impunemente todo o Brasil, gemendo então o pobre, o desvalido, a viúva e o infeliz órfão sem que pudessem chegar seus clamores aos ouvidos do poder supremo, pensávamos na verdade, que tal despotismo tivesse desaparecido à sombra desta tão salutar como utilíssima instituição, mas pelo contrário acontece, e observamos admirados a falta de polícia, o pouco ou nenhum respeito às leis, às autoridades, e ao público, e em todas as partes a constituição que juramos, calcada aos pés e tratada como letra morta”<sup>296</sup>.

A imprensa regressista também adentrava na contenda liberal defendendo, por vezes, os empregados públicos. O *Unitário* defendeu o juiz de paz Honório Pereira de Azeredo Coutinho que conduziu as eleições para chefe da Guarda Nacional de Ouro Preto das acusações do *Universal* de que “houve despotismo e infrações de leis”, explicando “todas as acusações” e enfrentando as “falsidades, inexatidões e calúnias” do periódico liberal, como a aceitação ou não dos eleitores listados e a obrigação de assinaturas nos votos. A resposta do periódico regressista colocava a averiguação do despotismo sobre os limites constitucionais, ou seja, o *Universal* deveria se limitar a “examinar se a lei foi religiosamente executada” para posteriormente “emendar os erros que possam haver na execução [das leis]”<sup>297</sup>.

Num outro caso, em correspondência no *Unitário*, “um imparcial” relatava as “atrocidades”, “os abusos de poder e infrações de leis”, das autoridades da Vila do Rio Pardo com a intenção de “obrigar os Neros daquele pequeno ponto a entrarem na órbita dos seus deveres”. Com a acusação do correspondente, que tais autoridades agiam sob a conivência do governo, o *Unitário* diria em nota que “o governo repele tais amigos e defensores. Autoridades que abusam do poder que a lei lhes confia não terão apoio do governo”,

<sup>296</sup> *Astro de Minas* de 18/05/1839.

<sup>297</sup> *O Unitário* de 19/01/1839. Ver também *O Universal* de 16/01/1839.

aceitando a proposição do correspondente, de que o ocorrido girava em torno da “tarefa” do governo de “executar e fazer executar fielmente as leis”<sup>298</sup>.

Na defensiva, o *Unitário* diria que o despotismo, contra o constitucionalismo e liberdade, deveria mesmo ser combatido, o que não acontecia com o regresso, pois este teria o apoio da opinião pública. Para o *Unitário*, D. Pedro I e Feijó eram déspotas pois restringiram a liberdade contra a opinião pública como na nota a seguir: “Ainda hoje deve crer, que todo o governo, que no Brasil quiser falsear o sistema constitucional, ou coartar o elemento de liberdade consignado na constituição, há de cair como caiu o de D. Pedro I e o de Feijó – o despotismo na coroa ou na batina é igualmente intolerável”<sup>299</sup>. Novamente, a defesa regressista se apegava aos preceitos liberais de constituição.

Para os liberais, naturalmente, mesmo com a distensão entre delegados e governos, a intenção quando do combate aos empregados públicos era levar a crítica de despotismo ao governo regressista. Inversamente, os liberais poderiam defender os funcionários públicos contra o governo regressista. Como nesse caso, em que o *Guarda Nacional Mineiro*, criticando o regressismo mineiro na pessoa do Presidente da Província, portanto o delegado executor do regresso na província, felicitava a Minas Gerais contar com “inteligentes câmaras municipais, hábeis e ilustrados juizes de paz, e de direito” pois estes tinham “sabido acautelar e inutilizar todos os males que o mais devotado escravo do despotismo (...) tem sobre ela [Minas Gerais] espalhado, irritado com os seus revoltantes patronatos, postergação de leis, e acintosa humilhação aos marcistas [partícipes da Sedição de março – Ouro Preto, 1833], os ânimos dos mais conspícuos cidadãos”<sup>300</sup>.

No plano nacional e na conjuntura de revoltas Regenciais, outros déspotas foram espalhados pelo governo regressista nas províncias. Um exemplo mais nítido disso, era o Marechal D'Andréa<sup>301</sup>, Presidente da Província do Pará e, em 1839, nomeado para Santa Catarina, duas províncias diretamente sacudidas por revoltas naquela conjuntura. O Pará havia sofrido “o jugo do déspota, que por tanto tempo exercera ali o seu bastão de ferro, e espezinvara por tal modo os desgraçados paraenses”, estes vítimas da guerra civil e do

<sup>298</sup> *O Unitário* de 28/07/1838.

<sup>299</sup> *O Unitário* de 14/12/1838.

<sup>300</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 17/08/1839.

<sup>301</sup> Trata-se de Francisco José de Souza Soares de Andréa, depois Barão de Caçapava, que foi Presidente de Província em Minas Gerais em 1843. Ver VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998 (a 1ª edição é de 1897). Verbete 23 de março. Pág. 331. Sobre a Cabanagem no Pará ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A guerra dos cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

“despotismo e arbitrariedade” do chefe civil e militar da província. O *Universal* reconhecia que o marechal havia reprimido a “facção anárquica que assolava a província”, mas afirmava que depois a “humanidade foi oprimida”, com o “horror aos fatos que se seguiram”, “as vítimas sacrificadas sem necessidade alguma”. No entender do redator liberal, o despotismo regressista alimentava-se das guerras civis, pois estas “somente serve de elevar os déspotas, e de sopear toda a liberdade”. Quando o marechal fora chamado para pacificar Santa Catarina, o periódico esperava obter a paz mas não “esmagar os seus adversários”. Tratava-se de uma visão liberal do julgamento das revoltas dentro dos limites constitucionais, que garantissem “a liberdade e segurança individual” embora o periódico reconhecesse que estes objetos “rara vez encontram apoio na espada do vencedor”. Para o *Guarda Nacional Mineiro*, mais ácido em suas críticas, o marechal déspota era um “exterminador da raça humana”<sup>302</sup>.

Mais amplamente, na interpretação liberal das guerras civis em geral, opunham um déspota e o povo, ou seja, o governo contra a opinião pública, como na conjuntura do Regresso, na qual se apoiavam numa iniciativa popular contra a política despótica regressista. Somente um déspota desafiaria a opinião pública e a vitória deveria ser do povo; como numa notícia sobre a luta monárquica na Espanha, o *Universal*, dizia, citando a história como a “grande escola da vida”, que “os déspotas aprenderão daí a conhecer que em vão se luta contra um povo, quando a sua vontade se pronuncia a favor de seus direitos. A luta pode ser longa; os estragos podem ser extraordinários; mas a vitória não será jamais duvidosa”<sup>303</sup>. Provavelmente, neste artigo, mesmo com o exemplo distante da Espanha, o redator tinha em mente as contendas provinciais da regência, mandando o recado ao governo regressista, o causador e culpado pelas guerras civis.

Ainda sobre o período convulsionado da regência, temos também o termo ditadura, utilizado próximo de despotismo, posto como acima da constituição, mas que não enfeixava a mesma interpretação. Em 1839, com o agravamento e avanço das revoltas no Império, surgiu no senado pela “comissão de salvação pública” a proposta da “ditadura legal”. Ditadura, então, tratava-se do executivo receber “autoridade extraordinária que se reveste de poderes amplíssimos, acima das leis para salvar o Estado, quando este se considera às portas do abismo”. Isso seria diferente do legislativo “investir todas aquelas faculdades que podem ser conferidas ao executivo dentro do círculo da constituição para que ele imponha respeito às facções, e conserve a união e integridade do Império”. Para o *Universal*, o termo “legal”

<sup>302</sup> *O Universal* de 19/06/1839 e 30/08/1839 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 17/08/1839.

<sup>303</sup> *O Universal* de 25/11/1839.

servia para suavizar a ditadura, mas estes termos “não se conciliam jamais”, pois a ditadura seria extra-legal, acima das leis<sup>304</sup>.

Para o liberal *Guarda Nacional Mineiro*, a proposta de ditadura legal eram “medidas violentas e arbitrárias”, um meio de “passar por cima da constituição”, já que a ideia de ditadura “jamais [foi] permitida pelo excelente pacto fundamental”. Quanto à ditadura ser legal, o periódico dizia ser esta “ideia incompreensível”, e que só mostrava os “horrorosos planos” dos regressistas, na tentativa de “apalpar a possibilidade de improvisar um governo monstro, cuja lei seja a vontade de um déspota, cujo sistema seja o capricho, a vingança de um sanguinário qualquer”<sup>305</sup>.

Para o regressista *Unitário*, semelhantemente, a ditadura seria “um projeto de lei no qual dá a algumas autoridades grande cópia de atribuições e poder discricionário, afim de reprimir os insultos da feroz anarquia”. Mas, o periódico negava a ideia de ditadura ao Brasil, atribuindo-a ao projeto do senador liberal Feijó, pois essas “medidas violentas só podem ter lugar quando um feroz ditador impõe a população condições duras e insuportáveis para governar o país como praticou Rosas no malfadado Buenos Aires”. Embora o *Unitário* reconhecesse que o Brasil precisava de “leis fortes” e “medidas enérgicas”, negava querer entregar “seus pulsos a qualquer déspota que a troco de tranquilidade venha esmagar o povo como praticou Rosas”<sup>306</sup>.

Como vimos, ditadura era um termo consensualmente negativo, pois ambos os partidos rejeitavam tal ideia e Rosas, de Buenos Aires, era um exemplo de ditador durante a conjuntura do Regresso. Mesmo com a diferença entre despotismo e ditadura, ambos os conceitos podiam ser usados numa mesma análise. O *Universal*, numa notícia das guerras na Argentina, e sobre o “ditador Rosas”, esperava que se “derrube o déspota que a tanto tempo pesa sobre os argentinos”<sup>307</sup>.

Para um regressista, despotismo e ditadura se confundiam, ou seja, não precisavam de elementos do passado absolutista para caracterizar o despotismo, bastando apenas o apoio militar para se realizarem, como na direção liberal das revoltas do Rio Grande do Sul e Bahia; nestas, se fosse concretizado o avanço liberal “teremos de ver (...) o Império estrangulado, cada província dominada por novos Bentos Gonçalves e Sabinos etc. para depois irem dar os

---

<sup>304</sup> *O Universal* de 06/09/1839.

<sup>305</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 01/09/1839 e 14/09/1839.

<sup>306</sup> *O Unitário* de 06/09/1839 e 14/09/1839.

<sup>307</sup> *O Universal* de 30/05/1838.

últimos arrancos debaixo da vara de ferro de algum déspota militar, que se lhe antolhe um libertador”. No contexto dessas revoltas Regenciais, lideradas por liberais, somente o complemento “militar” podia fazer sentido ao despotismo de um liberal, aproximando-se da noção de ditadura, comumente relacionada, pelos regressistas, como uma adjacência necessária ao governo fraco da república<sup>308</sup>.

Na visão liberal, se ditadura era algo que saltava sobre a constituição, com sentido somente nesse sistema, despotismo carregava consigo uma noção de outros tempos passados normalmente veiculados com a imagem do regresso. Como numa correspondência, de um “caibra” publicada no *Guarda Nacional Mineiro*, contra o ministério regressista em que este praticava a “política reatora” para “regressarmos ao bom e velho tempo de despotismo”, o tempo de “oprimir e espezinhar o pobre” em que se buscavam as “honorarias do tempinho”<sup>309</sup>.

Vejam também, que a direção regressista em Minas Gerais dava significado à cultura política desse partido, montada pelos liberais e tanto combatida por estes. Passaremos, juntamente com os liberais, por outras práticas políticas que adjetivavam a marcha regressista na província mineira, dando a entender que a conceituação do despotismo fazia sentido com a direção regressista e que caminhou amparado nos embates dos partidos divergentes.

### **O Regresso em Minas Gerais: os liberais contra os déspotas regressistas.**

Voltamos, novamente, ao 19 de setembro de 1837, data da renúncia de Feijó. A partir dali, os partidos mineiros se puseram na expectativa de como a nova marcha do governo, o regressista, seria conduzida pelos seus adeptos em Minas Gerais. Enquanto os regressistas reorganizavam-se para o debate político, vide o lançamento dos seus títulos periódicos, no início de 1838, os liberais esperavam um duro combate, afinal, o governo “da escola do absolutismo”, anunciava imprimir a sua reação, o regresso, contra a anterior direção liberal.

Para os liberais mineiros, a tensa expectativa e a visão negativa que faziam do governo regressista, seria comprovada por um fato político: o acontecimento da noite de 19 de dezembro, na capital Ouro Preto, na qual uma rusga preparada pelos regressistas dava a conhecer os “verdadeiros planos do governo” e legitimava os receios dos liberais. A princípio, o *Universal* desconfiava do ocorrido dizendo que “coisas há que custam a acreditar-se”, “que acabando com ar de comédia, podiam contudo trazer funestas consequências e mesmo atentados individuais”. O periódico buscava inteirar-se dos fatos pela “maneira que nos

<sup>308</sup> *O Unitário* de 10/07/1840.

<sup>309</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 12/05/1839.

informaram algumas pessoas que os presenciaram”, sabendo que podia faltar “os pormenores” mas “o que é mais notável apareceu”. Vejamos, pois, a descrição do ocorrido na versão do periódico liberal:

“Desde a tarde do dia 19, observou-se que alguns indivíduos estavam em motu contínuo, e que convidavam a várias pessoas, para que comparecessem em palácio [do Presidente da Província], a noite porque esperava-se rusga, sedição ou como diziam, a proclamação da república. Para evitar que esses boatos adquirissem vulto, as autoridades tomaram todas as cautelas, ordenando mais atividade nas rondas. Entretanto principiaram a dirigir-se ao palácio aqueles indivíduos, que tinham sido convidados, e todos armados de maneira que ao ver tanto susto devia com efeito o Sr. Presidente [da província] acreditar que alguma coisa estava para acontecer; medidas enérgicas foram pedidas, e por fim de contas nem um só grupo apareceu com caráter hostil a tranquilidade pública, a exceção dos visionários, que foram incomodar a primeira autoridade da província, sonhando com tumultos”<sup>310</sup>.

Para não escutarmos somente um lado desse acontecimento, julgamos justo com os regressistas, ao menos na descrição dos fatos, abriremos espaço para a versão do *Parahybuna*, afim de perceber o que ambos os partidos admitiram ter ocorrido, para recuperar o que houve de verídico na noite de 19 de dezembro de 1837, na capital da província, Ouro Preto:

“Apareceu no Ouro Preto indícios de rusga, pasquins ameaçadores e insultantes, quebramentos de vidraças no palácio do Presidente [da província]: um certo toleirão chamado Bandeira arrotava mil bravatas contra o Presidente; o Galvão, comandante do corpo de permanentes, não era estranho aqueles movimentos. Ora, tudo isto excitou os cidadãos interessados na manutenção da ordem a reunirem-se no palácio do governo para defenderem o Presidente que se havia ameaçado e insultado pelos brejeiros. Aqueles honrados cidadãos estiveram toda a noite a espera da rusga. Não apareceram os rusguentos; de manhã cada um se retirou para as suas casas. Ora, quem pode em boa fé qualificar de criminoso um semelhante ajuntamento? Quando foi proibido reunirem-se os cidadãos para prevenir um crime?”<sup>311</sup>

Em acordo com os dois relatos, podemos concluir que houve, na noite de 19 de dezembro, um acontecimento fora do cotidiano político da província. A começar pelos boatos espalhados que haveria uma rusga na cidade, no palácio do Presidente da Província. Mas cada partido exime-se da responsabilidade dos boatos e o motivo de tais boatos são próximos, mas diferentes. De um lado uma “rusga, sedição ou proclamação da república”, do outro apenas “mil bravatas contra o Presidente”. De fato, vimos que as autoridades se movimentaram com tais boatos, e indivíduos montaram campana nas portas do palácio do Presidente da Província,

<sup>310</sup> *O Universal* de 22/12/1837.

<sup>311</sup> *O Parahybuna* de 04/05/1838.

por serem “convidados” ou para “manter a ordem” contra qualquer rusga. Eram “visionários” “sonhando com tumultos” ou “honrados cidadãos” que esperavam a anunciada “rusga”. Por fim, o que de fato aconteceu, é que o grupo “hostil a tranquilidade pública”, os tais “rusguentos”, não apareceram.

Estranhamente, não encontramos a repercussão do episódio nos periódicos regressistas disponíveis, pois, reparem, o *Parahybuna* apenas comentou o ocorrido na descrição acima em maio de 1838 quando fazia uma espécie de balanço da administração daquele Presidente de Província (José Cesário de Miranda Ribeiro). Pelo outro lado, os liberais buscaram dar uma intensa repercussão do ocorrido nas suas folhas e dentro da Assembleia Provincial. Algo que acompanharemos agora nas páginas do *Universal*, *Astro de Minas* (em artigo republicado no *Universal*) e no *Guarda Nacional Mineiro*, pois, tratava-se de caricaturar a “hidra do despotismo metamorfoseado em regresso”<sup>312</sup>.

Para o *Guarda Nacional Mineiro* tratava-se da “farsa de 19 de dezembro”, uma “tática já tão sedição em outros países de criar desordens e conspirações para denunciar como autores delas certos indivíduos a quem se deseja perseguir”. Tal perseguição havia sido urdida a partir da Corte pelo ministro da justiça e do interior Bernardo Pereira de Vasconcelos, pois, “a chegada do correio do [dia] 18 foi precursora da, para seus autores, vergonhosa farsa de 19 de dezembro”. A ordem partira do “dedo venenoso [de Vasconcelos] que apesar de trêmulo é sempre indicador de planos incendiários”, fazendo “proscrever os meios”, para os seus “fiéis servidores do governo provincial” executarem tal plano. Ou seja, para os liberais, a ordem havia partido de Vasconcelos para “demitir os empregados [do governo]” embora fossem “zelosos” e “apresentassem a maior energia e fidelidade no cumprimento dos seus deveres”, criando esse “pretexto” para demitir os “que não tem pertencido à oposição governante, que se não tem humilhado à santa grei do ídolo do regresso [Vasconcelos]”<sup>313</sup>.

A execução do plano fora levada a cabo pelo “clube”, os “sediciosos [partícipes da sedição de 1833, Ouro Preto] e regressistas que cercam o governo”. A “tumultuária e criminosa reunião” era “ilegal” e promovia “desordem, e unicamente desordem”. Os indivíduos “reunidos em número de 60 ou 70” que fizeram tal “ajuntamento ilícito” eram

“Os mesmos que tramaram, que puseram em prática, e que sustentaram durante dois meses a terrível sedição de março de 1833; que deram causa a prejuízos imensos, assim público como particulares; que calcaram a lei com tanto escândalo;

<sup>312</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 17/02/1838.

<sup>313</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 01/01/1838.

que invadiram mesmo os poderes políticos do Estado, exercendo atribuições, que só a eles pertenciam; que derramaram enfim o sangue brasileiro, em sustentação do crime (...)<sup>314</sup>.

Para o *Astro de Minas*, os “sediciosos” eram um “bando de perdidos aventureiros” e aproveitaram da “bondade do Presidente da Província” com o pretexto de que o iriam assassinar; “apedrejaram as janelas do palácio fingindo uma revolta”, fizeram “proclamações insidiosas”... O *Astro de Minas* buscava distinguir os sediciosos e o procedimento de José Cesário de Miranda Ribeiro (Presidente da Província). Este estava “coagido”, mas “há de reconhecer a ralé que o cerca”, ou seja, deveria ir contra o “baixo procedimento dos que surpreenderam a sua [do Presidente] boa fé”. Interessante notar que os liberais propunham uma distinção entre os sediciosos e os antigos moderados da província, como era o caso de José Cesário de Miranda Ribeiro, culpando os sediciosos (e Vasconcelos) pelo 19 de dezembro, e colocando o ex-moderado como vítima daquela situação<sup>315</sup>.

O *Astro de Minas* percebia o “plano”, pois, foi com “o mentiroso fim de oposição à república que os Ribas e Osórios e mais súcia fizeram o seu 22 de março”. O *Astro* atacava o “vasto plano” de atribuir aos liberais “crimes fantásticos” como o “ferrete de republicanismo” e de “partido desorganizador”. Mas tudo isso não passava da “hidra da sedição”, do “ódio dos marcistas” com planos de “perseguição” aos que os bateram na sedição de 1833: “Vingança, sangue e sangue; eis os gritos dos malvados!”<sup>316</sup>.

No mesmo sentido, o *Universal* comentou o “golpezinho de Estado” como um plano para perseguir os liberais. Era patente “que provocam o povo a cometer excessos para fazer perseguições” com “intrigas” e “ajuntamentos armados”. Mais do que isso, com a volta dos “sediciosos” batidos em 1833, “os dias de bonança, de tranquilidade de que gozávamos nesta cidade já não existem”, pois, tais sediciosos por vingança “até parece que com semblante ameaçador designam a cada um dos cidadãos que empunharam as armas para sustentar a legalidade [em 1833], os votam ao extermínio”. A ameaça, com o sentimento de revanchismo, era clara: “indigitam-se alguns liberais como proscritos e votados à morte”. A situação era tensa para os liberais, pois os regressistas se preparavam para o confronto: “os clubes se

---

<sup>314</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 01/01/1838. Sobre a sedição de 22 de março de 1833 em Ouro Preto, ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009. Capítulo 7.

<sup>315</sup> *O Universal* de 05/01/1838.

<sup>316</sup> *O Universal* de 05/01/1838.

formam, a antiga Sociedade do Rosário consta estar outra vez restabelecida!”<sup>317</sup>. Imaginamos que tal Sociedade do Rosário era a Sociedade Defensora do Trono e Constituição, ligada ao *Correio de Minas* e próxima do Presidente da Província.

A “revelação” do *Universal* era que “todo o plano do governo atual é criar comoções e atribuí-las aos liberais para os perseguir e aniquilar antes que com oposição razoada convençam o país das sinistras intenções do atual partido dominante e que se arregimentou debaixo das bandeiras do regresso, isto é, da anulação da Constituição e do Ato Adicional”. O *Universal* alertava aos liberais para serem “prudentes” e “esquivar” ao combate nos termos propostos pelos regressistas, a “guerra das insinuações”<sup>318</sup>.

Os liberais enfrentavam a perseguição dos regressistas que haviam se apoderado do governo provincial, colocando sob a sua direção, até mesmo o Presidente da Província e, por extensão, os antigos sediciosos e Vasconcelos manipulavam a ala dos dissidentes moderados integrados ao partido Regressista. O *Guarda Nacional Mineiro* denunciava as demissões dos comandantes de companhia policial para acomodar os “sediciosos” como no caso de Luiz José de Oliveira, nomeado comandante da 1ª Cia. do Corpo Policial, dizendo que tal nome havia passado pelo “conselho secreto” e que o Sr. Manoel Alves de Toledo Ribas (um dos líderes da sedição de 1833) o havia agraciado com tal cargo como “prêmio por serviços”. Com tal situação o *Guarda Nacional Mineiro* bradou: “Quem governa a província de Minas, não é o Sr. José Cesário de Miranda Ribeiro; é o Sr. Manoel Alves de Toledo Ribas, com os seus consócios e clubistas! É esse homem sanguinário que não respira senão reações e vinganças!”<sup>319</sup>.

A substituição dos cargos de comando dos corpos policiais e do carcereiro de Ouro Preto, legitimar e capitanear o destacamento da Guarda Nacional que se avizinhava, eis aí os motivos da perseguição regressista contra os liberais. O *Guarda Nacional Mineiro* denunciava que os “sintomas da rusga” não se “acabaram de todo enquanto não se der inteiro cumprimento a todas as medidas de vingança apontadas da Corte”, dizendo que na noite de 19 de dezembro os “marcistas” fizeram deliberações e que tal “clube deliberante” continuou a “persistir” no palácio “dia e noite a instar pelas medidas votadas”. As portarias de demissões posteriores estariam “com data de 19 [de dezembro]”<sup>320</sup>.

<sup>317</sup> *O Universal* de 05/01/1838.

<sup>318</sup> *O Universal* de 05/01/1838.

<sup>319</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 01/01/1838.

<sup>320</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 01/01/1838.

Os liberais mineiros entrincheiraram-se na Assembleia Provincial, claramente de maioria liberal, e que começaria seus trabalhos no início de 1838. A Assembleia mineira deveria ser “vigorosa para resistir as tentativas anticonstitucionais” e enfrentar as “arbitrariedades, que o governo [regressista] amestrado na escola do absolutismo muito tem desejado que sejam restabelecidas”. Cabia à Assembleia Provincial da segunda legislatura (1838-1839) enfrentar os “planos do governo armado de arbítrio, força e dinheiro”, “as medidas violentas e de opressão”, como o 19 de dezembro, que era o “plano” de “criar suspeitos de conspirações para perseguir alguns cidadãos a quem manda denunciar por suas folhas vendidas ao ouro do poder, como perturbadores da tranquilidade, como republicanos, e anarquistas”. Aqui, revela-se a proximidade, na guerrilha partidária, do jornalismo e da tribuna. Mesmo com essas “manobras miseráveis” de “perseguições individuais”, os liberais acreditavam que “os planos do regresso não de encontrar uma decidida oposição nas Assembleias Provinciais”<sup>321</sup>.

A Assembleia Provincial de Minas, antes mesmo de ser instalada a sessão de 1838, conviveu com “boatos espalhados” pelos “homens que cercam o Presidente [da Província]” de ter o “adiamento da Assembleia”, sendo este um “meio de intimidar” ou por receios dos deputados provinciais buscarem tomar “rigorosas contas dos atos da administração [provincial]”. Em Minas Gerais, configuraria-se o confronto do executivo [regressista] e do legislativo [de maioria liberal] e, para os liberais, a tática regressista era de espalhar boatos contra a Assembleia Provincial “para aterrar que a palavra sacramental desta gente é o terror”<sup>322</sup>. Foram somente os boatos e a Assembleia Provincial se instalou na data prevista.

Com a sessão da Assembleia Provincial instalada, cabia aos deputados liberais chamar o executivo da província a prestar esclarecimentos sobre o 19 de dezembro e a marcha política do governo em geral por meio de requerimentos aprovados em plenário. No requerimento, José Antônio Marinho denunciava a contradição do Presidente da Província, pois este não relatou o acontecimento em seu relatório anual na abertura da sessão da Assembleia Provincial, alarmando as suspeitas de que foi uma “trama” do governo. Marinho queria saber se existia “um formidável partido republicano” na província e o motivo pelo qual o governo não os “delatava” e pedia “medidas” para os “debelar”. Com o “silêncio” do governo, ficava comprovado que o 19 de dezembro era um “movimento do governo contra o povo”<sup>323</sup>.

---

<sup>321</sup> *O Universal* de 30/01/1838.

<sup>322</sup> *O Universal* de 17/01/1838.

<sup>323</sup> *O Universal* de 20/02/1838 e 21/02/1838.

Mas as demissões de “bons empregados” ocorreram e, quanto a isso, José Antônio Marinho dizia que “o empregado público não deve estar sujeito ao capricho e consciência individual de quem governa (*apoiados*); mas sim, à consciência pública da nação ou da província” e separando a noção de bem comum e despotismo, seguiu com a conclusão: “entendo portanto ser um procedimento filho do mais escandaloso despotismo e arbítrio do governo em dar a seu bel-prazer a demissão a este ou aquele empregado”. A noção de despotismo não deveria ser comum ao Brasil e seus modelos políticos liberais, por isso Marinho indagou: “Onde estamos nós, na Turquia?!?”<sup>324</sup>.

A sensação liberal de que o início de 1838 mostrava-se uma conjuntura instável não acontecia somente pelo 19 de dezembro. A atmosfera política em polvorosa era corroborada por várias medidas do governo provincial regressista. Falamos da organização da Guarda Nacional na província que mostrava, na alarmante denúncia liberal, que o governo provincial se preparava para algum confronto ou esta serviria para inibir e, com o “uso da força”, coagir a atuação dos deputados provinciais. Cabia, novamente, aos deputados liberais pedir contas do governo provincial durante a sessão da Assembleia Provincial. Além da organização da Guarda Nacional, a orientação dada as rondas noturnas, do corpo policial permanente, aumentava o desconforto dos cidadãos liberais naquele clima de perseguição e revanchismo político. Vejamos, pois, no relato do deputado provincial liberal José Alcebíades Carneiro<sup>325</sup> o exagero a que se chegava com aquelas rondas noturnas “ostensivas à ordem pública”: “eu mesmo descendo da casa de alguns de meus colegas em a rua de S. Quitéria vestido pela maneira que me acho, não dando por isso lugar algum a suspeita (*apoiados*), fui apalrado até bem próximo às algibeiras (*apoiados, e risadas*)!”<sup>326</sup>.

Para o deputado José Alcebíades Carneiro, o “caso era grave” das rondas noturnas “hostis à ordem pública”, pois “se continua esse arbítrio concedido às patrulhas que rondam de noite de darem buscas ainda mesmo as pessoas que não oferecem motivos de suspeita, quem mais se julgará seguro?”. O deputado faria este e outro requerimento ao governo provincial: sabia, por boatos, de um homem preso à noite, que “poderia estar a assassinar homens a mando secreto”. Alcebíades, com isso, lembrara do estado de “coação” em que se

<sup>324</sup> *O Universal* de 20/02/1838.

<sup>325</sup> Encontramos referências a José Alcebíades Carneiro, como deputado provincial nas duas primeiras legislaturas (1835-1839) sendo excluído, juntamente com a maioria liberal da província, para a terceira legislatura. Ver *O Unitário* de 06/10/1838. Não o encontramos nas efemérides mineiras de VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras 1664-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998 (a 1ª edição é de 1897).

<sup>326</sup> *O Universal* de 21/02/1838 e 07/03/1838.

achava o Presidente da Província versando sobre a volta e “vingança” dos “sediciosos” na província mineira. Além disso, o governo provincial precisou dar explicações, negando participação no caso de “aberturas de cartas no correio” de cidadãos liberais, o que mostrava o empenho da perseguição regressista, na opinião liberal, enquanto estes articulavam a resistência na Assembleia Provincial<sup>327</sup>.

Para o *Guarda Nacional Mineiro*, aquela atmosfera de instabilidade e agitação política era criada pelas “ordens secretas da Corte” do “inconsequente [Vasconcelos]” executadas pelo “governo faccioso [provincial] e a Sociedade do Altar e do Trono [Sociedade Defensora do Trono e Constituição]” para instalar a política do “terror”. Contra essa política regressista, o *Guarda* contrapunha a atuação da Assembleia Provincial a quem creditava a “suspensão temporária dos golpes [regressistas]” e que “sustentam prerrogativas nacionais e direitos das províncias”, leia-se para o periódico, a defesa da Constituição e do Ato Adicional. José Cesário de Miranda Ribeiro, o “agente dos planos tenebrosos” de Vasconcelos, que havia armado “a província dos homens da Sedição de 1833”, fora demitido pouco tempo depois, em março de 1838, corroborando talvez com as denúncias liberais contra o “funesto governo” de José Cesário<sup>328</sup>.

A administração de José Cesário, apesar de curta (de dezembro de 1837 até março do ano seguinte), deu mostras, segundo a versão liberal, da possibilidade dos regressistas instalarem um governo forte baseados em figuras provinciais declaradamente e reconhecidamente antiliberais, tanto na cultura política quanto na contraposição pessoal aos homens do partido Liberal em Minas Gerais. Sobre a oposição no campo das ideias, os regressistas traziam consigo a carga simbólica de terem defendido, no passado recente, a monarquia absoluta e, durante o período do Regresso, defendiam uma monarquia com termos distintos dos liberais, baseados na leitura conjuntural de que, com o avanço do projeto liberal, perigava a monarquia e que, portanto, cumpria restabelecer os alicerces que sustentavam tal monarquia. Tinham como modelo institucional, a monarquia brasileira atacada e desmontada pelos liberais e marchavam no caminho inverso, o do regresso, avançando na reação às reformas liberais, moderando-as e fazendo perder o vigor da escalada liberal.

No campo da contraposição pessoal aos liberais mineiros, a volta dos antigos caramurus, batidos na sedição de 1833 e renegados ao ostracismo até o ascenso do regresso, traziam consigo a carga simbólica do revanchismo e da possibilidade de um governo contra o

<sup>327</sup> *O Universal* de 22/03/1838 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 03/03/1838.

<sup>328</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 10/03/1838 e 09/04/1838.

partido Liberal mineiro. Naquele primeiro momento, a ebulição da província parecia iminente e, certamente, foi o tempo em que a política “despótica” dos regressistas foi insistentemente denunciada pelas folhas liberais, vide as práticas que caracterizavam tal despotismo, como a perseguição, o arbítrio, a militarização e o terror, conforme dissemos anteriormente.

Os liberais não taxavam de despótico qualquer personagem regressista, posto que deveria haver um certo reconhecimento da opinião pública das denúncias liberais. Os atores deveriam ser distintamente visualizados pela sua atuação no palco da política. José Cesário de Miranda Ribeiro, por exemplo, era caricaturado como um ex-moderado manipulado pela ação de Vasconcelos, este o “pai da seita do regresso”, e coagido pelos “sediciosos, caramurus, regressistas” de Minas. Seu substituto na Presidência da Província foi o também ex-moderado Bernardo Jacinto da Veiga, a quem os liberais viam com “bons olhos de esperança”, pois este começou sua administração “refazendo justiça”, “reorganizando o governo” e dissolvendo o batalhão “ostensivo a tranquilidade” da Guarda Nacional em Ouro Preto. A caracterização destes eram, por consequência, extensivas aos ex-moderados integrantes do partido do Regresso. Os liberais ainda denunciavam os despóticos dentre os regressistas, recomendando a Bernardo da Veiga, cuidado com as ordens de Vasconcelos e que se afastasse da “Sociedade dos Colunas”, vistos como a incorporação da noção de despotismo<sup>329</sup>.

Mesmo após a queda de José Cesário, os liberais continuaram a combater os despotismos que visualizavam no partido Regressista, como a atuação ostensiva da “Sociedade do Trono e Altar” e o seu periódico, *O Correio de Minas*, como nocivos à política provincial. Também atacavam Vasconcelos, pois, mesmo da Corte se fazia presente na política mineira. Fazemos menção ao *Guarda Nacional Mineiro* e a sua quase obsessão por enfrentar Vasconcelos, mesmo após a queda do seu gabinete ministerial em abril de 1839. Com a queda desse gabinete, capitaneado por Vasconcelos, a política regressista perdia, em parte, seu vigor mas o *Guarda* frequentemente lembrava da figura da “potência invisível que subjuga o ministério”: por isso, o ministério posterior “não se atreve a desagradar nem levemente a essa maligna potência que o tem subjogado”. O *Guarda* rotulava o gabinete decaído de Vasconcelos como “uma bússola” aos ministros posteriores e alertava para não se “deixarem guiar por malignas insinuações dessa potência infernal”, pois a “política do

---

<sup>329</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 19/03/1838, 24/03/1838 e 06/05/1838.

regresso” era os “autores dos nossos males” e continuavam atuando “simulados com outras vestes”<sup>330</sup>.

Partia do *Guarda Nacional Mineiro*, entretentes, os ataques afim de “que o povo seja esclarecido” e “fazer-lhe ver quem são os regressistas, e o que pretendem” para que o “bom senso brasileiro pisará a hidra do despotismo metamorfoseado em regresso”:

“Já não entra em dúvida, e que eles não são outros, senão os recolonizadores, essa facção inimiga da prosperidade de nosso país, essa facção que por suas horríveis tramas constrangeu um príncipe magnânimo a atentar nossos direitos; essa facção causadora de todos os males, que nos oprimem; essa facção enfim, que sendo esmagada no sempre glorioso *7 de Abril* pode ainda reaparecer sob a influência de um homem dotado de algum talento, mas manchado de todas as infâmias e coberto de todos os crimes”<sup>331</sup>.

O *Guarda* comunicava ao público mineiro as intenções regressistas na província com a “liga” entre “Vasconcelos e os garrafistas de Março”<sup>332</sup> que pretendiam “roubar a Constituição e o Ato Adicional”. Os regressistas usavam a mesma “política absolutista” que “ocasionou a crise perigosa que acabou com a explosão do *7 de Abril*”, este como “um dia sempre glorioso para os inimigos da tirania e lição enérgica para os traidores e vis escravos que ousarem de novo atentar contra os direitos sagrados, inauferíveis de um povo livre e generoso”. Na interpretação do periódico, por intermédio dos Presidentes de Províncias “violentos e desregrados” é que o “grande plano do governo” do “terror e do silêncio” contra os opositores, a mesma “política fatal de 1828 e 1829”, poderia ganhar força sendo executadas a partir dos princípios próximos de “militarização, despotismo e perseguição”. Entretentes, isso acontecia nas províncias que viviam a atmosfera das revoltas armadas como no Pará, Bahia, Maranhão e Santa Catarina. Por isso, excetuando-se o Rio Grande do Sul, as revoltas nas províncias, naqueles tempos, era culpa direta da política nacional do governo regressista, na interpretação do periódico liberal<sup>333</sup>.

Os liberais mineiros acompanhavam a política regressista, nas outras províncias, atentos aos papéis desempenhados pelos Presidentes de Províncias. Na interpretação do *Americano*, a atuação da primeira autoridade do executivo era fundamental para a garantia da

<sup>330</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 07/09/1839 e 19/10/1839.

<sup>331</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 17/02/1838.

<sup>332</sup> *Garrafistas de Março* fazia referência às noites das garrafadas em março de 1831, na conjuntura do *7 de Abril*. Sobre as *Noites das Garrafadas* ver contextualização de BASILE, Marcelo. O Império brasileiro: panorama político – Parte A: a independência e a formação do Estado Imperial. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 9ª edição revista e atualizada, 2000. Pág. 219.

<sup>333</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 10/08/1838 e 28/09/1838. Sobre as revoltas nas outras províncias, ver BASILE, Marcelo. O Império brasileiro: panorama político – Parte A... Págs. 230-236.

manutenção da paz em detrimento das “desgraças públicas”, ou seja, das revoltas nas províncias. O âmbito imperial servia de exemplo aos liberais mineiros que, como na citação a seguir, responsabilizavam os Presidentes das Províncias pelos movimentos de contestação populares. Cabia, entretantes, desejar que o Presidente de Minas Gerais não levasse o povo mineiro à “rebelião” com a sua administração:

Que a inobservância das leis mais que a sua fraqueza; que a liberdade dos povos, por mais extensa que possa ser, contanto que não ultrapasse os limites da lei, menos, que o desleixo e o capricho dos governantes são os verdadeiros motores das desgraças públicas. (...) Mas eu desejo igualmente, que essa autoridade não convide pelo seu procedimento menos justo os povos à desobediência, e depois à rebelião; mas eu quero que essa autoridade, quando da nomeação do Supremo Poder do Estado, tenha aquelas qualificações precisas e indispensáveis para conciliar o respeito e uma não forçada obediência<sup>334</sup>.

Por sua vez, o *Guarda Nacional Mineiro* via a política regressista nas outras províncias preocupado com os exemplos da possível direção regressista em Minas Gerais. Este periódico foi o que mais enervou o debate dentre as folhas liberais contra os regressistas mostrando que, na medida em que o despotismo regressista se tornava claro, fazia-se necessária a revolução, lembrada pelo exemplo vivo do movimento do *7 de Abril*, “dia sempre glorioso” para o periódico e versando sobre as semelhanças daquela conjuntura com a da resistência antiregressista dos tempos finais da regência. O *Guarda* advertia ao governo com o exemplo do *7 de Abril* nessa proposição: “Ousamos erguer a voz para rogar a esse governo cego, que nos dirige, que não apure tanto a paciência do povo, pois que a lembrança do *7 de Abril* ainda não se apagou entre os brasileiros, como talvez alguém suponha”<sup>335</sup>.

Alguns liberais interpretavam a revolução como uma consequência da ação despótica de um governo, portanto, mantinha-se relacionada ao problema que deveria superar. José Antônio Marinho, apoiado nos “historiadores”, durante um discurso na Assembleia Provincial, explicava que uma das causas da Revolução Francesa foi a “falta de lealdade do governo” na pessoa de “Luiz 16º”, “não aceitando de todo o coração a constituição que a nação tinha decretado” e foi o “primeiro a violá-la tornando-se o primeiro móvel das desgraças que produziu a Revolução Francesa”<sup>336</sup>. Marinho separava o governo representativo do despótico, este último o causador das revoluções como no exemplo máximo de revolução para a época, a da França. A revolução, portanto, aparece como uma reação, posterior ao

<sup>334</sup> *O Americano* de 23/01/1840.

<sup>335</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 04/10/1838.

<sup>336</sup> *O Universal* de 22/02/1839.

diagnóstico dos males causados pelo governo despótico. O uso do poder pelos governantes estava no centro das diferenças desses dois tipos de governo e disso decorria a revolução, como nas palavras de Marinho:

“Eles [os governantes] quando aceitam o poder, dizem que só aceitam o encargo de governar, sujeitando-se a todos os ônus do sistema representativo; mas apenas se apanham de cima querem ser soberanos; constituição e leis para eles são nada, e consideram o povo com o maior desprezo; a isto são devidas as desgraças por que passou a França”<sup>337</sup>.

O *Guarda Nacional Mineiro* relacionava a manutenção da ordem com o constitucionalismo e culpava os regressistas pelas desordens nas outras províncias. Portanto, a defesa da constituição direcionava a um ataque aos regressistas, pois estes “tornavam odiosas” a Constituição e o Ato Adicional: “a súcia caramuruana esforça-se por convencer-nos que com o nosso sistema de governo não imos bem e que só com leis de sangue é que se restabelecerá o sossego público”. O *Guarda*, então, direcionava a culpabilidade das desordens para o governo regressista por causa das suas “leis de exceção que o gabinete de setembro [de Vasconcelos] extorquiou às câmaras e pela manifesta violação da mesma constituição e das reformas”<sup>338</sup>. Chegamos aqui à defesa liberal do constitucionalismo que se traduzia, mais especificamente naquela conjuntura, na manutenção do Ato Adicional por ser objeto de atenção dos regressistas em sentido de interpretação ou, para os liberais, de reforma.

A visão sobre o Ato Adicional revelou-se, durante o governo regressista, a expressão institucional das culturas políticas, liberal e regressista, mostrando uma certa incompatibilidade de transação entre princípios que se declaravam opostos: para os liberais, os caminhos do progresso ou do regresso. O Ato Adicional marcava uma “componente” das duas culturas políticas que se chocavam e revelavam a “visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes”<sup>339</sup>. Os liberais mineiros participavam do distanciamento dos dois partidos a nível imperial, a partir das versões sobre o Ato Adicional. O *Universal*, periódico que orientava a cultura política liberal mineira, em campanha eleitoral para o pleito legislativo provincial, fazia o público mineiro conhecer que:

<sup>337</sup> *O Universal* de 22/02/1839.

<sup>338</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 19/09/1839.

<sup>339</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998. Pág. 351.

“Dois são hoje os partidos que se batem: um quer francamente a Constituição com o Ato Adicional, e mais instituições liberais, de que gozamos, embora devam ser aperfeiçoadas pela experiência, e acomodadas às nossas peculiares circunstâncias; outro atribuindo ao Ato Adicional as desordens, que tem infelizmente devastado algumas de nossas províncias, procura desacreditá-lo perante os amigos da monarquia, dando-o como causa da anarquia que se tem muito antes dele apoderado da sociedade”<sup>340</sup>.

Para os liberais, o Ato Adicional era “incontestavelmente uma cessão que o poder da união fez em 1834 às províncias que a reclamavam urgentemente”. A “interpretação” ou “reforma” pretendida pelos regressistas deveria ser combatido, colocando em lados opostos a defesa das Assembleias Provinciais ou da Geral na qual a primeira, nascida do Ato Adicional, representava o progresso enquanto que o caminho oposto, o do regresso, revelava-se na defesa da Assembleia Geral. A centralização aparecia como um combate da “união brasileira”, que “querendo o mais forte chamar tudo ao centro, absorver todos os direitos e prerrogativas que foram dadas ao mais fraco [as Assembleias Provinciais], e reduzi-lo a um simulacro vão para talvez de todo derrubá-lo por inútil”<sup>341</sup>.

Pelo lado liberal, ficava claro que se tratava da oposição entre a centralização e os interesses das províncias e, nesse sentido, a “interpretação do Ato Adicional” era o “ato legislativo que de um golpe vai cortar uma não pequena parte das atribuições que foram dadas as províncias em 1834”. O *Universal* tentava marcar a visão histórica sobre a tal “interpretação” na sentença: “jamais se deixará de reconhecer que contém uma usurpação do poder geral sobre o provincial”. Mas, na dinâmica de enfrentamento à cultura política regressista, a “interpretação do Ato Adicional” revelava mais do que a oposição entre o centro imperial e as províncias. Tratava-se de concretizar o “espírito de reação” e os regressistas pretendiam “retrogradar até a quase absoluta centralização de todo o poder”<sup>342</sup>.

Dizemos que a centralização, ou seja, a “interpretação do Ato Adicional” mostrava-se como parte integrante de um projeto maior regressista, da sua visão de mundo que incorporava também a organização institucional decorrente desse projeto regressista. Para os liberais, a orientação da cultura política regressista era, senão, o restabelecimento de um projeto monarquista despótico, decaído com a ação liberal nas regências até o ascenso do regresso em 1837. Ou seja, a reação regressista tinha como “concepção da sociedade ideal”<sup>343</sup>

<sup>340</sup> *O Universal* de 22/08/1838.

<sup>341</sup> *O Universal* de 04/05/1838 e 01/02/1839.

<sup>342</sup> *O Universal* de 21/07/1839.

<sup>343</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998. Pág. 351.

um passado vencido baseados numa leitura temporal dos sucessos partidários, tal como denunciava o *Universal*: “daqui tem nascido a seita do regresso, que já pela ressurreição dos antigos usos e abusos, já pelo terror, pretende fazer recuar o espírito público até os tempos do ministério clementino [de José Clemente Pereira]”<sup>344</sup>.

O *Universal*, em nome do partido Liberal mineiro, denunciava que o título de interpretação revelava-se um sofisma<sup>345</sup>, mais ameno e amigável ao público mineiro, mas distante das verdadeiras intenções regressistas de reformar o Ato Adicional, novamente no caminho temporal e em sentido do regresso e a sua reação:

“O que se quer é descarregar o primeiro golpe; para diante tapar-se-ão as brechas com novas, e ainda mais absurdas interpretações, até que se possa achar algum ensejo favorável para propor a reforma do Ato Adicional não em sentido mais amplo, porém em outro muito mais restrito, em que as Assembleias [Provinciais] se reduzam a menos do que eram antigamente os Conselhos Gerais de Província”<sup>346</sup>.

Os liberais mineiros, enfrentando as reformas regressistas, estavam imbuídos de manter a resistência na província contra uma política de nível imperial. Por isso, os periódicos mineiros veiculavam as notícias das outras províncias com a luta provincial. Os mineiros ficavam atentos, principalmente, aos episódios da Corte com republicações dos periódicos de lá que encontravam ressonância em Minas Gerais, no bojo das críticas ao regressismo. Nesse caso, havia uma certa articulação dos liberais de Minas Gerais com as reivindicações que partiam da Corte, por enfrentarem as reformas regressistas de nível imperial. Encontramos uma matéria do *Parlamentar*, da Corte, republicada no *Astro de Minas*, corroborando com a construção da crítica antiregressista a nível imperial, incorporando o debate provincial e mostrando que a reação aspirava um retorno a um passado vivido e superado, contornado pelos ares do Antigo Regime:

“A política da reação, em uma palavra, não aspira a nada menos, do que a revestir o poder com os despojos da sociedade. Neste sentido ela já se tem demasiado

<sup>344</sup> *O Universal* de 22/08/1838. Pedro Octávio Carneiro da Cunha refere-se a José Clemente Pereira como o ministro “absolutista”, no Primeiro Reinado, tão “absoluto quanto Queluz e muitos outros brasileiros”. CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um Império liberal: Primeiro Reinado, reação e revolução. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.1: o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9ª edição, 2001. Pág. 391.

<sup>345</sup> Paulo Pereira de Castro usa o termo “sofisma” para citar a “reforma do Ato Adicional”. Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002. Pág. 55.

<sup>346</sup> *O Universal* de 26/07/1839.

distinguido por mortais golpes descarregados em nossas instituições. (...) Trememos pela liberdade a vista desses resultados, a que tem chegado a política da reação! Eles verificam os justos pressentimentos dos verdadeiros amigos do Brasil quando supunham que o triunfo da atual administração era precursor da volta do Antigo Regime. E na verdade dar tanto arbítrio ao poder constituiu-lo tão fortemente à custa dos despojos da sociedade, arrancar a esta as mais eficazes garantias, que tinha pra opor a seus abusos que outra coisa é senão reabilitar o tempo do silêncio, do regime da espada, das comissões militares?”<sup>347</sup>.

A interpretação do Ato Adicional era parte integrante do projeto regressista, como denunciavam os liberais mineiros e da Corte, articulando a resistência a nível imperial. Os periódicos liberais bradavam de várias partes do Império e ecoavam, também, em Minas Gerais. O *Popular* conseguiu sintetizar, numa sentença exclamativa, o sentimento liberal contra as reformas regressistas. A situação de tal frase beirava já a desesperança, em maio de 1840, quando a interpretação do Ato Adicional havia passado pela Assembleia Geral e se encontrava em discussão no Senado. Como denunciava o *Popular*, os artigos foram passando, sendo aprovados, e não haviam discussões por parte dos senadores e o ministério continuava “tranquilo” assistindo ao “assassínio da Constituição”. A batalha institucional que os liberais protagonizaram estava visivelmente perdida; somente restava ao *Popular* bradar a sentença: “Maldita vontade de voltarem para trás, maldito regresso!”<sup>348</sup>.

Voltamos aqui para a diferença de atitude do partido Liberal mineiro, com relação à sua oposição ao partido Regressista. Quando dissemos que a escalada regressista passou pela coerção, vide a conflituosa presidência de José Cesário de Miranda Ribeiro, os liberais reagiram com mais energia, acalorando o debate político para um iminente confronto declarado. Para os liberais, a coerção era inerente ao regime despótico que os regressistas sustentavam. Os liberais não recuaram no terreno dos debates, ao contrário, se lançaram na arena política, aceitando a proposição de guerra dos regressistas. Os rancores e revanchismo delineavam a trajetória do enfrentamento, os boatos, a difamação, a guerra de insinuações, a declaração de oposição e, principalmente, as escaramuças, que poderiam fugir das intenções provocativas e, logo, a perseguição e o terror, como denunciavam os liberais, tornaram-se combustível para a firme resistência dos liberais que, argumentamos nós, não deram nenhum passo atrás diante das investidas regressistas.

Ao contrário, a superação da atmosfera de instabilidade só ocorreu com o recuo do governo regressista ao substituir José Cesário de Miranda Ribeiro por Bernardo Jacinto da

<sup>347</sup> *Astro de Minas* de 11/09/1838.

<sup>348</sup> *O Popular* de 07/05/1840.

Veiga na Presidência da Província, este, reconhecido pelos liberais como de linha mais moderada e de atuação voltada para o consenso, distanciando-se da imagem do despotismo e da coerção, inerente a esse conceito, creditado ao partido do Regresso.

Hipoteticamente, a revolução armada de 1842 foi coerente com o discurso político dos liberais, mediante a afirmação da resistência e do enfrentamento a qualquer despotismo que atrelavam à marcha do partido Regressista. Justificavam a luta armada e explicitavam aos adversários que pegariam em armas para quebrar o avanço do despotismo. Os liberais fizeram isso no início de 1838 e acreditavam que deveriam fazer em qualquer conjuntura em que as instituições liberais fossem violadas por qualquer déspota, nos termos que já expusemos.

Por outro lado, se o avanço regressista acontecesse pelas vias do consenso, os liberais pouco poderiam fazer no sentido de manter as suas posições. Os liberais mineiros concordavam que as vias institucionais organizadas na ordem do sistema representativo como as eleições eram a expressão da opinião do Brasil. Desse modo, a vitória regressista, como a “interpretação do Ato Adicional”, era legitimada pela vitória nas eleições o que fazia dos regressistas os autênticos defensores das necessidades do país algo que os liberais seriam obrigados a reconhecer. Por isso, daremos voz ao periódico regressista *Unitário*, como um liberal forçosamente o faria, para descrever quais eram as necessidades prementes do país que eram identificadas pelas bandeiras regressistas, mediante a junção dos resultados das eleições com a legitimação da direção regressista:

“As eleições são o meio de se manifestar a opinião do país; e, servindo-nos deste raciocínio, temos a convicção de que a atual maioria [regressista] representa verdadeiramente o Brasil (...) uma maioria esclarecida, que compreende as necessidades do Brasil e cujos esforços tendem a habilitar o poder com medidas concernentes a conservação da ordem pública, a manutenção das nossas liberdades, a defesa da união das províncias e da integridade do Império, e seguridade do trono de nosso jovem monarca, o mais caro penhor da felicidade da pátria”<sup>349</sup>.

Em Minas Gerais, os liberais resistiram frente o governo de José Cesário, mas obtiveram uma fragorosa derrota nas eleições provinciais de 1838. Derrota esta que alcançava as dimensões de catástrofe para o partido Liberal, pois os colocavam diante do fracasso no seu próprio campo de luta, a formação do consenso, no caso, o debate e as eleições. Aos liberais cabiam reconhecer que o partido estava próximo da exclusão do jogo político com a árdua análise que haviam perdido o seu “crédito e conceito” na província: o *Universal* versava sobre

---

<sup>349</sup> *O Unitário* de 07/08/1838.

os deputados provinciais estarem, à época, “sem o apoio da maioria dos seus eleitores, apoio indispensável nos governos representativos para a boa marcha dos negócios dela”. Estavam “privados da confiança da maioria de seus concidadãos” e, entretanto, o regressismo passara de modo avassalador também por Minas Gerais, despertando um sentimento de resignação no partido Liberal. Sobre os motivos da derrocada do projeto liberal, trataremos a seguir unindo-nos aos regressistas para enfrentar a direção liberal que acontecia até o ascenso do Regresso ao governo imperial e que se fazia necessário continuar a combatê-lo<sup>350</sup>.

---

<sup>350</sup> *O Universal* de 02/01/1839.

## CAPÍTULO IV

Mesmo com a queda do regente Feijó, em setembro de 1837, os regressistas continuaram a dar significado aos termos do projeto liberal, buscando excluir esta opção para a construção do Brasil Imperial, pois tal projeto era visto como oposto ao caminho regressista que começava a ser trilhado na direção do Estado. Veremos agora, a versão regressista sobre o republicanismo, conceito negativado naquela conjuntura que atrelavam ao projeto liberal. Acompanharemos os regressistas em Minas Gerais no estabelecimento da significação que lançaram à cultura política do partido Liberal e, entretantes, quando lograram rotular as práticas políticas dos liberais com a conceituação do republicanismo, tornando tais termos identificáveis junto à sociedade mineira.

### **O Regresso em Minas Gerais: os regressistas contra o republicanismo liberal.**

A construção de uma nova hegemonia para a província mineira por parte dos regressistas, valeu-se de uma ofensiva no campo da formação do consenso, ou seja, durante o debate partidário na esfera pública. A queda de Feijó e, na província, os acontecimentos de 19 de dezembro já relatados, não forjaram repentinamente a primazia do partido do Regresso em Minas Gerais. Não foi com o 19 de dezembro que os regressistas venceriam os liberais mas com um amplo debate na imprensa para estabelecer o regressismo e uma vigorosa crítica ao projeto liberal e a denúncia das consequências que se poderiam alcançar com o seu progresso.

De fato, o *Unitário* pode dar “parabéns” aos mineiros no ano de 1838, pois a eleição para a próxima legislatura da Assembleia Provincial (1840-1841) havia promovido a “exclusão do Esquadrão de Agitadores” e ratificado as reeleições somente dos “monarquistas”. Tratava-se da derrota dos liberais no seu próprio campo de embate, as eleições, e na província que os liberais intitulavam de “Quartel General da oposição”. Para o *Unitário*, os “gladiadores da Assembleia foram dispensados” e “só algum desordeiro” sentiria a derrota liberal naquela eleição. O periódico regressista exclamava “vivam os mineiros!”, estes que “não querem mais sofrer agitadores” enquanto mandava um recado esclarecedor do que pensava sobre o partido Liberal: “Se querem ser liberais exaltados ou republicanos vão para Piratini!”<sup>351</sup>.

---

<sup>351</sup> *O Unitário* de 07/12/1838. Piratini foi a capital da república Rio-Grandense, no contexto da Revolução Farroupilha, em meados do Regresso. Sobre a Revolução Farroupilha ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985 e FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004.

Até mesmo os liberais tiveram que admitir que a derrota eleitoral aconteceu em decorrência da campanha antiliberal promovida pelos regressistas principalmente pela imprensa. Assim, o *Universal* creditou a derrota nas urnas às imputações feitas pelos regressistas que logrou atribuir “sentimentos diferentes dos atos liberais” na província ainda com a tentativa de refutar o rótulo de republicanismo aos liberais<sup>352</sup>.

Veremos, a partir de conceitos que circundaram a cultura política liberal da época, que a ação regressista apontava para um entendimento de amálgama entre certos princípios e que levaram a uma diversidade da sua interpretação, unindo estrategicamente a uma associação entre os termos propostos e que atendiam às necessidades de aplicação no contexto de debate político. Os regressistas representavam os liberais, apresentando-os para a opinião pública de modo que houvesse o reconhecimento dos termos negativados, como o de republicanismo.

Como já o dissemos, após a queda de Feijó, os liberais mineiros se entrincheiraram na Assembleia Provincial na tentativa de obstar o avanço regressista na província. Também por isso, e como parte integrante do projeto regressista, cabia combater os liberais e a instituição provincial, justificando a interpretação do Ato Adicional. Para o *Unitário*, “desenganemo-nos: o maior dos nossos males é poder cada Assembleia interpretar a seu bel-prazer o Ato Adicional, e revestir-se de todas as atribuições que julgar necessárias para chegar a seus fins bons ou maus”<sup>353</sup>. Obviamente, para os regressistas, os “fins” dos liberais eram os “maus”.

Na Assembleia Provincial de 1838-1839, algo constante foi o enfrentamento entre o legislativo, de maioria liberal, contra o executivo, na pessoa do Presidente da Província, regressista. O *Unitário* relatou as “armas” liberais contra o governo, tais como as “declarações e requerimentos extravagantes em menoscabo da presidência”, pois os liberais “não podiam resistir a tantas derrotas com a prudência e dignidade”. O periódico regressista reprovava as constantes atitudes dos liberais fora dos princípios da “razão”, como numa sessão em que “alguns despeitosos deputados converteram (...) o recinto dos legisladores em círculo de gladiadores e abriram os diques a todas as suas paixões rancorosas”. Eram os “excessos praticados por quem devia dar o exemplo de moderação”, por “tão vulcânicos elementos da Assembleia”. Tais procedimentos mostravam-se comuns àquela legislatura “fértil de exorbitâncias e progressos anárquicos!”<sup>354</sup>.

---

<sup>352</sup> *O Universal* de 08/02/1839 e 05/08/1839.

<sup>353</sup> *O Unitário* de 21/12/1839.

<sup>354</sup> *O Unitário* de 06/04/1839.

Retirando a moderação e a razão da trajetória liberal, os regressistas os caracterizavam de agitadores e exaltados, relacionados à anarquia. Na conjuntura do Regresso, resgatava-se as lembranças do extinto partido Exaltado, da Corte, para rotular negativamente aos liberais da província mineira. O *Parahybuna* dizia combater o “progresso mal entendido” em que “os homens dos extremos” tentavam substituir o “elemento monárquico” por uma “democracia turbulenta”, o “sistema da agitação”. Eram os “homens exaltados, abraçados com as massas a quem lisonjeiam e têm arrastado à movimentos revolucionários. (...) Fundam o seu sistema do intitulado progresso em censurar desapiadadamente, não poupando a calúnia, a todas as autoridades que não compartilham as suas ideias exageradas”<sup>355</sup>.

Somando-se a isso, a Assembleia Provincial se destacava por enfrentar outros poderes do Estado, como no projeto de número 48 que versava sobre a lei dos párocos e que causou intensos ataques dos regressistas contra os liberais daquela legislatura. Apresentemos o projeto na versão comentada do *Parahybuna*:

“[O projeto] que convertia em soldados de primeira linha os nossos vigários, sujeitando-os a estarem destacados nesta ou naquela freguesia, segundo a vontade dos Presidentes, a quem a célebre lei autorizava para os suspender e remover quando quisessem!!! De sorte que a jurisdição espiritual dos párocos, a faculdade de administrar os sacramentos, esse poder todo divino inerente à sublime dignidade de pastor, podia ser suprimido e revogado por um Presidente leigo!! Tal era a discórdia que vinha introduzir a famigerada lei dos párocos. Mas essa discórdia achou eco nos *religiosos* corações dos nossos garimpeiros. Monstros! Não somente apoiaram a lei já nula, como até [ilegível] contra a Assembleia Geral, contra o nosso Imperador, em cujo nome sancionou-se o ato anulatório, e querem à força que subsista a lei (...)”<sup>356</sup>.

Além da questão do choque entre a religiosidade e a laicização do Estado debatido nesta matéria, uma vez que os regressistas atacavam a tentativa liberal de sobrepôr o “poder temporal” ao “poder espiritual”, algo tornaria mais intenso o embate dos partidos. No bojo do contexto de experimentação das atribuições daquela incipiente instituição provincial, a insistência dos liberais em sustentar o projeto foi visto pelos regressistas como um “atrevimento” ou, mais ainda, uma “rebelião” dos provincianos contra a Assembleia Geral e, mesmo, contra o nome do Imperador<sup>357</sup>. O projeto nº 48 havia sido aprovado na província mas considerado nulo pela Assembleia Geral e em seguida, os liberais mineiros voltaram a deliberar sobre o projeto para questionarem tal anulação e sustentarem a validade do projeto.

<sup>355</sup> *O Parahybuna* de 19/11/1839.

<sup>356</sup> *O Parahybuna* de 30/03/1838.

<sup>357</sup> *O Parahybuna* de 30/03/1838.

Ao questionarem a anulação, os liberais “colocaram-se no Trono da Anarquia e exigiram do governo do Brasil a razão e os fundamentos que teve para anular uma lei provincial!!”. Isso teria sido uma das causas da exclusão dos liberais nas eleições provinciais de 1838, ou seja, “a relutância que teve com os poderes supremos do Estado”. Sabemos que a questão chegou à Corte e em artigo do periódico *Sete de Abril* republicado no *Parahybuna*, desvelava-se que a “Assembleia de Minas pretende iludir os seus constituintes, semear a discórdia entre a província e o governo central, suscitar miserável provincialismo e talvez por fim acarretar um rompimento cujos resultados, em todo caso, serão funestíssimos para a província e para o Império”<sup>358</sup>.

Pelo lado liberal, o *Universal* lamentava que a lei dos párocos “pode ser apresentada aos eleitores como um ato de resistência” e o *Guarda Nacional Mineiro* atestava que a questão havia se tornado “um tão forte cavalo de batalha” que os regressistas “tem procurado denegrir a reputação da Assembleia Provincial mineira”<sup>359</sup>. Os liberais reconheceram o alcance das acusações regressistas e os estragos que fizeram ao partido junto a opinião pública mineira, medida no resultado das eleições provinciais de 1838.

O *Correio de Minas*, em artigo transcrito no *Parahybuna*, atentava para a “conduta de deputados que, depois de baixezas petulantes” haviam convertido a Assembleia Provincial “em Geral, tratando de política em vez dos interesses da província” e iam “trabalhando para desacreditar o governo geral”. Para o *Correio*, “é de certo um contraste de importância e digno de memória” enquanto elucidava suas suspeitas de modo denunciativo: “a Assembleia Provincial parece constituída em estado independente, segundo o seu sistema; e quem sabe o que isto é? Fatos há que combinados dão matéria para suspeitar”<sup>360</sup>.

No bojo da ofensiva contra os liberais instalados na Assembleia Provincial, o *Unitário* propôs a discussão da instalação de uma segunda câmara legislativa em Minas Gerais. Seria o “Senado Provincial” ou a “Câmara Alta” para modificar o sistema da “onipotência de uma só câmara”. O argumento era a experiência de câmaras como a mineira “caprichosa, violenta, sistemática, antipatriótica” e de “exorbitações” de “quase todas as Assembleias”. Além disso, com “defeitos nas eleições” era possível que uma “facção” daria uma “Assembleia tumultuária, demagógica e anárquica” e que cometesse “desatinos” já que “não é nova entre nós a ideia de separação da Província segundo se depreende da leitura mesmo de alguns

<sup>358</sup> *O Parahybuna* de 10/04/1838, *O Unitário* de 06/04/1839 e *O Parahybuna* de 18/05/1838.

<sup>359</sup> *O Universal* de 16/09/1839 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 31/03/1839.

<sup>360</sup> *O Parahybuna* de 22/05/1838.

periódicos da oposição [liberal]: em 1831 e 34 boatos correram de que planos existiam para esse fim”. Com a proposta, a província teria o “corretivo de uma segunda câmara” com “membros mais antigos” que se colocariam como “um elemento de ordem contra os embates da fogosa mocidade”. O Senado Provincial serviria “como de poder moderador contra os excessos da câmara bienal”. O *Parahybuna* também defendeu a instalação da segunda câmara mas para depois da interpretação do Ato Adicional<sup>361</sup>.

Os regressistas, além de combater o partido Liberal nas instituições do Estado, precisavam fazê-lo também na esfera pública, ou seja, na sua capacidade de articulação e difusão na sociedade. O *Parahybuna*, a título de “revelação importante” noticiou a instalação de uma sociedade secreta em São João Del Rei, denunciando que os liberais se mobilizavam nesse espaço de sociabilidade para adiantar “o seu louco progressismo”. O periódico lembrava de exemplos de repúblicas, dos movimentos contemporâneos nas outras províncias, negativos e que alertavam aos mineiros contra os liberais como Piratini que “tem sido um sonho vão” e a “independência da Bahia” que “só tem servido para ensanguentar o seu florescente solo”. Com isso, o periódico procurava “prevenir qualquer surpresa”, quando atrelava o ensaio mineiro com as experiências das revoltas do Rio Grande do Sul e da Bahia. Vejamos o estágio embrionário em que se encontrava o plano da “República de Feijão com Toucinho”

“Sim mineiros! Acha-se instalada em São João Del Rei uma sociedade secreta denominada a – Gruta – cujo fim principal é fazer a independência da província. Esta sociedade (dizem os bigorilhas para fazê-la mais prestigiosa) traz a sua origem do – Tiradentes – é modelada segundo os seus planos, e adaptadas as atuais circunstâncias do Brasil. Os seus fundadores são Marinho combinado com Manoel Ignácio e Limpo de Abreu; pretendem primeiramente disseminá-la na província, adquirir adeptos, e quando se julgarem fortes proclamar a independência”<sup>362</sup>.

No mesmo artigo, o *Parahybuna* relatava que a ideia da república mineira difundia-se por especulações lançadas pelo “conciliábulo”: “consócios da Gruta, ou antes espelunca infernal, falam publicamente em São João Del Rei que é melhor para Minas despedir-se da – União – e rasgar a integridade do Império; que não há nada a temer enquanto tiverem feijão com toucinho (...)”. Ou seja, a república mineira seria sustentada pelas suas ditas principais atividades econômicas: feijão e toucinho. O *Parahybuna* explicitava o repúdio ao plano

<sup>361</sup> *O Unitário* de 12/10/1839 e *O Parahybuna* de 17/12/1839.

<sup>362</sup> *O Parahybuna* de 17/04/1838. Artigo republicado no *Unitário* de 29/06/1838.

liberal, voltando-se para a opinião pública: “Vede, mineiros, se este grotesco plano não é a mais completa loucura! República de feijão com toucinho!”<sup>363</sup>.

A grande preocupação regressista residia na disseminação que a ideia de república poderia alcançar na sociedade mineira. Os exemplos das outras províncias e os fundadores liberais do projeto já existiam. Mais adiante, veremos o papel atribuído aos nomes citados e relacionados com a “Gruta”. Outro grave argumento aumentava o temor da república em Minas Gerais, como a historicidade própria da província, conformada na rememoração da “origem” num reconhecido símbolo: “Tiradentes”. Especulava-se a concretização do projeto com a ampliação de adeptos da república, amparados historicamente na figura heroica do mártir; numa correspondência ao *Parahybuna*, um alcunhado “O Tio Mendes” suspeitava da ramificação da “Gruta” na sua localidade:

“Sr. redator, já disse que não ousou asseverar a existência de tal sociedade [A Gruta], mas fui testemunha presente (...) o dizer um sr. eleitor que não desistia de seus princípios nem a ferro, pois que tinha a glória de legar aos seus descendentes e vindouros o heroico sangue de um Tiradentes, e desses desgraçados mártires da Bahia, e de outros semelhantes heróis!!”<sup>364</sup>.

Os liberais negaram a existência da Gruta, versando sobre o artifício regressista para vencerem as eleições provinciais de 1838. Para nós, interessa menos atestar a veracidade das acusações do que a construção da representatividade do partido Liberal, nos pressupostos regressistas, negativando termos daquele projeto e apresentando para a sociedade provincial mineira. Entrementes, defendemos que a caracterização regressista sobre o partido Liberal devia fazer sentido aos interlocutores. Se houvesse grande distanciamento dos rótulos com o produto provavelmente os regressistas não lograriam, em certa medida, a identificação do caricaturado projeto republicano com o partido Liberal principalmente junto da opinião pública mineira. Para isso, vejamos mais adiante que os regressistas montaram uma nuançada e pormenorizada imagem dos liberais, atribuindo epítetos aos nomes que melhor poderiam recebê-los.

Como já o dissemos, os regressistas se preparavam para a possibilidade de difusão do projeto liberal. Enfrentaram a disseminação das suas ideias e, entrementes, procuraram evitar que os liberais conseguissem novos adeptos. Tinham o exemplo da evolução das revoltas nas

---

<sup>363</sup> *O Parahybuna* de 17/04/1838.

<sup>364</sup> *O Parahybuna* de 01/06/1838.

outras províncias e refletiam sobre o estágio da conjuntura mineira, ou seja, se havia a possibilidade de um movimento armado por parte dos liberais.

Para exemplificar o imaginário que geralmente se fazia sobre as revoltas, o liberal *Universal*, ao noticiar a tomada da Vila de Lages (Santa Catarina) por parte dos “rebeldes” da república Rio-Grandense, admitia que “eles acham algumas simpatias a seu favor”. Na revolta do Maranhão (Balaiada), ao contrário, dizia que não havia “fim político conhecido” e, por isso, “tais malfeitores não costumam de ordinário encontrar simpatias; antes a população os repele, e toda se reúne para destruí-los completamente”. No Maranhão, as notícias do aprofundamento da revolta se daria concomitantemente com a revelação de “fins políticos”<sup>365</sup>. Sem entrar no mérito das causas dos diversos revoltosos serem ou não “simpáticas”, é interessante notar o termômetro usado para medir a profundidade das revoltas, algo que provavelmente influenciou a estratégia de enfrentamento partidário em Minas Gerais.

Para combater a difusão do projeto liberal e o estabelecimento de simpatias na sociedade mineira, os regressistas atacavam primordialmente a imprensa liberal, em debate declarado na esfera pública. Os regressistas percebiam a relação da imprensa com as revoltas e, entretanto, buscavam a distensão da vanguarda liberal periodiqueira do grosso da sociedade mineira. O *Unitário* atribuiu “a conservação da tranquilidade pública” somente à “boa índole dos mineiros e ao seu amor à ordem”, pois “não faltaram incendiários que os convidasse à revolta por pasquins e até mesmo pelas folhas públicas e pelos discursos da tribuna [provincial]”<sup>366</sup>.

Entendendo a gravidade da conjuntura Regencial e marcando os parâmetros do debate na imprensa, o *Unitário* diria que “os agitadores tem levado o Brasil a tal ponto que a maior felicidade a que podemos aspirar é vivermos em paz”. O periódico elogiou a população mineira dizendo que “de 1822 pra cá os mineiros tem adquirido muita ilustração para que possam ser mais uma vez vítimas do gênio intrigante, atrabiliário, e eminentemente anárquico de quem quer que o tenha, por mais astuto, maquiavélico e hipócrita que seja”. Além disso, o periódico lembrava da importância de evitar a difusão das simpatias ao partido Liberal, quando este gestava um movimento armado, tal como noutras províncias. Minas Gerais deveria se manter precavida: “se o Rio Grande, Bahia, Pará e Maranhão estivessem premunidos e acautelados contra os liberais republicanos, não teriam sido arrasadas e incendiadas pela feroz cáfila de bandidos que as devastaram e ainda devastam”. Entretanto,

<sup>365</sup> *O Universal* de 14/05/1838 e 20/06/1839.

<sup>366</sup> *O Unitário* de 12/10/1839.

os regressistas clareavam suas suspeitas contra os liberais: “Alerta pois, ó mineiros, não vos deixeis iludir e surpreender pelos inimigos da monarquia constitucional”<sup>367</sup>.

A outra face da imprensa, na sua relação próxima com as eleições, o *Unitário* também deixava seu recado aos eleitores: “que não se iludam com promessas lisonjeiras” pois os liberais eram “trancas que impedem o nosso caminho para a felicidade”; felicidade definida na aspiração da paz, como já o dissemos. Com a exclusão da maioria liberal da legislatura provincial (1840-1841) nas eleições de 1838, o *Unitário* afirmava a “muita justiça” feita a “tais botafogos” e indagava a Teófilo Otoni: “não é o povo soberano? Não é nas eleições que ele exerce de fato e de direito a sua soberania?”. A escolha do interlocutor para esses questionamentos não foi aleatória, atribuindo a difusão desse ideal de soberania a Otoni<sup>368</sup>. Tratando de imprensa e eleições, os regressistas continuavam a combater o partido Liberal em Minas nos seus diversos campos de atuação e, ainda, buscando restringir a dimensão revoltosa contida no espectro da imprensa.

Diretamente, o *Unitário* explicitou a distância que havia entre os mineiros e a direção liberal, mandando um claro recado ao partido oposto:

“Para que não fique ainda alguma esperança nós lhe advertimos uma vez por todas, que o espírito dos mineiros é excelente; e que qualquer tentativa que fizerem para plantarem em nossa pátria a rapina, o incêndio, a anarquia e o republicanismo enfim, muito e muito caro custará aos autores de tais desordens”<sup>369</sup>.

Além de buscar aprofundar o distanciamento dos liberais com a sociedade mineira, os regressistas também trabalhavam com a distinção dos papéis atribuídos aos membros do partido Liberal. Apresentavam ao público as rotulações que melhor poderiam servir aos atores, ou seja, a imagem produzida na imprensa deveria encontrar reconhecimento por parte do público e disso decorria a persistência e a validação do uso de certos rótulos. Assim como os liberais o fizeram por seu lado, os regressistas explicitavam a composição partidária dos liberais, afim de se fazer perceber também a marcha que o partido Liberal intentava imprimir a partir dos seus princípios. Delineavam mais detalhadamente os contornos do partido Liberal.

Desse modo, o *Unitário* relatava que no grupo de “dissidentes com o título de opositoristas [liberais]” deveria ser salientado e, mesmo justificado, que “daí mesmo se deve extremar a parte de iludidos, ou de homens de boa fé, que faz coro com a mais pequena fração

---

<sup>367</sup> *O Unitário* de 17/11/1839.

<sup>368</sup> *O Unitário* de 28/07/1838 e 11/04/1839.

<sup>369</sup> *O Unitário* de 12/04/1840.

de revolucionários demagogos”. Tratava-se de distinguir detalhadamente os papéis representados pelas figuras liberais, algo que, por extensão, seria a composição partidária do partido Liberal. O *Unitário*, aproveitando-se da epígrafe do seu oponente *Guarda Nacional*, indagava: “Quem são hoje os heróis que se ostentam defensores das liberdades e verdadeiramente livres? Quem são hoje esses poucos, mas livres, mas ousados?”<sup>370</sup> Veremos agora quais personagens cumpriam certos papéis, segundo a configuração montada pelos regressistas nas páginas da sua imprensa.

A “pequena fração de revolucionários demagogos” atuava, em Minas Gerais, na “tribuna [provincial] e no jornalismo”. O *Unitário* ratificava que a oposição da Assembleia Provincial mineira, destacando-se José Antônio Marinho, havia sido “acintosa, sistemática, tumultuária e anárquica” sendo “coisa de que ninguém hoje duvida”. O periódico destacava, no jornalismo, o *Guarda Nacional Mineiro* como sendo o propagador do “jacobinismo dos desordeiros”, com a redação atrelada à Teófilo Otoni<sup>371</sup>. Os regressistas construíam a imagem de que José Antônio Marinho e Teófilo Otoni se colocavam à testa do partido Liberal e, por extensão, os “revolucionários demagogos” lideravam os “iludidos ou de homens de boa fé”, ou ainda, que os exaltados direcionavam os mais moderados dentro do partido Liberal.

Numa sessão “tumultuada” da Assembleia Provincial, o *Unitário* emprestava significantes atribuições a membros do partido Liberal: “em verdade, o que tínhamos nós a esperar de uma Assembleia, cujo Presidente era Manoel Ignácio [de Melo e Souza], cujo regimento era meu sobrinho [José Pedro Dias de Carvalho], e cujos ditadores eram [José Antônio] Marinho e [Teófilo] Otoni?”. A intenção do periódico era demonstrar a diferença entre exaltados e moderados no interior do partido Liberal e apresentar ao público mineiro que a Assembleia “que por fatalidade se achou, sem talvez o desejar, dominada, influída e dirigida pelas escaldadas cabeças otonicas e marinháticas”. As “cabeças” do partido Liberal eram os “vulcânicos elementos da Assembleia” e que dirigiam o partido Liberal, ao passo em que a Assembleia se tornava um corpo dominado e dirigido<sup>372</sup>.

Em outro artigo, denominado “os Otonis e Marinhos”, o *Unitário* relatava a influência da direção liberal, de poucos nomes, sobre os demais componentes do partido, ainda buscando a distinção dos diferentes elementos daquele partido: “os Srs. Pedro de Alcântara, Queiroga e Stokler se sujeitam a ser dirigidos pelos Srs. Marinho, Otoni e José Pedro [Dias de Carvalho],

<sup>370</sup> *O Unitário* de 14/09/1839 e 12/04/1840.

<sup>371</sup> *O Unitário* de 14/12/1838.

<sup>372</sup> *O Unitário* de 06/04/1839.

por que parece, que estes moços, são os primeiros homens da província no conceito daqueles três doutores”<sup>373</sup>. Tais doutores deviam formar a ala mais moderada do partido Liberal, compondo o grupo dos “iludidos ou de homens de boa fé”. Notamos ainda que o periódico regressista buscou questionar a validade dos dirigentes liberais frente os “doutores”, figuras formadas em direito e, generalizando a classe, aparentemente dividida e objeto de disputa de ambos os partidos.

Mais adiante, veremos o papel atribuído ao José Pedro Dias de Carvalho, redator do *Universal* e um dos líderes do partido Liberal. Antes, continuamos a perceber a construção regressista sobre a outra parcela da direção liberal na província. Marinho era o “agitador de São João Del Rei”, enquanto Otoni era um “bobo” pois “o tempo de agitar já acabou”<sup>374</sup>.

O *Unitário*, simulou uma correspondência entre José Antônio Marinho e Teófilo Otoni, iniciando tal carta com “o progresso não é uma ilusão” e, em nota, o redator comparava tal saudação com uma atribuída aos republicanos do Rio Grande do Sul: “os federalistas republicanos do Sul não se correspondem por escrito sem o seu – Viva a federação – os nossos republicanos por imitação usam de – o progresso não é uma ilusão”<sup>375</sup>. Com isso, o periódico relacionava tais liberais mineiros com os liberais daquela província em revolta, atribuindo-os os mesmos princípios de federação e república. Esses princípios somente caberiam a José Antônio Marinho e Teófilo Otoni pois, defendemos, deveriam haver um certo reconhecimento do público mineiro com a imagem construída dos referidos personagens.

O *Unitário*, em 1840, comparou a nova Assembleia (1840-1841) de maioria regressista com a Assembleia Provincial de 1838-1839 em que preponderava o partido Liberal, versando sobre o comportamento moderado dos regressistas com “dignidade, respeito e decoro”. Seria o contrário da legislação decaída sob a influência de Otoni e Marinho na qual “as declamações a favor do nivelamento das classes e fortunas, os brados de liberdade definida segundo os princípios de Marat e Robespierre e que são muito do peito dos Otonis e Marinhos” eram recorrentes por parte do “pugilo de republicanos que ainda conservam esperanças nos Bentos Gonçalves [do Rio Grande do Sul] e Raimundo Gomes [do Maranhão] sem pensarem, coitados!”<sup>376</sup>.

---

<sup>373</sup> *O Unitário* de 15/02/1839.

<sup>374</sup> *O Unitário* de 01/11/1838 e 05/01/1839.

<sup>375</sup> *O Unitário* de 14/12/1838.

<sup>376</sup> *O Unitário* número 75 (sem data – provavelmente de março de 1840).

Os nomes de jacobinos da Revolução Francesa trazidos ao debate político na regência, como exemplos concretizados dos princípios liberais, acompanhavam a construção da representação de Marinho e Otoni, estes como membros da parcela exaltada e dirigentes do partido Liberal, conforme os regressistas os acusavam. A atuação destes liberais era oposta ao comportamento da Assembleia regressista (1840-1841) com modos mais moderados. Mas a acusação regressista de liberdade jacobina ou de “nivelamento das classes” não podia fazer sentido a qualquer membro do partido Liberal. Somente acusações a atores como Marinho e Otoni ganhavam ressonância na sociedade mineira, através da repetição dos termos e mesmo da construção da representação próxima à trajetória dos citados liberais. Os republicanos de Minas Gerais também eram relacionados com lideranças de revoltas nas outras províncias, atrelando o projeto republicano com tais movimentos armados, negativando-o.

José Antônio Marinho, por meio do seu *Americano*, reclamava do procedimento dos regressistas lançando “epítetos” aos liberais da Assembleia Provincial para excluí-los naquelas eleições de 1838, com os meios utilizados “panfletos, pasquins, comédias” em que a Assembleia Provincial era objeto central. A referida comédia se tratava da “célebre composição intitulada – o Club dos Anarquistas – em que se excedeu a tudo quanto o desaforo, o mais desenfreado pode imaginar”. Foi uma artimanha inteligente montada por Justiniano da Cunha Pereira, redator do *Parahybuna*, para apresentar um caricaturamento ridicularizante dos membros daquela legislatura para estigmatizar a função de nomes liberais dentro do partido. Uma estudiosa montou os pormenores da dita comédia, identificando os personagens e a respectiva função dentro do “Club”, a encenação da Assembleia<sup>377</sup>.

Na tribuna, José Antônio Marinho também taxou de “calúnias” por motivo de eleições, a “sociedade em São João [Gruta], cujo fim era promover a insurreição da província”. Ao se defender, Marinho acrescentou ainda as acusações de “haitianismo” e de “promover a alforria dos escravos”, negando-as<sup>378</sup>.

Noutra discussão na Assembleia Provincial, entre um regressista (Sr. Miranda) e José Antônio Marinho, vimos que a ideia de separação da província aparecia no horizonte limítrofe e constitucional do órgão provincial. O deputado Miranda, para mostrar a necessidade do Presidente de Província ter o poder constitucional de obstar leis da Assembleia, versava sobre

---

<sup>377</sup> *O Americano* de 30/01/1840. Ver RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte, UFMG, tese de doutorado, 2008. Págs. 239-258.

<sup>378</sup> *O Universal* de 12/03/1839.

uma suposta lei que poderia ser decretada pela casa legislativa “em seu delírio”: “Fica a província separada da comunhão do Império”. Tratava-se de um exemplo que alcançava o limite daquela incipiente instituição num momento de fundamentar pela experiência as atribuições, tatear as delimitações institucionais e a sua relação com os outros poderes instituídos. Sabemos que esse exemplo, em extremo, não fora levantado somente nesta ocasião para delimitar e, mesmo, cercar a Assembleia Provincial, mostrando a força referencial de tal exemplo, contido no espaço possível das províncias<sup>379</sup>.

Mais interessante ainda, fora a resposta de José Antônio Marinho: “dá parabéns ao ilustre deputado, porque apresentou um exemplo, que dá ideias de que está mais progressista, do que os membros da maioria da casa [liberais], quando julga conveniente a separação da província”. Apesar da aparente ironia contida na felicitação de Marinho, isso nos mostra, em primeiro lugar, a referência da possibilidade de separação da província ou como diria Marinho, tal ideia não deveria ser refutada “por ser contrária à constituição”, mas por “ofender os interesses gerais da nação”<sup>380</sup>. Em certo sentido, poderíamos supor que em tal desenho, a província somente se mantinha unida às outras pelo interesse maior da nação. Mas, reparem, Marinho esquivava-se de colocar os fatos como interesse da província mas, sim, da nação. Os dois interesses, da província e da nação, poderiam congraçar-se naquelas circunstâncias, mas não aparecem fundidas num mesmo sujeito.

Em segundo lugar, Marinho coloca a separação da província no horizonte de expectativa do progressismo e mais, o seu oponente regressista citou uma proposta que ultrapassava os próprios liberais em tal nível da evolução progressista. Notemos que a referência usada por Marinho para a separação das províncias é o alinhamento com a noção de progresso, o que é significativo. Obviamente, os regressistas usariam desse imaginário de possibilidades contra Marinho, estendendo as críticas ao seu periódico, o *Astro de Minas* e ao partido Liberal, mostrando a negatividade dessas propostas e aproveitando também para dar significado às acusações e rotulações que mormente faziam a Marinho, forjando a opinião pública contra os liberais pela imprensa.

---

<sup>379</sup> *O Universal* de 20/07/1838. Em 1850, encontramos um deputado conservador, Paula Santos, usando desse exemplo, o decreto da “província separada da comunhão brasileira”, para justificar a ingerência da Assembleia Provincial em legislar sobre matérias além de suas atribuições. Ver VENÂNCIO, Anderson Luis. A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais (1844-1853). Franca, UNESP, dissertação de mestrado, 2005. Pág. 119.

<sup>380</sup> *O Universal* de 23/07/1838.

Os regressistas lançavam os epítetos de jacobinismo e republicanismo mais declaradamente a Teófilo Otoni. Para o *Parahybuna*, Otoni seria o “Saint-Just de Minas”, um personagem jacobino da Revolução Francesa. Conhecemos outros trabalhos que atentaram para a referenciação de Otoni como Saint-Just, relacionando a conjuntura do Regresso com a da Revolução Francesa<sup>381</sup>. No trabalho de Edna Maria Resende, o termo Saint-Just aparece como um “achincalhamento” dado por Justiniano (redator do *Parahybuna*) de gravidade semelhante ao de “pelintra” e “burro”<sup>382</sup>. Sabemos que não era novidade o uso dos insultos nos periódicos<sup>383</sup> e concordamos com a negatividade da produção da imagem de Otoni se relacionada com a Revolução Francesa, podendo equipará-lo aquelas outras ofensas, mas, entretentes, acrescentamos a relevância da ausência da titulação de Saint-Just a outros nomes do partido Liberal. Ou seja, o termo “pelintra” e “burro” era distribuído aos diversos oponentes mas a rotulação de um personagem da Revolução Francesa fora escolhida propositalmente a Otoni, o liberal que melhor poderia justificar tal epíteto.

O *Unitário* trouxe debates ocorridos no pós *7 de Abril* para a conjuntura do Regresso, quando rememorava que Otoni era “o redator do republicano *Sentinela*, e discípulo da *Sentinela* do Barata”<sup>384</sup>. Sabemos das diferenças entre a república de Otoni, um republicanismo puro, e as práticas políticas dos exaltados da Corte, os agitadores, incluindo Cipriano Barata e a sua série de periódicos *Sentinelas*. Interessa-nos que as opiniões de Otoni no seu *Sentinela do Serro* e, mesmo, as “veleidades republicanas” contidas no horizonte dos moderados de outrora, era reinterpretado negativamente no contexto do Regresso e abarcado no decaído projeto exaltado<sup>385</sup>.

As opiniões de Otoni que “ainda talvez pudesse ter entrada em algum dos clubs jacobínicos” eram indícios que culminaram em movimentos armados em províncias como o Rio Grande do Sul, Pará e Bahia, algo que o *Unitário* alertava aos seus leitores. Vejamos as opiniões contidas em trechos do *Sentinela* que o *Unitário* transcreveu, algo que pela

<sup>381</sup> *O Parahybuna* de 06/04/1838. AMARAL, Alex Lombello. O Astro de Minas contra a correnteza. São João Del Rei, UFSJ, monografia de especialização, 2003. Pág. 32.

<sup>382</sup> RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte, UFMG, tese de doutorado, 2008. Pág. 249.

<sup>383</sup> Ver, por exemplo, LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>384</sup> *O Unitário* de 05/09/1838.

<sup>385</sup> *O Unitário* de 05/09/1838. SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009. Pág. 266. Sobre Cipriano Barata como redator do seu *Sentinela da Liberdade* ver MOREL, Marco. Cipriano Barata na *Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia e Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

divulgação já deveria depor contra Otoni: “não precisamos novas revoluções [outro 7 de Abril]; tudo se pode fazer por intermédio dos nossos representantes: e nem é preciso fazer tudo de um golpe; ainda temos 12 anos de minoridade: (...) arranjaríamos o resto”. Noutro trecho, o *Unitário* transcreveu a opinião de Otoni, sobre uma petição da sua *Sociedade Promotora do Bem Público* para a câmara de Ouro Preto, para “deitar o Senado por terra” caso esse não “anuís as reformas” propostas na Assembleia Geral: “se a moderação está pronta a capitular com os marqueses do Senado, o resultado (...) será retalhar-se bem depressa o Brasil todo”<sup>386</sup>.

O *Unitário* também transcreveu uma correspondência do mesmo *Sentinela* de Otoni, de “Um que escondeu a fita” versando sobre os “costumes antigos” que andavam “detestadas pela opinião pública”, os “títulos e honras” como as nomeações de “marquês” ou “conde”. A opinião de Otoni sobre a correspondência das “fitas e os títulos” que estavam “por nós esquecidas e entregues ao seu merecido desprezo” era de que o “governo golpeasse os restos da aristocracia criada pelo Mantiqueira”<sup>387</sup>. Sabemos que, não somente a distribuição de honrarias, mas o restabelecimento do simbólico monárquico do *beija-mão*, foram objeto de ataque dos liberais contra os regressistas, conforme dissemos noutro capítulo.

Imaginamos que revolver ao *Sentinela* mostrava-se um forte argumento de difusão frente a opinião pública da província, para acusar a Otoni de republicanismo, haja vista que o *Correio de Minas*, também reproduziu matérias do *Sentinela*, agora alertando aos eleitores em 1840 contra o liberal. Além disso, reforça-se a negatividade contida na noção de república, usado para denegrir Otoni no período eleitoral. Em artigo do *Correio* e transcrito no *Unitário*, temos trechos do *Sentinela do Serro*, “nº 43 do ano de 1831” em que Otoni opinava que “se deve lentamente republicanizar a constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em Assembleias Provinciais os Conselhos de Província, abolindo a vitaliciedade do Senado, e isto desde já” para “atenuar” o “sempre funesto elemento monárquico”<sup>388</sup>.

No mesmo artigo do periódico regressista, o “número 17” do “ano de 1832”, vimos reproduzido o trecho atribuído ao *Sentinela* que questionava D. Pedro 2º como imperador do Brasil, pois era a regência quem governava. Por isso, D. Pedro 2º “virá a ser [imperador], terminada a minoridade, se a nação antes disso não reformar a constituição, e extirpar dela o

---

<sup>386</sup> *O Unitário* de 05/09/1838.

<sup>387</sup> *O Unitário* de 05/09/1838.

<sup>388</sup> *O Unitário* de 10/07/1840.

elemento europeu, o que nos parece indispensável, e muito conforme aos votos da opinião pública, bem pronunciada de todos os ângulos do Império”. Defendemos que a imagem difundida de republicano acompanhou a trajetória política de Otoni no contexto do Regresso, não adiantando quando Otoni “hoje parece que fez transação de seus princípios” afirmando ser “monarquista”. Em acordo com os regressistas, este “embuça-se numa capa tão diáfana que todo mundo lhe conhece a incongruência do vestido”. As suspeitas eram condensadas num ditado da época resgatado pelo periódico: “de mouro nunca se espere bom cristão”<sup>389</sup>.

O *Unitário* tornava cotidiano o ataque a Otoni, como numa nota alusiva à comédia “Club de Anarquistas”, em que Otoni não estava satisfeito com o local das reuniões “por esbarrar com o pelourinho que não é espetáculo próprio para um republicano”. O *Unitário* usava da noção de liberdade contida no ideário republicano contra o liberal, acusando-o de antiescravista. O *Unitário* relacionava a república, impossível nas condições mineiras, com as outras revoltas provinciais e, para o periódico regressista, Otoni atuava em Minas Gerais como “Ajudante de Ordens de Bento Gonçalves”. Outro redator do *Guarda Nacional*, Luiz Fortunato, também colaborava com a revolta no Rio Grande do Sul, mandando artigos para o “Eco de Piratini”<sup>390</sup>.

O ataque regressista se estendia ao periódico *Guarda Nacional*, relacionando-o com as revoltas em sentido republicano do Rio Grande do Sul e da Bahia, pois viam o potencial de difusão daquelas ideias pela folha, assim como noutros pontos do Império “que se tem rebelado, insuflado pelos Sabinos e escribas do *Guarda*”. Os regressistas clareavam a formação do “gruposinho de rusguentos” do *Guarda*, o “clarim dos anarquistas”, inculcando a noção da incompatibilidade dos ideais liberais com Minas Gerais, como o *Unitário* declarou: “no Brasil ainda semelhante gente quer fazer figura, e porque o progresso da civilização não permite que a façam, ei-los rusguentos e desaforados!”<sup>391</sup>.

Antônio Paulino Limpo de Abreu também tinha uma ação destacada dentre os liberais. Entrementes, mantinha-se na Corte, colaborando com os liberais mineiros através da ligação entre os assuntos nacionais e provinciais pela imprensa. Limpo de Abreu era acusado de se colocar “à testa da redação do *Parlamentar*” para alimentar “seus desorientados satélites”, como o *Universal* que, em 1838, republicou inúmeros artigos daquela folha. Para o *Unitário*, o *Parlamentar* era “um verdadeiro órgão da anarquia”. Lembramos ainda que Limpo de

<sup>389</sup> O *Unitário* de 10/07/1840.

<sup>390</sup> O *Unitário* de 27/02/1839, 24/08/1839 e 13/10/1838.

<sup>391</sup> O *Unitário* de 10/07/1838 e 05/03/1839.

Abreu sustentou o *Popular* de São José Del Rei, atual Tiradentes. Em versos, o *Parahybuna*, em transcrição no *Unitário*, se referiu a Limpo de Abreu como “agitador” e “ufanista”, ou seja, um “jacobita” com a intenção de “romper doce união dos brasileiros”. Apesar de influente líder do partido, Limpo de Abreu sustentava seus debates a partir da Corte e, por isso, foi poupado da acusação de direcionar o partido Liberal de Minas Gerais<sup>392</sup>.

O papel atribuído pelos regressistas a Manoel Ignácio de Melo e Souza é bem significativo. Compondo a fração moderada dentro do partido Liberal, não lhe cabia o epíteto de republicano, porém a parte dos “iludidos ou de homens de boa fé”. Supomos pela omissão que houve a fomentação da unidade entre a monarquia e o projeto das elites mineiras, representado na figura de Melo e Souza, um rico proprietário e adepto do escravismo, como zombava o *Unitário*: Melo e Souza morava na casa “dos antigos ouvidores” porque estava “defronte o pelourinho que lhe recorda os momentos de prazer que ele saboreara quando ouvidor de São João e da janela assistia açoites”. A relação de Melo e Souza com o “pelourinho” foi montada em oposição a de Otoni assim como se mostrava incompatível a escravidão e a república e, por isso, não cabia aos proprietários a defesa daquele ideal<sup>393</sup>.

Mais ainda, a construção regressista da incompatibilidade entre a república e as elites mineiras, na figura de Melo e Souza, acompanhava a visão de manipulação a que as elites poderiam se sujeitar se concordassem com a direção exaltada de Otoni e Marinho estabelecida no partido Liberal. Sobre a participação de Melo e Souza na Assembleia, o *Parahybuna* aceitava “os disparates de um Marinho” e “outros quejandos anarquistas” mas, de outro modo, “o que nos espanta, o que nos maravilha é o servilismo do Sr. Manoel Ignácio, Presidente da Assembleia” frente as opiniões dos deputados exaltados dominantes. Melo e Souza, assim como qualquer outro “rico proprietário” iludido, não passava de um “bobo”<sup>394</sup>.

Os regressistas criticaram a manutenção de Melo e Souza como o líder do partido Liberal em Minas Gerais. Tratava-se de esconder as verdadeiras intenções dos exaltados que se colocavam atrás da figura do rico proprietário. Ironicamente, o *Unitário* imitava o argumento dos liberais: “Manoel Ignácio é rico e não pode promover a desordem”; a continuação revela o intento da ala exaltada em escudarem-se nos moderados: “E como ele é o nosso chefe; não podia ser chefe de desordeiros”. Mesmo defendendo que “ricos” também

<sup>392</sup> *O Unitário* de 01/08/1839 e 10/07/1838.

<sup>393</sup> *O Unitário* de 27/02/1839. Sobre a biografia de Manoel Ignácio de Melo e Souza ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009. Págs. 102-103.

<sup>394</sup> *O Parahybuna* de 10/04/1838.

podiam “agitar”, o *Unitário* revelou a construção do imaginário de uma classe propensa a revolta: “é verdade, que quem ama o que é seu, quem tem o que perder, deve ser um sustentáculo da ordem”<sup>395</sup>.

José Pedro Dias de Carvalho, redator do *Universal*, também figurou entre a ala moderada do partido Liberal, dando uma orientação mais transigente ao periódico. Este refutou a ideia de que “a oposição [liberal] só tende a agitar o país e a fomentar as desordens”. A partir do prisma ordem-desordem, o *Universal* se colocava apressadamente como defensor da ordem, pois “com ela teremos paz, e a sombra da paz o Brasil verá crescer mui rapidamente a sua população e no meio da prosperidade geral quem quiser trabalhar não pode deixar de viver tranquilo em um país tão favorecido pela natureza”. O papel que os regressistas atribuíram a José Pedro Dias de Carvalho dentro do partido Liberal era de “tolerante ou conivente” com “escritores que perturbam o país” e uma “má-vontade” com os “que desejam a ordem”. O redator do *Universal* negou “consentir com desordens” e avisava, clareando seus pensamentos contra os mais exaltados, que “iria contra a escritores favoráveis aos partidos que disputam com mão armada a substituição de nossas instituições políticas”<sup>396</sup>.

No *Universal*, percebemos um tom menos combativo e voltado para a explicação das opiniões do periódico que insistia na defesa da ordem, na conjuntura em que os liberais perdiam espaço também em Minas Gerais, como na derrota das eleições provinciais de 1838. Ameaçados da exclusão do jogo político, o transigente *Universal* colocava as discórdias políticas como, somente, “nos meios de conseguir o seu fim” mostrando que a ordem era a “base do edifício social” e, além disso, defendia a “monarquia representativa” até aceitando a “Interpretação do Ato Adicional” se tais “mudanças” fossem para melhorá-lo<sup>397</sup>. O *Universal* também orientava o partido Liberal mas, imaginamos, que mesmo com diferenças no interior do partido, a assertiva regressista era de que a fração exaltada se colocava na sua direção ou, ao menos, era a ala com os ideais mais ameaçadores ao projeto regressista, portanto, mais urgentes de serem combatidos.

Mesmo distinguindo os papéis que os liberais cumpriam, a trajetória do partido em Minas Gerais era claro no sentido republicano, a começar pelos “ensaios de repilha”, ou seja, ensaios da “república da pilhagem”<sup>398</sup>, realizados na conjuntura do Regresso. O *Parahybuna*

<sup>395</sup> *O Unitário* de 09/02/1839.

<sup>396</sup> *O Universal* de 16/12/1839.

<sup>397</sup> *O Universal* de 16/12/1839.

<sup>398</sup> Repilha, segundo Edna Maria Resende, seria a junção de república com o significante sufixo -pilha-, provavelmente de pilhagem, portanto repilha seria a “república da pilhagem”. RESENDE, Edna Maria. Ecos

articulava o enfrentamento ao conjunto do partido Liberal, a noção da república, no caso provincial e mineira, com os exemplos de outras províncias, ainda buscando alertar aos mineiros sobre o percurso dos liberais na província:

Não vemos nós a [ilegível] com que eles resistiram a Assembleia Geral, e ao Supremo Governo do Estado, não querendo estar pela anulação da lei n. 48? Que quer isto dizer senão que os nossos garimpeiros querem constituir a Província em Estado separado? Mineiros! Olho vivo com tais garimpeiros. Não queirais aceitar a taça venenosa que eles vos oferecem. O Brasil não poderá jamais ser venturoso, ficando dividido em pequenas Repúblicas, fracas e inconsistentes. Vede a sorte das Repilhas de Piratini e da Bahia, vede os estragos e assolações da guerra civil; e firmes na sustentação do Trono Constitucional do Sr. D. Pedro II, considerai com horror os ensaios que fizeram os garimpeiros na resistência ao Governo Geral”<sup>399</sup>.

### **O Regresso em Minas Gerais: os regressistas e a república liberal.**

“Cortemos a cabeça da hidra republicana que do despotismo estamos nós livres”<sup>400</sup>. Com tal frase, o *Unitário* sentenciava o principal mote político a ser combatido na conjuntura do Regresso, a república, que perigava concretizar-se no avanço do progressismo, projeto político liberal e que se fazia necessário combatê-lo. Temos ainda, outros princípios associados ao campo conceitual de república, aplicados a imagem produzida pelos regressistas aos seus antagonistas na esfera pública. Vejamos agora, como os regressistas construíram o conteúdo do conceito de república e seus princípios adjacentes e a sua aplicação na sociedade, modelando a cultura política liberal em consonância com tal conceito.

Sintomático dos debates partidários no final da regência, os regressistas sabiam definir concretamente o conceito de república que repudiavam, carregando-o de experiência e, conseqüentemente, esvaziando as expectativas contidas no espectro do conceito. Produziam o significado de república conforme os princípios, atrelados aos liberais, se desdobravam em projetos, dotados de carga histórica e, no Regresso, eram experimentados nos diversos pontos do Império e que, possivelmente, seriam levados adiante pelo partido Liberal de Minas Gerais. Entrementes, os liberais mineiros rearticulavam o seu próprio projeto político, na medida em que tratavam dos debates envolvendo a noção de república e esta se mostrava negativa perante a sociedade mineira.

---

do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte, UFMG, tese de doutorado, 2008. Pág. 253.

<sup>399</sup> *O Parahybuna* de 10/04/1838.

<sup>400</sup> *O Unitário* de 26/10/1839.

O temor regressista, na conjuntura do Regresso, era a generalização das desordens que aconteciam nas outras províncias e a possível adesão de Minas Gerais a um movimento armado. Por isso, os regressistas combatiam os mais radicais dentre os liberais que, para eles, defendiam a república, esta como o combustível das agitações que os liberais protagonizavam noutras províncias. O *Unitário* publicou uma significativa correspondência de um Coronel, José Ignácio do Couto Moreno, endereçada à Teófilo Otoni, acusado de redigir o *Guarda Nacional Mineiro*, com a intenção de prevenir sobre os “horrores” da república que se avizinhavam da província, e que o liberal estava “coadjuvando”:

“Fui prisioneiro na França em 1794 (...). Vi uma grande parte do povo francês aguilhado, decapitado e expatriado em nome da liberdade e igualdade, vi a escoria do povo sem luzes, sem moral e sem mérito, salvo a barbaridade e ignorância e carnificina elevada a altos e baixos cargos e empregos da República: a honra, a probidade, as luzes e o mérito deprimidos e perseguidos; vi a bárbara perseguição do clero não jurado; vi o inferno transferido para o solo francês e fiquei radicalmente curado do espírito demagógico. Veio a desordem dos nossos vizinhos américo – espanhóis, a devastação do Pará, as desgraças da Bahia, as misérias do Rio Grande do Sul, hei de desejar no Brasil República, ou Repúblicas?! Os anglo-americanos não nos podem oferecer exemplos que nos quadrem: essas colônias desde logo fundamentaram o sistema do governo que hoje tem, e foram formando os costumes nesse sentido, e nós? Responda quem não estiver louco ou corrompido, meu caro Senhor [Otoni]; juízo e leis adaptadas aos nossos costumes, circunstâncias e localidades é só o de que carecemos para sermos felizes, quanto o podemos ser neste globo, que parece não é de glória nem descanso imperturbável”<sup>401</sup>.

Interessa-nos aqui, a construção da experiência republicana, explicitada na correspondência citada, não pela veracidade do relato mas pela formatação e difusão da trajetória concreta do conceito, situado temporal e espacialmente na história. O progressismo liberal, então, defendia a continuação das lutas revolucionárias republicanas da França, marco inicial de república daqueles tempos; passava pela “desordem” da América espanhola e já havia atingido o estágio da contaminação do Brasil, a partir do Rio Grande do Sul e mais, do Pará e da Bahia que, por vezes, eram movimentos reinterpretados pelos regressistas de Minas Gerais como combates em defesa da república. Na correspondência, o Coronel excetuava o modelo dos Estados Unidos pois via grandes diferenças nos povos, um adaptado e o outro sem historicidade apropriada para o levantamento de uma república. Entrementes, refutava os avanços liberais clamando, ao contrário, “juízo e leis” conforme o povo do nascente Império para a aspiração da felicidade, definida diante das circunstâncias na defesa da paz.

---

<sup>401</sup> *O Unitário* de 02/11/1839.

Os regressistas mineiros enfrentavam a ideia de haver “República, ou Repúblicas” no Brasil, conforme a correspondência. A pluralização de repúblicas no Brasil era consonante com o enfrentamento ao progressismo dos liberais que se articulavam em nível provincial, além dos exemplos de outras províncias. Os regressistas acreditavam que em Minas Gerais os liberais, por defenderem as prerrogativas das províncias concretizados no Ato Adicional, também avançavam no sentido da separação das províncias. Os regressistas articulavam a república com o extremo do federalismo, conceitos associados e atribuídos ao projeto liberal e que, na união dos conceitos, poderiam ser visualizados as suas consequências políticas.

O *Unitário* reproduziu artigo do *Correio Brasiliense* sobre a “anarquia”, com o caso dos gregos, no qual Isócrates versava sobre outras cidades que se “separaram de Atenas” com o fito de “liberdade” e encontraram a “escravidão” pois trouxe a “derrota para outros povos” e as “sedições nas cidades” e “ruínas em geral” com as “desconfianças recíprocas internas”. As “calamidades” das cidades gregas, pelo exemplo histórico, servia de apuro aos mineiros para não abraçarem a república, no caso brasileiro e das regências, pluralizada provincialmente, ou seja, a república mineira somente aconteceria em contradição ao Império brasileiro<sup>402</sup>.

Conforme o caminho trilhado na correspondência, o evento que inaugurou a luta pela república foi a Revolução Francesa. Os regressistas salientavam a dimensão da guerra civil contido naquela experiência. Mais ainda, debaixo do princípio republicano, estava explícita a possibilidade da mudança na ordenação social na qual as classes mais baixas, agitadas, movimentavam-se contra as hierarquias sociais estabelecidas. Imputava-se à revolução, a insubordinação social, portanto executável somente com as classes baixas. Para o *Parahybuna*, a Revolução Francesa foi o “revoltante Império da anarquia” em que a falta de “castigo” fomentava as “sedições”, estas servindo de “pretexto para se enriquecer”<sup>403</sup>.

Introduzindo um discurso de Laharpe em 1794 (partícipe da Revolução Francesa), o *Parahybuna* trazia para a “meditação” do público “pela exposição dos fatos, para podermos acautelar iguais inconvenientes, e evitarmos resultados infelizes”. Era a tentativa de prevenir os mineiros contra revoluções como a francesa, por ser o exemplo dos “desatinos de que é capaz um povo” quando se desliga da “obediência e das máximas santas ensinadas pela religião”, dando lugar as “maiores atrocidades praticadas com sangue frio”<sup>404</sup>.

---

<sup>402</sup> *O Unitário* de 26/10/1839.

<sup>403</sup> *O Parahybuna* de 09/07/1839.

<sup>404</sup> *O Parahybuna* de 17/09/1839.

Os regressistas faziam a relação dos tempos da regência com a ensanguentada fase histórica francesa. O *Unitário*, no artigo “vantagens da república; efemeridades revolucionárias”, trouxe escritos dos horrores da Revolução Francesa, com transcrições de “condenações e decapitações” além de relatos de “assassinatos e carnificina geral”. Após um suposto relatório de destruição de um povoado, o *Unitário* atribuiu uma conclusão aos revolucionários, relacionando com a conjuntura de confronto aos liberais na regência: “A árvore da liberdade não vegeta sem ser regada com sangue – dizem os convencionalistas liberais exaltados”<sup>405</sup>.

Para o *Unitário*, a Revolução Francesa, em que o povo dominou com “horror”, “excessos” e “demagogia”, fomentava a interpretação sobre os acontecimentos no Brasil Regencial. Com o avanço da república Rio-Grandense, numa alusão ao caso francês, o periódico fazia uma péssima previsão do “vasto Império sem monarquia”, que seria “dividida, retalhada”. Estaria armado o “teatro da anarquia e guerra civil” no qual “as sedições sucederão umas às outras com rapidez pasmosa; os proletários, os facinorosos ousados, os réus de polícia, a ínfima canalha, assenhorearão-se de tudo, e a guerra civil levará os seus estragos aos mais escusos rincões da nossa população”<sup>406</sup>.

Os regressistas revolviam constantemente a Revolução Francesa e a alinhavam ao progresso liberal. O *Parahybuna* citava que até a nomenclatura do Ato Adicional, aprovado na época dos moderados na direção da regência, era inspirada nos franceses: “eles [os liberais] já não querem que seja simplesmente citada a lei de 12 de Agosto de 1834; mas que se lhe dê o título de Ato Adicional, título imitado dos jacobinos e republicanos da França, fazendo-se grande algazarra sobre esta risível questão de nome que Marinho julgou tão interessante”<sup>407</sup>.

Os liberais percebiam a negatividade contida no conceito de república se carregado do episódio da Revolução Francesa, na sua fase jacobina, por seu caráter de guerra civil e o derramamento de sangue. Por isso, o *Universal* separou os princípios liberais do jacobinismo francês, embora forçosamente admitira que tal junção fora usado contra os liberais:

Aproveitaram-se dos desvios da Revolução Francesa a excitar o ódio do povo contra os princípios liberais; (...) prevaleceram-se de todos os excessos verdadeiros ou fingidos da Revolução Francesa para tornar os progressistas, responsáveis de todos os delírios dos jacobinos”<sup>408</sup>.

---

<sup>405</sup> *O Unitário* de 22/12/1838.

<sup>406</sup> *O Unitário* de 22/07/1839.

<sup>407</sup> *O Parahybuna* de 10/04/1838.

<sup>408</sup> *O Universal* de 06/12/1837.

Na interpretação regressista, os acontecimentos da Revolução Francesa ecoaram na América espanhola, com a ideia da continuação das lutas pela república, agora em países circunvizinhos ao Brasil. A ameaça republicana se aproximava espacialmente do território brasileiro. O *Unitário* trouxe relatos de que a liberdade dessas repúblicas, como a da Argentina e de Montevideú (Uruguai), não passavam de quimeras. Tais repúblicas da América, excetuando-se os Estados Unidos eram “presididas pela farda e bigode”, termo da época para designar ditadores. Os generais Rosas, da Argentina, e Oribe, do Uruguai, mostravam procedimentos que ultrapassavam os “representantes” para imporem seus decretos; o *Unitário* finalizava: “Que liberdade!!! Que república!!!”<sup>409</sup>.

O liberal *Universal* acostumou-se em trazer as notícias das repúblicas vizinhas ao Brasil. Dada a variedade de generais, movimentos e conflitos armados, a impressão, talvez generalizada, era de que somente a direção militar cabia em tais repúblicas. Tornava-se cotidiana as “notícias tristíssimas dessas repúblicas”<sup>410</sup>. Povoando o imaginário, até mesmo dos liberais, apresentavam-se como um consenso de que as repúblicas da América espanhola não ofereciam um exemplo positivo para a imagem do conceito. Ao contrário, aproximando o caso brasileiro dessas repúblicas, aparentemente, teriam os mesmos resultados negativos.

A partir da reflexão “a escola da experiência é sem dúvida a mais segura”, sobre debater qual seria o caso a ser seguido pelos brasileiros na construção do Estado nacional, o liberal *Universal* buscava outro exemplo de república, a dos Estados Unidos. O periódico disse que os “monarquistas falam do exemplo da anarquia que desola nossos vizinhos [da América espanhola]”, ao passo em que “outros apontam a América do Norte como o país modelo da liberdade”. Para o moderado *Universal*, “certamente se algum povo deve ser contemplado pelos brasileiros como digno de ser imitado, é o Norte Americano” pelos avanços conquistados na sua “civilização”, embora deveria ficar claro que tal modelo deveria acontecer “abstraindo da forma de governo de um e outro: sejamos pois entendido, e não se envenenem nossas proposições”, uma vez que o jornal se declarava monarquista<sup>411</sup>.

Enquanto os liberais viam os Estados Unidos como o modelo ideal de liberdade, pelo lado regressista, a comparação com aquele país só poderia causar uma conclusão desoladora, como na correspondência do Coronel José Ignacio do Couto Moreno em que apresentou o

---

<sup>409</sup> *O Unitário* de 21/09/1838.

<sup>410</sup> *O Universal* de 18/01/1839.

<sup>411</sup> *O Universal* de 06/12/1837.

povo brasileiro sem os costumes próprios para o regime republicano, associado à liberdade. Não se tratava, meramente de adaptação ao regime, mas de enfrentar a “substituição da nossa forma atual de governo por uma república” uma vez que aqui preponderava o “atraso de nossa civilização” cabendo-nos mais o “terrível exemplo das repúblicas nossas circunvizinhas”. Por isso, o *Correio de Minas*, em artigo transcrito no *Unitário*, declarava que “repele com indignação, toda e qualquer inovação que tenda direta, ou indiretamente a enfraquecer o elemento monárquico, consagrado na nossa constituição”<sup>412</sup>.

Numa eleição para senador, o *Unitário* deixava bem claro a distância dos Estados Unidos com o caso brasileiro, mostrando a contradição liberal de fixar os olhos naquele país. Tornava-se necessário repelir os liberais que “querem transplantar desde já para o Brasil a Constituição de New York!”<sup>413</sup>. Para o *Unitário*, ficava claro que se tratava de um tenebroso plano dos “demagogos” que “pregam virtudes cívicas” distantes do caso brasileiro, pois este “não tem ainda nas suas maiores províncias os elementos para poder governar-se com repúblicas democráticas, e que esta forma de governo, aliás excelente para outros povos, não é adaptada às nossas circunstâncias, nem conforme os nossos hábitos, usos e costumes”<sup>414</sup>. Ou seja, a república democrática até poderia ser “excelente” mas também não era compatível com o caso brasileiro, pois faltavam “ainda” as virtudes cívicas que só existiam aos olhos dos demagogos. Os regressistas colocavam a república num horizonte distante da realidade brasileira, algo a ser alcançado, conduzindo as expectativas do conceito para o futuro.

As repúblicas da América espanhola serviram como um exemplo para o caso brasileiro. Mais ainda, Maria Medianeira Padoin atribuiu a contaminação do Império, na república Rio-Grandense, ao “espaço fronteiro platino”, pois esse espaço “mais do que separar os povos desse espaço fronteiro, possibilitaram, no decorrer do século XIX, uma integração entre os diversos setores sociais sul-rio-grandenses, orientais e *argentinos*, funcionando como um sistema de vasos comunicantes”<sup>415</sup>. Esse espaço fronteiro influenciou também na elite farroupilha no qual esta “era formada também por pessoas oriundas de outras províncias e países, que por vínculos econômicos e/ou de trabalho, por laços maçônicos e político-ideológicos vieram para essa província [Rio Grande do Sul] e aqui formaram um

---

<sup>412</sup> *O Unitário* de 10/07/1840.

<sup>413</sup> *O Unitário* de 06/07/1839.

<sup>414</sup> *O Unitário* de 22/07/1839.

<sup>415</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001. Pág. 10.

grupo social”<sup>416</sup>. Ou seja, a proximidade do Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai, principalmente, serviu de impulso para levantar a república naquela província sulista. Aliados aos fatores internos da província, as comunicações com os américo espanhóis forjaram o “exemplo das emancipações ocorridas nos estados vizinhos, sob forma republicana”, o que motivou “a eclosão da revolução” no Rio Grande do Sul<sup>417</sup>.

Para os regressistas, a república Rio-Grandense era filha da “proteção escandalosa” e “evidente convivência com os rebeldes” dos liberais quando estavam no poder central na regência de Feijó. O desprezo do governo no início da revolta (1835) trouxe as “consequências” durante o Regresso. Os regressistas acusavam os liberais de não desejarem a integridade do Império, pois criavam empecilhos ao governo. A atuação liberal antiregressista tomou conotações de mera ambição pelo poder: “querem que ele [o governo] caia embora se perca uma das mais belas províncias do Império!”. Os liberais ambicionavam permanecer no jogo político e a revolta seria “a última trincheira” da república liberal, conforme acusaram os regressistas<sup>418</sup>.

Para mostrar as contradições no interior da república do Rio Grande, o *Unitário* relatava que os “republicanos” estavam recrutando escravos e indagava como seria a “república livre com escravos?”<sup>419</sup>. Com isso, o periódico delineava a noção de liberdade contida no princípio republicano e, além disso, trazia o caso para a realidade mineira, fazendo o público imaginar que, numa república, a escravidão em Minas também seria questionada.

O Império brasileiro, durante o Regresso, passava por uma onda de erupções revolucionárias de caracteres republicanos, conforme acusavam os regressistas. Estes, atribuíam a liderança de tais movimentos aos liberais. O *Parahybuna* alertava aos seus leitores mineiros: “deve-se porém observar que nas províncias em que tem o partido progressista preponderado, o desfecho se tornou revolucionário em sentido republicano”<sup>420</sup>.

No Rio Grande do Sul, uma revolução declaradamente republicana, atemorizava ainda mais os regressistas mineiros quando, em 1839, os farroupilhas conseguiram estender o conflito para Santa Catarina, onde proclamaram a República Juliana, que perdurou por alguns meses. Até mesmo o liberal *Universal* assustava-se quando soubera que os rebeldes que defendiam Lages e Laguna (duas principais Vilas tomadas pelos republicanos farroupilhas) já

<sup>416</sup> PADOIN, Maria Medianeira. Federalismo Gaúcho... Pág. 78.

<sup>417</sup> PADOIN, Maria Medianeira. Federalismo Gaúcho... Pág. 77.

<sup>418</sup> *O Unitário* de 29/06/1839 e 20/04/1839.

<sup>419</sup> *O Unitário* de 20/04/1839.

<sup>420</sup> *O Parahybuna* de 19/11/1839.

havia eleito “presidente e ministério republicano, sem terem a quem governar!”, pois continuava o estado beligerante. O periódico creditava o fato “a ilusão dos homens que se deixam fascinar pelas primeiras impressões!”. Sobre a ilusão, referia-se à população catarinense, mostrando uma difusão da república que teria encontrado naquela região, o que tornava mais dramática a defesa da integridade imperial<sup>421</sup>.

Outras revoltas também levantaram a república, conforme anunciavam os regressistas mineiros. Foi o caso da Sabinada, na Bahia, que rebentou no início de 1838 e perdurou por alguns meses. A Bahia seria o “baluarte avançado da demagogia”, fundado no “espírito de separação”, contrariando os princípios do Império, de “unidade” brasileira. Para o *Parahybuna*, a “sedição horrorosa” da Bahia, servia de alento aos mineiros quando avisava “estar presos os palhaços intitulados Ministros de Estado da República da Bahia”. Com a ação efetiva do governo imperial na debelação do movimento baiano, o periódico lançava um claro aviso aos liberais mineiros: “e tal será sempre a sorte de quantos republiqueiros ousem levantar o insidioso colo”, ou seja, a bandeira da república não se conciliava com a monarquia vigente, insultando-a frontalmente, o que somente lhe caberia a repressão<sup>422</sup>.

Os acontecimentos da “revolução” do Maranhão (Balaiada) fora usado pelos regressistas como um maior exemplo do que aconteceria em Minas Gerais caso os liberais mineiros continuassem a defender seus princípios. As notícias vindas do Maranhão contavam a versão de que o partido “*Bem-te-vi*” dera impulso à revolta, mas os “populares” a levaram para o “roubo e assassínio”, inclusive saqueando os “*bem-te-vis* e legalistas”. Estavam apoiados na interpretação de que o movimento, com fins políticos, tomou grande amplitude com a participação da massa “balaia” fugindo da direção partidária inicial<sup>423</sup>. Ali, as classes mais baixas deram novos rumos aos acontecimentos, causando dúvidas entre os liberais, também em Minas Gerais, sobre os limites dos princípios democráticos e de participação popular. Com o exemplo do Maranhão, o *Parahybuna* lançava um recado ao liberal *Popular*, estendidos ao público mineiro, acautelando-os sobre os perigosos princípios que defendiam:

“Se teme provar os amargos frutos, que os agitadores dali tem colhido de suas sugestões revolucionárias na plebe infrene, frutos que serão os mesmos em

<sup>421</sup> *O Universal* de 23/09/1839.

<sup>422</sup> *O Parahybuna* de 24/04/1838 e 10/04/1838.

<sup>423</sup> *O Parahybuna* de 29/10/1839. Ver resumo da Balaiada em BASILE, Marcelo. O Império brasileiro: panorama político – Parte A: a independência e a formação do Estado Imperial. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 9ª edição revista e atualizada, 2000. Págs. 234-236.

qualquer parte, onde recorrerem a motins populares: então arrepie carreira deixe de incensar paixões perigosas, e deserte das bandeiras da agitação, donde tem resultado os grandes males que nos afligem”<sup>424</sup>.

O *Parahybuna*, referindo-se aos principais movimentos contestatórios nas províncias, declarava que “em todos eles, a par de vivas à república, marcha o assassínio e o roubo”, aonde os “desordeiros” tinham “cometido tantos atentados contra vida, honra e propriedade dos legalistas” e que mais poderiam fazer se “excitados pelos ilustres deputados [liberais]”, numa clara alusão ao impulso que os liberais davam a tais revoltas. O periódico argumentava sobre o impacto dos princípios liberais mas que estavam servindo de pretexto para as desordens: “ignoram eles [os liberais] por ventura, quanto a mágica palavra liberdade influi sobre os peitos brasileiros?”. As consequências eram graves e a aspiração liberal só poderia ser “nada menos que atear a conflagração, e incendiar mais o brasão da discórdia”<sup>425</sup>.

Referindo-se ao momento político do Regresso, numa leitura que culpava os liberais pelas desordens provinciais, o *Parahybuna* clareava ironicamente que “não são necessárias concepções tão vastas como o universo, para compreender-se quanto pesa atualmente na concha da balança o partido democrático em desfavor do monárquico, senão de direito, ao menos de fato”<sup>426</sup>. A culpabilidade pelas revoltas provinciais acontecia, então, pelo impulso dos liberais, com os princípios de liberdade e democracia encontrados no campo semântico do conceito de república, ao conjunto das sociedades provinciais e que também estava por acontecer em Minas Gerais, segundo os regressistas.

A situação política do Império, durante o Regresso, mostrava-se caótica aos olhos dos contemporâneos. O liberal *Universal* dizia que nas vésperas da maioria do segundo monarca, “achamos nós a braços com a rebelião a plantar simulacro de república”, com a “anarquia” aumentando e “espalhando terror e desesperação”. O periódico notava que a conjuntura preocupante não era novidade e a “experiência das desgraças passadas convenceu a todos os brasileiros de que o caminho das revoluções é sempre o mais difícil de trilhar-se, o mais perigoso para os que nele entram, assim como também o mais funesto para o país”. A revolução mostrava-se também negativa, a partir dos exemplos de guerra civil generalizada nas outras províncias. No contexto do Regresso, o *Universal* notara a simbólica nomeação da comissão criada no Senado para obstar as revoltas provinciais: “comissão de salvação

---

<sup>424</sup> *O Parahybuna* de 29/10/1839.

<sup>425</sup> *O Parahybuna* de 01/10/1839.

<sup>426</sup> *O Parahybuna* de 01/10/1839.

pública”, sendo esta o mesmo nome da França na sua “célebre revolução”, despertando os “receios” e “desconfianças na população”<sup>427</sup>. Com isso, a implementação da república também se tornava negativa, uma vez que a passagem de transição revolucionária se mostrava uma condicionante indissociável para conquistá-la.

Até mesmo o agressivo *Guarda Nacional Mineiro* reconhecia que as “notícias assustadoras” estavam a causar “desânimo” nos habitantes. Muito embora o periódico gritava que o culpado do “estado do nosso Brasil” era comum “efeito da delapidação, da imoralidade, e desgoverno dos setembristas”, a constatação dramática dava notícias que “o país está em verdadeira crise, a integridade do Império parece de toda a parte abalada, o incêndio revolucionário ameaça sem dúvida de conflagração geral todo o Brasil”. Com a atmosfera em polvorosa do Império, o *Guarda* indicava o único caminho possível: “um esforço extraordinário, uma união absoluta de todos os amantes da ordem se faz necessária neste momento para se extirpar de uma vez a anarquia”<sup>428</sup>.

O *Universal* expressou a incerteza contida nas revoluções trazendo a aleatoriedade ao curso desses acontecimentos, com a seguinte comparação ilustrativa: “é verdade que as revoluções se assemelham a pedra lançada do alto da montanha, que ninguém pode dizer aonde parará”<sup>429</sup>. O *Astro de Minas*, em artigo republicado no *Universal*, notara que as “revoluções políticas” só poderiam causar “males” em oposição aos tempos de “ordem e paz”. Nas crises revolucionárias, observava-se a inversão dos bons valores: “o encanto da moral está destruído e a ordem social interrompida, o temor substitui o descanso do espírito, a desconfiança as lágrimas e o riso”. Nota-se, com a inversão de valores, que também é citado a “ordem social” talvez quebrada em tempos de revoluções. Somente sentimentos negativos poderiam acompanhar as revoluções; “que triste estado! Desaparece a circunspecção, a lei torna-se impotente, o mal mostra-se tal qual é”. No triste cenário pintado pelo redator do *Astro*, nesses acontecimentos em que explodiam a luta das “facções” e a “autoridade é o pomo da discórdia”, para a população restaria a dúvida quanto ao destino dos acontecimentos: “que segurança incerta!”<sup>430</sup>.

O liberal *Universal*, nos deu um importante testemunho sobre o que se deveria considerar “revolução”, separando-a de uma “revolta”, a partir do grau de aceitação popular e,

<sup>427</sup> O *Universal* de 09/09/1839 e 06/09/1839.

<sup>428</sup> O *Guarda Nacional Mineiro* de 24/08/1839.

<sup>429</sup> O *Universal* de 01/12/1837.

<sup>430</sup> O *Universal* de 06/11/1837.

mais ainda, se pudera haver legitimidade nesse tipo de ação política. A “revolta”, ao contrário, seria um “crime imperdoável” justamente por enfrentar “o voto do cidadão”:

“[As revoluções] só se justificam nos casos extremos, e quando a vontade da nação é mui pronunciada e conta em seu apoio se não toda ela, ao menos considerável maioria: então a sua expressão perde o nome de revolta e a vitória justifica de fato o que de direito seria criminoso. Mas quando só um pequeno grupo se apresenta em campo para perturbar a ordem pública; quando o voto da nação repele as suas tentativas, é crime imperdoável o expor os seus cidadãos a derramarem inutilmente o seu sangue (...)”<sup>431</sup>.

A revolução estava no horizonte da cultura política liberal, não necessariamente para implantar a república, mas para incorporar os anseios populares no mundo da política. Evidentemente, a conjuntura do Regresso não oferecia exemplos positivos de participação popular, por causa do desandamento em desordens noutras províncias. Os regressistas associavam a participação popular na política aos princípios de liberdade contidos no programa liberal, o que fomentava as desordens. Acrescentamos ainda, a noção de “mártires da pátria”, no caso mineiro, expressos na figura de Tiradentes como já citamos, ampliando a tensão revolucionária na província.

Devemos mostrar, por um momento, as concepções liberais sobre revolução e o contexto de desordens na conjuntura Regencial. O *Universal* republicou matéria do *Constitucional*, da Corte, em que trazia uma reflexão sobre o momento político, ou seja, as “leis e instituições públicas” e a sua relação, ou melhor, “adaptação” com o “grau de civilização dos povos”. Nesse artigo, o periódico disse que a “prosperidade” seria alcançada através da “educação civil, política, literária e religiosa”, elevando a “moral” dos mesmos “povos”. Com isso, poderia amenizar a distância das instituições brasileiras estando “superiores as nossas circunstâncias”. O periódico concluía que não deveria “retrogradar” as instituições, mas “dar impulso à civilização para elevá-la ao nível das incomparáveis instituições”<sup>432</sup>.

Como exemplo do que seria uma participação popular ordeira, em acordo com a esfera política, o *Universal* noticiava os acontecimentos da Grã-Bretanha, em meio a uma “luta de classes” em que as “classes médias” enfrentavam a “aristocracia”, uma vez que o “sistema representativo” daquele país estava “assentado sobre bases mais favoráveis às altas classes do que ao comum do povo”. O redator liberal apostava que o “parlamento” acabaria por “ceder

<sup>431</sup> *O Universal* de 18/12/1839.

<sup>432</sup> *O Universal* de 21/10/1839.

ao espírito que agita as massas” expressadas como a “opinião nacional”, apresentando um parâmetro de pressão popular que renderia frutos políticos<sup>433</sup>.

Com o caso inglês, o *Universal* traçou um paralelo com o Brasil, fazendo-o lamentar que, por aqui, “nós brasileiros esperamos tranquilos, e quiçá indiferentes” em relação as reformas do Ato Adicional em curso. O redator continuava com a comparação, acrescentando que “nós não temos como a nação britânica esse hábito de nos reunirmos para tratar dos grandes interesses sociais”. A conclusão do periódico beirava a desesperança e as referidas virtudes políticas “nem o poderemos tão cedo adquirir”, até mesmo negando a sua viabilidade, por força da conjuntura, pois “seria hoje talvez perigoso, achando-se o governo fraco e sem meios de poder quer pelo seu prestígio, quer pela força impôr silêncio às facções”<sup>434</sup>.

Com a aproximação ao caso inglês, o *Universal* buscava as referências necessárias para o partido Liberal em Minas Gerais. Quais caminhos os liberais deveriam seguir para organizarem a participação popular sem as converter em desordens? O periódico dava as notícias que o “partido cartista” inglês continuava com as “reuniões” que se tornavam “célebres pelo seu número e pela regularidade de seus trabalhos” numa “Assembleia Popular” que chegava a atrair “17 mil pessoas”. Para ilustrar, dentre os “objetos que se propõem a obter do parlamento”, os “candidatos” deveriam se comprometer a “advogar o sufrágio universal”. A imaginação dos liberais mineiros se voltavam para os casos de outras nações, como a Grã-Bretanha, direcionando o rumo do progresso do Brasil mas, entretentes, se colocavam diante da realidade das desordens na América espanhola e nas outras províncias, casos em que os regressistas se espelhavam para descreverem o que apontava no horizonte do progresso em termos liberais. Distante do sucesso de outros países, restava ao *Universal*, o sentimento da inveja, diante da impossibilidade de acompanhar os passos daquele povo:

“Nós invejamos a sorte de um povo que sabe assim manter os seus direitos; e admiramos o grau de civilização a que este país tem chegado [Grã-Bretanha], muito principalmente quando vemos entre nós cobrir-se de impropérios a alguém que uma vez pregou ao povo a linguagem da verdadeira liberdade, que não consiste em fazer desordens para obter o que lhe compete, mas em mostrar-se firme e decidido para que pelos meios legais se lhe conceda o que tem ele direito para exigir”<sup>435</sup>.

---

<sup>433</sup> *O Universal* de 02/10/1839.

<sup>434</sup> *O Universal* de 02/10/1839.

<sup>435</sup> *O Universal* de 28/08/1839.

Numa reunião da Assembleia Provincial, José Pedro Dias de Carvalho, um dos redatores do *Universal*, não entendia o motivo pelo qual os regressistas o chamavam de “republicano”, justamente por entender que “república não convém num país tão atrasado como o nosso em que o povo está tão pouco acostumado a tolerar as autoridades (...) em que todos são bons enquanto não governam e apenas sobem ao poder, perdem quase todas as simpatias”. Aqui temos a junção da participação popular com o conceito de república, no caso, novamente impossível de se concretizar até mesmo para um liberal, pela incompatibilidade notada entre o povo e o seu comportamento diante das instituições do Estado. Além do caso inglês, já nos referimos sobre o ideal de sociedade liberal, construída pelos Estados Unidos, pois esta “nação” era “dedicada às ciências”, conseqüentemente aquele “governo” seguia “promovendo a glória do seu país”<sup>436</sup>.

Independente do partido político, temos a impressão que a difusão da “instrução pública” tornava-se um consenso diante da tumultuada experiência Regencial. O regente regressista Araújo Lima, na fala de abertura da Assembleia Geral de 1839, colocava a criação de um “sistema regular de instrução pública”, como um dos objetos que merecia a “preferência” dos legisladores, por uma instrução “que habilite devidamente a mocidade brasileira para os importantes cargos da vida social”. Em Minas Gerais, a novidade das “cadeiras” de estudos, como em São João Del Rei, Ouro Preto e Mariana, entusiasmou o *Universal* que, versando sobre os esforços da Assembleia Provincial mineira nos tempos de maioria liberal, dizia que “algum útil resultado vão colhendo os nossos patrícios de suas leis destinadas a promover e vulgarizar a instrução pública”<sup>437</sup>.

Seria uma indicação de que o conceito de república que despontava no horizonte do progressismo continuava carregado de expectativa, na visão liberal, uma vez que legavam a esperança na “juventude” sobre a sua conquista? A geração vindoura, posterior aos tempos do Regresso, estando mais preparada para aquela organização institucional de Estado e, principalmente, da nação brasileira poderia alcançar a forma republicana? Pelo lado liberal, ficava mais claro que deveria combater-se o atraso da civilização, conforme debatiam na época. O *Universal*, comentando os “progressos” nos “exames de filosofia do seminário de Mariana”, percebia que “o nosso porvir quanto à extirpação das trevas, que inda nos ofuscam será esperançoso para a juventude mineira”<sup>438</sup>.

---

<sup>436</sup> *O Universal* de 22/02/1838 e 04/02/1839.

<sup>437</sup> *O Universal* de 15/05/1839 e 30/01/1839.

<sup>438</sup> *O Universal* de 09/12/1839.

Entrementes, o caminho mostrava-se tortuoso e, em certos casos como numa “agitação” na vila do Pomba, o *Universal* forçosamente lamentava a “ignorância do povo”. Tratava-se de acrescentar a experiência do povo mineiro ao projeto progressista dos liberais. O redator não conseguia crer “em futuro melhor se não procurarmos dar ao povo uma educação mais cuidadosa, se não plantarmos no seu coração o amor das virtudes sociais se o não fizermos conhecer os seus deveres para que ele [povo] os cumpra”. A conclusão, em desalento, era da ineficiência dos progressos políticos: “baldados serão todos os esforços; lutaremos sempre com os mesmos males sem lhe acharmos remédio em parte alguma”<sup>439</sup>.

Voltemos para o lado regressista para, novamente, caracterizar o projeto liberal. Se para os liberais a revolução estava no campo dos princípios, para os regressistas a revolução só poderia trazer os horrores da guerra civil. No caso brasileiro, os regressistas interpretavam que o processo revolucionário havia sido inaugurado com o evento do *7 de Abril*, marcando a derrubada do monarca (D. Pedro I) e, com o combustível das ideias liberais, continuava em curso nos tempos finais das regências. Era desse modo que os regressistas entendiam os movimentos armados nas outras províncias e se mantinham em alerta contra os liberais mineiros, sustentando que a ruptura revolucionária também era temerária em Minas Gerais.

Quando o senador liberal Vergueiro discursou sobre a “necessidade” de um novo *7 de Abril*, o *Unitário* o refutou, arguindo que se tratava de “um mal”, buscando distanciar as conjunturas, em que o *7 de Abril* havia sido contra o monarca por “ideias republicanas” dos periódicos exaltados da Corte, o *Repúblico* e o *Nova Luz*, acompanhados de “uma mocidade entusiasta”, além dos “princípios de divisão entre os brasileiros”. Para o *Unitário*, as “ideias republicanas” haviam sido “derrotadas”, como no caso da Bahia (Sabinada) e alertava aos liberais mineiros que “está próximo a mostra do quanto são fatais suas ilusões”. Noutro número, o *Unitário*, levado pelo desalento com a conjuntura das revoltas provinciais, relatava que “o Sete de Abril já não é hoje esse dia glorioso! Uma voz mais conscienciosa de quando em quando nos faz derramar lágrimas pelo fundador do Império!”<sup>440</sup>.

O *7 de Abril* marcou o início das regências no Império brasileiro. A conformação institucional arranjada nos tempos de vazio do trono, trazia uma simbólica experiência de república, conforme a interpretação também dos contemporâneos. O liberal *Astro de Minas*,

<sup>439</sup> *O Universal* de 25/01/1839.

<sup>440</sup> *O Unitário* de 28/09/1838 e 03/07/1840. Sobre os periódicos citados do partido Exaltado e da conjuntura do *7 de Abril* ver BASILE, Marcelo. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, tese de doutorado, 2004. Págs. 230-234.

em artigo republicado no *Universal*, marcava que a diferença entre república e monarquia poderia ser, somente, a entrada da figura do monarca e as “prerrogativas reais”, estas ausentes na sistematização institucional da regência. Era obra dos “legisladores, que pela lei, que marcou as atribuições da regência e nos fizeram experimentar o mínimo das prerrogativas reais, lançando-nos destarte em uma república de fato”. Não é novidade para os historiadores que o período Regencial marca uma “experiência republicana”<sup>441</sup>, ou seja, a “república de fato”; o que trazemos é que os princípios de república, naqueles tempos, faziam parte dos debates políticos da época e impregnavam as disputas pela modelação do Estado, apresentando-se nos espaços do possível, ou seja, contribuindo com as alternativas para a construção do Estado Imperial. O periódico, defendendo os princípios da federação contidos no Ato Adicional (1834) e associando os dois conceitos, continuava dizendo que a república no sistema Regencial era uma “república das mais defeituosas, pois é unitária no seio de um Estado de grandeza colossal”, justificando os “grandes males” pelo qual o Brasil passava<sup>442</sup>.

*O Unitário*, durante o Regresso, republicou um folheto lançado na Corte na conjuntura do *7 de Abril*, intitulado “Visão do Pico do Itajurú” em que um “Velho” prevenia aos brasileiros “para que se não realizasse no todo” os acontecimentos iniciados com o *7 de Abril*. Para ratificar que no Regresso vivia-se “o estado deplorável da nossa malfadada pátria, que achamos em verdadeiro perigo” o periódico mineiro comparava as “carnificinas” nas diferentes províncias, nas duas conjunturas, a do *7 de Abril* e a do Regresso, mostrando a continuidade das desordens causadas pela implementação dos princípios liberais, encabeçados pelo ideal de república: “em todas elas [províncias de ambas as conjunturas] retumba a voz – república ou morte – e o eco das montanhas repete – morte, morte – como augurava o Velho do Itajurú”<sup>443</sup>.

Ainda no folheto “Visão do Pico do Itajurú”, o “Velho” predizia o desenvolvimento dos fatos no pós *7 de Abril*. O primeiro passo seria a “desordem e a confusão”, descrevendo a lusofobia e os princípios de expulsão dos estrangeiros das terras brasileiras. No dito folheto, o segundo passo seria a “ambição” expressada no conceito de “igualdade”. O conceito, explicitado na Revolução Francesa e, portanto, associado com a noção de república, fora interpretado como a tentativa de equiparar as fortunas dos homens sem levar em consideração

---

<sup>441</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002.

<sup>442</sup> *O Universal* de 17/11/1837.

<sup>443</sup> *O Unitário* de 06/09/1839.

suas atividades de trabalho. A hierarquia social perigava diante da quebra da “base do Estado social”, ou seja, da expulsão do “príncipe” (referência ao D. Pedro I). O terceiro passo seria o “enfraquecimento da força física e moral pela divisão de opiniões”, com os provincianos se distanciando do centro do Império e buscando auto-suficiência, o que somente poderia desenrolar na “separação das províncias do Brasil”, que seria “apagado da lista das nações”<sup>444</sup>.

O *Parahybuna*, revisitando a Revolução Francesa, diria que o conceito de “igualdade” fora usado como “pretexto”, pois mesmo com o “bom senso” de reconhecer que igualdade significava os “direitos políticos e civis”, houve uma distorção da interpretação do conceito “conseguindo transtornar toda a ordem social, destruindo a importância do mérito e talentos, toda a espécie de superioridade moral e industrial, essencial ao homem”. Se na França, sob o epíteto de igualdade, as “notabilidades” foram “arrastadas pelo pó”, no Brasil a expulsão de D. Pedro I, no 7 de Abril, significava também a quebra da hierarquia social<sup>445</sup>.

O “Velho”, no folheto “Visão do Pico do Itajurú”, a despeito dos riscos das circunstâncias das regências, seguia distribuindo conselhos a todas as classes. O que destacamos é que houve conselhos também para os “ociosos e vadios” para mostrar que, pejorativamente, aqueles que perturbavam a paz, portanto os que engrossavam as revoluções, eram a classe dos excluídos, ou que se excluía. Tal situação reforça o sentimento aristocrático dos regressistas, uma vez que olhavam com receios para as classes mais baixas da sociedade. Também significa a negatização do conceito de igualdade que os regressistas atribuíam ao campo do imaginário político liberal:

“[ociosos e vadios] Homens perversos, peste da sociedade, inimigos declarados do Brasil que vos nutre, e de todo o mundo! Até quando quereis posar sobre as fadigas de vossos irmãos laboriosos e honestos! Envergonhai-vos, saí do caminho da depravação: abraçai a indústria lícita, que abre os mananciais da abundância a todos que a procuram, porque assim em lugar de perturbardes a paz e sossego público, vos tornareis cidadãos úteis, e sereis felizes”<sup>446</sup>.

O *Parahybuna*, também repudiando as revoluções, criticava ao periódico liberal *Popular*, por defender as classes mais baixas. O periódico regressista avançou na descrição dos participantes das revoluções, acrescentando à “ralé”, os “proletários” junto dos “vadios, assassinos e salteadores”. Ainda defendendo que a revolução queimava a partir do

<sup>444</sup> *O Unitário* de 06/09/1839. Sobre os conflitos entre brasileiros e portugueses, no início das regências, ver RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

<sup>445</sup> *O Parahybuna* de 17/09/1839.

<sup>446</sup> *O Unitário* de 05/10/1839.

combustível dos princípios liberais, entre eles a igualdade, o *Parahybuna* colocava que a revolução era obra dos despossuídos, que procuravam benefícios próprios nas desordens. O remédio contra as revoluções, para o *Parahybuna*, seria a exemplar punição aos revoltosos:

“Essa minoria sustentadora da lei, na frase do contemporâneo [*O Popular*] é composta da ralé, dos proletários, vadios assassinos e salteadores, que são os primeiros que não temem as revoluções porque não tendo nada a perder, esperam tudo ganhar, quando não impera a lei. Enquanto a impunidade continuar desgraçadamente entre nós, veremos repetidas essas medonhas cenas, que tanto aterram o homem pacífico e industrioso”<sup>447</sup>.

Os regressistas associavam princípios liberais com a tentativa da quebra da hierarquia social, a começar pela derrubada do monarca (*7 de Abril*), uma vez que fomentavam questionamentos por parte daqueles que se encontravam em posições inferiores dentro da sociedade imperial. O *Unitário* lembrava ainda que, além das classes mais baixas, os “escritores [liberais] que só tratam de agitar”, tocavam na questão da escravidão. O periódico regressista citou os “processos de Lamartine, no conceito o mais anárquico”, acusando os liberais mineiros de ordenarem aos escravos: “Levantai-vos que é tempo de bater!”<sup>448</sup>.

Outros princípios liberais contribuía para a agitação dos tempos Regenciais. O princípio democrático participava do campo semântico da república, uma vez que ambos conjugavam o ideal de liberdade. Para os regressistas, tornava-se necessário combater aos liberais como o “partido extremo” que “não vê na constituição senão a parte democrática (...) que agita o país”. Como sistema, a república era oposta à monarquia e, em princípios, o democrático era entendido como inversamente oposto ao monárquico, como numa leitura do liberal *Guarda Nacional Mineiro*, sobre as propostas de reforma de José Cesário de Miranda Ribeiro, anteriores ao Ato Adicional, que teriam sido em “sentido puramente democrático (...) e votou [José Cesário] depois contra as mesmas em sentido monárquico”, pois supôs prevalecer o partido do Regresso<sup>449</sup>.

O transigente periódico *Universal*, dizia que a constituição, naqueles tempos, abarcava “ambos os elementos, o monárquico e o democrático”. O periódico defendia que a democracia era expressada no sistema “representativo” e a “monarquia é temperada por formas democráticas”, aonde o povo escolhe seus representantes que tomam parte no governo. Ou seja, o elemento democrático realizava-se no sistema eleitoral vigente no Regresso. Para o

<sup>447</sup> *O Parahybuna* de 10/09/1839.

<sup>448</sup> *O Unitário* de 07/08/1838.

<sup>449</sup> *O Unitário* de 01/11/1838 e *O Guarda Nacional Mineiro* de 08/08/1839.

*Universal*, as conquistas no sentido da democracia mostravam-se suficientes, uma vez que a “democracia pura é uma utopia”<sup>450</sup>.

No mesmo sentido do *Universal*, o liberal *Popular* também acreditava que a Monarquia Constitucional abraçava os elementos monárquico e democrático. O periódico percebia a desvantagem em que se encontrava na circunstância do Regresso e, para defender o princípio democrático, versava sobre o equilíbrio que deveria prevalecer entre ambos os poderes, reconhecendo que se mantinham em simétrica oposição:

“(...) porquanto à proporção que o monarca for revestido de maiores atribuições o povo perde em garantias, e aquele equilíbrio que forma a essência das Monarquias Constitucionais, achar-se-á quebrado; pois no momento em que o poder real for revestido de maiores atribuições que o democrata, aquele deve necessariamente esmagar a este; ora a Monarquia Constitucional consiste na aliança destes dois poderes”<sup>451</sup>.

O federalismo foi outro princípio liberal combatido pelos regressistas. Para o liberal Teófilo Otoni, o elemento federal contribuíra para a organização política do Império, com a aprovação do Ato Adicional (1834), versando que “foi em consequência de um clamor geral de todos os ângulos do Império, declarando que as províncias distantes 800 léguas, com tantas necessidades, tanta dificuldade de comunicações, não podiam dispensar por mais tempo o desenvolvimento desse germen federativo”. O *Universal* publicou uma matéria refletindo sobre Benjamim Constant e suas considerações sobre o federalismo, versando sobre a junção dos interesses locais e nacionais. O federalismo deveria ser na “administração interior” e, concluía o periódico, como no caso do Brasil após o Ato Adicional em que o federalismo garantira “liberdade às províncias” e mantinha os “ligames gerais fortalecidos”<sup>452</sup>.

Defendendo a federação sem, contudo, enfrentar diretamente a monarquia, o *Astro de Minas*, em artigo republicano no *Universal*, enfrentava a proposição de que “a federação destrói a monarquia, e só pode ter lugar nas repúblicas”, considerando esta “o maior cavalo de batalha dos retrógrados”. Na conjuntura em que os liberais estavam na defesa do Ato Adicional, a tentativa do *Astro de Minas* era de conciliar “monarquia e federação” como “o que atualmente existe no Brasil”<sup>453</sup>.

<sup>450</sup> *O Universal* de 09/10/1839, 03/12/1839 e 23/08/1839.

<sup>451</sup> *O Popular* de 11/01/1840.

<sup>452</sup> *O Guarda Nacional Mineiro* de 03/07/1838 e *O Universal* de 12/09/1838.

<sup>453</sup> *O Universal* de 17/11/1837.

Para o regressista *Unitário* estava claro que a conjuntura política do Regresso opunha “republicanos e monarquistas”, a partir do entendimento sobre o Ato Adicional. O periódico atacava a noção de federação, associando-a à república, e que fomentava a insubordinação provincial ao centro do Império e conseqüentemente incitava as revoltas: “Deus perdoe aos causadores da revolta! (...) e a quem inventou a desastrosa ideia de federação e da facilidade de se desligarem da obediência ao centro do Império!”<sup>454</sup>.

O *Parahybuna* fora contundente ao destacar que a reforma da Constituição (Ato Adicional) mostrava-se um plano ofensivo dos liberais para separar as províncias em sentido republicano, passando pelo estágio do federalismo, que creditavam ao Ato Adicional:

“A reforma da Constituição não tem produzido aqueles bens que se esperavam, talvez pela má direção que se lhe tem dado, debaixo da influência de um louco progressismo. O nosso povo ainda não estava preparado para tanto, não havendo na maior parte das províncias, a ilustração e civilização conveniente. Daqui provém os embaraços que não poucas vezes tem encontrado o Governo Geral, a confusão e complicação das leis, não se podendo mais reduzi-las a um sistema regular. O Ato Adicional, tão preconizado pelos anarquistas, ameaça a união e integridade do Império; e é talvez por isso que os republicanos encapotados são tão entusiasmados do Ato Adicional”<sup>455</sup>.

Os regressistas culpavam o Ato Adicional pelo aprofundamento das revoltas provinciais, atribuindo aos dirigentes liberais mais radicais, também de Minas Gerais, a concepção daquele projeto. O exemplo das revoltas noutras províncias assustavam os regressistas e parte dos homens do partido Liberal, enfraquecendo a defesa do Ato Adicional. Na conjuntura do Regresso, os partidos se dividiram em torno da questão federal, consubstanciada no Ato Adicional e, quando da sua interpretação nos moldes regressistas, o *Unitário* aliviava-se com o cessar do alimento das revoltas e felicitava a Assembleia Geral:

“Felizmente porém esse vulcão que ameaçava devorar-nos, esse Ato Adicional jacobinicamente interpretado e executado pelos malandrinos liberais de meia cara, já não permite que o cidadão industrioso, e verdadeiro amigo da pátria trema pela sua sorte, e espere como esperava ver todos os dias retalhado o Império, dividido em republiquetas e assolado pela anarquia! Passou a interpretação do Ato Adicional! Fechou-se o abismo revolucionário aberto pelos jacobinos. Viva a Assembleia!”<sup>456</sup>.

Foi com a junção dos conceitos atribuídos ao ideário liberal com a noção de república que os regressistas combateram o avanço liberal quando na administração do Estado. Para

<sup>454</sup> *O Unitário* de 15/09/1838.

<sup>455</sup> *O Parahybuna* de 10/04/1838.

<sup>456</sup> *O Unitário* de 26/05/1840.

reformular o Ato Adicional, parte importante do projeto liberal, os regressistas procuraram convencer a sociedade provincial mineira das consequências da experiência da direção liberal junto à sociedade imperial, atribuindo os problemas que causaram as revoltas ao ideário liberal que marchava progressivamente até ser obstado pelos regressistas. O movimento do regresso impunha-se emergencialmente diante da conjuntura em polvorosa das regências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o Regresso, os contemporâneos davam ressonância para a ideia de que as contendas partidárias aconteciam em torno da questão do federalismo, contida no Ato Adicional. Ambos os partidos percebiam a importância da lei promulgada em 1834 e que fizera dividir o cenário político entre os liberais, na sua defesa, e os regressistas que buscaram, ao menos, moderar o impacto daquela lei na organização institucional do Estado brasileiro. Embora o Ato Adicional se colocava como a batalha principal da conjuntura do Regresso, certamente defender ou atacar a lei de 1834 transcendia a questão jurídica explicitada. A guerra, mais ampla, mostrava as visões de mundo divergentes, o que percebemos pelo campo semântico oposto, além das expectativas construídas pelos dois partidos políticos, enquanto lutavam para estabelecer a hegemonia dos seus projetos.

Para os regressistas, mesmo interpretando o Ato Adicional, urgia avançar com o estabelecimento da sua direção, monárquica e centralizadora, conforme defendiam pela imprensa junto à opinião pública. Entrementes, os liberais, numa obstinada resistência, buscaram evitar o desmoronamento completo da sua obra, conquistada durante o avanço liberal dos fins do Primeiro Reinado e início das Regências quando se opuseram ao primeiro Imperador e, posteriormente, conduziram o governo da Corte até meados de 1837, na renúncia do regente liberal Feijó.

Após a Interpretação do Ato Adicional, no início de 1840, a conjuntura política mudou consideravelmente. O confronto entre regressistas e liberais continuou, mas, numa inversão de estratégia, os liberais lançaram para o debate público, via parlamento e com ressonância na imprensa, a antecipação da maioria do jovem monarca. Os liberais buscaram o aliado real para, primeiramente, buscar fôlego diante da desordenada linha defensiva que o partido sustentara frente à marcha continuada dos regressistas. O partido Liberal estava, como propagandeavam os regressistas, a beira da exclusão do jogo político. Os liberais também objetivavam resguardar as partes do seu projeto que mantinham validade, pois interpretavam que certos conceitos do seu ideário ficaram contemplados nas instituições do Estado, havendo divergências, porém, sobre a parcela que a visão de mundo liberal contribuía para a organização desse Estado. O artifício do Imperador fora usado para manter a marcha do progresso, contra o reformismo regressista, adaptando a linha política liberal com as

circunstâncias, numa espécie de conciliação com a monarquia fortemente constituída que, aparentemente, obtinha aceitação popular.

Os regressistas, que difundiram o princípio monárquico, perceberam a sua contradição ao prolongar a regência, negando ao jovem Imperador o seu lugar político na direção do Estado. Assim, como defendiam os regressistas, a figura do monarca deveria dar sentido para a organização política do Império e simbolizar também a organização social, baseados nos princípios religiosos que eram visualizados na pessoa do Imperador. Como poderiam defender um projeto assentado nas bases da monarquia e, contraditoriamente, colocarem-se em oposição à própria vontade do Imperador em assumir o trono? Vacilantes, os regressistas não enfrentariam o monarca, embora temessem os liberais que se anteciparam a eles no projeto da maioria, um excelente trunfo para, possivelmente, voltarem a impulsionar o pêndulo político para o lado liberal. Mesmo assim, os regressistas não encontraram meios de sustentar oposição ao Imperador, aceitando o fim da regência e o início do Segundo Reinado no Império.

O golpe da maioria arquitetado pelos liberais marcou também o fim do período do Regresso, porém o sentimento do regressismo continuou em vigor naquele partido que, posteriormente, se reorganizara em torno de um projeto antiliberal e antiprogressista, porém reformulado segundo as exigências das novas circunstâncias no alvorecer do Segundo Reinado. Os homens do partido Conservador, no Segundo Reinado, buscaram inspiração no programa do partido do Regresso, estabelecendo as prioridades para a política do Império, como o combate ao partido Liberal e o tempo do seu predomínio. Com a análise negativa das conquistas do avanço liberal que os conservadores montaram, também formularam o seu projeto e a sua direção política, difundindo-a na sociedade.

Pelo lado liberal, sabemos que, após liderarem o golpe da maioria e o malogro dessa tentativa de avançar na sua direção progressista, com a efêmera passagem no gabinete central da Corte, teriam ainda fôlego para protagonizarem a Revolução Liberal de 1842, em São Paulo e Minas Gerais. Não alcançamos esta conjuntura, abrindo apenas a possibilidade hipotética da interpretação do movimento armado a partir das contendas partidárias dos tempos finais da regência. Ainda assim, apontamos que o tema da revolução aparecia no programa político progressista, aceitando a alternativa do combate para conquistarem as transformações políticas que acreditavam serem positivas, segundo a cultura política liberal.

Reforma e revolução apareciam de modo complementar, justificando a mútua luta e, ambas, para fazerem avançar a direção partidária.

Se a revolução despontava no horizonte político do progressismo, porém, não houve uma interpretação unívoca sobre esse conceito, nem mesmo uma unidade estática no interior do partido Liberal. Tal apontamento, estendemos também aos outros conceitos que participavam do campo semântico liberal e também ao partido do Regresso e aos seus conceitos e, no debate na imprensa, número após número, percebemos a dificuldade da construção da cultura política liberal e regressista e a criação de uma identidade partidária apresentável ao público mineiro. Mostramos justamente as pluralidades de interpretações e caminhos que ambos os partidos discutiram na imprensa para delinear o projeto político, os conceitos que corporificavam esse projeto e que davam significado para as culturas políticas e, mesmo, montarem a própria noção de partido político, buscando direcionar a sociedade com a difusão dos seus princípios antagônicos.

Procuramos identificar a produção das culturas políticas dos dois partidos, a partir da interpretação que construíram de alguns conceitos fundamentais, quando tais agentes políticos organizavam em projetos políticos e colocavam em debate na esfera pública. Percebemos que determinados conceitos que delineavam os princípios dos dois partidos foram montados, principalmente pelo partido oponente, como o conceito de despotismo e república. Até mesmo qual dimensão do conceito de despotismo e república deveria prevalecer no campo dos debates e como deveriam ser utilizados no arquétipo institucional que, movediço, estava por se desenhar.

Pela negatificação dos dois conceitos, os adversários políticos logravam caricaturar certos fragmentos do projeto oposto, direcionando a opinião pública para rejeitarem aquela direção programática. Os contendores realçavam aspectos que negativavam os conceitos de despotismo e república, discutidos no contexto do Regresso e deveriam ser excluídos das possibilidades de construção do Estado nacional brasileiro. Se os conceitos poderiam ser amplos e manipulados conforme exigiam os debates políticos, o predomínio de uma interpretação aconteceu com muito empenho por parte dos denunciadores, expondo a inviabilidade dos dois conceitos citados. Podemos supor que o repetido ataque a esses conceitos tiveram grande influência no público mineiro e, mesmo, no imaginário dos atores políticos da época, fazendo-os explicar mais detidamente como deveria funcionar o projeto

político do partido, lidando com a exclusão de princípios negativados frente à opinião pública mineira.

Para tanto, analisamos um dos elementos dos discursos políticos proferidos na imprensa. O enfrentamento ocorrera a partir da tentativa dos opositores excluírem o projeto oposto. Sem conciliação, cada partido tentou impor a sua visão de mundo para conquistar a hegemonia política frente o partido adversário. Apoiados na esquematização de Ilmar Rohloff de Mattos, os dois partidos poderiam ser iguais, diferentes e, ao mesmo tempo, hierarquizados, conforme o tema em discussão<sup>457</sup>. A busca pelo topo da hierarquia política acontecia nos termos da difusão dos seus princípios e, mais ainda, pela aceitação do adversário para os pressupostos do partido que se propunha dominante. Disso resulta o entendimento que, mesmo em posição de dominado, um partido (no caso do Regresso, o Liberal) resistira para manter uma parcela de contribuição, sustentando certos princípios da sua cultura política, ainda que transigindo conjuntamente com os seus opositores.

A discussão acerca da construção dos princípios políticos que nortearam os partidos durante o Regresso não fora mero artifício retórico<sup>458</sup>. De nossa parte, apoiamos na história dos conceitos, de modo que esta nos servisse de instrumento para verificar a conjuntura política do Regresso. Por meio da discussão em torno de certos conceitos fundamentais, procuramos clarear as culturas políticas que se desdobravam em projetos políticos e eram experimentados na província de Minas Gerais. Entrementes, isso não exclui uma análise da efetiva experiência dos conceitos na organização do Estado nacional brasileiro, ou seja, analisar como certos conceitos foram modelados institucionalmente, também enriquece a interpretação que temos dos princípios estudados. Perceber como algumas noções foram introduzidas no Estado não exclui a análise do horizonte de possibilidades contidas nos debates políticos e a tentativa dos partidos políticos em aprofundarem as suas direções políticas no Estado e na sociedade.

---

<sup>457</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994. Págs. 122-123.

<sup>458</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005. Pág. 142.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias: periódicos.

Os periódicos consultados pertencem ao acervo de periódicos micro-filmados da Biblioteca Nacional, existentes na biblioteca da Universidade Federal de São João Del Rei/MG.

*O Universal*, Ouro Preto, 1837 a 1840, 539 números.

*O Guarda Nacional Mineiro*, Ouro Preto, 1838 a 1840, 89 números.

*O Unitário*, Ouro Preto, 1838 a 1840, 73 números.

*Astro de Minas*, São João del-Rei, 1838 a 1839 , 36 números.

*O Parahybuna*, Barbacena, 1837 a 1839, 50 números.

*O Popular*, São José del-Rei, 1840, 14 números.

*O Americano*, São João del-Rei, 1840, 16 números.

*O Eco da Razão*, Barbacena, 1840, 2 números.

### Fontes impressas.

BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, R.<sup>a</sup> Amaral. Textos políticos da história do Brasil. Fortaleza: UFCE, sem data.

HOMEM, Francisco de Sales Torres. (Sob o pseudônimo de Timandro). O libelo do povo. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). Três Panfletários do Segundo Reinado. São Paulo, Nacional, 1956. (a 1<sup>a</sup> edição é de 1849).

MARINHO, José Antônio. História da Revolução de 1842. Brasília: Senado Federal, Editora UNB, 1978 (a 1<sup>a</sup> edição é de 1844).

OTTONI, Teóphilo B. Circular dedicada aos eleitores de senadores pela província de Minas Gerais... (1860). Prefácio de Basílio de Magalhães. 2<sup>a</sup>edição. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, 2<sup>a</sup>parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 (a 1<sup>a</sup>edição é de 1860).

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. Minhas Recordações. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1987 (a 1<sup>a</sup>edição é de 1887).

ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). Três Panfletários do Segundo Reinado. São Paulo, Nacional, 1956. (a 1<sup>a</sup> edição é de 1855).

VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras 1664-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998 (a 1ª edição é de 1897).

**Artigos, dicionários, dissertações, teses e livros.**

AMARAL, Alex Lombello. O Astro de Minas contra a correnteza. São João Del Rei, UFSJ, monografia de especialização, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. A guerra dos cabanos. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro. Minas Gerais. Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana R. de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). Política, nação e edição. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. O lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, tese de doutorado, 2004.

\_\_\_\_\_. Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834). Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, dissertação de mestrado, 2000.

\_\_\_\_\_. O Império brasileiro: panorama político – Parte A: a independência e a formação do Estado Imperial. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 9ª edição revista e atualizada, 2000.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa, Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Et All.* Dicionário de Política. Ed. UnB, Brasília, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem – a elite política imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. Cidadania: Tipos e Percursos. Revista Estudos Históricos-18, págs. 337 à 359. Anpocs, 1996.

- CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- CHÂTELET, F. DUHAMEL, O. PISIER, E. (orgs.). Dicionário de obras políticas. Trad. Glória Lins e Manoel F. Paulino. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um Império liberal: Primeiro Reinado, reação e revolução. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, v.1: o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9ª edição, 2001.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- DOSSE, François. A História à prova do tempo. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5 n. 10. 1992.
- FILHO, Ageu Quintino Mazilão. UFSJ. A memória marcista e a cisão moderada no Universal de Ouro Preto (1835-1836). Anais eletrônicos XVI encontro regional de história ANPUH-MG, Belo Horizonte, 2008.
- FLORES, Moacyr. A Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004.
- GONÇALVES, Andréa Lislly. Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec; Minas Gerais: FAPEMIG, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, vol.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HORNER, Erik. Em defesa da Constituição. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). São Paulo, USP, tese de doutorado, 2010.

HORNER, Erik. A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842). In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). A história na política, a política na história. São Paulo: Alameda, 2006.

\_\_\_\_\_. Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo (1838-1844). São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico, V.2: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002.

JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo: HUCITEC: Fapesp, 2003.

JASMIN, M. G. & FERES Jr, J. (orgs.). História dos conceitos. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Loyola, Iuperj. 2006.

JÚNIOR, João Feres (org.). Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas pocket), 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: Idem. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. História de los conceptos y conceptos de história. In: Ayer. Revista de História contemporânea. 2004 (1).

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte da formação política do Brasil: 1808-1842. 2ª edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LUCA, Tânia R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 2006.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências. São Paulo: Atual, 2000.

MARSON, Izabel Andrade. O Império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, Marcos César de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: USF: CONTEXTO, 1998.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.
- MOREIRA, Luciano Silva. Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado, 2006.
- MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo, HUCITEC, 2005.
- \_\_\_\_\_. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: CONTEXTO, 2008.
- \_\_\_\_\_. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade. Salvador: Academia de Letras da Bahia e Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: Almanack Braziliense. São Paulo, n°10, novembro 2009.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In. GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Et All.* (org.). O liberalismo no Brasil Imperial: conceitos, origens e práticas, Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto F. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, Isabel C. G. de. Do jogo político á constituição de um partido: a composição do grupo e ideário Luzia (1830-1844). Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado, 2003.
- PADOIN, Maria Medianeira. Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- QUIRÓS, Pilar G. B de. La Sociabilidad y la Historia política. In: E. Pani, A, Salmerón (coord.), Conceptuar lo que se ve. François-Xavier Guerra, historiador. Homenaje. México, Instituto Mora, 2004.

RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte, UFMG, tese de doutorado, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da UNICAMP; Cecult – IFCH, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). In: História. UNESP, São Paulo, vol.15, 1996.

SANTA CRUZ, Fábio Santiago. Em busca da conciliação: ideias políticas no parlamento do Império do Brasil (1831-1855). UNB, Brasília, tese de doutorado, 2008.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. De Comunidades a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). In: Almanack braziliense. São Paulo, nº 2, novembro de 2005.

SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCITEC, 2009.

\_\_\_\_\_. UFSJ. Ser ou não ser liberal, eis a questão: a cisão da moderação mineira no contexto do Regresso (1834-1837). Anais eletrônicos XVI encontro regional de história ANPUH-MG, Belo Horizonte, 2008.

\_\_\_\_\_. UFSJ. A moderação mineira como experiência e projeto de hegemonia (1820-1842). Seminário Administrando Impérios, Ouro Preto. Texto digitado. Setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria B. da C. História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. Uma história do Brasil. Trad. De Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 3ª edição. 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. Diogo Antônio de Feijó. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VENÂNCIO, Anderson Luis. A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais (1844-1853). Franca, UNESP, dissertação de mestrado, 2005.

VIANNA, Hélio. Contribuição à História da imprensa brasileira (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.